

Metropolitano de Lisboa

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

Versão não conforme com ESEF

20.06.2023

FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (ESEF)

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do documento oficial de prestação de contas do Metropolitano de Lisboa, EPE, submetido no *site* da CMVM no dia 29 de junho de 2023. Não obstante, corresponde a uma cópia fiel da referida informação financeira de prestação de contas, que se encontra igualmente no *site* do Metropolitano de Lisboa com o nome "Relatório e Contas Anual 2022 – Versão não oficial – não auditada". Em caso de discrepância, prevalece a informação financeira oficial submetida à CMVM.

ASSINATURA DIGITAL

Este relatório é assinado em formato digital.

O Conselho de Administração

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

As demonstrações financeiras e seus Anexos são assinados em formato digital.

O Contabilista Certificado

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

NATUREZA DO RELATÓRIO 10

I. SUMÁRIO EXECUTIVO 12
1. Mensagem do Presidente. Destaques do ano 13
2. Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 19

II. ORGANIZAÇÃO 21
1. O ML e as suas Participadas 22
2. Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão 23

III. ANÁLISE DE CONTEXTO 27
1. Análise Externa 29
2. Análise Interna 34
3. Riscos e Oportunidades 38
4. Estrutura de *Governance* 40
5. Órgãos Sociais 43

IV. ESTRATÉGIA 47
1. Objetivos Estratégicos 48

V. MODELO DE NEGÓCIO 52
1. Áreas de Negócio e Criação de Valor 53
2. Investimento e expansão da rede 54
3. Conservação e manutenção da infraestrutura e material circulante 58
4. Oferta do serviço de transporte 62
5. Procura 64
6. A atividade comercial 66

VI. DESEMPENHO 74
1. Capital financeiro 75
2. Capital intelectual 100
3. Capital humano 101
4. Capital social 106
5. Capital natural 119

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

VII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 122
1. Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento 123
2. Gestão do risco financeiro 127
3. Limite de crescimento do endividamento 127
4. Prazo médio de pagamentos 128
5. Recomendações do acionista 129
6. Remunerações/honorários 130
7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público 140
8. Despesas não documentadas ou confidenciais 142
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens 142
10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção 143
11. Contratação pública 144
12. Sistema nacional de compras públicas 145
13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais 146
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado 149
15. Auditorias conduzidas pelo tribunal de contas nos últimos três anos 150
16. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade 150
17. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira 150
18. Divulgação de informação no sítio da internet do SEE 151
19. Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais 152

VIII. SÍNTESE DE RESULTADOS 154
1. Eventos subsequentes 155
2. Perspetivas futuras 155
3. Proposta de aplicação de resultados 157

IX. ANEXOS 158

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 19
Quadro 2 – Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira 41
Quadro 3 – Tabela de correspondência com setor público empresarial 42
Quadro 4 – Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa (janeiro a abril de 2022) 43
Quadro 5 – Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa (abril a dezembro de 2022) 44
Quadro 6 – Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019 45
Quadro 7 – Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021 45
Quadro 8 - Evolução da oferta 63
Quadro 9 – Taxa de realização da oferta 64
Quadro 10 - Evolução da Procura 65
Quadro 11 - Produção de cartões Lisboa Viva 66
Quadro 12 - Metrocom – Indicadores de Atividade 67
Quadro 13 - Faturação Metrocom 68
Quadro 14 – Ferconsult – Indicadores de Atividade 69
Quadro 15 - EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult 70
Quadro 16 – TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro 72
Quadro 17 – TREM II Situação patrimonial em 31 de dezembro 73
Quadro 18 - Receitas de títulos de transporte 76
Quadro 19 - Receitas complementares 78
Quadro 20 – Resultados - Contas individuais 80
Quadro 21 – Resultados - Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas Metro – 2022 81
Quadro 22 - Resultados - Contas consolidadas 82
Quadro 23 - Rendimentos Operacionais - Contas individuais 83
Quadro 24 - Rendimentos operacionais - Contas consolidadas 84
Quadro 25 - Gastos Operacionais - Contas Individuais 85
Quadro 26 – Gastos operacionais - Contas consolidadas 86

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

Quadro 27 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas Individuais 87
Quadro 28 – Gastos com pessoal – Contas individuais 87
Quadro 29 – Resultados financeiros – Contas individuais 88
Quadro 30 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais 89
Quadro 31 – Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais 90
Quadro 32 – Ativo total – Contas individuais 91
Quadro 33 – Passivo e Capital Próprio – Contas individuais 93
Quadro 34 – Rating do Metropolitano de Lisboa 94
Quadro 35 – Passivo Remunerado ML (2019-2022) – Contas individuais 95
Quadro 36 – Passivo Remunerado (2021-2022) – Contas consolidadas 96
Quadro 37 – Despesa de Investimento 2022 97
Quadro 38 – Evolução do Investimento 2020-2022 99
Quadro 39 – Investimentos Financeiros 99
Quadro 40 – Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 102
Quadro 41 – Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género 102
Quadro 42 – N.º total de recursos humanos 103
Quadro 43 – Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 105
Quadro 44 – Acidentalidade por género 105
Quadro 45 – Taxa de absentismo 105
Quadro 46 – Atividade de fiscalização 110
Quadro 47 – Outros indicadores de atividade 111
Quadro 48 – Objetivos de gestão 123
Quadro 49 – Execução do Plano de Atividades e Orçamento 124
Quadro 50 – Investimento 124
Quadro 51 – Grau de execução do orçamento financeiro 125
Quadro 52 – Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados 127
Quadro 53 – Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento 127
Quadro 54 – Prazo médio de pagamentos 128
Quadro 55 – Dívidas vencidas 128
Quadro 56 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (01/01/2022 a 12/07/2022) 130

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

Quadro 57 – Identificação dos membros do Conselho de Administração (13/07/2022 a 31/12/2022) 130
Quadro 58 – Acumulação de Funções Administração (01/01/2022 a 12/07/2022) 131
Quadro 59 – Acumulação de Funções Administração (13/07/2022 a 31/12/2022) 131
Quadro 60 – Estatuto do Gestor Público (01/01/2022 a 12/07/2022) 132
Quadro 61 – Estatuto do Gestor Público (13/07/2022 a 31/12/2022) 132
Quadro 62 – Remuneração anual (01/01/2022 a 12/07/2022) 133
Quadro 63 – Remuneração anual (13/07/2022 a 31/12/2022) 133
Quadro 64 – Benefícios sociais (01/01/2022 a 12/07/2022) 134
Quadro 65 – Benefícios sociais (13/07/2022 a 31/12/2022) 134
Quadro 66 – Encargos com viaturas (01/01/2022 a 12/07/2022) 135
Quadro 67 – Encargos com viaturas (13/07/2022 a 31/12/2022) 135
Quadro 68 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço (01/01/2022 a 12/07/2022) 136
Quadro 69 – Gastos anuais associados a deslocações em serviço (13/07/2022 a 31/12/2022) 136
Quadro 70 – Identificação do Conselho Fiscal 137
Quadro 71 – Remuneração anual do Conselho Fiscal 137
Quadro 72 – Identificação do Revisor Oficial de Contas 138
Quadro 73 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas 138
Quadro 74 – Identificação do Auditor Externo 139
Quadro 75 – Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo 139
Quadro 76 – Gastos com comunicações (01/01/2022 a 12/07/2022) 140
Quadro 77 – Gastos com comunicações (13/07/2022 a 31/12/2022) 140
Quadro 78 – Gastos anuais associados a viaturas (01/01/2022 a 12/07/2022) 141
Quadro 79 – Gastos anuais associados a viaturas (13/07/2022 a 31/12/2022) 141
Quadro 80 – Obrigações RGPC 143
Quadro 81 – Eficiência operacional 146
Quadro 82 – Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais 148
Quadro 83 – Disponibilidades no IGCP 149

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

Quadro 84 – Disponibilidades na Banca Comercial 149
Quadro 85 – Informação divulgada no *site* do SEE 151
Quadro 86 – Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais 152
Quadro 87 – Priorização dos aspetos materiais 303
Quadro 88 – Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia 304
Quadro 89 – Tabela Resumo GRI (I) 318
Quadro 90 – Tabela Resumo GRI (II) 319
Quadro 91 – Tabela Resumo GRI (III) 321
Quadro 92 – Tabela Resumo GRI (IV) 323
Quadro 93 – Tabela Resumo GRI (V) 325

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Organograma de participações sociais 22
Ilustração 2 – Os *stakeholders* do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa 28
Ilustração 3 – Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação 29
Ilustração 4 – Análise SWOT 38
Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa 46
Ilustração 6 – Os ODS assumidos pelo METRO 48
Ilustração 7 – Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro 53

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas) 58
Gráfico 2 – Fiabilidade de infraestrutura principal (média de 12 meses; valores em horas) 59
Gráfico 3 – Disponibilidade da frota (%) 60
Gráfico 4 – Taxa de Cobertura (%) 61
Gráfico 5 – Fiabilidade (km e %) 62
Gráfico 6 – Receitas de títulos de transporte 77

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022

ÍNDICE

Gráfico 7 – Formação 100
Gráfico 8 – Efetivo por género e por faixa etária 103
Gráfico 9 – Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens 104
Gráfico 10 – Eficiência energética 120

NATUREZA DO RELATÓRIO

O Relatório Consolidado engloba a informação financeira e não financeira do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, correspondente ao exercício de 2022.

O presente relatório foi elaborado dando cumprimento ao disposto nos artigos 66.º – "Relatório de Gestão", 66º-A – "Anexo às contas" e 66º-B – "Demonstração não financeira" do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em conta as Diretrizes do IIRC – Internacional Integrated Reporting Council (Conselho Internacional para o Relato Integrado), respeitantes à informação relativa à estratégia, gestão e desempenho dos principais vetores de negócio do grupo empresarial.

Pretende-se, ainda, dar resposta às "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022", emanadas no Ofício-Circular SAI_DGTF/2023/630, de 10 de fevereiro de 2023, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como melhorar a perceção de estratégia de negócio e de transferência de valor que os *stakeholders* têm relativamente à atividade desenvolvida pelo grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, enquadrando a mesma com os objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO), e justificando os principais desvios observados nesse período. Adicionalmente, contém, ainda, informação relativa à governação, análise de contexto, estratégia, bem como a divulgação e o desempenho alcançado pelos diferentes capitais (financeiro, intelectual, humano, social e natural).

A informação apresentada no presente relatório evidencia o empenho e o rigor que o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. adotaram na implementação contínua de medidas e de procedimentos que potenciam a criação de valor e o reforço da qualidade do serviço prestado, potenciando a mobilidade sustentável, a descarbonização e a melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e trabalhadores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International

NATUREZA DO RELATÓRIO

Financial Reporting Standards – IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

Nos termos do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os documentos que integram o presente Relatório e Contas foram preparados sob o Formato ESEF e em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de Dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo igualmente em conta os guidances disponibilizados pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), através da versão atualizada do ESEF Reporting Manual.

A informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards. De referir, ainda, que a informação não financeira do presente relatório não foi sujeita a qualquer verificação externa. No entanto, foi dado cumprimento ao ponto 6 do artigo 451.º do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que refere que "no caso de sociedades que estejam obrigadas a apresentar uma demonstração não financeira, nos termos do artigo 66.º-B ou do artigo 508.º-G, o revisor oficial de contas deve apenas atestar que a mesma ou o relatório separado foram apresentados".

SUMÁRIO EXECUTIVO





1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO

A todos os interessados.
Apresentamos, neste documento, o Relatório Integrado que refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa (ML) e das empresas por si detidas – a Ferconsult, S.A., a Metrocom, S.A., o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. –, bem como os resultados obtidos no ano de 2022.
O ano de 2022 representou o fim da Pandemia COVID-19, cujo auge se desenvolveu nos anos de 2020 a 2021 e, ao mesmo tempo, o início de um conflito armado na Europa – a invasão da Ucrânia pela Rússia.
Este conflito, cujo fim todos desejamos, mas que, todos os dias, vemos novos desastres pessoais, humanitários e civis, sem ser iniciado, com determinação, um caminho que conduza à tão desejada Paz, está a ter um reflexo enorme em todos os setores da sociedade, provocando surtos inflacionários, uma carência generalizada de bens e serviços, com fortes impactos na vida de todos nós, nomeadamente, na vida dos mais fragilizados.
Apesar de todas estas realidades adversas, o Metropolitano de Lisboa iniciou, em 2022, a sua recuperação em relação ao impacto de dois anos de pandemia. No ano passado, o ML foi uma das empresas de transportes públicos que mais recuperou, com a procura a crescer 63% em relação ao ano de 2021. Comparando com valores Pré-COVID, o total de validações (passageiros registados), em 2022, apresenta um total de 133 milhões, o que representa menos 23% dos valores semelhantes de 2019. Em relação às Receitas (inclui PART Fixo e comparticipações), verificou-se um incremento de 64,2% quando comparadas com 2021, e estamos a 6,4% dos valores comparáveis de 2019.
Não obstante ainda estarmos abaixo de 2019, o regresso à normalidade é inevitável. É certo que estamos, agora, a enfrentar os custos da inflação e das consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia mas o ano de 2022 consolidou a recuperação. Das operações à sustentabilidade, das certificações à bilhética, das obras ao lançamento de novos projetos, o ML prosseguiu a caminhada para consolidar o seu papel indispensável nos novos desafios da mobilidade da cidade de Lisboa, numa altura em que comemora 75 anos de idade.



Vítor Domingues dos Santos, Presidente do Conselho de Administração

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO



O ML vai cumprir um dos seus primeiros objetivos: dotar todas as estações de acessibilidade plena

Em relação ao Plano de Recuperação dos Ativos e no âmbito do Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade, tendo em vista alcançar o princípio de "Acessibilidade e Mobilidade para Todos", o ML terminou a implantação dos elevadores nas estações de Entre Campos e Cidade Universitária e a revisão dos projetos do Campo Pequeno, Picoas e Campo Grande, cujos concursos já foram lançados no início de 2023, ano em que esperamos, também, lançar os concursos dos ascensores do Martim Moniz, Intendente e Anjos. Desta forma, iremos cumprir um dos nossos primeiros objetivos de dotar a futura Linha Circular de Acessibilidades Plenas. Prevê-se que, até 2025, o ML venha a dispor de 52 estações com acessibilidade plena.

Ainda na área da Promoção das Acessibilidades, o ML adjudicou, em dezembro, a empreitada para substituição de quatro escadas mecânicas e modernização de mais três na estação Baixa-Chiado. No início do ano, colocou a concurso a substituição das escadas do Campo Grande e da Cidade Universitária, a substituição de elevadores da Alameda e dos tapetes rolantes de Entre Campos.

Na recuperação dos seus múltiplos ativos, procedeu, na área das instalações e sistemas técnicos, à continuação da instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controle e supervisão da rede do Metropolitano de Lisboa: SADI (Sistema de Apoio à Deteção de Incêndios), o SSIT (Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas) e o CITV (Circuito Interno de Televisão).

Quanto ao material circulante existente, o ML continuou quer com os processos de alteração dos mecanismos das portas dos comboios da série ML90, quer com a revisão dos mecanismos existentes nas restantes frotas ML95, ML97 e ML99. Estas alterações têm um investimento global de cerca de 8 milhões de euros. Em abril de 2022, concluímos a renovação dos bancos de toda a frota de material circulante pelo novo revestimento de cortiça. Ainda em 2022, decidimos estender a pintura das portas às frentes dos comboios, continuando, desta forma, a efetuar intervenções com efeitos diretos na captação de novos clientes.

Nos EUA, continua o fabrico da nova Esmeriladora para substituir a existente, de 1976, cuja entrega continuamos a prever para 2024, o que representa um investimento de cerca de 8 milhões de euros.

No âmbito da bilhética, ainda não foi este o ano, apesar de termos trabalhado para dar um salto qualitativo com a introdução do uso do cartão bancário diretamente nos canais. No entanto, esperamos ver o projeto implementado, em toda a rede, nos próximos meses.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO



Durante o ano de 2022, prosseguiram as intervenções para a instalação do *Communications-Based Train Control* (CBTC), o novo sistema de controlo de comboios, que consubstancia a parte mais relevante do projeto de Modernização do ML, potenciando melhorar a regulação do tráfego com uma redução muito significativa da frequência das nossas circulações de comboios e, consequentemente, melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente.

O projeto de modernização da rede do ML prevê um investimento de 114,5 milhões de euros no novo sistema de sinalização CBTC nas linhas Azul, Verde e Amarela, que inclui a aquisição de 14 novas unidades triplas (41 carruagens), estando, também, prevista a adaptação de 70 unidades triplas ao novo sistema de sinalização. Durante o ano de 2022, as nossas equipas de controlo e supervisão do fabrico das novas carruagens deslocaram-se, com a assiduidade necessária, a Valencia, à fábrica do fornecedor (ACE SIEMENS STADLER), bem como a vários locais dos centros de fabrico de componentes. Também representantes da Comissão de Trabalhadores tiveram a oportunidade de aí se deslocarem, analisarem e comentarem o protótipo do posto de condução/ /cabine do maquinista.

No âmbito da construção da linha Circular, que prevê a ligação das linhas Amarela e Verde, os projetos desenvolvem-se em bom ritmo nos três lotes adjudicados. Na empreitada do Lote 1, o túnel já está todo aberto entre o Liceu Pedro Nunes e o início da futura estação de Santos, desenvolvendo-se os restantes trabalhos contratados. De modo idêntico, a empreitada do Lote 3, Viadutos no Campo Grande, teve uma boa execução em 2022, esperando-se a sua conclusão em 2023. As maiores dificuldades têm surgido no Lote 2 (entre Santos e Cais do Sodré), pelas caraterísticas próprias da empreitada.

Ainda em 2022, foram abertas as propostas referentes ao concurso público para adjudicação da empreitada de projeto e construção dos acabamentos e sistemas (Lote 4).

Para a promoção dos Transportes Públicos na Área Metropolitana de Lisboa, o ML e a Estrutura de Missão "RECUPERAR PORTUGAL" celebraram, em 2021, os contratos de financiamento para a realização dos investimentos com vista ao prolongamento da linha Vermelha até Alcântara e para a implementação de um Metro Ligeiro de Superfície Odivelas/ /Loures, ambos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência 2026.

No âmbito do projeto de expansão, após a submissão, em dezembro de 2021, do Estudo Prévio do Prolongamento da Linha Vermelha, entre São Sebastião e Alcântara, para efeitos da Avaliação de Impacte Ambiental junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o ML obteve, no 3º trimestre de 2022, a aprovação da Declaração de Impacto Ambiental.

Já em janeiro de 2023, coincidindo com o 75º Aniversário do ML, foi lançada a abertura do concurso público relativo ao prolongamento desta linha, que se iniciará através de um troço em túnel já existente junto ao Palácio da Justiça e que terá uma extensão total de cerca de 4 km, incluindo cerca de 380 metros em viaduto. Prevê-se a construção de três novas estações subterrâneas (Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique e Infante Santo) e uma à superfície (Alcântara).

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO

Em relação ao Metro Ligeiro de superfície Loures/Odivelas, o Estudo de Impacte Ambiental deste projeto foi entregue à APA, em agosto deste ano, encontrando-se em curso a respetiva Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Em março de 2023, recebemos o Relatório Preliminar de Avaliação Ambiental que, de um modo geral, é favorável à emissão da correspondente Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

Apesar de todo o esforço efetuado pelas várias áreas da empresa, o volume de investimento esteve muito aquém do pretendido.

As áreas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável tiveram uma profícua intervenção, no ano de 2022, que veio a concretizar-se com a obtenção da Neutralidade Carbónica, no início de 2023.

Ao nível da inovação, deu-se continuidade à implementação das propostas selecionadas no programa interno de Ideias e Projetos – MetroGO bem como à continuidade dos protocolos, com vista ao desenvolvimento de iniciativas de inovação conjuntas com o Instituto Superior de Engenharia da Universidade de Lisboa (ISEL) e com a Universidade de Aveiro (UA).

Tendo em vista o reforço da aposta na sustentabilidade, a empresa realizou, em março do ano passado, a plantação de 1.875 árvores na Mata Nacional de Leiria. Tratou-se da primeira ação deste género, que prossegue em 2023, visando contribuir para a recuperação do Pinhal e a neutralização das emissões diretas de CO_2 geradas na Área Metropolitana de Lisboa pelo ML. Ainda em 2022; a empresa continuou a desenvolver uma série de medidas e projetos que visam a redução progressiva dos consumos de água, energia e emissões de CO_2, bem como uma gestão racional desses mesmos recursos.

Para racionalizar e reduzir o consumo de energia na rede, encontra-se em curso um plano de alteração e substituição da iluminação existente nas estações por tecnologia LED. Em 2024, o ML prevê colocar em serviço uma central fotovoltaica no Parque de Material e nas Oficinas das Calvanas, com capacidade para produzir 2 MW de energia por ano, uma medida que permitirá reduzir a dependência dos nossos fornecedores de energia em 5%.

Destaque, ainda, para a campanha de recolha de têxteis, que decorreu entre 21 de novembro e 23 de dezembro, no âmbito da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos, com o objetivo de envolver os clientes do ML numa ação a favor da sustentabilidade e da economia circular.

No ano em que o ML lançou um novo vestuário destinado às categorias operacionais da empresa, o que abrange cerca de 800 trabalhadores das áreas de exploração, manutenção e apoio ao cliente, assinalou-se, também, a ligação da empresa à cultura.

Em setembro, o ML procedeu à instalação de 32 esculturas de Françoise Schein na estação Encarnação, terminando, assim, um ciclo de intervenção que se arrastava há algumas dezenas de anos.

Também na área da cultura, as estações de Baixa-Chiado, Odivelas, São Sebastião e Senhor Roubado receberam, num regime de itinerância, a exposição fotográfica "Pessoas à Procura de uma Vida Digna", dedicada à migração.

Uma das áreas que merece uma continuada atenção do ML tem a ver com a procura de rentabilização do seu património físico, disperso por variados lugares de Lisboa. Durante o ano de 2022, continuamos, com o novo executivo da Câmara Municipal de Lisboa, as negociações relativas à aprovação do plano urbanístico para os terrenos do antigo Parque de Material e Oficinas de Sete Rios, que, infelizmente, ainda não tiveram uma conclusão.

No domínio do Risco e *Compliance*, em 2022, o ML reforçou mecanismos de promoção da ética empresarial. Consolidou-se o Sistema de Gestão de Risco e reforçou-se o Programa de *Compliance* da Empresa, com o aumento da transparência e do envolvimento de todos os trabalhadores.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO

Sendo a Cibersegurança um fator tão importante atualmente, o ML também procedeu ao incremento das condições de Cibersegurança e ao desenvolvimento de ações com vista à promoção da cultura de segurança da informação no ML.
Em termos financeiros, o ML viu mantido, em 2022, o seu *rating* de longo prazo de BBB+ *investment grade*, com *outlook* estável, relativamente ao ano transato.
Ao nível da gestão do capital humano, realce-se a concretização de admissões para áreas de especial relevo na empresa, quer para reforço de equipas de várias direções, quer para substituição de quadros que entretanto atingem a idade de reforma. Estes processos surgem na sequência da autorização concedida pelo Governo, no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2022, para a contratação de 58 trabalhadores: 34 agentes de tráfego, 13 oficiais de manutenção, 2 inspetores de obra e 9 técnicos especializados. Merecem, também, uma referência especial a formação de 22 novos Maquinistas, o que permitiu reforçar a capacidade de execução dos planos de oferta e, por essa via, melhorar o serviço ao cliente, e o lançamento de diversos processos de recrutamento e seleção para o reforço efetivo de trabalhadores. Uma especial referência ao lançamento do segundo Programa *Trainees*, para a descoberta e eventual reforço de jovens quadros, e o reforço dos compromissos com os temas de responsabilidade social com várias iniciativas de significativo impacto no ML.



O Programa *Trainees* descobre jovens quadros para ingressar no ML, em diversas categorias profissionais

Cumpre salientar a continuidade na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores.
Em novembro de 2022, foram assinados, com os sindicatos representativos, os Acordos de Empresa para a Generalidade dos Trabalhadores e para os Técnicos Superiores, concluindo-se o Processo de Negociação Coletiva, com a atualização das tabelas salariais e cláusulas a ela indexadas, com pagamento de retroativos a 1 de janeiro de 2022. Foram, ainda, acordadas outras matérias, que possibilitaram os acordos celebrados, nomeadamente a prorrogação da vigência dos Acordos de Empresa.
No tocante à Ferconsult, S.A., a sua atividade, no decorrer de 2022, continuou focada no âmbito do encerramento dos projetos internacionais, nomeadamente na Argélia.
No que respeita à Metrocom, S.A., empresa que explora os espaços comerciais existentes nas estações e, igualmente, detida a 100% do seu capital pelo ML, a mesma prosseguiu a sua atividade com uma gestão focada na mitigação do impacto da crise pandémica, e no estudo e planeamento da transformação e do reposicionamento do negócio. Em 2022, esta empresa apresentou um volume de negócios de cerca de 2,6 milhões de euros, ou seja, uma evolução de mais 45,4% em comparação com o ano de 2021. Para o desenvolvimento eficaz do desenvolvimento do seu negócio, é urgente a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes do ML.
A atividade do TREM, ACE e TREM II, ACE centrou-se na gestão dos seus ativos e passivos, e obrigações decorrentes.
Em 2023, a empresa celebra os seus 75 anos de existência. Somos, inquestionavelmente, uma mais-valia para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações da cidade e da Área Metropolitana de Lisboa, enquanto operador e agente da mobilidade que aposta no crescimento e na sustentabilidade ambiental.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE. DESTAQUES DO ANO



"A nossa empresa é fundamental para o futuro. E o futuro é a próxima estação", Vitor Domingues dos Santos, Presidente do Conselho de Administração.

A evolução do ML fala por si, desde que, por exemplo, desdobrámos a antiga estação da Rotunda e criámos a estação dupla do Marquês Pombal.
Ou, por exemplo, quando chegámos à Baixa-Chiado e ao Cais do Sodré ou a Santa Apolónia. Ou quando descobrimos vestígios do Circo Romano de Olisipo, no Rossio, ou quando contribuímos para a estabilização das ruínas do Convento do Carmo. Ou quando chegámos à Expo e, mais tarde, ao Aeroporto.
Estamos a viver um momento de transição para uma economia e uma sociedade cuja ambição é deixar de depender dos combustíveis fósseis. Nesse contexto, a nossa empresa é fundamental para o futuro.
E o futuro é a próxima estação.
Aos trabalhadores do ML, as palavras serão de reconhecido agradecimento pela forma profissional que sempre mantiveram, ao garantir a atividade diária da empresa e o seu contributo para a manutenção de um transporte essencial na mobilidade sustentável da cidade e da área metropolitana de Lisboa.
É, igualmente, devido um agradecimento aos titulares dos órgãos sociais e às suas equipas pelo empenho que sempre evidenciaram, disponibilizando-se, no quadro das respetivas competências, para apoiar o Conselho de Administração, de modo a alcançar os objetivos referidos no presente relatório, assegurando o normal funcionamento da empresa.
O nosso agradecimento a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, com o ML e que contribuíram, diariamente, para fazer desta empresa uma empresa de referência, fundamental para o serviço público de transportes.

Lisboa, 20 de junho de 2023

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Presidente do Conselho de Administração
Vítor Domingues dos Santos

2. PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO DE EMPRESAS METROPOLITANO DE LISBOA

QUADRO 1
Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021 Abs	Var. 2022/2021 %	Var. 2022/2019 Abs	Var. 2022/2019 %
Indicadores de PROCURA[1]									
PT (Passageiros Transportados)	10^3	136 726	83 716	90 567	183 801	53 010	63,3	(47 075)	(25,6)
PKT (Passageiros x km)	10^3	711 833	403 679	433 114	880 985	308 153	76,3	(169 152)	(19,2)
Indicadores de OFERTA									
Ckm (Carruagens x km)	10^3	27 965	24 398	26 373	27 623	3 568	14,6	342	1,2
LKO (Lugares x km)	10^3	3 580	3 123	3 376	3 536	457	14,6	44	1,2
Qualidade de Serviço									
Regularidade	%	94,9	96,8	96,9	98,7	-	(1,9) p.p.	-	(3,7) p.p.
Taxa de Ocupação	%	19,9	12,9	12,8	24,9	-	7,0 p.p.	-	(5,0) p.p.
INDICADORES DE RH									
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 575	1 521	1 517	1 504	54	3,6	71	4,7
Massa Salarial	m€	61 962	59 267	58 359	57 651	2 695	4,5	4 311	7,5
Indemnizações por Rescisão	m€	0	0	0	0	0	-	0	-
ESTRUTURA ACIONISTA									
Total do Capital Social	M€	3 849,3	3 667,9	3 414,0	3 093,6	181	4,9	756	24,4
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	100	-	0,0 p.p.	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL									
Ativo não corrente	M€	5 634,3	5 680,6	5 662,6	5 549,2	(46)	(0,8)	85	1,5
Ativo corrente	M€	216,6	196,5	111,4	88,7	20	10,2	128	144,1
Total Ativo	**M€**	**5 850,9**	**5 877,1**	**5 774,0**	**5 637,9**	**(26)**	**(0,4)**	**213**	**3,8**

[1] A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de encargos financeiros. Var. 2022/2019
[2] Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas non-cash.

2. PRINCIPAIS INDICADORES DO GRUPO DE EMPRESAS METROPOLITANO DE LISBOA

QUADRO 1
Principais indicadores do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa (cont.)

SITUAÇÃO PATRIMONAL	Un.	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021 Abs	Var. 2022/2021 %	Var. 2022/2019 Abs	Var. 2022/2019 %
Capital Próprio	M€	1 914,8	1 730,4	1 501,0	1 246,0	184	10,7	669	53,7
Passivo	M€	3 936,0	4 146,7	4 273,0	4 391,9	(211)	(5,1)	(456)	(10,4)
Total Capital Próprio e Passivo	**M€**	**5 850,9**	**5 877,1**	**5 774,0**	**5 637,9**	**(26)**	**(0,4)**	**213**	**3,8**
INVESTIMENTOS[1]									
Infraestruturas de Longa Duração	M€	44,2	52,8	16,4	9,7	(9)	(16,2)	35	357,7
Outros Investimentos	M€	5,9	34,5	5,0	4,3	(29)	(83,0)	2	37,5
Despesa de Investimento	**M€**	**50,1**	**87,3**	**21,4**	**13,9**	**(37)**	**(42,6)**	**36**	**259,7**
INDICADORES DE ESTRUTURA									
Passivo Remunerado	M€	3 293	3 395	3 494	3 614	(102)	(3,0)	(320)	(8,9)
Autonomia Financeira %	%	32,73	29,44	26,00	22,10	-	3,3 p.p.	-	10,6 p.p.
Solvabilidade %	%	48,65	41,73	35,13	28,37	-	6,9 p.p.	-	20,3 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS									
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	21	36	41	47	(15)	(41,7)	(26)	(55,3)
Volume de Negócios Consolidado	M€	112,0	67,4	67,5	120,1	45	66,1	(8)	(6,8)
EBITDA Consolidado (corrigido)[2]	M€	1,50	(3,97)	(28,43)	6,15	5	(137,7)	(5)	(75,7)
Margem do EBITDA Consolidado (corrigido)	%	1,34	(5,89)	(42,10)	5,12	-	7,2 p.p.	-	(3,8) p.p.
Rendimentos Operacionais Consolidados (corrigidos)[2]	M€	128,89	112,70	92,31	125,5	16	14,4	3	2,7
Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos)[2]	M€	127,39	116,67	120,74	119,4	11	9,2	8	6,7
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais Consolidados (corrigidos)	%	101,2	96,6	76,5	105,2	-	4,6 p.p.	-	(4,0) p.p.

[1] A "Despesa de investimento" apenas considera o investimento líquido de TPE e de encargos financeiros.
[2] Valor corrigido de Provisões, Ajustamentos, Imparidades, Aumentos/reduções de justo valor, Subsídios ao investimento, Equivalência patrimonial/subsidiárias e outras rubricas *non-cash*.

ORGANIZAÇÃO





1. O ML E AS SUAS PARTICIPADAS





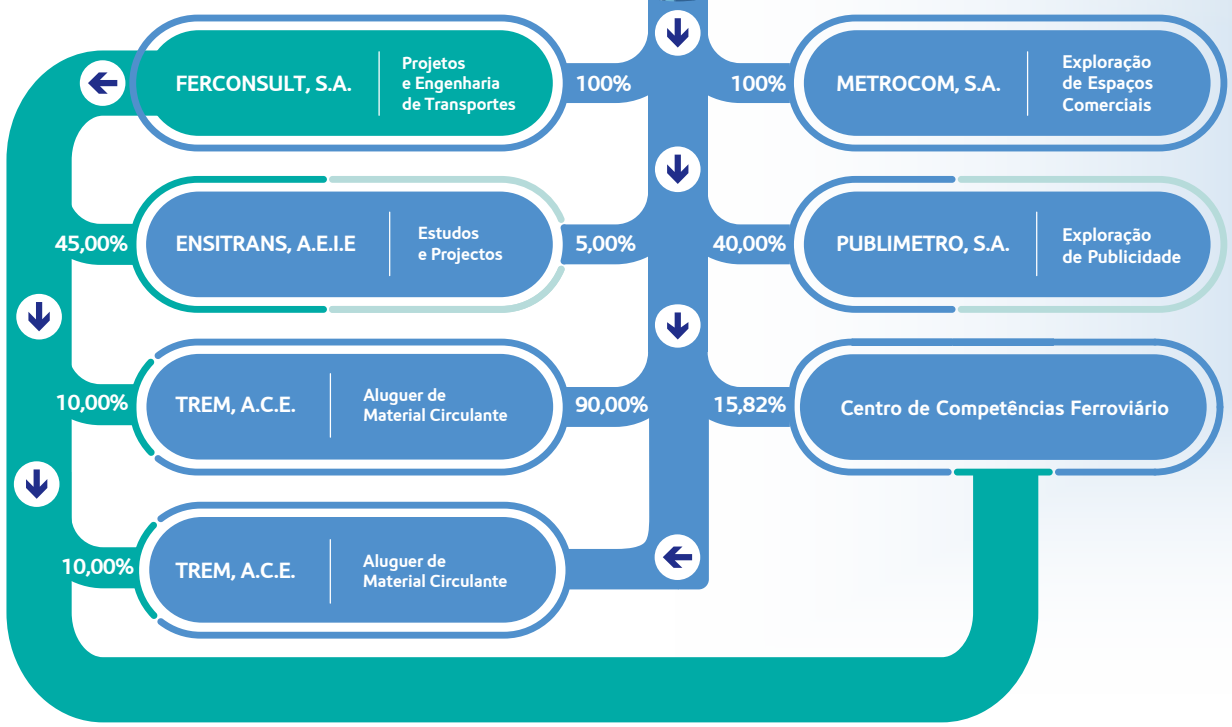


ILUSTRAÇÃO 1
Organograma de participações sociais

O Metropolitano de Lisboa presta serviços de transporte público de passageiros por metropolitano na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, em regime de concessão. Para o efeito, desenvolve atividades conexas, como sejam a operação, a promoção do Transporte Público (TP) e a manutenção da infraestrutura.

Explora, ainda, de forma comercial, os espaços existentes na rede, através da cedência de espaços para lojas, máquinas de *vending* e outros, através da Metrocom, S.A., e venda de serviços de publicidade, através da Publimetro, S.A..

A participada Ferconsult S.A., detida a 100% pelo ML, assumiu-se como o principal parceiro do Metropolitano de Lisboa para o desenvolvimento da sua rede, designadamente na construção de novas linhas e na expansão das existentes.

Na sequência da implementação do plano de reestruturação, no final de 2020, os trabalhadores desta entidade foram integrados no quadro de pessoal da empresa-mãe.

Através da nomeação do Conselho de Administração para o mandato 2022-2024, pelo Despacho n.º 9167/2022, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2ª série – nº 144, de 27 de julho de 2022), o atual Conselho de Administração entrou em funções a 13 de julho de 2022.

2. PROPÓSITO, ÂMBITO E PRINCÍPIOS DE GESTÃO

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial, com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e pela lei aplicável às empresas públicas.
A Ferconsult, S.A. e a Metrocom, S.A. são empresas detidas, integralmente, pelo Metropolitano de Lisboa.
O "Manual do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente"[1] foi aprovado pelo Conselho de Administração, que autorizou incluir a referência da Certificação pela norma NP4475, a integração da Ferconsult e respetivo ajuste de processo.
O referido Manual é um documento onde são definidas as diretrizes do "Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente" do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa.
Em 2021[2], o Conselho de Administração deliberou aprovar a substituição da "Missão, Visão e Valores" para a adoção dos conceitos "Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão", que a seguir se enunciam:

i. PROPÓSITO

Ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

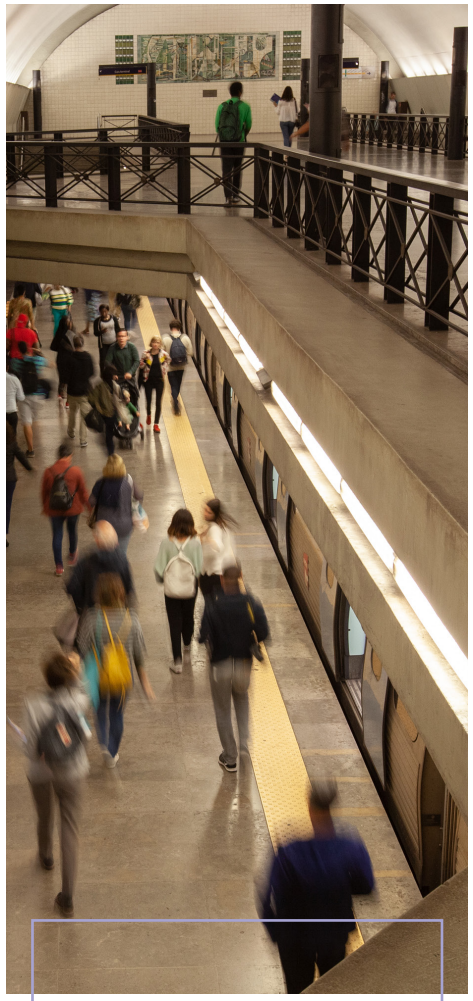
ii. ÂMBITO

Prestar um serviço de transporte público de passageiros no modo metropolitano ou noutros sistemas de mobilidade em canal dedicado, onde se insere a gestão global da infraestrutura, nomeadamente, a conceção, a produção da construção e a exploração, incluindo a exploração de espaços comerciais, orientado para o cliente, em regime de concessão atribuída pelo Estado, promovendo a mobilidade sustentável e visando a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

iii. PRINCÍPIOS DE GESTÃO

As decisões gestionárias tomadas pelo Metropolitano de Lisboa refletem os seguintes princípios de gestão:

- O superior interesse dos nossos clientes;
- As expetativas das diferentes partes interessadas, construindo relações duradouras de confiança com os nossos colaboradores, clientes, parceiros e comunidades;
- O desenvolvimento do negócio de forma socialmente responsável e sustentável, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público;
- A promoção do transporte público e da mobilidade sustentável;
- O rigor, a transparência e o comportamento ético;
- A qualidade e segurança na prestação do serviço com recurso a soluções inovadoras, eficientes e criando valor nas áreas em que atuamos.



Queremos ser o eixo central da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML)

iv. POLÍTICA DE GESTÃO

O Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA) rege-se por um conjunto de pressupostos definidos

[1] Deliberação n.º 1625645, de 07 de abril de 2022.
[2] Deliberação n.º 1587859, de 16 de setembro de 2021.

2. PROPÓSITO, ÂMBITO E PRINCÍPIOS DE GESTÃO

pelo Conselho de Administração (CA) e baseados nos princípios gerais do ML:

- **A satisfação do cliente como objetivo central** – Concebendo e mantendo um serviço de transporte público de passageiros que dê resposta às expetativas e necessidades dos nossos clientes e demais partes interessadas;
- **Uma liderança empenhada e comprometida** – Garantindo o alinhamento organizacional aos diversos níveis, definindo uma estratégia e objetivos claros para a organização e acompanhando a consecução desses objetivos;
- **Responsabilidades partilhadas e claramente definida** – Definindo responsabilidades claras aos vários níveis da organização e fornecendo os meios para que as responsabilidades possam ser assumidas;
- **O envolvimento e qualificação da colaboradoras e dos colaboradores** – Sensibilizando, qualificando e incentivando as colaboradoras e os colaboradores a participarem ativamente na melhoria dos processos, ao nível da sua eficiência, do seu desempenho ambiental e da mitigação dos riscos associados;
- **A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados** – Identificando os processos chave da cadeia de valor e as suas interações, de forma a garantir a eficiência da gestão;
- **A melhoria contínua do desempenho** – Através de um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA), dotado de mecanismos que permitem monitorizar a eficiência dos processos e o desempenho ambiental, incluindo o desempenho energético, divulgar esses dados de forma transparente e identificar e implementar oportunidades de melhoria;
- **A tomada de decisões de forma sustentada** – Garantindo que existem dados que permitam que a tomada de decisões seja baseada em factos;
- **O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores** – Definindo níveis de serviço e boas práticas de qualidade e ambiente, e trabalhando conjuntamente com vista a garantir o seu cumprimento e melhoria contínua, com vantagens para ambas as partes;
- **A gestão dos impactes ambientais** – Identificando e avaliando os aspetos e impactes ambientais, implementando medidas com vista a minimizar os aspetos ambientais significativos negativos, incluindo os consumos energéticos, e maximizando os impactes ambientais positivos;
- **O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis** – Identificando os requisitos aplicáveis à Organização (legislação, normas e compromissos assumidos voluntariamente) e definindo medidas com vista a ser assegurado o seu cumprimento e a transposição célere, para a organização, de novos requisitos;
- **A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado** – Procurando em permanência conhecer as melhores práticas e as melhores

A satisfação do cliente é o nosso objetivo principal



2. PROPÓSITO, ÂMBITO E PRINCÍPIOS DE GESTÃO

soluções no mercado, verificar a sua aplicabilidade ao serviço prestado e implementá-las sempre que adequado.

v. CARTA DO CLIENTE

A. Declaração de Compromisso

O Metropolitano de Lisboa tem como principal objetivo melhorar continuamente a qualidade de serviço prestado, de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes, tendo como base uma gestão sustentável. A presente Declaração de Compromisso visa reforçar o diálogo entre a Empresa e os seus Clientes, contribuindo para o bem-estar social.

I. Oferta de serviço de transporte:

- Fornecer um serviço de qualidade e adequado às expectativas do cliente;
- Contribuir para o reforço da articulação intermodal;
- Implementar horários que correspondam; eficazmente, à procura existente.

II. Recursos humanos;

- Assegurar a qualidade dos recursos humanos para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando condições de conforto, qualidade e rigor.

III. Segurança:

- Promover e aplicar, em permanente colaboração com as forças de autoridade, as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte e na sua utilização, bem como garantir a segurança dos clientes;
- Manter os veículos em bom estado de conservação;
- Assegurar que os equipamentos ao dispor do cliente se encontram em perfeitas condições de funcionamento.

IV. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar a acessibilidade de todos os clientes, mesmo daqueles cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida.

V. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação e do serviço.



VI. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações, fazer a sua análise, promover medidas de melhoria e providenciar, em tempo útil, a respetiva resposta;
- Avaliar periodicamente, através de inquérito específico, o nível de satisfação dos clientes.

VII. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar, de uma forma percetível e rigorosa, em espaços próprios e através dos diversos suportes de comunicação com o cliente, a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- Dinamizar a rede de vendas, disponibilizando diversas formas e meios para aquisição dos títulos de transporte;

2. PROPÓSITO, ÂMBITO E PRINCÍPIOS DE GESTÃO

› Disponibilizar canais e espaços próprios que permitam ao cliente resolver situações anómalas ou que, pela sua especificidade, necessitem de uma análise especializada.

VIII. Ambiente

› Cumprir os requisitos legais quanto a emissões poluentes, contribuindo para a proteção do meio ambiente;

› Promover e disponibilizar meios que facilitem ao cliente as boas práticas de proteção do ambiente.

IX. Limpeza e conservação:

› Garantir que as estações, os veículos e os equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza.

B. Deveres do Cliente

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do ML deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

› Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo aos agentes ao serviço da empresa sempre que for solicitado;

› Validar sempre o título de transporte. Se não o fizer, o cliente incorre numa transgressão (Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro);

› Não fumar nas instalações e no interior dos veículos. Se o fizer, o cliente incorre em infração prevista e punida por lei (Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto art.º 4 n.º1 alínea u);

› Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais (Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, Portaria n.º 968/2009, de 26 de agosto e Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril), bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;

› Utilizar os equipamentos de forma adequada;

› Respeitar o sinal de fecho de portas e os avisos de segurança;

› Colaborar com os clientes prioritários e de mobilidade reduzida sempre que necessário e respeitar os lugares que lhes são destinados;

› Ajudar a manter os locais de espera e veículos limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;

› Evitar produzir ruído que possa incomodar os outros passageiros;

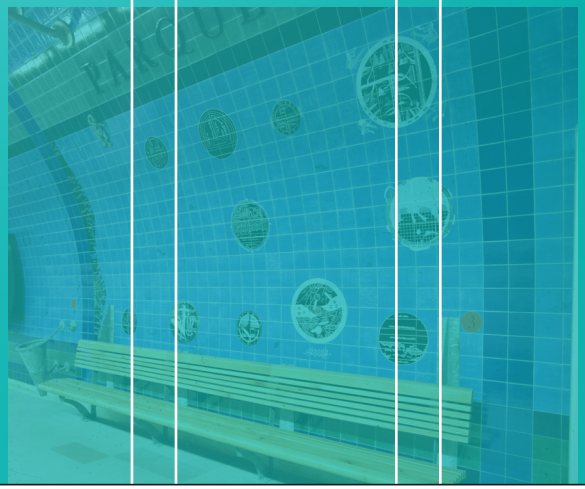
› Alertar os agentes ao serviço da empresa para a existência de alguma situação anómala ou perigosa.

Em síntese, o cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja em relação a outros clientes, ou aos agentes ao serviço da empresa, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.



O cliente deve comportar-se de um modo responsável e cumpridor

III. ANÁLISE DE CONTEXTO



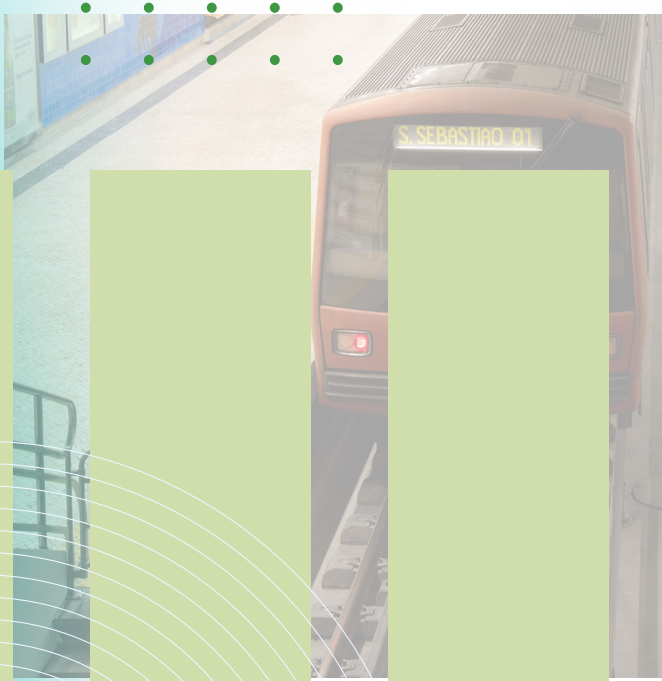
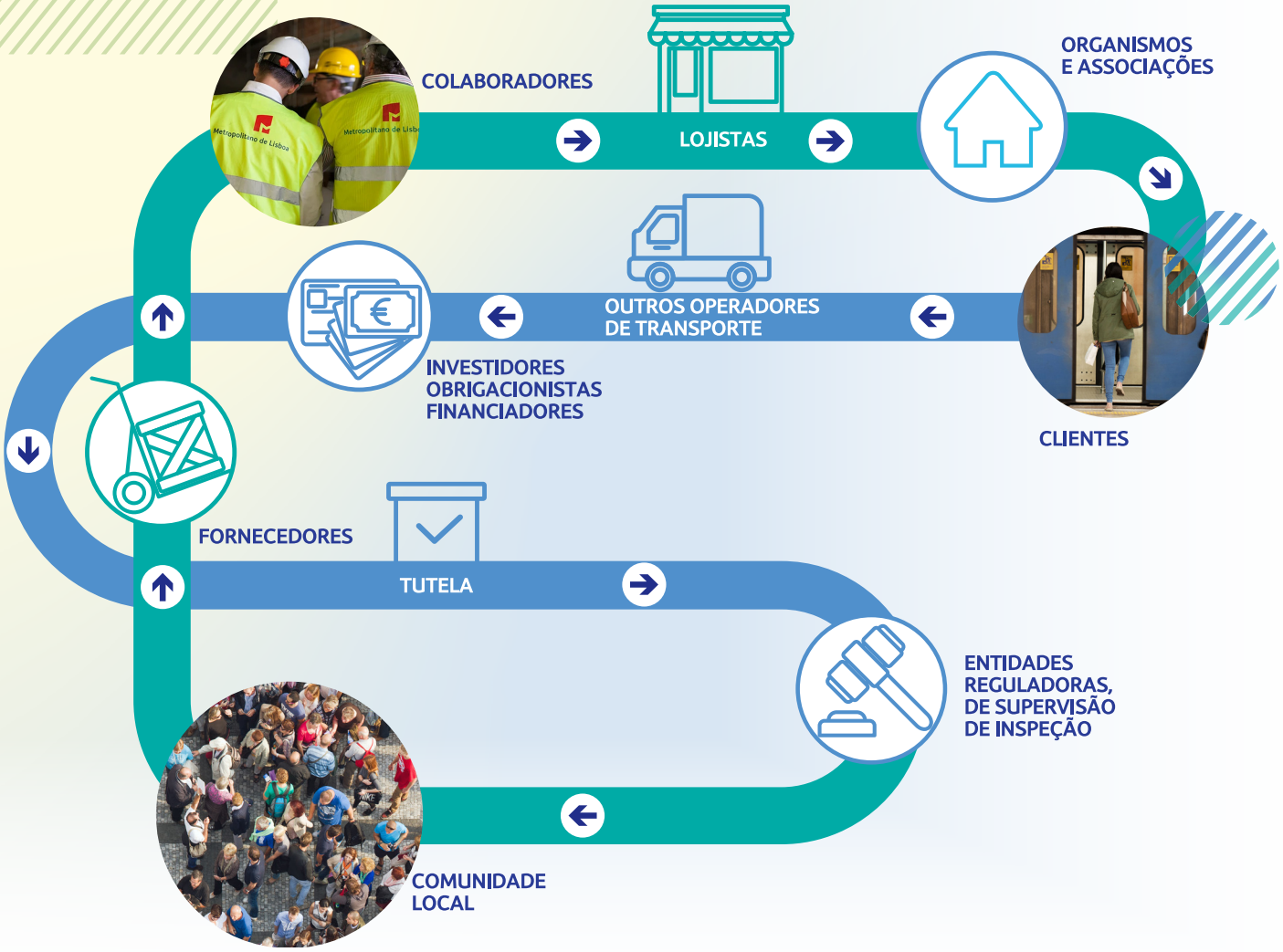


ILUSTRAÇÃO 2
Os *stakeholders* do grupo
de empresas Metropolitano de Lisboa



i. PARTES INTERESSADAS

Para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e Metrocom, S.A., tanto no presente como no futuro, as partes interessadas são todos os grupos identificados em concordância com as orientações da AA1000 Stakeholder Engagement, cuja qualidade de vida possa ser afetada pelas atividades desenvolvidas.

Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com que estas empresas têm relações contratuais ou regulamentares (clientes; colaboradores e reformados; fornecedores; Tutela; organismos e associações a que o ML aderiu voluntariamente), foi efetuada uma análise do impacto da atividade das mesmas, de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

Para as diversas partes interessadas, foram identificadas as obrigações de conformidade e os documentos que as traduzem, bem como a forma de auscultação.

1. ANÁLISE EXTERNA

A análise anual ao contexto externo, elaborada no presente Relatório Consolidado, é efetuada de acordo com a metodologia PESTAL, utilizando, para o efeito, uma análise com base nos seguintes vetores:

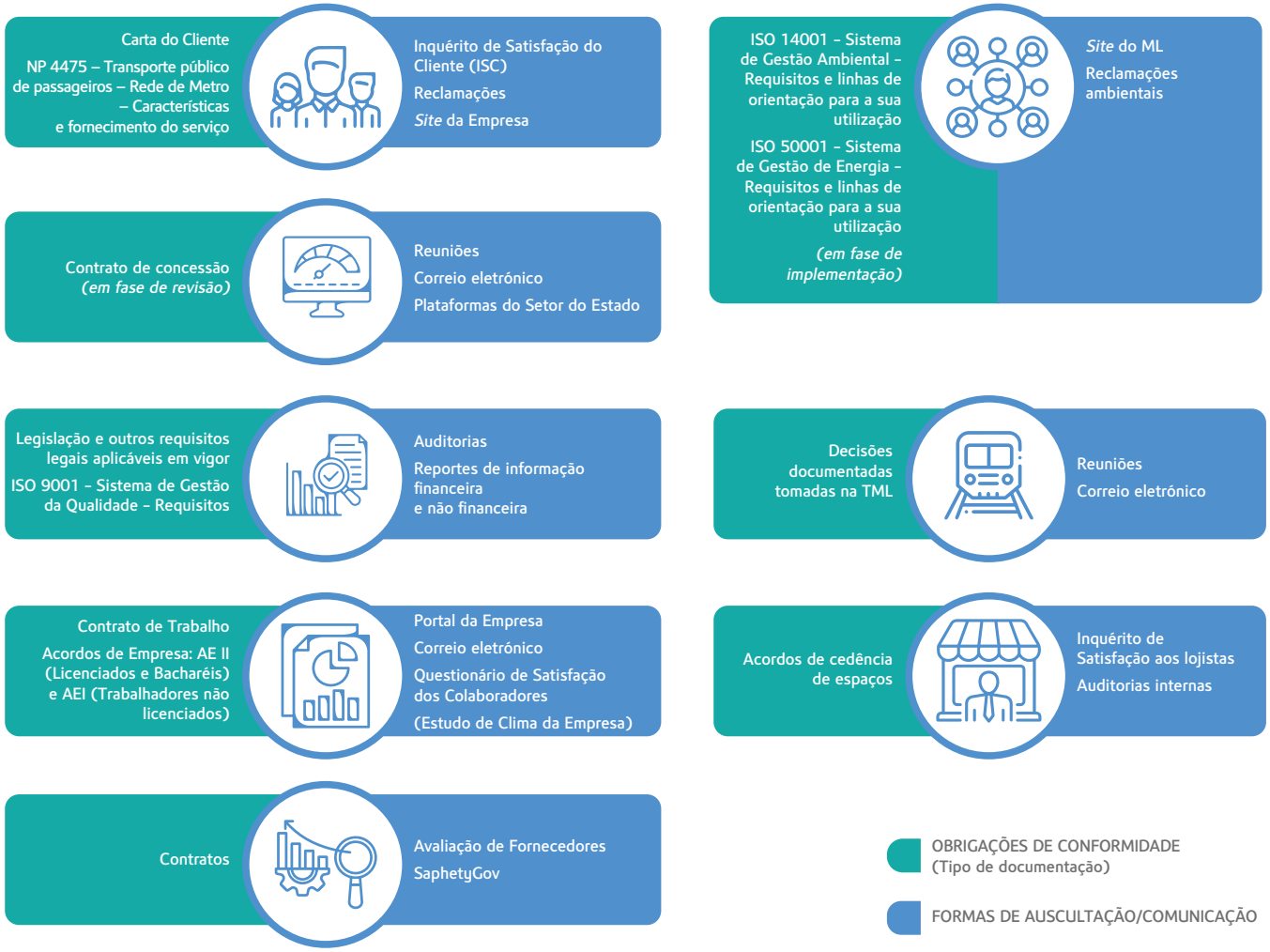
i. POLÍTICA

O Orçamento de Estado (OE) de 2022, apresentado pelo Governo em 2021, é chumbado pela oposição. A principal força da oposição, que tinha validado o OE21 em pleno período de pandemia, não mantem o apoio, contribuindo para a antecipação de eleições. Este processo deixa o país sem OE e a fazer contas em duodécimos. O ano de 2022 começa, assim, marcado por Eleições Legislativas e pela eleição de um novo Governo com maioria absoluta.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma operação militar de grande escala na Ucrânia. A invasão despoletou uma guerra na Europa, destabilizando as nações europeias e erodindo relações políticas, económicas e sociais. O quadro geopolítico ficou caracterizado por uma grande incerteza, algo que aparenta prolongar-se em 2023.

Na última quinta-feira de setembro de 2022, depois de várias reuniões periódicas envolvendo a Direção Geral de Saúde, o Infarmed e o Instituto Ricardo Jorge, e após um elevado nível de vacinação, o Governo decide não renovar a situação de alerta, pondo fim às medidas publicadas em Diário da República, depois de Portugal ter passado, desde março de 2020, por

ILUSTRAÇÃO 3
Alinhamento dos *stakeholders* com as formas de auscultação



1. ANÁLISE EXTERNA

situações de calamidade, catástrofe e estados de emergência.
Face aos elevados preços da energia, os Estados-membros adotam, formalmente, um regulamento do Conselho, com medidas comuns, para reduzir a procura de eletricidade e redistribuir as receitas excedentárias do setor da energia às famílias e às pequenas e médias empresas.

ii. ECONÓMICA

Em linha com as projeções, a economia portuguesa, em 2022, cresceu 6,7%, o melhor resultado dos últimos 35 anos, acelerando após o crescimento de 4,9% registado em 2021. Com efeito, a atividade económica no agregado nacional confirmou a rota ascendente, depois de cair 8,4% em 2020, recuperando da queda através da riqueza gerada nesse ano de forte contração.

Destaque para o forte peso das exportações em 2022, que atingiram 50% do peso do PIB, e de uma aceleração do consumo privado. Por outro lado, o quadro de volatilidade na confiança dos agentes económicos, gerado pelo contexto geopolítico e pelos riscos decorrentes do aumento da inflação, aliados à incerteza da resposta dos governos e bancos centrais à inflação, resultaram num abrandamento e adiamento do investimento pelos indivíduos e entidades.
Os resultados de 2022, ilustrados por indicadores económicos e de gestão, para além de traduzirem a expectável recuperação pós-pandemia, deixam patentes, também, as consequências da guerra na Ucrânia. Assumindo-se como motor inicial do aumento da inflação (devido ao índice de bens energéticos), conjugado com as deficiências nas cadeias de abastecimento pós COVID, o aumento do custo de vida, pela diminuição real dos salários, fez-se sentir, gerando uma desaceleração da atividade económica em Portugal na segunda metade do ano.
Releva-se a contribuição significativa do setor do Turismo para o patamar histórico atingido pela rubrica

Variação do PIB face ao período homólogo (%)						
2019	2022	1ºT 2022	2ºT 2022	3ºT 2022	4ºT 2022	2022
2,7%	4,9%	11,8%	7,1%	4,9%	3,2%	6,7%

Fonte: INE

TOTAL DE DORMIDAS (10^3)

Nacional

2019	2021	2022	VAR (%) 2019/2022
70 159,0	37 332,4	69 571,3	-0,84%

AM Lisboa

2019	2021	2022	VAR (%) 2019/2022
18 639,1	7 731,5	17 996,7	-3,45%

Fonte: INE

das exportações em 2022. De facto, a atividade turística em Portugal no cômputo de 2022 é assinalável, equiparando-se aos níveis de 2019, ilações ilustradas, por exemplo, pelo número total de dormidas. De destacar que a tendência do número de passageiros transportados do ML é intensamente impactada pela atividade turística na cidade de Lisboa e arredores.

1. ANÁLISE EXTERNA

iii. SOCIAL

O ano 2022 ficou marcado pelo fim das restrições ao COVID-19. A 28 de setembro, o Governo, motivado pela elevada população já vacinada, pela proteção conferida pela vacina e pela menor agressividade das estirpes de SARS-CoV-2 em circulação, pela baixa incidência da doença e, sobretudo, pelo seu impacto na saúde das pessoas e no funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, põe fim às restrições do COVID-19, mantendo apenas o uso de máscara obrigatório nas unidades de saúde e unidades residenciais para pessoas idosas, apesar de ter continuado, até 7 de novembro, a fazer as monitorizações, não acabando com o uso de máscara nos serviços de saúde.

Num registo oposto, a guerra na Ucrânia materializou-se não só em consequências políticas, como também atingiu, nos campos económicos e sociais, os países europeus. Invariavelmente, o aumento da inflação e das taxas de juro figura como agravante a nível de desigualdades económicas e sociais. Os trabalhadores viram o seu rendimento real a diminuir, em oposição aos lucros unitários das empresas, segundo dados do BCE, de maio de 2022. É de destacar um quadro social de alguma agitação e fricção.

	Taxa de Desemprego face ao período homólogo (%)						
	2019	2021	1ºT 2022	2ºT 2022	3ºT 2022	4ºT 2022	2022
Nacional	6,6%	6,6%	5,9%	5,7%	5,8%	6,5%	6,0%
AM Lisboa	7,1%	6,8%	6,8%	6,8%	7,6%	7,6%	7,2%

Fonte: INE

Ainda assim, e em linha com o aumento do PIB, o desemprego baixou 0,6 p.p. a nível nacional, tendo, contudo, sido registado um aumento da população desempregada, na Área Metropolitana de Lisboa, de 0,4 p.p.



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM TELETRABALHO (%)

2021	2022
9,3%	17,0%

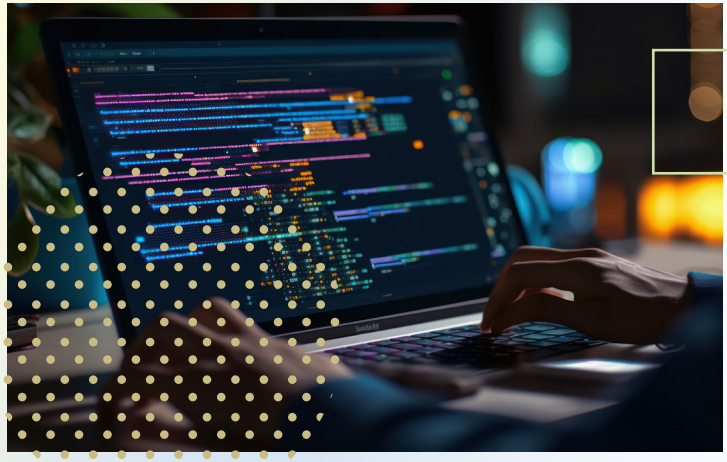
Fonte: INE

Invariavelmente, e confirmando a tendência que vinha sendo afirmada desde a pandemia, a proporção da população empregada em teletrabalho cifrou-se, no conjunto do ano de 2022, em 17%, registando um aumento de 7,7 p.p. face ao período homólogo. Considerando que a porção de trabalhadores em regime remoto devido à pandemia COVID-19 é, atualmente, reduzida, o teletrabalho consolida-se notoriamente como um novo sistema de organização das empresas e dos seus trabalhadores, funcionando como uma das variáveis explicativas para o nível de passageiros transportados pré-pandemia no ML ainda não ter sido atingido.

1. ANÁLISE EXTERNA

iv. TECNOLÓGICA

As novas tecnologias, principalmente ao nível do digital, têm provocado uma verdadeira disrupção nos diversos modelos de negócio, ao qual o setor dos transportes não é exceção. A pandemia veio acelerar fortemente este processo, a nível tecnológico, sobretudo a nível da disponibilidade das pessoas para o seu uso. As PME portuguesas têm alguma resistência em adotar soluções de inteligência artificial (IA), apesar dos múltiplos benefícios para o negócio. Depois da pandemia, a IA veio ajudar as empresas a ultrapassar obstáculos. Segundo dados do Eurostat, publicados em abril de 2021, apenas 9% das PME em Portugal utilizam IA. Apesar de Portugal ainda estar acima da média europeia, que se situa nos 7%, há ainda um longo caminho a percorrer. Hoje em dia, a IA é imprescindível nas empresas e o mercado oferece múltiplas soluções a preços acessíveis. As empresas preparadas para digitalizar processos estão mais aptas a cenários de teletrabalho e de vendas *online*. Neste sentido, as PME podem reduzir o tempo que gastam em tarefas monótonas e aumentar a satisfação dos seus trabalhadores. A dimensão da Digitalização incluída no PRR permitirá, também à economia portuguesa, um aumento da sua produtividade e competitividade a nível internacional. Geralmente, a implementação de IA está ligada ao trabalho na *cloud*, o que facilita, e muito, a melhoria da eficiência dos processos, já que permite o acesso a informações internas da empresa de qualquer lugar. Mas a aposta nas novas tecnologias tem também os seus riscos, o que vem acentuar a importância da Cibersegurança nas organizações. Em 2022, intensificam-se as situações de ciberataques em algumas empresas sediadas no território nacional (Impresa, Vodafone, Hospital Garcia da Horta, Sonae, BCP, EMGFA, TAP entre outros), que resultaram em ataques mais ou menos destrutivos e com impacto na operação das empresas e no roubo de dados dos seus clientes, em alguns casos, sem recuperação.

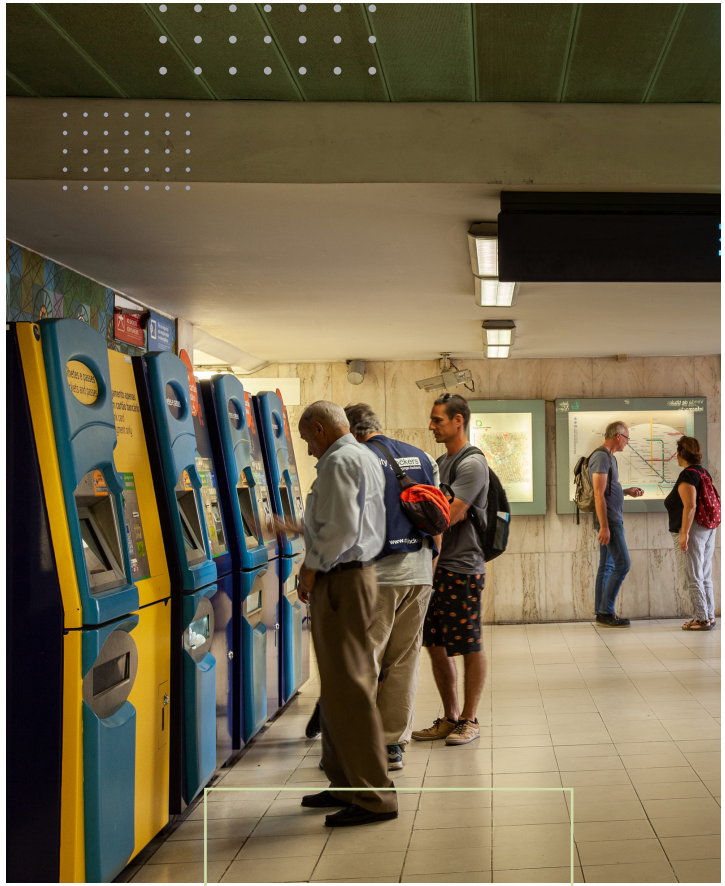


A aposta nas novas tecnologias tem os seus riscos, o que vem acentuar a importância da Cibersegurança nas organizações

v. AMBIENTAL

O ML possui uma estrutura resiliente para os impactos diretos destes fenómenos. O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa (PMAAC-AML) que o ML acompanhou, na fase da sua elaboração, sintetiza os riscos, atuais e futuros, em termos climatéricos para a AML, identificando zonas críticas e medidas de mitigação. As alterações climáticas provenientes do aumento global da temperatura já se começaram a fazer sentir, aumentando a frequência de fenómenos extremos. Em julho de 2022, realizou-se, em Lisboa, a Conferência dos Oceanos promovida pelas Nações Unidas. Portugal é atingido por uma onda de calor, tornando julho o mês em que se atinge o pico, provocando noites tropicais. Mas o país fica marcado, também, pela seca e pelos incêndios. O ano não acaba sem passar por outro fenómeno extremo, com chuvas intensas a provocarem violentas cheias,

1. ANÁLISE EXTERNA



As calamidades metereológicas provocam uma escassez de recursos e, consequentemente, o aumento dos preços

sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa. Na sequência destas condições meteorológicas, algumas estações de Metro sofreram constrangimentos com impacto no funcionamento do serviço. Neste sentido, estas as calamidades metereológicas provocam uma escassez de recursos e, consequentemente, o aumento dos preços.

vi. LEGAL

A evolução dos requisitos legais aplicáveis ao grupo de empresas do ML, quer da legislação nacional, quer da comunitária, tem vindo a tornar-se mais exigente em termos de obrigações, nomeadamente, a nível ambiental e na obrigatoriedade de reporte. Por outro lado, a revisão do contrato de concessão, atualmente em curso, exigirá um maior nível de rigor ao ML, não só ao nível do reporte mas, sobretudo, no controlo das exigências de qualidade do serviço público prestado. A existência de um contrato de concessão adequado, mesmo que exigente, poderá ajudar a empresa a focar-se nos seus objetivos, garantindo o alinhamento organizacional e permitindo, de forma mais fácil, separar o essencial do acessório.

Ao nível da proteção de dados, a legislação que entrou em vigor em 25 de maio de 2018 criou novos desafios e obrigou as empresas a adaptarem-se às novas exigências legais. Neste sentido, o ML passou a dispor de um DPO e introduziu todas as alterações necessárias para garantir o cumprimento cabal da legislação em vigor.

Desde 1 de janeiro de 2022 que as empresas devem começar a divulgar informação, em concordância com a taxonomia da UE, dando cumprimento aos requisitos divulgados ao abrigo da Diretiva de Informação Não Financeira (NFRD) e do Regulamento da Taxonomia. Neste sentido, os participantes do mercado que estão abrangidos pela NFRD têm que divulgar informação sobre os seus esforços na adaptação e mitigação das alterações climáticas relativamente às atividades económicas específicas, de acordo com as regras da taxonomia e em relação ao ano de 2021.

Por outro lado, a pandemia trouxe um conjunto de obrigações legais, quer em termos da organização do trabalho, quer em termos do serviço ao cliente, que compeliu a empresa a adaptar-se, por forma a garantir o seu cabal cumprimento. No seguimento do fim das restrições ao COVID-19, algumas empresas adotaram, definitivamente, as regras do teletrabalho.

2. ANÁLISE INTERNA

A par da análise ao contexto externo é elaborada também uma análise ao contexto interno da organização. Esta análise é feita para os seguintes vetores:

i. ORGANIZAÇÃO

O Metropolitano de Lisboa possui uma organização relativamente estável, em vigor desde 1 de abril de 2017, que corresponde à data em que foi reposta a autonomia orgânica da empresa (ver Ilustração 5 – Organograma do Metropolitano de Lisboa, na página 30). Atualmente, o ML encontra-se numa fase de expansão da sua rede e melhoria dos serviços, destacando-se os grandes investimentos em curso com a criação da Linha Circular, os projetos de sinalização e aquisição de material circulante, o prolongamento da linha Vermelha a Alcântara e a ligação dos concelhos de Odivelas e Loures, com a construção do Metro Ligeiro de Superfície (MLS). Neste contexto, o Governo, em julho de 2022, pelo Ministro das Finanças e pelo Ministro do Ambiente e da Ação Climática, nomeou um novo Conselho de Administração para o mandato 2022-2024[3].

Ainda em 2022, a Direção de Manutenção (DMT) e o Gabinete de Valorização do Património (GVP) sofreram ajustes com o intuito de imprimir uma maior dinâmica de inovação na empresa, alicerçada na garantia de sustentabilidade. Consequentemente, foram criadas novas direções técnicas na já existente DMT por forma a possibilitar o grau de desenvolvimento dos trabalhos ao nível do novo material circulante e da sinalização. Já o GVP, alterou a sua designação para "Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG)", na sequência das novas atribuições resultantes da criação do Departamento denominado "Planeamento e Controlo de Gestão". Estas alterações deram continuidade a um conjunto de ajustes que o Conselho de Administração pretendia implementar, com vista a adequar a organização do ML face aos atuais desafios.

Durante a fase de pandemia, o ML viu-se obrigado a adaptar a organização do trabalho estabelecendo equipas em teletrabalho permanente, teletrabalho rotativo e equipas em espelho. A organização foi-se adaptando ao longo do tempo consoante a intensidade da pandemia e as orientações do Governo. Em 2022, o CA autorizou que algumas direções da empresa delineassem regras de teletrabalho que melhor se ajustassem ao seu tipo de trabalho, tendo as áreas CIDS, DCH, DFI, DTI e GAI passado à prática essas normas.



Atualmente, o ML encontra-se numa fase de expansão da sua rede e melhoria dos serviços

[3] Despacho n.º 9167/2022, de 27 de julho (Diário da República nº 144/2022, Série II de 2022-07-27, páginas 96 – 99)

2. ANÁLISE INTERNA



ii. PROCESSOS

Os processos de trabalho e a forma como são desenvolvidas as atividades no Metropolitano de Lisboa encontram-se definidos e documentados, entre outros, nos Manuais de Processo.
Dada a estabilidade da atividade do Metro, a experiência já existente e a prática de ter processos sempre baseados nas melhores práticas (nacionais e internacionais), sustentadas pelo conhecimento e o acompanhamento por via do *benchmarking* de organizações internacionais, como a UITP, a ALAMYS ou o COMET, leva a que os processos de trabalho sejam, na sua grande maioria, eficazes e eficientes.
O projeto de implementação de uma cultura de inovação tem vindo, paulatinamente, a alterar, também, a metodologia seguida por alguns processos, abrindo a empresa ao exterior e implementando novos métodos de trabalho.
O ML concretizou, em 2021, a certificação do seu serviço de transporte público de passageiros pela NP 4475:2020, ficando claramente definidos os requisitos a cumprir para que o serviço ao cliente seja considerado como de qualidade e obrigando o ML a monitorizar permanentemente esses mesmos requisitos.

iii. RECURSOS HUMANOS

Ao nível dos recursos humanos, de uma forma geral, existem as competências necessárias para a realização das atividades previstas.
A elevada idade média dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, situação transversal às diferentes categorias profissionais mas particularmente crítica em áreas com competências específicas associadas ao sistema da empresa, constitui uma dificuldade identificada, cuja resolução continua a assentar numa estratégia de recrutamento de novos trabalhadores para os próximos 5 a 10 anos, que permita a adequada transferência de conhecimentos e experiências profissionais e, também, a atualização e a valorização das competências profissionais dos trabalhadores em geral, assente na aprendizagem de novas tecnologias presentes nos projetos em curso de expansão e de modernização do ML.
Em 2022, deu-se continuidade, assim, ao processo, iniciado em 2018, de recrutamento de novos colaboradores para as áreas comercial e de manutenção mas, também, de técnicos superiores para outras áreas chave da empresa, ainda que se tenha verificado dificuldades em contratar para algumas áreas, por falta de mão-de-obra especializada mas, também, por força dos valores do mercado.
Em 2022, foi lançada a segunda edição do programa de *trainees* para admissão de 10 (dez) de diferentes especialidades em estágios por período de um ano. Este ano fica também marcado pela contratação de 8 (oito) dos 10 (dez) *trainees* da primeira edição daquele programa.
O absentismo continua a ser o problema mais impactante na empresa, ao nível dos recursos humanos, dada a escassez de recursos, tendo aumentado significativamente o valor face ao ano anterior.

2. ANÁLISE INTERNA

iv. RECURSOS MATERIAIS

A legislação em vigor, nomeadamente, o Código da Contratação Pública, e a necessidade de autorização da Tutela, através de Portarias de Extensão de Encargos para contratos plurianuais, tornam os processos aquisitivos mais demorados do que o desejável.

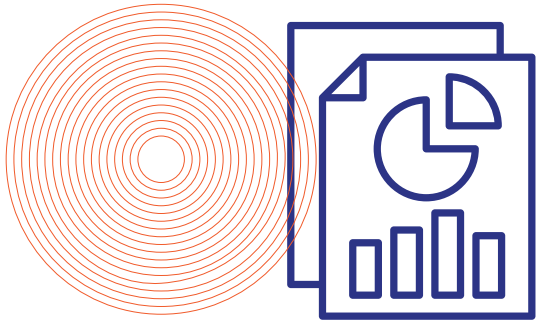
Em 2022, deu-se continuidade à aplicação das medidas especiais de contratação pública, aprovadas em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de execução do Programa de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência.

Dadas as condições atuais do mercado e tendo em conta a existência de uma maior demora na cadeia de logística, torna-se cada vez mais necessário elaborar um planeamento das faltas de materiais, de modo a responder atempadamente às necessidades da empresa.

v. RECURSOS FINANCEIROS

Em 2022, relativamente às contas individuais do Metropolitano de Lisboa, o volume de negócios fixou-se nos 111,2 milhões de euros, registando um crescimento de 44,3 milhões de euros (+66,3%), face a 2021. No PAO 2022, estimava-se um volume de negócios na ordem dos 75,7 milhões de euros, tendo esta estimativa sido superada em 35,5 milhões de euros (+46,9%).

O EBITDA (corrigido) manteve-se em terreno negativo, atingindo -5,3 milhões de euros. No entanto, regista-se uma melhoria de 9,1 milhões de euros, quando comparado com 2021. No comparativo com a estimativa do PAO 2022, também se regista uma melhoria de 19,2 milhões de euros.



Em 2022, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa registou, nas suas contas consolidadas, um aumento do volume de negócios de 66% (+44,5 milhões euros) face a 2021, resultante do aumento da procura.

O EBITDA (corrigido) do grupo ML, apesar de melhorar face a 2021 (+6,5 milhões de euros, +69,9%), ainda se situou em terreno negativo, com um valor de -2,8 milhões de euros. O Resultado Operacional situou-se nos -905 mil euros, representando uma inversão de resultados, registando um decréscimo de 3,3 milhões de euros, decorrente do aumento com os gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos, e aumentos de imparidades e provisões.

vi. INFRAESTRUTURA E MATERIAL CIRCULANTE

A infraestrutura e o material circulante são elementos essenciais para o cumprimento da missão do ML, sendo a sua disponibilidade um fator crucial para a qualidade do serviço prestado. Complementarmente, as atividades de manutenção, as grandes intervenções e a manutenção corrente garantem o funcionamento dos equipamentos, prolongando assim a vida útil dos mesmos.

O atraso histórico registado no plano de manutenção de ciclo largo das componentes do material circulante de exploração (ciclos de manutenção superiores a 150.000 kms) foi substancialmente reduzido. Com efeito, o número de rotinas de manutenção em atraso no final de 2022 reduziu 18% quando comparado com o período homólogo, o que conduziu a uma condição de regularização da manutenção da frota de material circulante de exploração.

Não obstante o significativo esforço desenvolvido em projetos de reabilitação ou de reconversão da frota com

2. ANÁLISE INTERNA

imobilização prolongada, como são exemplo os contratos de *retrofit* de mecanismos de portas de passageiros ou a reconversão de composições existentes para condução automatizada, foi possível manter adequados níveis de disponibilidade operacional da frota, o que é particularmente relevante no período de ponta da manhã de dia útil, superando as necessidades decorrentes do plano da oferta.

Em 2022, a disponibilidade média da frota no período de ponta da manhã de dia útil registou 95,8 composições disponíveis para serviço público, para uma necessidade máxima diária de 88 composições, representando um aumento de 1,2% face ao período homólogo.

Ao nível da infraestrutura principal, foram registados níveis de desempenho técnico estáveis ao longo de todo o ano de 2022. A indisponibilidade mensal registou comportamento consistentemente inferior ao valor máximo estabelecido de 4 horas mensais acumuladas em toda a rede.

Também ao nível da fiabilidade da infraestrutura principal, foi registado um valor médio de 122 horas entre falhas, acima dos objetivos de qualidade



Mais duas novas estações – Cidade Universitária e Entre Campos – dotadas de plena acessibilidade

estabelecidos para estas infraestruturas.

Em 2022, foi autorizada a reprogramação das fontes de financiamento da despesa relativa ao Plano de Expansão – Linha Circular, essencialmente provocada pelo crescimento dos preços, pela alteração anormal e imprevisível dos trabalhos solicitados pela CML e RSB, pela alteração do Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e pelo aumento do prazo provocado pelas aprovações da DGPC e da APA. Esta empreitada tem três lotes:

- Apesar do atraso em consequência dos trabalhos arqueológicos, o Lote 1 apresenta uma execução de 70%, prevendo-se que seja concluído em dezembro de 2023;
- O Lote 2 está executado em 25%, apresentando também um atraso resultante da demora dos sete meses para a aprovação do DCAPE pela APA. Como resultado e mantendo os planeamentos existentes para o que falta realizar, a abertura à exploração não ocorrerá na data inicialmente prevista;
- Os trabalhos do Lote 3 exibem uma execução de 55%, apresentando um atraso temporal inferior aos outros lotes (quatro meses), em sequência do atraso de consignação e aprovação dos desvios de trânsito pela CML e de alguns rendimentos abaixo do previsto na execução do reforço das estruturas existentes no edifício da Estação CGI.

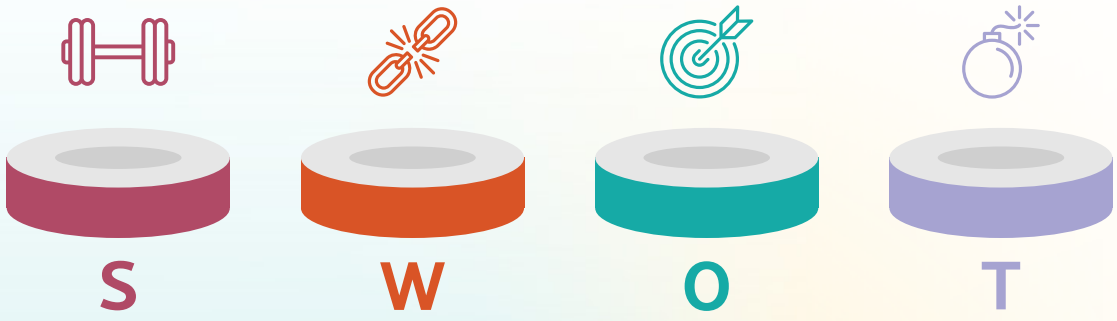
No âmbito do PRR, estão em curso os trabalhos da extensão da linha Vermelha a Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície, que liga Odivelas a Loures (linha Violeta). Em 2022, ocorreu a preparação das peças de procedimento para a contratação pública da empreitada de conceção/ /construção da extensão da linha Vermelha a Alcântara. No início de novembro, o ML tomou conhecimento do teor da providência cautelar a pedir a nulidade da declaração de impacto ambiental deste projeto, no valor de 405,4 milhões de euros, que viria a ser aprovado por RCM, antes do fim de 2022.

O ML visita as instalações da Stadler, o fornecedor das futuras composições, para validar os diversos aspetos que revestem a construção das novas carruagens do Metro. A aquisição de 14 (catorze) novas unidades triplas (42 carruagens) enquadra-se no projeto de modernização da rede do ML. Este contrato prevê, ainda, a modernização do atual sistema de sinalização ferroviária do ML, com a instalação do sistema de controlo automático e contínuo de comboios CBTC em 70 (setenta) comboios já existentes.

No âmbito do Programa de Acessibilidades, o ML passa a dispor de mais duas novas estações – Cidade Universitária e Entre Campos – dotadas de plena acessibilidade. Em 2022, o ML passa a garantir o pleno acesso a pessoas com mobilidade reduzida em 43 das 56 estações, o que corresponde a cerca de 77% da totalidade das estações que compõem a sua rede e Metro.

3. RISCOS E OPORTUNIDADES

Na sequência da análise ao contexto externo e interno é feita uma análise de riscos e oportunidades estratégicos, que se encontram traduzidos na seguinte análise SWOT:



S

POLÍTICA
(*Financiamento comunitário*)

SOCIAL
(Recuperação de receitas próprias; qualidade do serviço prestado)

INFRAESTRUTURA
(Investimentos em projetos de expansão da rede e modernização)

W

RECURSOS HUMANOS
(*Elevada idade média dos Colaboradores; falta de retenção do conhecimento; dificuldade no recrutamento: falta de incentivos e mão de obra especializada*)

PROCESSOS
(*Fraca cultura de partilha e trabalho conjunto entre áreas; aus ncia de Plano Estratégico e ligação operacional ao PAO*)

O

TECNOLOGIA
(*Desenvolvimento tecnológico*)

ECONOMIA
(*Recuperação do turismo*)

SOCIAL
(*Fim das restrições associadas à COVID-19*)

LEGAL
(*Novos instrumentos legais com impactos positivos nas empresas mais sustentáveis*)

T

POLÍTICA
(*Guerra da Ucrânia*)

ECONOMIA
(*Inflação, aumento dos preços*)

AMBIENTE
(*Aumento de eventos climáticos extremos*)

TECNOLOGIA
(*Cibersegurança*)

ILUSTRAÇÃO 4
Análise SWOT

Em 2022, o Metropolitano de Lisboa consolidou o Sistema de Gestão de Risco (SGR), com recurso a ferramentas informáticas desenvolvidas internamente (SAP e SAC), tendo sido revisto o Manual de Risco, mantendo-se em vigor a sua 3ª versão.
Neste contexto, o Comité de Risco da Organização cumpriu as suas atribuições previstas no Regulamento, tendo reunido trimestralmente e alinhado o SGR com a estratégia da Empresa.
De salientar que foi dado o primeiro passo, com vista à integração do SGR no Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente (SGQA), com a atualização do manual de processo de Auditoria interna e gestão de risco.
Em 2022, os riscos TOP da Organização identificados pelo SGR eram os seguintes:

TOP

- Cambial e *commodities*
- Controlo de receita tarifária
- Envolvente política, social e macroeconómica
- Gestão de expansão da rede
- Gestão de tesouraria
- Fraude, corrupção e comportamentos não éticos
- Gestão de dívida, crédito e financiamento
- Gestão de relações laborais
- Processos judiciais
- Segurança das TI

3. RISCOS E OPORTUNIDADES

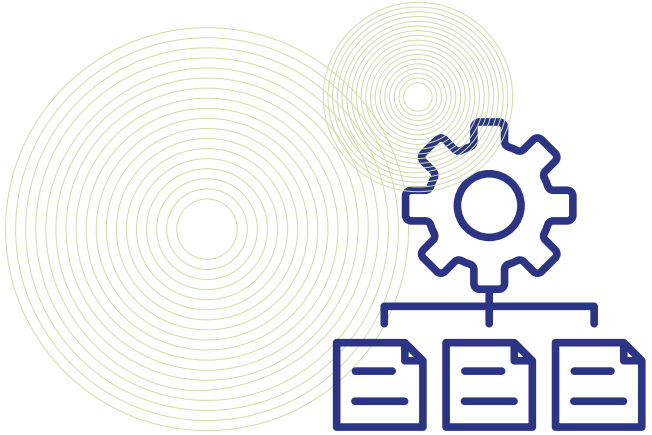
Para além da visão macro do SGR, existem subsistemas de gestão de risco.
Destaca-se, a este respeito, entre outros, o subsistema da expansão da rede do Metro relativo à linha circular (prolongamento entre a estação Rato e a estação Cais do Sodré, incluindo as novas ligações nos viadutos do Campo Grande).
O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)[4] assume-se como outro subsistema de gestão de risco relevante, mantendo-se em vigor a sua 6.ª edição, de 2020, que incluiu a participada Ferconsult.
No PPR, são identificadas as áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência.
No exercício de 2022, o GAI realizou várias auditorias com impacto na matriz de fraude, destacando-se as seguintes:

- Auditoria aos procedimentos de controlo e registo do inventário permanente dos *stocks* da DMT;
- Auditoria ao procedimento de devolução de cauções prestadas ou equivalente (retenções de pagamentos) no âmbito de contratos celebrados (em curso);
- Auditoria ao circuito de registo de ocorrências (em curso).

Foram, ainda, efetuadas ações de acompanhamento (*follow-up*) à implementação de recomendações dos relatórios de auditoria, aprovados pelo Conselho de Administração.
Considerando, assim, a aplicação transversal à Empresa do risco de fraude, corrupção e comportamentos não éticos do PPR, enquanto subsistema, das auditorias realizadas e dos correspondentes *follow-ups*, bem como dos demais projetos no âmbito da promoção da ética e integridade, em 2022, todas as direções foram alvo de análises de riscos à corrupção, não tendo sido identificado qualquer caso.
Vide – GRI 205-1, em Indicadores GRI, pág.ª 247 e Tabelas de Indicadores GRI, página n.º 263
As campanhas de comunicação e as ações de formação são um elemento essencial para a promoção da ética e integridade, encontrando-se previstas no Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo DL 109-E/2021, de 9 de dezembro.
O Metropolitano de Lisboa implementou uma ação de sensibilização, através da publicação periódica de notícias[5] sobre o tema (na intranet da Empresa), destinadas a toda a Comunidade de Trabalho. Por outro lado, com o intuito de chegar aos restantes *stakeholders*, divulgou o seu Código de Ética e de Conduta, através de notícias publicadas quer no seu *site*, quer na sua rede social Linkedin. A este último respeito a empresa procedeu ainda a uma campanha de divulgação da carta de princípios da BCSD Portugal, subscrita pelo ML, relacionada com o objetivo "16. Viver a ética em todas as decisões".
Para além de ter sido realizada, em determinadas áreas, designadamente o Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, formação em matérias relacionadas com o combate à corrupção, no último trimestre do ano, foi, ainda, preparado um plano estruturado de formação para ser implementado, em 2023, a toda a Comunidade de Trabalho, incluindo membros do Conselho de Administração e Diretores.
Por outro lado, e em alinhamento com a ISO 37001 (Sistema de Gestão Anticorrupção), foram divulgados, aos parceiros comerciais, as políticas anticorrupção e respetivos controlos implementados na Empresa, com referência expressa à política de ofertas e envio do Código de Ética e de Conduta, tendo sido pedida informação sobre as políticas implementadas pelos parceiros comerciais.
Vide **GRI 205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção**, em Indicadores GRI e Tabelas de Indicadores GRI, página n.º 247.

[4] Disponível no *site* do ML em https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/PPRCIC_ML_FC_2020.pdf
[5] 13 Notícias.

4. ESTRUTURA DE *GOVERNANCE*



O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto operador de transporte estruturante para a mobilidade da área metropolitana de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados. A estrutura de *governance* do Metropolitano de Lisboa desenvolve-se de forma integrada.

i. MODELO DE GOVERNO

São órgãos sociais do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.: o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (CF), o Revisor Oficial de Contas (ROC) ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) e o Conselho Consultivo (CC), nos termos dos Estatutos da Empresa.

Os membros do CA são nomeados por Resolução do Conselho de Ministros (RCM), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e é renovável, até ao máximo de três renovações, e todos os membros são executivos.

A fiscalização é constituída por um CF e por um ROC ou uma SROC que não seja membro daquele órgão. O CF é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente.

Os membros do CF são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes.

O ROC tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez. Decorrido o prazo mínimo de dois anos sobre o termo do prazo de renovação, pode voltar a ser designado o mesmo ROC.

A existência do CC está prevista, nos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. como opcional, sendo que não foi efetuada a sua nomeação.

ii. ESTATUTO REMUNERATÓRIO

A remuneração dos administradores do Metropolitano de Lisboa resulta da classificação prevista na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril.

O artigo 28º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro determina, no seu ponto 1, que "*A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro*", acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano. Os administradores auferem, apenas, uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude de acumulação de funções.

Os membros executivos do CA auferem, ainda, as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
b) O valor mensal de combustível e portagens afetos às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro);
c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 euros.

O estatuto remuneratório dos elementos do CF, designado para o mandato 2017-2019[6], foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017.

[6] À data do presente relatório ainda não houve nomeação, por despacho conjunto do Governo, de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

4. ESTRUTURA DE *GOVERNANCE*

A remuneração anual ilíquida do ROC é a constante do contrato de prestação de serviços celebrado entre o Metropolitano de Lisboa e o ROC em funções, nos termos e condições definidos por despacho conjunto dos Secretário de Estado do Ambiente e do Tesouro, a qual cumpre o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da Empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 58.º e 59.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

iv. OBRIGAÇÕES DE *GOVERNANCE*

QUADRO 2
Tabela de correspondência com a divulgação da informação não financeira

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 3º (remetido para art.º 66º-B e 508º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a. Breve descrição do modelo empresarial do Grupo;	Propósito, Âmbito e Princípios de Gestão Análise de Contexto Objetivos estratégicos	Pág. 21 Pág. 27 Pág. 47
b. Descrição das políticas seguidas pelo Grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados e os resultados dessas políticas;	PPRCIC Código de Ética e de Conduta	Pág. 38,142 Pág. 143
c. Os resultados das políticas seguidas pelo Grupo;	Relatório de execução PPRCIC Políticas do Sistema de Gestão	Pág. 38, 142 Pág. 23
d. Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do Grupo, como sejam as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa;	PPRCIC Relatório de execução do PPRCIC Relatório do Governo Societário (disponível no *site* ML)	Pág. 38, 142 -
e. Descrição da política de diversidade aplicada em relação aos órgãos de administração e fiscalização, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política, a forma como foi aplicada e os resultados no exercício de referência;	Riscos e Oportunidades Carta de Responsabilidade Social	Pág. 38 Pág. 106
f. Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.	Indicadores de Atividade Riscos e Oportunidades Indicadores GRI	Pág. 19 Pág. 38 Pág. 305
Art.º 4º (remetido para art.º 245º, n.º 1, alínea r) e n.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Desempenho Social Indicadores GRI Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 106 Pág. 305 -

4. ESTRUTURA DE *GOVERNANCE*

QUADRO 3
Tabela de correspondência com setor público empresarial

Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Capítulo / Seção	Página(s)
Art.º 4º: Setor público empresarial		
a. A proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa não pode ser inferior a 33,3%, a partir de 1 de janeiro de 2018	Identificação dos Órgãos Sociais Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 43 -
b. Se os órgãos de administração integrarem administradores executivos e não executivos, o limiar deve ser cumprido relativamente a ambos.	Modelo de Governo Estatuto Remuneratório Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 40 Pág. 40 -
c. O limiar definido no n.º 1 não se aplica aos mandatos em curso, sem prejuízo do disposto no n.º 5.	Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	-
d. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo setor de atividade, quando aplicável, apresentam propostas que permitam cumprir o limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 43
e. A renovação e a substituição no mandato obedecem ao limiar definido no n.º 1.	Modelo de Governo Relatório do Governo Societário (disponível no *site*)	Pág. 43

5. ÓRGÃOS SOCIAIS

i. IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Conselho de Administração, para o mandato 2019-2021 (em funções até abril/2022), foi nomeado pela RCM n.º 56/2019, de 28 de fevereiro (D.R. 1.ª série – n.º 53, de 15 de março de 2019), entrando em funções a 1 de março de 2019.

O atual Conselho de Administração, para o mandato 2022-2024, foi nomeado pelo Despacho 9167/2022 dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Ambiente e da Ação Climática, de 13 de julho (D.R. 2.ª Série – n.º 144, de 27 de julho de 2022), entrando em funções em 13 de julho de 2022.

QUADRO 4
Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa (janeiro a abril de 2022)

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2019-2021	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	PADE – AESE – Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Gabinete da Secretaria Geral (GSG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Gabinete de Auditoria Interna (GAI) – Extinto em 17/06/2021 – Del. 019-1575781 Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance* (GAI) – criado em 17/06/2021 – Del. 019-1575781 Gabinete de Valorização do Património (GVP) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)
2019-2021	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV)
2019-2021	Vogal	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	Licenciatura em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Pós-Graduação em Análise Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Especialização em Corporate Finance pela Cass Business School Especialização em Leadership (essentials e transitions) pela Harvard Business School	Direção Financeira (DFI) Direção de Clientes (DCL) – Extinta em 11/03/2021 – Del. 019-1563276 Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) – criada em 11/03/2021 – Del. 019-1563276 Direção de Operações (DOP) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)

5. ORGÃOS SOCIAIS

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Formação Académica	Pelouros
2022-2024	Presidente	Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santo	PADE – AESE – Escola de Negócios MBA em Gestão Internacional – Universidade Católica Portuguesa Licenciatura em Engenharia Civil – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Secretaria Geral (SG) Direção de Capital Humano (DCH) Direção de Clientes, Comercial e Marketing (DCL) Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance* (GAI) Gabinete Jurídico e Contencioso (GJC)
2022-2024	Vogal	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Doutoramento – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Mestrado – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães; Pós-Graduação – Universidade do Minho, Escola de Engenharia, Dep. de Engenharia Civil, Guimarães Licenciatura em Engenharia Civil – Universidade de Coimbra, Fac. de Ciências e Tecnologia, Coimbra	Direção de Coordenação de Empreendimentos (DCE) Direção de Manutenção (DMT) Direção de Logística (DLO) Direção de Segurança e Vigilância (DSV)
2022-2024	Vogal	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Sistemas Industriais, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, complementada pelo Programa de Gestão Avançada para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, especialização em Gestão Documental — INA — Instituto Nacional de Administração, Organização e Gestão da Qualidade — CEQUAL — Centro de Formação Profissional para a Qualidade.	Direção Financeira (DFI) Direção de Operações (DOP) Direção de Planeamento, Controlo e Gestão do Património (DPG) Direção de Tecnologias de Informação (DTI) Centro de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (CIDS)

QUADRO 5
Identificação dos Membros do CA do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa (abril a dezembro de 2022)

5. ORGÃOS SOCIAIS

QUADRO 6
Identificação dos Membros do CF do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2017-2019

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º de mandatos
			Forma[1]	Data	
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	1/11/2017	2[2]
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	1/11/2017	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	1/11/2017	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	1/11/2017	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.
(2) O 1.º mandato do Dr. José Carlos Pereira Nunes foi cumprido como vogal efetivo.

A nomeação do Conselho Fiscal para o mandato 2017-2019, foi determinado pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério do Ambiente, de 11 de janeiro de 2017, entrando em funções a 1 de janeiro de 2017.
À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

A atual Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) decorreu da proposta apresentada pelo Conselho Fiscal ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, tendo sido nomeada para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto entre a Secretária de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, em 15 de outubro de 2019. Não tendo sido nomeado novo ROC, é prorrogado o contrato pelo período de um ano.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/RO			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por: Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	74 585	20161409 20160240	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	15/10/2019	15/10/2019	7	7
	ROC Suplente	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por: Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	23 1056	20161381 20160668					

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo do novo ROC efetivo e ROC Suplente, pelo que se mantém em funções o ROC designado para o triénio 2019-2021.

QUADRO 7
Membros do SROC/ROC do Metropolitano de Lisboa – Mandato 2019-2021

5. ORGÃOS SOCIAIS

ii. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

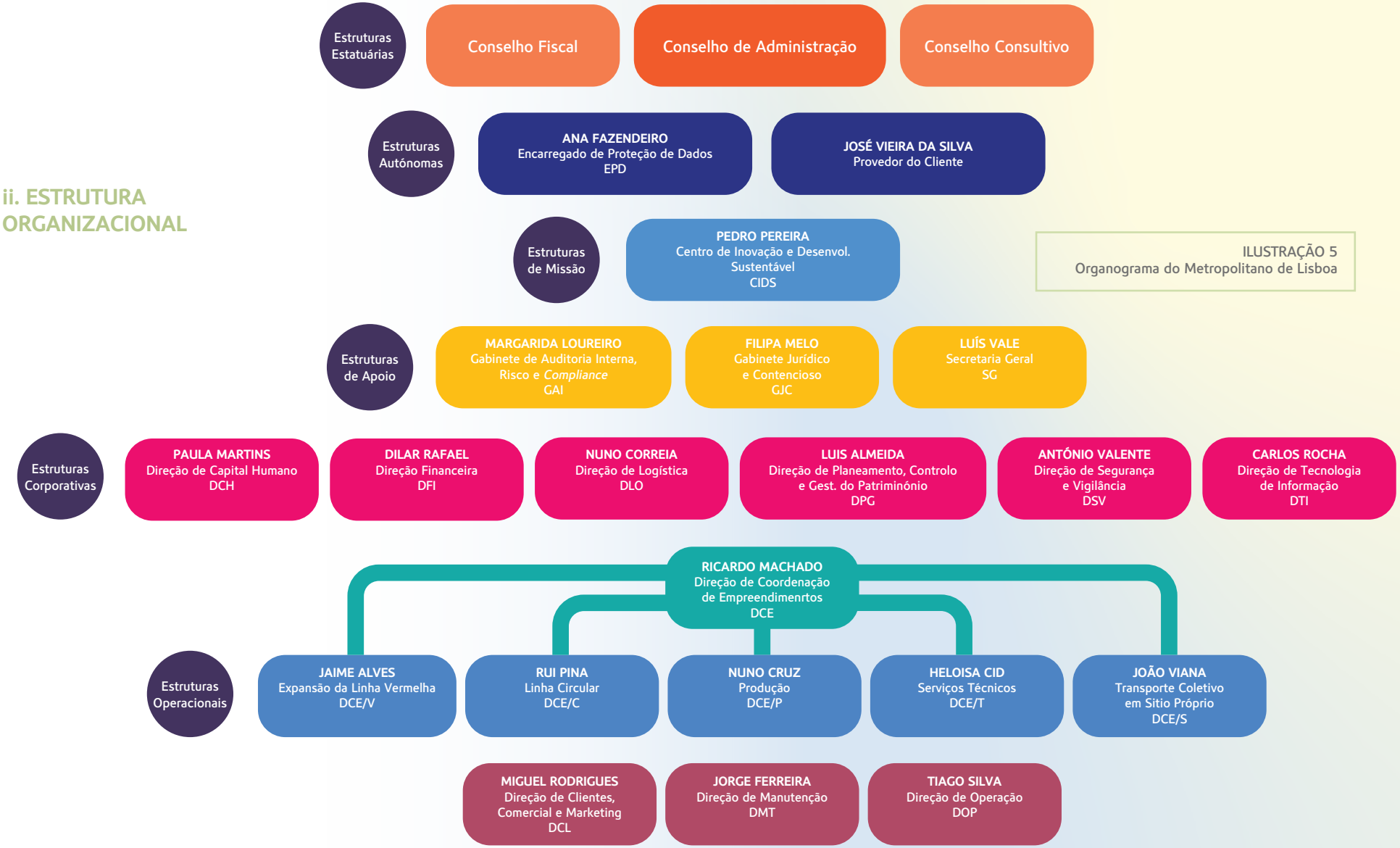


ILUSTRAÇÃO 5
Organograma do Metropolitano de Lisboa

ESTRATÉGIA

IV





1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Metropolitano de Lisboa definiu os seguintes objetivos estratégicos, que devem servir de orientação para toda a atividade desenvolvida pela empresa e empresas subsidiárias:

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público
2. Melhorar os níveis de serviço prestado ao Cliente
3. Reforço da vertente Inovação
4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente
5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética
6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa
7. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores

ESTRATÉGIA PARA O TRIÉNIO 2022-2024

A estratégia de desenvolvimento a seguir pelo ML no triénio 2022-2024, com particular impacto no plano de atividades e orçamento para 2022, tem subjacentes linhas de ação, cuja implementação promova a consecução dos objetivos estratégicos. Estas linhas de ação serão monitorizadas através de metas quantificáveis.

Simultaneamente, e de acordo com compromisso público assumido, o Metropolitano de Lisboa integra, na sua estratégia, 4 (quatro) dos ODS da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que se cruzam com os primeiros.

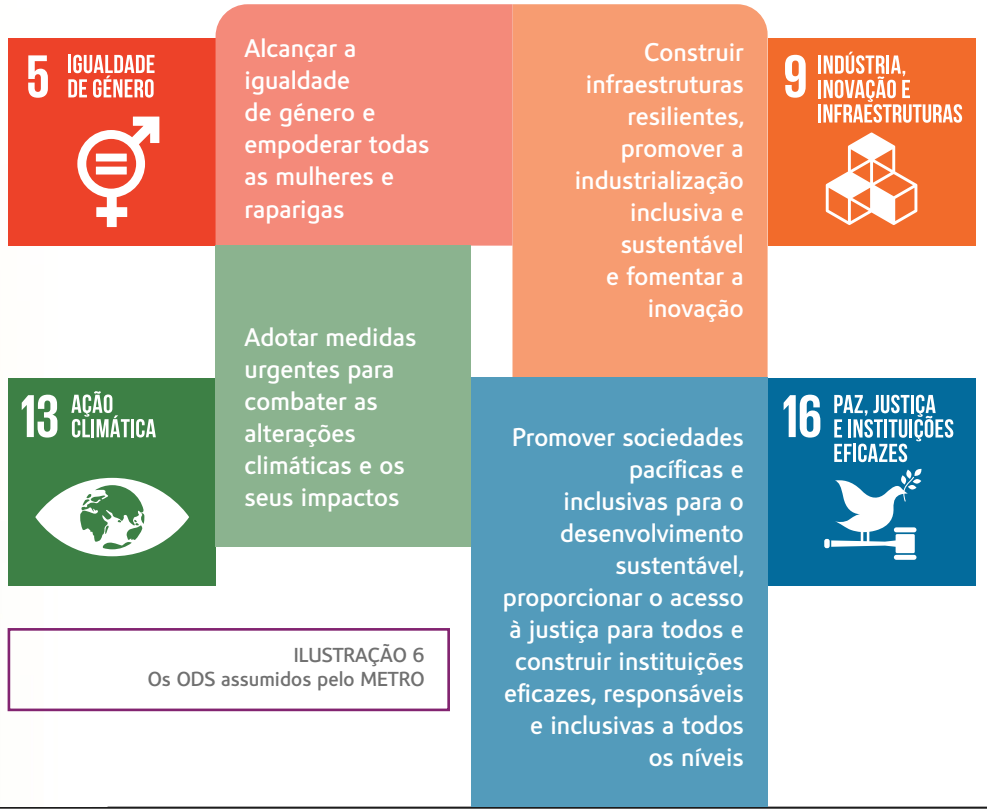


ILUSTRAÇÃO 6
Os ODS assumidos pelo METRO

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

1. Promover e desenvolver a mobilidade urbana através da utilização do transporte público



No seguimento do incremento da procura, motivado pela recuperação da atividade económica e pela implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), o Metro assume, como objetivo prioritário, a promoção da mobilidade sustentável e do transporte público em modo metro em particular, promovendo:

- Melhoria pontual da oferta, nomeadamente com horários e frequências adequados à procura;
- Melhoria contínua da regularidade e fiabilidade do serviço prestado;
- Procura e implementação de novas soluções que deem resposta a novos aumentos de procura.



2. Melhorar os níveis de serviço prestado ao Cliente

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

O Metropolitano de Lisboa possui uma política continuada de foco no cliente. Para este triénio, o objetivo centra-se na melhoria da experiência do cliente, enquanto utilizador do serviço, facilitando o uso do transporte e fornecendo serviços complementares, nomeadamente através de:

- Implementação de novos sistemas de pagamento do título de transporte, facilitando e simplificando a sua utilização;
- Melhoria das acessibilidades, aumentando o número de estações de plena acessibilidade;
- Melhoria da limpeza de estações e comboios;
- Melhoria e inovação nos sistemas de informação ao cliente;
- Melhoria da qualidade da oferta e dos espaços comerciais existentes nas estações.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



3. Reforço da vertente Inovação

- Reforço de uma estratégia de inovação, adotando metodologias caraterísticas da inovação no desenho de novas soluções e na implementação de projetos, envolvendo toda a comunidade do ML; iniciar o processo de implementação BIM;
- Desenvolvimento de parcerias para a inovação com outras entidades, como fornecedores, universidades, centros tecnológicos, associações, entre outros, através da criação de parcerias em projetos de IDI, promovendo a criação de valor para todas as partes envolvidas;
- Estabelecimento de metodologias sistemáticas de vigilância tecnológica, de *benchmarking* e de análise de tendências, que assegure a existência de conhecimento atualizado sobre as melhores práticas e tendências no setor;
- Promoção de uma cultura de inovação, com dinâmicas de trabalho colaborativo.

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4. Expandir e planear o futuro, melhorar e renovar o existente



O Metropolitano de Lisboa irá dar continuidade ao projeto de expansão da rede e modernização, aprovados pela Tutela, salientando:

- Substituição do atual sistema de sinalização convencional por um sistema CBTC – *Communications-Based Train Control*
- Aquisição de novo material circulante necessário para a Linha Circular e para a Linha Vermelha;
- Construção de um Anel Circular no centro de Lisboa, prolongando a linha entre o Rato e o Cais do Sodré, com duas novas estações na Estrela e Santos;
- Lançamento do concurso da extensão da linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, com data prevista de entrada em exploração do novo troço antes de 2027;
- Alargamento da sinalização CBTC à linha Vermelha e ao Material Circulante ainda não revisto (41 UT);
- Construção de um novo Posto de Comando Central, tendo presente a alteração do Sistema de sinalização;
- Iniciar os procedimentos para o início do projeto de ligação de Telheiras a Benfica da nova Linha Amarela, incluindo uma nova ligação ao PMO III;
- Programação da criação das acessibilidades plenas nas estações da Linha Circular até 2024;
- Renovação do sistema de videovigilância centralizada, do sistema de supervisão das instalações técnicas e revisão das portas de todo o Material Circulante existente;
- Alteração do Sistema Central de Bilhética e renovação dos equipamentos de venda e de validação nos canais;
- Lançamento do concurso de um Metro Ligeiro entre o Infantado e o Hospital Beatriz Ângelo, com data prevista de entrada em exploração do novo troço antes de 2027;
- Dar cumprimento ao Protocolo de cooperação entre o ML e as CM de Lisboa, Oeiras e Loures, para a elaboração de estudos do projeto "LIOS, Linha Intermodal Sustentável" nas suas várias vertentes técnicas, ambiental, financeiras e operacionais, até ao momento de lançamento da empreitada da LIOS (subscrito em setembro de 2021).

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

13 AÇÃO CLIMÁTICA

5. Promover a sustentabilidade ambiental e energética

O Metropolitano de Lisboa, em conformidade com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13 de combate às alterações climáticas e com a política nacional para a neutralidade carbónica em 2050, assume como um pilar para o seu desenvolvimento a promoção da sustentabilidade ambiental, por via de:

- Substituição na totalidade das suas estações, de sistemas tradicionais de iluminação por sistemas LED;
- Implementação de uma central fotovoltaica nas instalações do PMO II;
- Melhoria da eficiência energética, através de alterações tecnológicas e comportamentais;
- Redução do consumo de recursos naturais, nomeadamente eletricidade, gás, água e papel;
- Obter a Neutralidade Carbónica.

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

6. Assegurar o equilíbrio financeiro da empresa

A sustentabilidade financeira da empresa é condição essencial para a sua manutenção e para que seja possível assegurar os compromissos estabelecidos com as diversas partes interessadas.

- Assinatura de um novo Contrato de Concessão de Serviço Público, clarificando a situação dos ativos ILD, a gestão dos ativos e a forma de remuneração do ML;
- Resolução de situações de dívidas existentes;
- Rentabilização dos ativos não operacionais, nomeadamente, do antigo PMO I;
- Procurar o aumento da receita tarifária e não tarifária.

7. Assegurar o bem-estar e motivação dos colaboradores

As pessoas do Metropolitano de Lisboa são um ativo precioso e a promoção do seu bem-estar, alinhamento organizacional e motivação fazem parte da estratégia do ML para o triénio. Nesse âmbito, inclui-se também o aumento das competências dos colaboradores e a promoção da igualdade de género (ODS 5).

- Reforço das competências, alinhamento e motivação por via da formação e da comunicação interna;
- Reforço do quadro de pessoal e início da renovação dos quadros do ML;
- Melhoria das condições de trabalho;
- Regulamentação do teletrabalho;
- Implementação do plano para a igualdade de género.

5 IGUALDADE DE GÉNERO



As pessoas do Metropolitano de Lisboa são um ativo precioso

V. MODELO DE NEGÓCIO





1. ÁREAS DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

O ML, enquanto prestador de um serviço de transporte público de passageiros, tendo como eixo principal a satisfação do cliente, tem procurado desenvolver um serviço de excelência que permita melhorar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa, bem como proporcionar experiências que vão de encontro às diferentes exigências dos seus utilizadores.

A promoção da mobilidade sustentável é um fator essencial ao cumprimento das metas de descarbonização, firmadas no programa Portugal 2030. As atividades complementares do ML e suas participadas, onde se insere a reabilitação e manutenção da infraestrutura, a expansão da rede e a exploração de espaços comerciais, são um motor indispensável ao alcance de um serviço de transporte único, que permita satisfazer as principais necessidades do cliente e garantir a sua fidelização, sendo este o meio de transporte mais relevante na prossecução dos objetivos estratégicos traçados para a mobilidade verde.

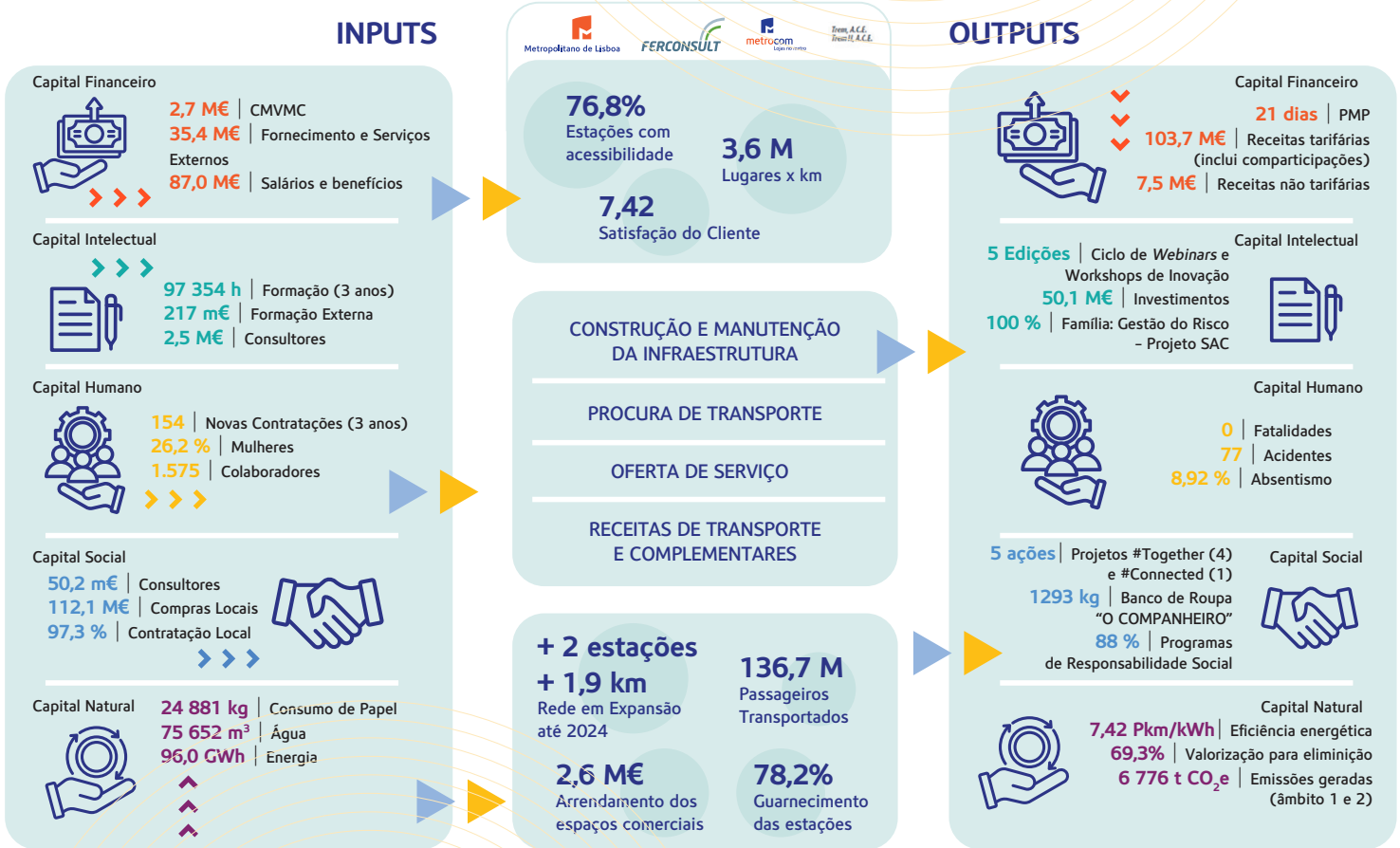


ILUSTRAÇÃO 7
Modelo de criação de valor do Grupo de Empresas Metro

1. ÁREAS DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

i. QUALIDADE

Em 2021, o Metropolitano de Lisboa obteve a certificação da qualidade do serviço prestado ao cliente, pela Norma NP 4475 – Serviço Público de Transporte de Passageiros no modo metropolitano. Esta norma define um conjunto de requisitos qualitativos e quantitativos nas diversas dimensões do Serviço prestado ao cliente, passando o Metro a cumprir e a monitorizar esses requisitos. Atualmente, o ML dispõe das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, do Sistema de Gestão Ambiental e do Transporte em modo metropolitano.

A melhoria contínua da qualidade do serviço prestado, por parte do ML, é um esforço constante e diário para com os seus clientes, cada vez mais exigentes e que procuram um serviço de excelência. Pelo lado da organização, é expectável e desejável que esse esforço seja valorizado e reconhecido. Em 2022, o resultado do inquérito de satisfação do cliente (ISC) atingiu os 7,42.



O ML continua a empreitada do projeto da Linha Circular

2. INVESTIMENTO E EXPANSÃO DA REDE

i. EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

O ano de 2022 foi caracterizado pela reposição das condições normais de operação anteriores à crise de saúde pública, causada pela pandemia COVID-19, nomeadamente, pela libertação de restrições de circulação de pessoas e pela reposição dos *stocks* de materiais de manutenção, genericamente, em todas as atividades de manutenção. Foi possível repor o cumprimento de planos de manutenção preventiva, recuperar atrasos ainda verificados e restabelecer planos de investimento e de reabilitação de material circulante e infraestruturas.

A nível da expansão, deu-se continuidade aos trabalhos de empreitada do projeto da Linha Circular, foram desenvolvidos os estudos necessários ao lançamento do procedimento de conceção/construção para a expansão da Linha Vermelha, entre S. Sebastião e Alcântara, e desenvolveram-se os estudos da Linha Violeta – Metro Ligeiro de Superfície (MLS), entre Odivelas e Loures.

ii. MELHORAR OS NÍVEIS DE SERVIÇO AO CLIENTE

Foi possível melhorar a acessibilidade e a segurança da rede de transporte, através da conclusão da renovação de SADI, da renovação da instalação elétrica/luminárias, da instalação de equipamento de estacionamento de bicicletas em interfaces e da modernização dos acessos mecânicos, no âmbito do protocolo com o Fundo Ambiental, inseridos no Programa de Estabilização Económica e Social para a Promoção da Mobilidade Sustentável.

2. INVESTIMENTO E EXPANSÃO DA REDE

iii. EXPANDIR E PLANEAR O FUTURO, MELHORAR E RENOVAR O EXISTENTE

Linha Circular

Em outubro de 2022, foi lançado o segundo concurso para acabamentos e sistemas (Lote 4), cujas propostas foram entregues em 2 de dezembro. O contrato foi assinado 13 de abril de 2023, tendo o mesmo sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas (TdC).

Expansão da linha Vermelha, entre São Sebastião e Alcântara

Este projeto está inserido no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No decurso de 2022, foram realizados os estudos necessários à obtenção da DIA, para preparação do processo de concurso da empreitada de conceção/construção. Em dezembro, foi aprovada a nova RCM (143/2022), que autoriza o aumento do valor de investimento em 106,4M€.

Linha Violeta: Metro Ligeiro, entre o Hospital Beatriz Ângelo e o Infantado (Concelhos de Loures e Odivelas)

Na sequência dos estudos feitos para criação de uma linha de metro ligeiro nos concelhos de Loures e Odivelas, em 2022, procedeu-se à entrega na APA de todos os elementos para obtenção da DIA, prosseguiu-se com as negociações necessárias com os municípios envolvidos e iniciou-se a preparação dos elementos do processo de concurso para a empreitada de conceção/construção, com lançamento previsto em 2023. Este empreendimento também está contemplado no PRR.

Remodelação de estações (SADI e instalação elétrica / luminárias em estações)

Foi renovado o sistema de SADI nas estações Alto dos Moinhos, Laranjeiras, Praça de Espanha, Avenida, Olivais, Cidade Universitária, Entre Campos, Anjos e Intendente.
Foi substituída a instalação elétrica / luminárias e instalados equipamentos de baixo consumo, com utilização de tecnologia LED, nas estações São Sebastião I e II, Saldanha I e II, Campo Pequeno, Olaias, Odivelas, Sr. Roubado, Lumiar, Quinta das Conchas, Alfornelos, Amadora Este, Pontinha e Baixa-Chiado I e II.

Renovação de acessos mecânicos

Procedeu-se à modernização das escadas mecânicas das estações Avenida, Rato, Anjos e dos elevadores das estações Cidade Universitária e Entre Campos.

iv. CBTC E NOVO MATERIAL CIRCULANTE

O ML celebrou, em fevereiro de 2020, o contrato para a aquisição de um novo sistema de sinalização ferroviária e a aquisição de novas unidades triplas ao Agrupamento Stadler Rail Valencia, S.A.U./ Siemens Mobility Unipessoal, Lda., pelo valor de 114,5 milhões de euros.

Em consequência de processo judicial por impugnação, intentada por um concorrente, foram suspensos os efeitos da adjudicação do contrato, paralisando o processo de aquisição que já se encontrava em curso. Na sequência da desistência de queixa, o processo foi submetido a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas e o contrato obteve visto, em maio de 2021, impondo um atraso global de mais de 300 dias na execução do contrato.
O projeto prevê o fornecimento de 14 novas unidades triplas (42 carruagens) e o fornecimento de um sistema de controlo automático de comboios para as linhas Azul, Amarela e Verde, e instalação em 70 composições da frota existente.
Estas novas aquisições representam um profundo salto qualitativo na operação,

2. INVESTIMENTO E EXPANSÃO DA REDE

na programação e na gestão da rede do Metro.
Este sistema, associado aos novos comboios, permitirá, igualmente, um aumento da frequência e da regularidade do serviço público de transporte prestado pelo Metropolitano de Lisboa, garantindo, de um modo mais eficaz, a oferta de comboios, em frequências mais adaptadas às necessidades do serviço público e com segurança acrescida.
A de 31 de dezembro, o projeto apresentava uma execução física de 28%, genericamente caracterizada pelo desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas e dos projetos de execução de material circulante e sistemas de sinalização, bem como a instalação de via de ensaios para comboios equipados com CBTC. A conclusão dos trabalhos está prevista para 2026.

v. SISTEMAS E EQUIPAMENTOS

A nível da manutenção foram desenvolvidos vários projetos de investimento que procuraram:

› **Garantir a operacionalidade das infraestruturas ou equipamentos por obsolescência dos atuais:**

- Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via;
- Renovação do sistema de acionamento das portas de passageiros do material circulante do ML90;
- Revisão geral das portas de passageiros do material circulante do ML95, ML97 e ML99;
- Renovação de transformadores de 160kVA (30kV/400V), nas subestações Amadora Este, S. Apolónia e Alameda;
- Substituição de blocos autónomos em estações, galerias e instalações técnicas das linhas do Metropolitano de Lisboa;
- Instalação de um torno de rodas em fossa e sistema de medição automático de rodas no PMOIII;
  Substituição das travessas de madeira das secções especiais de via do PMOII.

› **Garantir a continuação de serviços de manutenção das infraestruturas, equipamentos ou serviços de apoio essenciais às operações de manutenção:**

- Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede telefónica de revisão geral de 72 engates, (24 automáticos e 48 semi-permanentes);
- Aquisição de serviços de pintura das frentes das motoras e das portas das cabinas do material circulante;
- Aquisição de serviços de instalação de Grupos de Baterias para Iluminação de Emergência e Baterias Alcalinas para as Subestações de Tração;
- Aquisição de serviços de manutenção do Comando Centralizado de Energia e Unidades Remotas de Telecomando (URT's) da Rede de Energia;
- Aquisição de serviços de instalação de UPS's (Uninterrupted Power Suply) e respetivos grupos de baterias de alimentação dos sistemas de sinalização da rede do metro;
- Aquisição de serviços de gestão e operação da frota automóvel para transporte de equipas de piquete e de apoio à manutenção.

Destes projetos, relevam-se dois de importância estratégica para a manutenção e segurança das infraestruturas e para a qualidade do serviço público de transporte prestado pela Empresa:

› **Aquisição de veículo esmerilador para manutenção de via**
O projeto visa a substituição do veículo existente, obsoleto depois de 46 anos de funcionamento ininterrupto e com reduzida fiabilidade, e pretende garantir a integridade, segurança e operacionalidade da infraestrutura de via-férrea, incluindo também a monitorização e registo digital dos parâmetros geométricos fundamentais, o que assegurará uma significativa melhoria no planeamento, execução e controlo de qualidade da manutenção da via-férrea.
Apesar do contrato, no valor de por 8 milhões de euros, ter sido celebrado, em 2021, com a Harsco Rail Europe GmbH, devido às condições do mercado no pós pandemia e às perturbações das cadeias globais de fornecimento em resultado de escassez de matérias-primas, a disponibilização do equipamento só deve ocorrer em meados de 2024. No final de 2022, o projeto apresentava uma execução física de 5%, genericamente caracterizada pelo

2. INVESTIMENTO E EXPANSÃO DA REDE

desenvolvimento das especificações técnicas detalhadas.

› **Renovação ou revisão geral dos sistemas de acionamento das portas de passageiros de toda a frota de material circulante**

Dividido em dois contratos distintos, o projeto visa a reposição da fiabilidade do subsistema das portas passageiros, responsável pela maioria das falhas ocorridas nas composições.

Foram contratadas a FAIVELEY TRANSPORT IBERICA, S.A., por um período de 24 meses e o valor de 2,4 milhões de euros, para substituição dos acionamentos pneumáticos por novos acionamentos elétricos, de maior segurança e sensibilidade, em 18 composições da série ML90, num total de 324 portas.

Para as restantes séries de material circulante, foi contratada a KNORR-BREMSE, ESPAÑA, S.A., por um período de 36 meses e o valor de 6 milhões de euros, para revisão geral dos atuais acionamentos, incluindo a substituição de materiais obsoletos ou desgastados em 93 composições, num total de 1674 portas.

No final de 2022, a frota contava já com 48 composições totalmente revistas.

No processo de Sistemas de Informação, os principais projetos desenvolvidos em 2022 foram os seguintes:

› **Plataforma SAP BW/4HANA**

- Implementação de mais indicadores na Plataforma BW/4HANA, como é o caso dos indicadores de gestão de risco, passageiros/Km, viagens por linha e *Tableau de Bord*. Foram desenvolvidos indicadores de recursos humanos e de assiduidade que se prevê estarem disponíveis em 2023.

› **Aplicação para Gestão de Materiais à guarda da Direção de Logística**

- Desenvolvimento de um sistema para registo e gestão dos materiais e equipamentos que não têm registo SAP e que se encontram no Armazém Central da área de compras.

› **Informação ao público dos estados dos equipamentos**

- Implementação de uma funcionalidade que permite informar os clientes do estado de funcionamento dos equipamentos mecânicos através do *site* ML.

› **Melhorias Teleponto**

- Implementação do módulo Refeitórios Portal de Colaborador do sistema Teleponto, que permitiu a automatização do processo de refeições consumidas e reservadas e a sua visualização por parte dos colaboradores.
- Execução de melhorias diversas, nomeadamente, no processo de gestão das férias.

› **Relógio de ponto com tecnologia biométrica**

- Implementação de um protótipo, com a disponibilização de três relógios com tecnologia biométrica no PMOIII.

› ***Upgrade* da plataforma de *backoffic* de bilhética (CORE2), incluindo a renovação das MSAVT (ainda em execução)**

- Consolidação da entrada em produção da nova plataforma de bilhética do ML, assente numa nova infraestrutura de *backoffice*, o que permite dotar a organização de uma plataforma tecnológica atualizada, dotada dos recursos que permitem perspetivar a adoção de novas formas de adquirir e validar títulos de transporte (como por ex. o projeto EMV). Com esta plataforma, foi implementada, igualmente, uma nova MSAVT (máquina semiautomática de venda de títulos), que disponibiliza uma interface mais apelativa, ágil e com mais funcionalidades, que permitem servir melhor o cliente.

› ***Upgrade* da infraestrutura de acessos remotos**

- Renovação tecnológica de parte da infraestrutura que suporta o acesso remoto seguro ao ML, o que permite dispor de mais recursos redundantes para fazer face ao teletrabalho.

› **Atualização da infraestrutura de segurança que suporta a interoperabilidade com plataformas externas**

- Substituição da infraestrutura tecnológica que assegura o envio/receção de/para o exterior de E-Mails, bem como da infraestrutura que assegura a publicação segura de conteúdos para a Internet.

  Esta medida permitiu renovar a tecnologia utilizada anteriormente, o que possibilitou robustecer os mecanismos de segurança e dispor

2. INVESTIMENTO E EXPANSÃO DA REDE

de mais recursos técnicos para fazer face às necessidades de comunicação com o exterior da empresa.

› **Atualização da infraestrutura de segurança que suporta o acesso à Internet**

- Substituição da infraestrutura tecnológica de segurança (*Firewall*) que assegura o acesso de/para a Internet. Esta medida permitiu renovar a tecnologia utilizada anteriormente, o que possibilitou robustecer os mecanismos de segurança e dispor de mais recursos técnicos que são, cada vez mais, necessários para garantir a interoperabilidade entre as plataformas *On Prem* e *Cloud*.

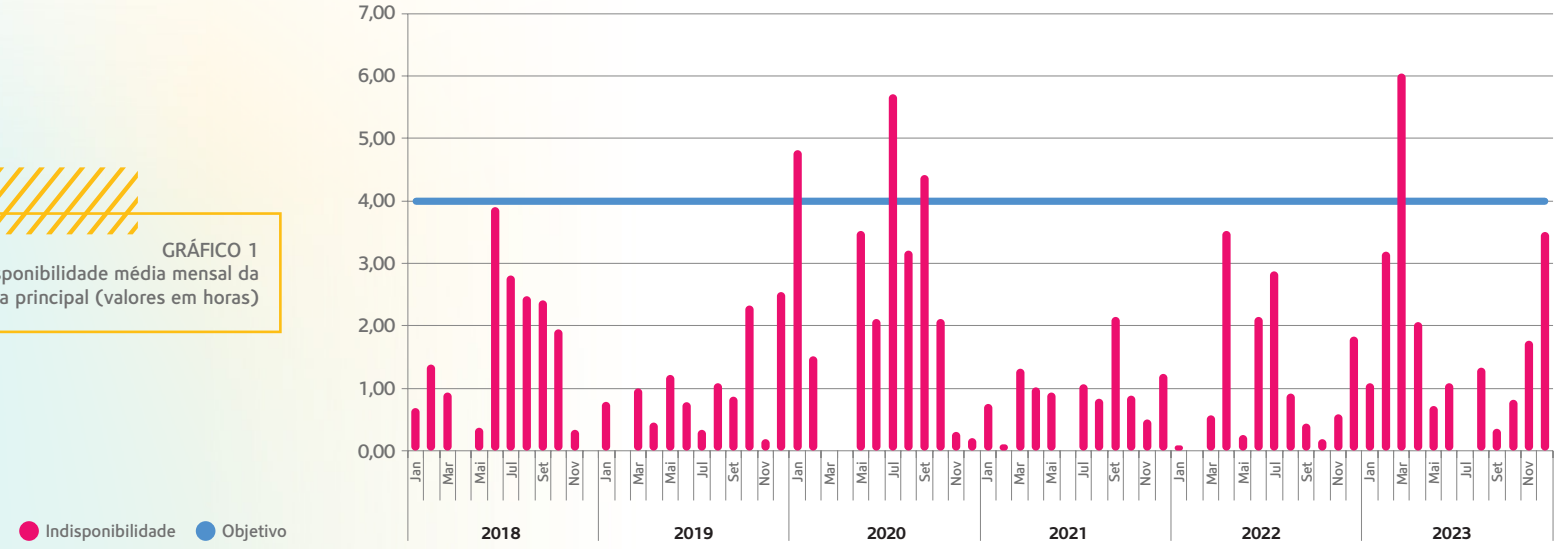
3. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E MATERIAL CIRCULANTE

i. DESEMPENHO OPERACIONAL DA INFRAESTRUTURA PRINCIPAL

Não obstante os constrangimentos operacionais provocados pela pandemia, sobretudo evidentes ao nível da capacidade de afetação de recursos humanos a tarefas de manutenção programada ou corretiva, a infraestrutura manteve um desempenho relativamente estável, sinónimo da elevada resiliência destes sistemas, tendo sido possível manter a execução dos programas de manutenção programada e os projetos, em curso, de renovação ou reabilitação de sistemas ou equipamentos.

A indisponibilidade da infraestrutura principal registou valores relativamente estáveis em 2022, inferior ao valor máximo estabelecido de 4 horas mensais, acumuladas em toda a rede.

GRÁFICO 1
Indisponibilidade média mensal da infraestrutura principal (valores em horas)



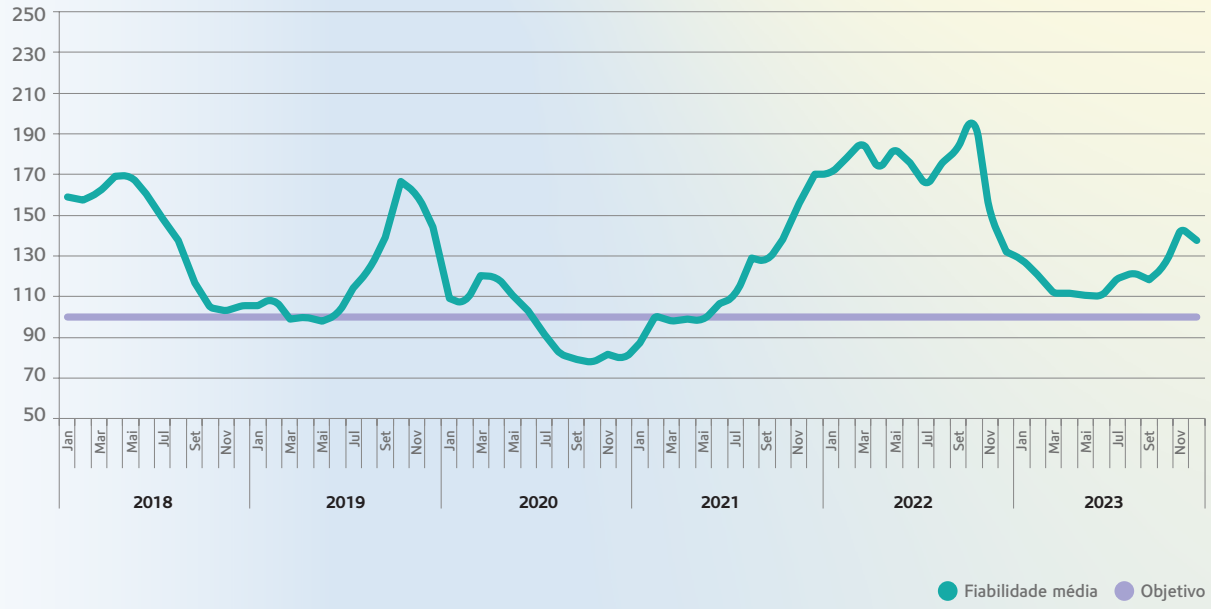
3. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E MATERIAL CIRCULANTE



A infraestrutura mantém desempenho estável

A fiabilidade da infraestrutura principal manteve valores estabilizados acima do objetivo operacional, em praticamente todo o ano de 2022.

GRÁFICO 2
Fiabilidade de infraestrutura principal
(média de 12 meses; valores em horas)



3. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E MATERIAL CIRCULANTE

ii. DESEMPENHO OPERACIONAL DO MATERIAL CIRCULANTE

Em 2022, o esforço desenvolvido na recuperação dos planos de manutenção dos equipamentos, na reposição da operacionalidade de composições imobilizadas há longo tempo, bem como na implementação de programas de investimento na reabilitação ou renovação de portas de passageiros em todas as unidades da frota de material circulante, resultou numa condição de operacionalidade do material circulante de exploração que não se verificava há vários anos, e conduziu a uma disponibilidade operacional do material circulante na hora de ponta da manhã (HPM) dos dias úteis.

Demonstrado pelas figuras seguintes, com a recuperação do atraso histórico das rotinas de manutenção programada, foi possível dar início a intensos programas de reabilitação da frota, que implica imobilização prolongada da composição, como é exemplo a revisão geral de portas de passageiros em toda a frota, sem por isso comprometer a capacidade de cumprimento da oferta planeada.

Aumento da disponibilidade do material circulante nas horas de ponta



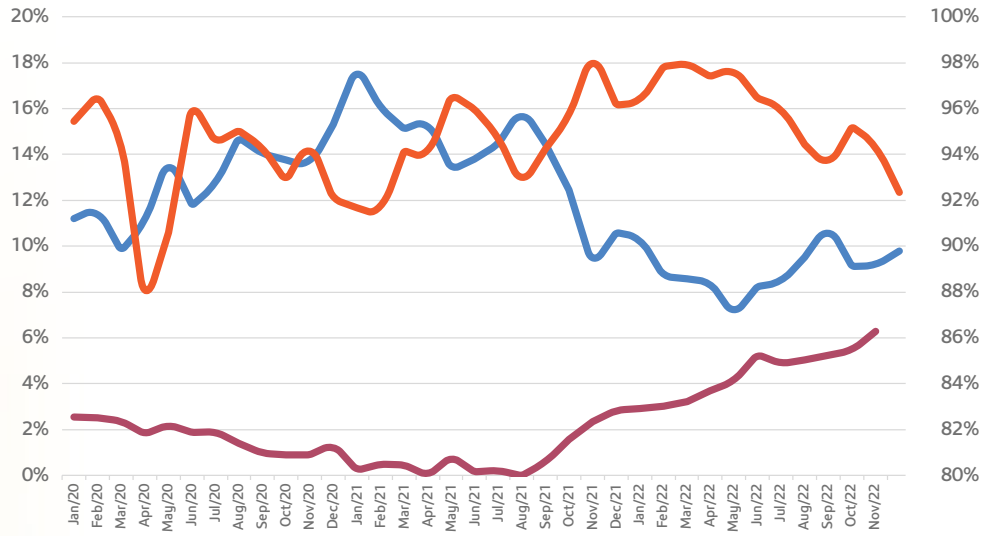
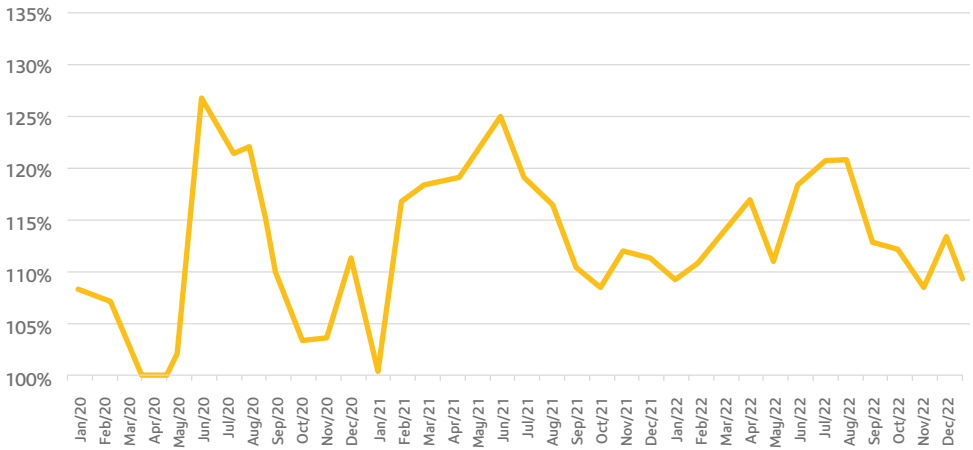


GRÁFICO 3
Disponibilidade da frota (%)

- % frota imobilizada por manutenção corretiva e preventiva na HPM
- % frota imobilizada por projetos de investimento e reabilitação
- Disponibilidade (média UTs HPM 8h30-9h30)

3. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E MATERIAL CIRCULANTE

GRÁFICO 4
Taxa de Cobertura (%)



Com valor crescente ao longo de todo o ano de 2022, em dezembro, estava em intervenção, ao abrigo de contratos de investimento, 7% da frota, correspondendo a 8 UT imobilizadas.
Apesar deste esforço de reabilitação da frota, foi possível garantir, ao longo de todo o ano, uma taxa de cobertura das necessidades de material circulante superior a 110% para execução de plano de oferta.



Em 2022, apenas 7% da frota esteve imobilizada para intervenção

4. OFERTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

A série histórica da fiabilidade média do material circulante revela a tendência para um decréscimo progressivo, sobretudo nas séries mais antigas, o ML90 e ML95, com mais de 20 anos de serviço. Esta tendência resultará, sobretudo, do envelhecimento da frota e dos seus equipamentos e do forte desinvestimento ocorrido entre 2015 e 2016, que resultou na impossibilidade de plena execução dos programas de manutenção programada, bem como no desenvolvimento de programas de investimento de meia vida, particularmente nos mecanismos de acionamento de portas de passageiros e equipamentos de tração.

Não obstante esta realidade, regista-se, no final de 2022, e prevê-se ao longo do 1º semestre de 2023, um progressivo e consistente aumento da fiabilidade média da frota, que se poderá associar à estratégia de recuperação de ativos físicos críticos implementada no ML.

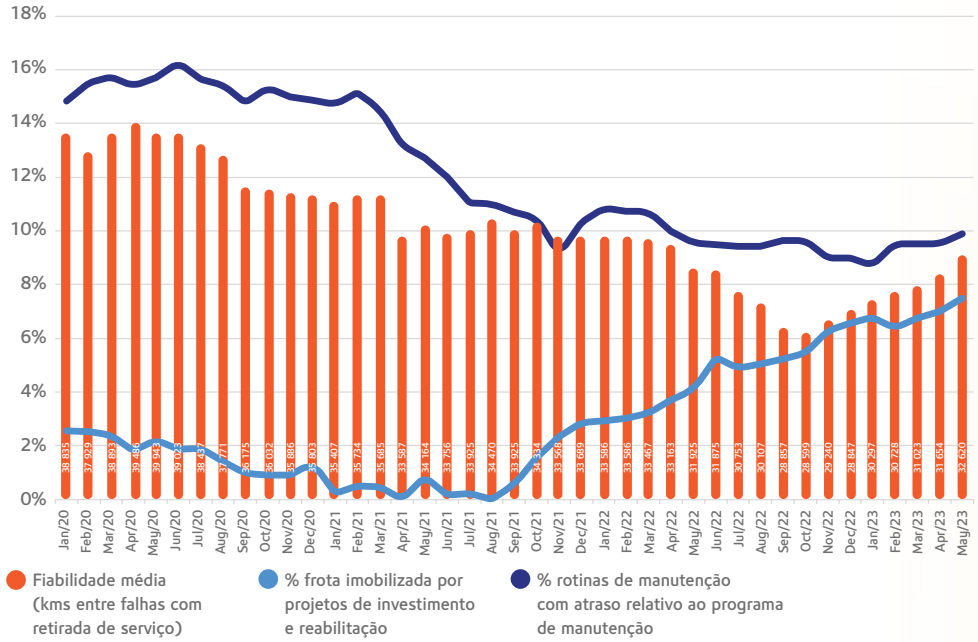


GRÁFICO 5
Fiabilidade (km e %)

No ano em análise, a oferta do Metropolitano de Lisboa foi adaptada à evolução da pandemia de COVID-19, acompanhando a retoma da procura verificada.

Os ajustes aos planos de oferta, ao longo do ano, foram feitos recorrendo à alteração do número de comboios em circulação nos diferentes períodos do dia e da semana, bem como alterando o número de carruagens por comboio em circulação.

O valor médio de carruagens x km e respetivos lugares x km, produzidos na rede, em 2022, recuperaram em relação a 2021. Ainda assim, foi inferior ao previsto no PAO 2022, especialmente nas linhas azul e verde.

4. OFERTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

QUADRO 8
Evolução de oferta

EVOLUÇÃO DA OFERTA (SERVIÇO PÚBLICO)		2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
							Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
CARRUAGENS X KM												
Linha Azul	10^3	8 984	7 911	8 572	9 139	9 304	1 072	13,6	(320)	(3,4)	(155)	(1,7)
Linha Amarela	10^3	7 015	6 040	6 356	6 412	7 129	975	16,1	(113)	(1,6)	603	9,4
Linha Verde	10^3	5 738	5 028	5 453	5 681	5 992	710	14,1	(254)	(4,2)	57	1,0
Linha Vermelha	10^3	6 228	5 418	5 993	6 377	6 251	810	15,0	(23)	(0,4)	(149)	(2,3)
Total	10^3	27 965	24 398	26 373	27 610	28 676	3 568	14,6	(710)	(2,5)	356	1,3
LUGARES X KM												
Linha Azul	10^3	1 149 913	1 012 633	1 097 174	1 169 795	1 190 902	137 279	13,6	(40 990)	(3,4)	(19 883)	(1,7)
Linha Amarela	10^3	897 961	773 181	813 511	820 782	912 472	124 780	16,1	(14 512)	(1,6)	77 178	9,4
Linha Verde	10^3	734 466	643 601	697 969	727 209	766 980	90 865	14,1	(32 513)	(4,2)	7 257	1,0
Linha Vermelha	10^3	797 241	693 523	767 104	816 272	800 156	103 718	15,0	(2 915)	(0,4)	(19 031)	(2,3)
Total	10^3	3 579 580	3 122 938	3 375 758	3 534 058	3 670 510	456 642	14,6	(90 930)	(2,5)	45 522	1,3
CIRCULAÇÕES												
Linha Azul	n.º	116 551	112 692	115 530	118 458	122 894	3 859	3,4	(6 343)	(5,2)	(1 907)	(1,6)
Linha Amarela	n.º	120 357	112 914	117 996	122 550	126 490	7 443	6,6	(6 133)	(4,8)	(2 193)	(1,8)
Linha Verde	n.º	113 097	116 002	112 625	116 243	119 991	(2 905)	(2,5)	(6 894)	(5,7)	(3 146)	(2,7)
Linha Vermelha	n.º	107 087	109 430	108 482	111 068	112 042	(2 343)	(2,1)	(4 955)	(4,4)	(3 981)	(3,6)
Total	n.º	457 092	451 038	454 633	468 319	481 417	6 054	1,3	(24 325)	(5,1)	(11 227)	(2,4)

4. OFERTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Não obstante as adaptações da oferta à evolução da procura, o cumprimento do plano de oferta foi afetado, nomeadamente, devido a absentismo por motivo de isolamentos de maquinistas e de ocorrências com material circulante ou infraestrutura.

A taxa de realização de lugares x km recuperou em cerca de 7 p.p. em relação a 2021. Esta diferença deve-se a alterações feitas ao plano de oferta em vigor, aumentando o número de carruagens em circulação por comboio, por forma a compensar a redução de oferta provocada pela supressão de circulações.

QUADRO 9
Taxa de realização da oferta

TAXA DE REALIZAÇÃO		2022	2021	Var. 2022/21
TAXA DE REALIZAÇÃO DE LUGARES X KM				
Linha Azul	%	96,56	90,65	5,91 p.p.
Linha Amarela	%	98,41	96,13	2,28 p.p.
Linha Verde	%	95,76	87,39	8,37 p.p.
Linha Vermelha	%	99,64	86,76	12,88 p.p.
Na rede	%	97,52	90,33	7,19 p.p.
TAXA DE REALIZAÇÃO DE CIRCULAÇÕES				
Linha Azul	%	94,84	96,41	(1,57) p.p.
Linha Amarela	%	95,15	96,24	(1,09) p.p.
Linha Verde	%	94,25	96,97	(2,71) p.p.
Linha Vermelha	%	95,58	97,70	(2,12) p.p.
Na rede	%	94,95	96,82	(1,87) p.p.

5. PROCURA

Verificou-se um impacto favorável na procura de passageiros em 2022, devido ao significativo alívio nas medidas para a contenção da pandemia COVID-19.
Destaca-se que, desde 15 de março de 2022, o Governo deu início ao programa de desconfinamento e progressivas reduções nas medidas de contenção impostas. A partir de 26 de agosto de 2022, apenas se manteve a obrigatoriedade do uso de máscara em lares e estabelecimentos de saúde. Apesar do alívio às restrições, dada a redução dos casos COVID-19, a procura não atingiu os valores de 2019.
O crescimento dos passageiros com títulos gratuitos, cuja procura foi inclusivamente superior ao período pré-pandemia (ano de 2019), foi justificado pela gratuitidade atribuída aos clientes que reuniam os seguintes critérios:

- Maiores de 65 anos, com domicílio fiscal no concelho de Lisboa. Desde 25 de julho de 2022, os clientes que reuniam estes critérios passaram a estar elegíveis para a obtenção gratuita do passe Navegante Urbano "3.º idade";
- Jovens estudantes, entre os 13 e os 23 anos (no caso de estudantes do Ensino Superior inscritos nos cursos de Medicina e Arquitetura, até aos 24 anos, inclusive), com domicílio fiscal comprovado no concelho de Lisboa. Os clientes que reuniam estes critérios, desde 1 de setembro de 2022, passaram a estar elegíveis para a obtenção gratuita do passe Navegante Municipal Lisboa 4_18/sub23.

A procura registou as seguintes variações:

- Acréscimo de 63,26% nos passageiros com título pago e de 63,32% nos passageiros totais face a 2021;
- Acréscimo de 28,87% nos passageiros com título pago e de 25,22% nos passageiros totais, em relação ao previsto no PAO;
- Decréscimo de 24,79% % nos passageiros com título pago e de 25,61% nos passageiros totais, face a 2019, ano pré-Pandemia.

5. PROCURA

QUADRO 10
Evolução da procura

PASSAGEIROS		2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
							Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Títulos ocasionais	10^3	**29 201**	**14 863**	**13 139**	**39 812**	**16 078**	**14 339**	**96,47**	**13 123**	**81,62**	**(10 611)**	**(26,65)**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3	13 928	7 349	6 310	18 809	7 410	6 578	89,51	6 518	87,97	(4 881)	(25,95)
Zapping	10^3	10 183	5 939	5 365	13 857	5 444	4 244	71,46	4 739	87,05	(3 675)	(26,52)
Bilhetes 24 Horas	10^3	4 114	1 326	1 144	5 692	2 500	2 788	210,31	1 614	64,56	(1 579)	(27,73)
Outros	10^3	977	249	320	1 454	725	728	292,82	253	34,86	(476)	(32,78)
Passes	10^3	**96 799**	**62 314**	**68 304**	**127 727**	**81 694**	**34 485**	**55,34**	**15 105**	**18,49**	**(30 928)**	**(24,21)**
Navegante Metropolitano	10^3	70 724	45 275	48 264	66 182	55 196	25 449	56,21	15 528	28,13	4 542	6,86
Navegante Lisboa	10^3	16 584	10 549	12 893	20 951	18 008	6 034	57,20	(1 425)	(7,91)	(4 368)	(20,85)
Outros Navegantes	10^3	7 415	4 920	5 354	6 605	6 100	2 495	50,72	1 315	21,55	810	12,26
Navegante Urbano e Rede	10^3	837	890	1 111	19 130	956	(53)	(5,95)	(118)	(12,39)	(18 293)	(95,62)
Intermodais	10^3	0	0	0	5 793	0	0	-	0	-	(5 793)	(100,00)
Combinados	10^3	1 239	679	681	9 065	1 433	560	82,49	(195)	(13,58)	(7 826)	(86,33)
Total com títulos pagos	10^3	**126 000**	**77 176**	**81 443**	**167 539**	**97 772**	**48 824**	**63,26**	**28 228**	**28,87**	**(41 539)**	**(24,79)**
Gratuitos	10^3	7 642	4 094	4 166	6 117	5 554	3 548	86,67	2 088	37,60	1 525	24,92
Total de validações	10^3	133 642	81 270	85 609	173 657	103 325	52 372	64,44	30 316	29,34	(40 015)	(23,04)
Fraude	10^3	3 084	2 446	4 958	10 145	5 866	638	26,09	(2 782)	(47,43)	(7 061)	(69,60)
Total transportados	10^3	**136 726**	**83 716**	**90 567**	**183 801**	**109 192**	**53 010**	**63,32**	**27 534**	**25,22**	**(47 076)**	**(25,61)**
Percurso médio por passageiro	km	5,16	4,82	4,78	4,79	4,82	0	7,04	0	7,07	0	7,69
Passageiro x km transportados	10^3	711 833	403 679	433 114	880 985	526 360	308 153	76,34	185 473	35,24	(169 152)	(19,20)

5. PROCURA

i. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Metropolitano de Lisboa personalizou cerca de 162 mil cartões Lisboa Viva/Navegante, dos quais, 70,2% foram urgentes. Face a 2021, a variação foi de +52,9% (mais 56 mil personalizações), e, em relação a 2019, a variação foi de -25,2% (menos 55 mil personalizações).

QUADRO 11
Produção de cartões Lisboa Viva

PRODUÇÃO CARTÕES LV 2022		METRO
10 dias	Normal	40 947
	4_18	2 898
	Sub23	3 232
Total		47 077
Urgentes	Normal	99 371
	4_18	4 467
	Sub23	10 070
Total		113 908
Portal Viva		0
Trabalhadores		1 260
TOTAL		162 245

Em 2022, foram produzidos um total de 15.325 cartões, nos dois Kiosks Viva, instalados na estação Alameda 2, os quais permitem emissão imediata e em modo self-service de cartões Lisboa Viva. Uma parcela do valor pago pelo cliente representa receita do ML, que ascendeu a 69 mil euros.

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

i. METROCOM, S.A.

A Metrocom, S.A. explora, em regime de concessão em exclusividade, a promoção e a comercialização de lojas, vitrinas e espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do ML, bem como nas demais instalações ou espaços sob a sua jurisdição, quer existentes quer futuros. Paralelamente, a empresa assegura a manutenção dos espaços das estações da rede do ML.
Ainda a recuperar dos efeitos da pandemia, a economia foi fortemente afetada pela guerra na Ucrânia, que provocou um aumento dos preços dos combustíveis e energia, e que, consequentemente, levou a uma subida generalizada dos preços de bens e serviços. Esta conjuntura levou a um crescimento atípico de pedidos de rescisão e a uma redução na procura de espaços comerciais por potenciais interessados, resultando numa diminuição no negócio de retalho nas Estações da Rede do Metropolitano de Lisboa.
Por forma a amenizar estes pedidos de rescisão e ajudar os clientes a regularizar as dívidas, a Metrocom negociou reduções, temporárias e pontuais, de rendas em atraso e continua a delinear planos de amortização.



A Metrocom, S.A. explora a promoção e a comercialização de espaços comerciais existentes ou a criar nas estações do ML

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

QUADRO 12
Metrocom – Indicadores de atividade

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021 Abs	Var. 2022/2021 %	Var. 2022/2019 Abs	Var. 2022/2019 %
ATIVIDADE COMERCIAL									
Volume de Negócios (Linha Azul)	m€	883	637	577	1 037	246,0	38,6	(154,0)	(14,9)
Volume de Negócios (Linha Amarela)	m€	966	652	578	1 028	314,0	48,2	(62,0)	(6,0)
Volume de Negócios (Linha Verde)	m€	208	127	110	197	81,0	63,8	11,0	5,6
Volume de Negócios (Linha Vermelha)	m€	547	374	365	612	173,0	46,3	(65,0)	(10,6)
INDICADORES DE RH									
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012)	Un.	6	5	4	4	1,0	20	2,0	50,0
Número médio de efetivos	Un.	6	5	4	4	1,0	20	2,0	50,0
Massa Salarial	m€	186	165	106	106	21,1	12,8	80,1	75,6
ESTRUTURA ACIONISTA									
Total do Capital Social	m€	750	750	750	750	0	-	0	-
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	100	100	-	0,0 p.p.	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL									
Ativo não corrente	m€	486,0	554,1	485,8	7,9	(68,1)	(12,3)	478,1	6 052,0
Ativo corrente	m€	3 437,2	3 296,3	3 497,5	3 864,7	140,9	4,3	(427,5)	(11,1)
Total Ativo	**m€**	**3 923,2**	**3 850,4**	**3 983,3**	**3 872,6**	**72,8**	**1,9**	**51**	**1,3**
Capital Próprio	m€	3 339,7	3 221,3	3 245,5	3 223,0	118,4	3,7	116,7	3,6
Passivo	m€	583,5	629,1	737,8	649,6	(45,6)	(7,2)	(66,1)	(10,2)
Total Capital Próprio e Passivo	**m€**	**3 923,2**	**3 850,4**	**3 983,3**	**3 872,6**	**72,8**	**1,9**	**51**	**1,3**
INDICADORES DE ESTRUTURA									
Autonomia Financeira %	%	85,1	83,7	81,5	83,2	-	1,5 p.p.	-	1,9 p.p.
Solvabilidade %	%	572,3	512,0	439,9	496,2	-	60,3 p.p.	-	76,2 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS									
Volume de Negócios	m€	2 604,0	1 790,7	1 630,1	2 874,4	813,3	45,4	(270,4)	(9,4)
EBITDA (*Corrigido*)*	m€	236,9	32,1	36,3	284,2	204,8	636,9	(47,3)	(16,6)
Margem do EBITDA (*Corrigido*)	%	9,1	1,8	2,2	9,9	-	7,3 p.p.	-	(0,8) p.p.
Rendimentos Operacionais (*corrigidos*)	m€	2 699,6	1 868,1	1 726,5	3 015,9	831,5	44,5	(316,3)	(10,5)
Gastos Operacionais (*corrigidos*)	m€	2 462,7	1 835,9	1 690,2	2 731,5	626,8	34,1	(268,8)	(9,8)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (*corrigidos*)	%	109,62	101,75	102,15	110,41	-	7,9 p.p.	-	(0,8) p.p.

* Valor corrigido de imparidades e outras rubricas *non-cash*

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

Apesar da conjuntura acima descrita, a Metrocom manteve o esforço para aumentar a rentabilidade, a diversificação de serviços comerciais existentes na Rede de Estações do ML, e acrescentar valor aos clientes utilizadores do Metro. Com a elaboração de um Plano Estratégico consistente para o negócio/retalho, foram estabelecidas orientações para uma aposta forte na promoção junto do mercado, por forma a encontrar novas soluções comerciais para o *portfolio* da Metrocom. Como resultado das estratégias, quer financeiras, quer comerciais, já identificadas, embora ainda bastante inferiores aos níveis de 2019, verificou-se, no ano de 2022, o regresso aos resultados líquidos positivos.

A Taxa de Ocupação Total (Utilização Fixa e Temporária), no final de 2022, ficou nos 84,6%, superior aos 81,4% registados em 2021 (+3,2%). Desagregando por tipo de utilização, verificou-se:

- Taxa de Ocupação de Utilização Fixa (Lojas, Quiosques e Arrecadações) de 80,7%, inferior em -0,9% em relação a 2021 (-1 Loja);
- Utilização Temporária no final do ano: 121 máquinas de *vending* (+3 que em 2021), 54 ATM (+2 que em 2021), 20 stands de vendas (-7 que em 2021) e 6 feiras dispersas pela Rede ML (+2 que em 2021).

Apesar de toda a conjuntura, no final de 2022, a Metrocom garantiu, junto do seu acionista, o cumprimento de todas as suas obrigações legais e financeiras.

Ano	Faturação METROCOM	Valor entregue ao acionista (72% do VN)
2019	2 861,9	2 060,5
2020	1 630,1	1 173,7
2021	1 790,7	1 289,3
2022	2 571,6	1 851,6

QUADRO 13
Faturação Metrocom

Em relação a 2021, o EBITDA (corrigido) apresentou um aumento de 204,7 mil euros, correspondente a 236,9 milhares de euros, e o resultado líquido cifrou-se em 118,4 mil euros, representando um acréscimo de 142,6 mil euros.

ii. FERCONSULT, S.A.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atuou nos mercados nacional e internacional, desde 1991. A empresa tem como acionista único o ML.

Face ao acumulado de resultados deficitários que a Ferconsult vinha reunindo nos últimos anos, fruto de constrangimentos relacionados com questões de organização e gestão interna, designadamente a existência de uma estrutura de custos desajustada face aqueles que eram os proveitos, foi desenvolvido, pelo Conselho de Administração, um plano de restruturação da empresa.

Concretizadas as medidas do Plano de Reorganização da Ferconsult, apresentado em Dezembro de 2017 (N/ref.1262910, de 05/05/2017), e na sequência da análise da informação da UTAM n.º 4/2019, relativa à proposta de Fusão da Ferconsult com o Metropolitano de Lisboa, objeto do Despacho do Senhor SET n.º461/19-SET, foi reavaliada a sua atividade, e apresentada uma nova proposta, em setembro de 2019, de integração imediata dos trabalhadores da Ferconsult no ML, mantendo-se a empresa apenas como veículo instrumental que constitui parte integrante do ACE (Agrupamento Complementar de Empresas) dos TREM – Aluguer de Material Circulante.

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

INDICADORES DE ATIVIDADE	Un.	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021 Abs	Var. 2022/2021 %	Var. 2022/2019 Abs	Var. 2022/2019 %
Atividade Comercial									
Volume de Negócios (Mercado Nacional)	m€	0,0	35,7	2 058,2	1 228,4	(35,7)	(100,0)	(1 228,4)	(100,0)
Volume de Negócios (Mercado Internacional)	m€	0,0	0,0	0,0	491,7	-	-	(491,7)	(100,0)
Indicadores de Produção									
Horas trabalhadas (Mercado Nacional)	%	0,0	0,0	100,0	87,7	-	-	(87,7)	(100,0)
Horas trabalhadas (Mercado Internacional)	%	0,0	0,0	0,0	12,3	-	0,0 p.p.	-	(12,3) p.p.
INDICADORES DE RH									
Volume de Emprego (RCM n.º 16/2012)[1]	Un.	0	0	48	48	-	-	(48,0)	(100,0)
Número médio de efetivos	Un.	0	0	44	48	-	-	(48,0)	(100,0)
Massa Salarial	m€	0,0	0,0	1 572,0	1 619	-	-	(1 619,0)	(100,0)
ESTRUTURA ACIONISTA									
Total do Capital Social	m€	5 295,3	5 295,3	5 295,3	5 295,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Cap. Social detido pelo METRO	%	100	100	100	100	-	0,0 p.p.	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL									
Ativo não corrente	m€	0,0	0,0	0,0	1,1	-	-	(1,1)	(100,0)
Ativo corrente	m€	411,3	645,0	1 823,0	2 730,3	(233,7)	(36,2)	(2 319,0)	(84,9)
Total Ativo	**m€**	**411,3**	**645,0**	**1 823,0**	**2 731,4**	**(233,7)**	**(36,2)**	**(2 320,2)**	**(84,9)**
Capital Próprio	m€	(1 253,1)	(1 019,4)	(1 094,0)	(1 379,8)	(233,7)	22,9	126,7	(9,2)
Passivo	m€	1 664,4	1 664,4	2 917,1	4 111,2	(0,0)	(0,0)	(2 446,8)	(59,5)
Total Capital Próprio e Passivo	**m€**	**411,3**	**645,0**	**1 823,0**	**2 731,4**	**(233,7)**	**(36,2)**	**(2 320,2)**	**(84,9)**
INDICADORES DE ESTRUTURA									
Autonomia Financeira %	%	(304,7)	(158,0)	(60,0)	(50,5)	-	(146,7) p.p.	-	(254,2) p.p.
Solvabilidade %	%	(75,3)	(61,2)	(37,5)	(33,6)	-	(14,0) p.p.	-	(41,7) p.p.
INDICADORES FINANCEIROS									
Volume de Negócios	m€	0,0	35,7	2 058,2	1 720,1	(35,7)	(100,0)	(1 720,1)	(100,0)
EBITDA (*corrigido*)	m€	27,6	(41,8)	(105,4)	(1 820,8)	69,4	(166,1)	1 848,4	(101,5)
Margem do EBITDA (*corrigido*)	%	-	(117)	(5)	(105,9)	-	-	-	-
Rendimentos Operacionais (*corrigidos*)[2]	m€	41,1	43,1	2 279,4	1 762,8	(2,1)	(4,8)	(1 721,7)	(97,7)
Gastos Operacionais (*corrigidos*)[2]	m€	13,5	84,9	2 384,8	3 583,5	(71,4)	(84,2)	(3 570,1)	(99,6)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (*corrigidos*)	%	305,12	50,78	95,58	49,19	-	254,3 p.p.	-	255,9 p.p.

QUADRO 14
Ferconsult – Indicadores de Atividade

[1] Conforme alínea n.º 6 da RCM n.º 16/2012, são considerados os trabalhadores colocados fora do território nacional e os prestadores de serviços com trabalho efetivo superior a 3 meses.

[2] Rendimentos e Gastos Operacionais corrigidos de provisões,imparidades e ganhos/perdas de subsidiárias.

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

RUBRICAS	2022	2021	2020	2019	2022/2021		2022/2019	
					Abs	%	Abs	%
Prestação de Serviços	0	35 744	2 058 201	1 720 089	-35 744	-100,0%	-1 720 089	-100,0%
Ganhos imputados a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	0	158 681	0	0	-158 681	-100,0%	0	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	0	225 643	735 075	0	-	-735 075	-100,0%
Provisões (reduções)	0	0	310 363	556 441	0	-	-556 441	-100,0%
Outros Rendimentos	43 979	7 413	221 220	42 673	36 566	493,3%	1 306	3,1%
Total Rendimentos Operacionais [1]	**43 979**	**201 838**	**2 815 427**	**3 054 277**	**-157 859**	**-78,2%**	**-3 010 298**	**-98,6%**
Fornecimentos e serviços externos	9 451	34 852	397 930	1 528 896	-25 402	-72,9%	-1 519 446	-99,4%
Perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	1 152	0	113 827	6 517	1 152	-	-5 364	-82,3%
Gastos com o pessoal	0	824	1 971 095	2 048 728	-824	-100,0%	-2 048 728	-100,0%
Provisões (aumentos)	241 675	0	0	0	241 675	-	241 675	-
Outros gastos e perdas	4 007	53 161	15 810	5 900	-49 154	-92,5%	-1 893	-32,1%
Gastos Operacionais (sem depreciações e amortizações) [2]	**256 284**	**88 837**	**2 498 661**	**3 590 040**	**167 447**	**188,5%**	**-3 333 756**	**-92,9%**
EBITDA [3] = [1] - [2]	**-212 305**	**113 001**	**316 766**	**-535 763**	**-325 306**	**-287,9%**	**323 458**	**-60,4%**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização [4]	**0**	**0**	**707**	**2 288**	**0**	-	**-2 288**	**-100,0%**
Total Gastos Operacionais [5] = [2] + [4]	256 284	88 837	2 499 368	3 592 328	167 447	188,5%	-3 336 044	-92,9%
Resultado Operacional [1] - [5]	**-212 305**	**113 001**	**316 059**	**-538 051**	**-325 306**	**-287,9%**	**325 746**	**-60,5%**

QUADRO 15
EBITDA e Resultado Operacional da Ferconsult

Em 2022, o EBITDA registou um decréscimo face a 2021 (-287,9%), explicado pela cessação total da atividade desenvolvida pela empresa. Ressalva-se o aumento da rubrica Gastos Operacionais (187,2%), fruto do reconhecimento contabilístico de uma provisão, que resulta no agravamento do EBITDA, que se fixou em -212.305 euros.

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

Apesar do volume de negócios ter sido nulo em 2022, destacam-se os movimentos das seguintes rubricas:

- Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos: no exercício de 2021, foi efetuada uma provisão relativa ao Resultado Líquido do exercício de 2021 da ENSITRANS, no valor de 5.391euros, agora revertida. Por outro lado, houve lugar ao reconhecimento de uma provisão relativa ao exercício de 2022 da ENSITRANS, no valor de 6.543 euros.
- Outros Rendimentos: o acumulado nesta rubrica respeita a recuperação de custos de apoio técnico prestado à ENSITRANS em 2022 e, sobretudo, regularizações de saldos com outras entidades, num total de 34.163 euros.
- Fornecimentos e Serviços Externos: apesar da inexistência de atividade a Ferconsult continuou a ter gastos, alinhado com o seu propósito de dar cumprimento a obrigações legais, nomeadamente com honorários de Auditoria, despesas de manutenção bancária e liquidações de avais, juntamente com gastos de natureza contenciosa e de notariado;
- Provisões (aumentos/reduções): o valor de 241.675 euros está relacionado com uma obrigação emergente relativa a juros de mora devidos, resultado de uma dívida referente a projetos da Ferconsult no Brasil;
- Outros Gastos e Perdas: regularização de saldos relativos a FSE de anos anteriores, impostos, taxas e diferenças de arredondamento.



Atividades complementares do Metro de Lisboa

iii. ENSITRANS

O Ensitrans, A.E.I.E (agrupamento europeu de interesse económico) é detido em 45% pela Ferconsult, S.A. e em 5% pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., sendo as restantes empresas participadas o Metro de Barcelona e a SENER (empresa de consultoria e projetos de engenharia). Embora já sem projetos ativos, o Ensitrans não pode dissolver a sociedade por ainda ter verbas a receber dos contratos celebrados com a EMA – *Entreprise du Métro d'Alger* (apesar da maioria dessas verbas em dívida ao Ensitrans pela EMA pertencerem à Ferconsult por trabalhos que desenvolveu).

iv. TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM) foi constituído em 02 de março de 2000, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venham a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.
As relações contratuais estabelecidas em 2000 pelo TREM, nomeadamente, o contrato de aluguer de carruagens celebrado

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi incorporado por fusão no BST, passando o BST a assumir todos os ativos e passivos do BSNP, enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração. Em 2014, ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8 dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

Em 2014, ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST



A 29 de Dezembro de 2014, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:
1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

QUADRO 16
TREM Situação patrimonial em 31 de dezembro

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021		Var. 2022/2019	
					V.Abs.	%	V.Abs.	%
Total Ativo	**45 996**	**40 557**	**43 111**	**1 337 608**	**5 439**	**13,41%**	**(1 291 612)**	**-96,56%**
Capital Próprio	(49 688 204)	(49 684 992)	(49 755 315)	(50 349 398)	(3 212)	0,01%	661 193	-1,31%
Passivo	49 734 200	49 725 549	49 798 426	51 687 005	8 651	0,02%	(1 952 805)	-3,78%
Total Capital Próprio e Passivo	**45 996**	**40 557**	**43 111**	**1 337 608**	**5 439**	**13,41%**	**(1 291 612)**	**-96,56%**
Resultado Líquido	(3 212)	70 323	594 082	2 742 355	(73 535)	-104,57%	(2 745 567)	-100,12%

6. A ATIVIDADE COMERCIAL

v. TREM II, A.C.E.

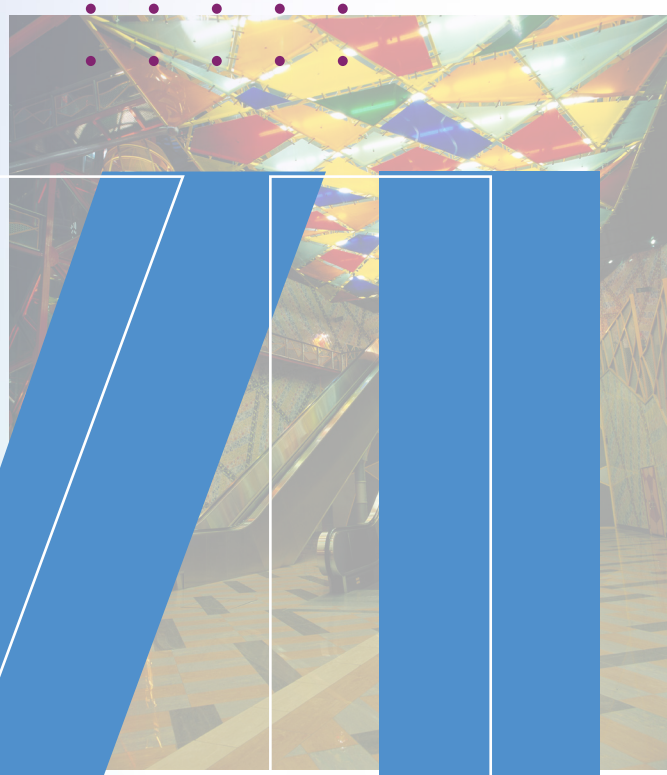
O TREM II – Aluguer de material Circulante, ACE (TREM II) foi constituído em 21 de setembro de 2001, tendo como objeto principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venha a ser necessárias ou a ter relação com o objeto principal.
As relações contratuais estabelecidas, entre 2001 e 2002, pelo TREM II, nomeadamente, os contratos de aluguer de carruagens celebrados com o Metropolitano de Lisboa, EPE e os contratos de financiamento celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), o Caixa – Banco de Investimentos, SA (CaixaBI) e o Crédito Predial Português, SA, que, em dezembro de 2004, alterou a denominação social para Banco Santander Totta, SA, foram mantidas sem qualquer alteração.
Em 2015, ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.
A 29 de dezembro de 2015, o Agrupamento passa a ter a seguinte composição e estrutura:

1) Metropolitano de Lisboa, E.P.E. com a participação no capital de 90%
2) Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. com uma contribuição de 10%.

QUADRO 17
TREM II Situação patrimonial
em 31 de dezembro

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2022	2021	2020	2019	Var. 2022/2021		Var. 2022/2019	
					V.Abs.	%	V.Abs.	%
Total Ativo	67 841	1 338 969	3 400 274	4 337 161	(1 271 128)	-94,93%	(4 269 320)	-98,44%
Capital Próprio	(105 226 936)	(107 267 028)	(112 146 268)	(117 693 721)	2 040 092	-1,90%	12 466 785	-10,59%
Passivo	105 294 777	108 605 997	115 546 542	122 030 883	(3 311 220)	-3,05%	(16 736 105)	-13,71%
Total Capital Próprio e Passivo	67 841	1 338 969	3 400 274	4 337 161	(1 271 128)	-94,93%	(4 269 320)	-98,44%
Resultado Líquido	2 040 092	4 879 240	5 547 453	5 285 307	(2 839 148)	-58,19%	(3 245 215)	-61,40%

VI DESEMPENHO





1. CAPITAL FINANCEIRO

i. RECEITAS TARIFÁRIAS E COMPLEMENTARES

As medidas tomadas, no sentido da contenção da pandemia COVID-19, continuaram a ter impactos ao nível da redução da procura, face ao período pré-pandemia (exercício de 2019), com os consequentes efeitos na receita.

Paralelamente, há a destacar outros fatores que influenciaram as receitas tarifárias em 2022, nomeadamente:

- Aumento tarifário, no dia 01 de janeiro, de alguns Títulos Ocasionais (Zapping, Cartão Bancário, Bilhete 24 Horas CA/ML, Bilhete 24 Horas CA/ML/TT e Bilhete 24 Horas CA/ML/CP;
- Entrada em vigor, a 25 de julho, da gratuitidade do passe Navegante Urbano +3.ª idade para maiores de 65 anos, com domicílio fiscal no concelho de Lisboa, com uma compensação mensal para o ML, via TML;
- Gratuitidade do passe Navegante Lisboa 4_18/sub23, desde de 26 de agosto, para jovens estudantes com domicílio fiscal comprovado no concelho de Lisboa, com compensações via TML;
- Acréscimo das quantidades vendidas de títulos ocasionais em 83% e de passes em 56,3%, na rede de vendas do ML, face a 2021. Comparativamente a 2019, verificam-se decréscimos de 17,9% e de 10,6% nas quantidades vendidas de títulos ocasionais e de passes, respetivamente;
- Atribuição de pagamentos por conta, no âmbito do PART e incrementos nestes pagamentos, por via da crise pandémica de COVID-19;
- Gratuitidade do passe nos transportes públicos aos antigos combatentes, bem como para a viúva ou viúvo, através da atribuição do Passe Antigo Combatente, em vigor desde 5 de novembro de 2021, ao abrigo da Portaria n.º 198/2021.

Em resultado destes fatores, as receitas de Títulos Ocasionais e Passes de 2022 registaram as seguintes variações:

- Acréscimo de 73,1% na receita de Títulos Ocasionais e Passes, em relação a 2021. Considerando as comparticipações/compensações 4-18/Sub23, Social +, Antigos Combatentes, Navegante Urbano 3.ªidade e Navegante Lisboa 4_18/ /sub23, o acréscimo foi de +73,3%;
- Acréscimo de 54,3% nos Títulos Ocasionais e Passes, comparando com a receita inscrita no PAO. Tendo em consideração as comparticipações/compensações, o acréscimo foi de 56,3%;
- Decréscimo de -14,2% na receita de Títulos Ocasionais e Passes, face a 2019. Considerando as comparticipações/ /compensações, o decréscimo foi de -10,2%.

Para obviar o decréscimo da receita, pela alteração tarifária ocorrida em abril de 2019, (Regulamento nº 278-A/2019), a AML assegurou verbas a título de pagamento por conta. Paralelamente, no cenário de pandemia, visando o reforço do transporte público, têm sido disponibilizadas verbas adicionais em Pagamentos por Conta, através do Decreto-Lei n.º 14--C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual. O Decreto-Lei nº 104/2021 de 27 de novembro, veio prolongar a sua vigência até 30 de junho de 2022. O Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, estendeu o prazo para a comparticipação do PART (COVID-19) até 31 de dezembro de 2022.

Assim, em 2022, foram atribuídos ao ML 7, 9 milhões de euros e 9 milhões euros em pagamentos por conta PART -AML e PART - COVID-19, respetivamente.

Se considerados os valores dos Pagamentos por Conta PART--AML, a variação da receita de 2022, face a 2021, foi de 64,2%. Comparativamente a 2019, a variação foi de -6,4%.

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 18
Receitas de títulos de transporte

RECEITAS DE TÍTULOS DE TRANSPORTE (SEM IVA)		2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %		
Títulos ocasionais	**10³€**	**39 040**	**19 141**	**16 848**	**51 166**	**20 931**	**19 899**	**104,0**	**18 109**	**86,5**	**(12 126)**	**(23,7)**
Bilhete Viagem Carris | Metro	10³€	18 049	9 383	7 731	24 591	9 647	8 666	92,4	8 403	87,1	(6 541)	(26,6)
Zapping	10³€	14 247	7 898	7 000	18 448	7 087	6 349	80,4	7 160	101,0	(4 201)	(22,8)
Outros	10³€	6 744	1 860	2 117	8 127	4 198	4 884	262,6	2 546	60,6	(1 384)	(17,0)
Passes	**10³€**	**50 319**	**32 485**	**33 208**	**53 026**	**36 993**	**17 834**	**54,9**	**13 326**	**36,0**	**(2 707)**	**(5,1)**
Navegante Metropolitano	10³€	34 291	21 451	21 089	24 072	22 047	12 840	59,9	12 244	55,5	10 218	42,4
Navegante Lisboa	10³€	11 946	7 800	8 890	12 423	11 729	4 145	53,1	217	1,9	(477)	(3,8)
Outros Navegantes	10³€	2 899	2 967	2 967	10 786	1 751	(68)	(2,3)	1 147	65,5	(7 887)	(73,1)
Outros Passes	10³€	1 184	267	262	5 744	1 467	917	343,2	(283)	(19,3)	(4 561)	(79,4)
Total das receitas	**10³€**	**89 359**	**51 626**	**50 057**	**104 192**	**57 925**	**37 733**	**73,1**	**31 434**	**54,3**	**(14 833)**	**(14,2)**
Comparticipações 4-18 / sub23 / social+ (1)	10³€	3 506	3 574	3 458	2 502	3 388	(69)	(1,9)	118	3,5	1 004	40,1
Comparticipações Antigos Combatentes	10³€	1 296	92	0	0	0	1 203	1305,9	1 296	-	1 296	-
Compensação Navegante Urbano 3.ª Idade	10³€	578	0	0	0	0	578	-	578	-	578	-
Compensação Navegante Lisboa 4_18/sub23	10³€	1 068	0	0	0	0	1 068	-	1 068	-	1 068	-
Total das receitas com comparticipações	**10³€**	**95 807**	**55 293**	**53 515**	**106 694**	**61 313**	**40 514**	**73,3**	**34 494**	**56,3**	**(10 887)**	**(10,2)**
Pagamentos por Conta (AML) (2) (3)	10³€	7 848	7 848	8 903	4 014	8 700	0	0,0	(851)	(9,8)	3 834	95,5
Total das receitas com comparticipação	10³€	103 655	63 141	62 418	110 708	70 012	40 514	64,2	33 643	48,1	(7 053)	(6,4)
Pagamentos por Conta (COVID) (4)	10³€	9 050	36 718	21 451	0	31 680	(27 668)	(75,4)	(22 630)	(71,4)	9 050	-

(1) O valor contabilístico de 2019 é inferior em aproximadamente 620 mil euros, devido à regularização de valores reconhecidos em excesso em anos anteriores.
(2) O valor de pagamentos por conta AML- 2020, inclui 989.524 € referente ao acerto da estimativa de compensação financeira final de 2019, conforme ofício da AML n.º 353/2021
O valor de pagamentos por conta AML- 2022, inclui acerto final às compensações financeiras de 2021 e correção da verba disponível
(3) Do total de receita relativa à compensação do PART do período em análise, o ML em 2019 apenas recebeu um valor parcial de 2,93 M€, tendo o saldo remanescente sido recebido já em 2020.
(4) Atribuição do PART "variável", o qual foi registado como subsídio à exploração.

1. CAPITAL FINANCEIRO



GRÁFICO 6
Receitas de títulos de transporte

Os Cartões Viva Viagem cresceram 1,5 milhões euros, face a 2021

Relativamente à receita complementar, o ano de 2022 apresentou um acréscimo de 102,8%, face a 2021, e uma quebra de 6,7%, relativamente a 2019.
Nas receitas complementares tarifárias, destacam-se as obtidas com os Cartões Viva Viagem, com um acréscimo de receita de 1,5 milhões euros, face a 2021. No entanto, comparativamente a 2019, verificou-se uma quebra de 363 mil euros.
Nas receitas complementares não tarifárias, destacam-se os significativos incrementos verificados nas receitas das subconcessões Metrocom e Publimetro, quando comparado com o ano anterior (+44,6% e +880,3%, respetivamente). Comparativamente com 2019, verifica-se um decréscimo de -10,1% nas receitas da Metrocom, e um acréscimo de 4,6%, nas receitas da Publimetro.

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 19
Receitas complementares

UN: €

RECEITAS COMPLEMENTARES (SEM IVA)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Complementares Tarifárias	**3 614 422**	**1 766 911**	**1 311 622**	**4 010 814**	**1 629 904**	**1 847 512**	**104,6**	**1 984 519**	**121,8**	**(396 392)**	**(9,9)**
Taxa de Urgência	**517 065**	**290 498**	**240 526**	**509 375**	**287 983**	**226 568**	**78,0**	**229 082**	**79,5**	**7 690**	**1,5**
Cartões Viva Viagem	**2 612 777**	**1 142 527**	**863 259**	**2 971 454**	**1 010 292**	**1 470 251**	**128,7**	**1 602 485**	**158,6**	**(358 677)**	**(12,1)**
Fee de Personalização	**342 553**	**262 819**	**157 201**	**383 159**	**272 925**	**79 733**	**30,3**	**69 627**	**25,5**	**(40 607)**	**(10,6)**
Comissões	**142 028**	**70 933**	**50 539**	**146 270**	**58 459**	**71 095**	**100,2**	**83 568**	**143,0**	**(4 242)**	**(2,9)**
– Comissão venda Bilhete Viagem CA/ML	70 304	34 657	26 770	77 741	33 618	35 647	102,9	36 685	109,1	(7 437)	(9,6)
– Comissão venda Zapping	71 527	36 275	23 769	67 871	24 841	35 251	97,2	46 686	187,9	3 655	5,4
– Comissão venda títulos sem quota ML	197	0	0	658	0	197	-	197	-	(461)	(70,1)
Outras receitas complementares tarifárias		**135**	**96**	**557**	**244**	**(135)**	**(100,0)**	**(244)**	**(100,0)**	**(557)**	**(100,0)**
Receitas Complementares não Tarifárias	**3 899 355**	**1 934 152**	**3 051 576**	**4 031 303**	**3 741 181**	**1 965 203**	**101,6**	**158 173**	**4,2**	**(131 948)**	**(3,3)**
Património	**426 571**	**369 392**	**395 629**	**420 288**	**394 362**	**57 178**	**15,5**	**32 208**	**8,2**	**6 283**	**1,5**
Aluguer de Espaços	78 820	25 457	50 832	74 278	48 000	53 363	209,6	30 820	64,2	4 542	6,1
Aluguer de Fibra Ótica e Telecomunicações	347 751	343 935	344 797	346 010	346 362	3 816	1,1	1 388	0,4	1 741	0,5
Frota – Estações – Meios diversos	**80 661**	**46 898**	**41 527**	**88 951**	**57 840**	**33 763**	**72,0**	**22 821**	**39,5**	**(8 290)**	**(9,3)**
Filmagens	62 200	21 500	32 900	54 100	28 200	40 700	189,3	34 000	120,6	8 100	15,0
Diversos (Inserção PUB, Merchandising/Publicações, Roy.)	6 211	7 648	8 627	15 351	10 140	(1 437)	(18,8)	(3 929)	(38,7)	(9 140)	(59,5)
Serviço Especial	12 250	17 750	0	19 500	19 500	(5 500)	(31,0)	(7 250)	(37,2)	(7 250)	(37,2)
Outras Receitas	**70 314**	**87 287**	**95 634**	**56 763**	**95 634**	**(16 974)**	**(19,4)**	**(25 321)**	**(26,5)**	**13 551**	**23,9**
Subconcessões	**3 321 810**	**1 430 574**	**2 518 786**	**3 465 301**	**3 193 345**	**1 891 235**	**132,2**	**128 465**	**4,0**	**(143 492)**	**(4,1)**
Metrocom	1 851 923	1 280 628	1 169 004	2 060 546	2 069 541	571 295	44,6	(217 618)	(10,5)	(208 623)	(10,1)
Publimetro – MOP	1 469 887	149 946	1 349 782	1 404 755	1 123 804	1 319 940	880,3	346 083	30,8	65 132	4,6
Total das receitas complementares	**7 513 777**	**3 701 063**	**4 363 198**	**8 042 117**	**5 371 085**	**3 812 715**	**103,0**	**2 142 692**	**39,9**	**(528 340)**	**(6,6)**

1. CAPITAL FINANCEIRO

ii. RESULTADOS

Em 2022, destacam-se os seguintes factos na gestão económica e financeira do ML:

- **Volume de negócios** de 111,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 44,3 milhões de euros, face a 2021, e evidencia uma recuperação para níveis próximos dos registados em 2019;
- **Receitas tarifárias** (incluindo comparticipações) com um acréscimo de 40,5 milhões de euros (+64,2%), ficando ainda abaixo dos valores registados em 2019, em cerca de 7,1 milhões de euros (-6,4%). Regista-se, ainda, um desvio positivo, face ao planeado, no valor de 33,6 milhões de euros (48,1%), em função do aumento da procura.
- **Comparticipações de Passes** no valor de 14,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,8 milhões de euros (24,2%), face ao período homólogo de 2021, e um acréscimo de 7,8 milhões de euros (119,4%), em relação a igual período de 2019. O desvio, face ao PAO, foi de 2,2 milhões de euros (+18,3%).
- **Pagamentos por Conta** (COVID) no montante de 9,1 milhões de euros, menos 27,7 milhões (-75,4%) que em 2021, com um desvio de 22,6 milhões de euros (-71,4%), face ao PAO.
- **Receitas Complementares Tarifárias** com um aumento de 1,8 milhões de euros (+103,5%), com especial incidência nos cartões Viva Viagem +1,5 milhões de euros (+128,3%), representando um desvio positivo de 1,6 milhões de euros (+158,2%), face ao planeado.
- **Receitas Complementares não Tarifárias** com um aumento, face a 2021, de 2 milhões de euros (+102,2%). Comparado com o ano 2019, registou-se uma variação negativa no valor de 120 mil euros (-3,0%). O desvio, face ao PAO, é positivo, no valor de 170 mil euros (+4,5%).
- **EBITDA** positivo em 12,3 milhões de euros, com uma variação negativa de 3,9 milhões de euros, face a 2021, e um desvio positivo no valor de 10,3 milhões de euros, face ao PAO.

No que ser refere ao EBITDA, expurgadas as rubricas *non-cash*, que totalizam 19,1 milhões de euros, obtém-se um EBITDA corrigido no valor de -5,3 milhões de euros.

EBITDA DRN (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	12 269
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	8 412
Trabalhos para a própria entidade	-6 123
Imparidades de inventários	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	488
Provisões (aumentos / reduções)	1 925
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 000
Aumentos / reduções de justo valor	-19 018
Subsídios ao investimento	-1 112
Diferenças cambiais	-3 226
Perdas em Inventários	203
Ganhos em Inventários	-142
EBITDA Corrigido	**-5 326**

1. CAPITAL FINANCEIRO

No ano em análise, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, suportada na concessão de empréstimos e de dotações de capital, através de entradas em numerário, para pagamento de serviço da dívida e da despesa de investimento.

QUADRO 20
Resultados – Contas Individuais

RESULTADOS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	111 205	66 890	66 809	118 795	75 703	44 315	66,3	35 502	46,9	(7 590)	(6,4)
Rendimento do Serviço Público*	103 655	63 141	62 418	110 708	70 012	40 514	64,2	33 643	48,1	(7 053)	(6,4)
Outros rendimentos	51 002	79 871	50 256	44 289	64 351	(28 869)	(36,1)	(13 350)	(20,7)	6 713	15,2
Total de Rendimentos Operacionais	154 657	143 012	112 674	154 997	134 364	11 645	8,1	20 293	15,1	(340)	(0,2)
Total de Gastos Operacionais	155 622	140 672	145 424	144 903	147 249	14 950	10,6	8 374	5,7	10 720	7,4
EBITDA	12 269	16 148	(17 253)	27 365	1 928	(3 879)	(24,0)	10 341	536,4	(15 097)	(55,2)
EBITDA Corrigido **	(5 326)	(14 417)	(30 613)	19 616	(24 572)	9 091	(63,1)	19 246	(78,3)	(24 942)	(127,1)
Resultado Operacional	**(966)**	**2 339**	**(32 750)**	**10 094**	**(12 885)**	**(3 305)**	**(141,3)**	**11 920**	**(92,5)**	**(11 060)**	**(109,6)**
Resultado Financeiro	**(20 151)**	**(25 234)**	**(24 381)**	**(26 926)**	**(20 277)**	**5 083**	**(20,1)**	**126**	**(0,6)**	**6 775**	**(25,2)**
Resultado antes de Impostos	**(21 117)**	**(22 895)**	**(57 130)**	**(16 833)**	**(33 163)**	**1 778**	**(7,8)**	**12 046**	**(36,3)**	**(4 284)**	**25,5**

* Inclui receita de venda de bilhetes, passes e compensações tarifárias.
** EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equiv. patrimonial / subsidiárias, e outras rubricas *non-cash*).

1. CAPITAL FINANCEIRO

Em termos consolidados, e em relação a 2021:

- O Volume de Negócios registou um valor de 112 milhões de euros, o que representa um aumento de 44,5 milhões de euros;
- Os Rendimentos Operacionais foram de 155,6 milhões de euros, revelando um acréscimo de 10,9 milhões de euros;
- Os Gastos Operacionais registaram o valor de 156,5 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 14,2 milhões de euros;
- O Resultado Operacional foi negativo em 905 mil euros, o que traduziu uma redução de 3,3 milhões de euros;
- O EBITDA corrigido registou um valor negativo de 2,8 milhões de euros, melhorando 6,5 milhões de euros;
- O Resultado Líquido, embora ainda em terreno negativo (-21,1 milhões de euros), melhorou em 1,8 milhões de euros (7,7%).

EBITDA DRN (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	22 990
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	-36
Trabalhos para a própria entidade	-6 123
Imparidades de inventários	516
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	2 166
Provisões (aumentos / reduções)	1 000
Aumentos / reduções de justo valor	-19 018
Subsídios ao investimento	-1 112
Diferenças cambiais	-3 229
Perdas em Inventários	203
Ganhos em Inventários	-142
EBITDA Corrigido	**-2 785**

RESULTADOS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	Contas Consolidadas	Contas Individuais				
		ML	Ferconsult	Metrocom	TREM	TREM II
Volume de Negócios	111 951	111 205	-	2 604	-	2 044
Rendimentos Operacionais	155 577	154 657	44	2700	-	2 052
Gastos Operacionais	156 482	(155 622)	256	2551	3	4
EBITDA	22 990	12 269	(212)	209	(3)	2 048
EBITDA corrigido*	(2 785)	(5 326)	28	237	(3)	2 048
Resultado Operacional	(905)	(966)	(212)	148	(3)	2 048
Resultado Líquido	(21 139)	(21 135)	(234)	118	(3)	2 040

QUADRO 21
Resultados - Contas consolidadas e individuais do Grupo de Empresas Metro - 2022

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/ /subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 22
Resultados – Contas consolidadas

RESULTADOS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	Contas Consolidadas				Variação 2022/2021		Variação 2022/2019	
	2022	2021	2020	2019	Abs.	%	Abs.	%
Volume de Negócios	11 951	67 431	67 525	120 067	44 520	66,0	(8 116)	(6,8)
Rendimentos Operacionais	155 577	144 688	114 441	157 395	10 889	7,5	(1 818)	(1,2)
Gastos Operacionais	156 482	142 295	121 070	119 368	14 187	10,0	37 114	31,1
EBITDA	22 990	26 823	(6 628)	38 027	(3 833)	(14,3)	(15 037)	(39,5)
EBITDA corrigido *	(2 785)	(9 256)	(24 598)	5 227	6 470	69,9	(8 012)	(153,3)
Resultado Operacional	(905)	2 393	(32 688)	10 195	(3 298)	(137,8)	(11 100)	(108,9)
Resultado Líquido	(21 139)	(22 901)	(57 134)	(16 879)	1 763	7,7	(4 260)	(25,2)

* Exclui efeitos de equivalência patrimonial/subsidiárias, TPE, imparidades, provisões, aumentos/reduções de justo valor, diferenças cambiais e subsídios ao investimento.

iii. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais consolidados apresentaram uma variação positiva de 10,9 milhões de euros (+7,5%), face a 2021, totalizando 155,6 milhões de euros.

Nas variações/desvios mais significativos, incluem-se, apenas, valores obtidos na empresa mãe, nomeadamente:

› Receita de serviço público (Passes e Bilhetes + Comparticipações + PART), a qual registou um desvio positivo no valor de 33,6 milhões de euros.

› Outros Rendimentos registaram um desvio negativo de 13,4 milhões de euros (-20,7%), explicados assim:

- Subsídios à Exploração, que totalizaram 10,6 milhões de euros e apresentaram um desvio negativo de 21 milhões de euros, com registo do reconhecimento de 57 mil euros, relativos ao Fundo Ambiental, 1,5 milhões de euros, relativos ao PRR, e 9,1 milhões de euros, relativos ao PART- COVID-19;
- Aumentos/reduções de justo valor, com um desvio de -0,2 milhões de euros e uma variação negativa de 5 milhões de euros, face a 2021, registando um valor de 19,0 milhões de euros, essencialmente, devido ao término do *swap* associado ao *leasing* operacional do TREM II-2;
- Outros rendimentos, que apresentaram um desvio positivo de 7,9 milhões de euros, em relação ao PAO, fundamentalmente por via das diferenças de câmbio favoráveis.

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 23
Resultados – Contas individuais

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %	Var. 2022/2019 Abs.	Var. 2022/2019 %
Vendas de Passes e bilhetes	89 359	51 626	50 057	104 192	57 925	37 733	73,1	31 434	54,3	(14 833)	(14,2)
Compensação 4_18/sub_23/Social+ e Compensação PART (AML)	14 296	11 515	12 361	6 515	12 087	2 781	24,2	2 209	18,3	7 780	119,4
Receita Serviço público	**103 655**	**63 141**	**62 418**	**110 708**	**70 012**	**40 514**	**64,2**	**33 643**	**48,1**	**(7 053)**	**(6,4)**
Subsídios à exploração	10 640	38 044	21 741	517	31 680	(27 404)	(72,0)	(21 040)	(66,4)	10 123	1 959,1
Receitas não tarifárias	7 550	3 749	4 390	8 087	5 691	3 801	101,4	1 859	32,7	(537)	(6,6)
Trabalhos p/ Própria Empresa	6 123	5 825	4 652	3 102	6 204	298	5,1	(80)	(1,3)	3 021	97,4
Imparidade de inventários (reversões)	-	-	300	-	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades de dívidas a receber (reversões)	-	1	314	129	-	(1)	(100,0)	-	-	(129)	(100,0)
Provisões (reduções)	-	40	-	-	-	(40)	(100,0)	-	-	-	-
Justo valor (aumentos)	19 018	24 006	16 131	24 536	19 185	(4 987)	(20,8)	(167)	(0,9)	(5 518)	(22,5)
Outros rendimentos	6 157	7 018	2 728	6 139	1 592	(861)	(12,3)	4 565	286,7	18	0,3
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (reversões)	1 513	1 187	-	1 780	-	326	27,4	1 513	-	(267)	(15,0)
Outros rendimentos	**51 002**	**79 871**	**50 256**	**44 289**	**64 351**	**(28 869)**	**(36,1)**	**(13 350)**	**(20,7)**	**6 713**	**15,2**
Total dos Rendimentos Operacionais	**154 657**	**143 012**	**112 674**	**154 997**	**134 364**	**11 645**	**8,1**	**20 293**	**15,1**	**(340)**	**(0,2)**

1. CAPITAL FINANCEIRO

RENDIMENTOS E GASTOS	Contas consolidadas				Variação 2022/2021		Variação 2022/2019	
	2022	2021	2020	2019	Abs.	%	Abs.	%
Vendas e serviços prestados	111 951	67 431	67 525	120 067	44 520	66,0	(8 116)	(6,8)
Subsídios à exploração	10 640	38 044	21 741	517	(27 404)	(72,0)	10 123	1 959,1
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	36	927	(332)	249	(892)	(96,2)	(213)	(85,7)
Trabalhos para a própria entidade	6 123	5 825	4 923	4 360	298	5,1	1 763	40,4
Imparidade de inventários (reversões)	-	-	300	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (reduções)	-	40	240	556	(40)	(100,0)	(556)	(100,0)
Aumentos de justo valor	19 018	24 006	16 131	24 536	(4 987)	(20,8)	(5 518)	(22,5)
Outros rendimentos	6 295	7 227	3 046	6 246	(932)	(12,9)	49	0,8
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (reversões)	1 513	1 187	(318)	1 780	326	27,4	(267)	(15,0)
Total dos Rendimentos Operacionais	**155 577**	**144 688**	**113 256**	**158 311**	**10 889**	**7,5**	**(2 735)**	**(1,7)**

QUADRO 24
Rendimentos operacionais – Contas consolidadas

iv. GASTOS OPERACIONAIS

Os Gastos Operacionais consolidados apresentaram um acréscimo de 14,2 milhões de euros (+10%) em relação a 2021, com especial incidência nos Fornecimentos e Serviços Externos (+7,4 milhões de euros), justificado essencialmente pelo aumento do valor da energia de alta tensão, que gerou um incremento de 6,3 milhões de euros. Os Gastos com Pessoal também sofreram um incremento de 4,0 milhões de euros, referente a novas contratações e dinâmica salarial.

Em relação ao previsto no PAO, nomeadamente no que se refere aos gastos operacionais do ML, os desvios assinaláveis verificaram-se em Perdas Imputadas a Subsidiárias (+8,4 milhões de euros), Fornecimentos e Serviços Externos (-4,0 milhões de euros) e Outros gastos (+1,4 milhões de euros).

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 25
Gastos Operacionais – Contas individuais

GASTOS OPERACIONAIS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %	Var. 2022/2019 Abs.	Var. 2022/2019 %
Perdas imputadas subsidiárias	8 412	4 602	4 139	2 412	-	3 810	82,8	8 412	-	6 001	248,8
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 700	2 530	2 614	3 596	3 597	170	6,7	(897)	(24,9)	(896)	(24,9)
Fornecimentos e serviços externos	37 319	32 717	36 135	36 879	41 269	4 601	14,1	(3 951)	(9,6)	440	1,2
Gastos com o pessoal	86 761	82 774	80 232	80 057	86 677	3 987	4,8	84	0,1	6 704	8,4
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	488	-	-	-	-	488	-	488	-	488	-
Provisões (aumentos)	1 925	-	70	-	-	1 925	-	1 925	-	1 925	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas)	1 000	-	-	-	-	1 000	-	1 000	-	1 000	-
Outros gastos	2 270	3 053	6 738	2 908	893	(783)	(25,7)	1 377	154,3	(638)	(21,9)
Gastos de Depreciação e Amortização	14 748	14 996	15 179	19 052	14 813	(248)	(1,7)	(66)	(0,4)	(4 304)	(22,6)
Imparidades de Ativos depreciáveis (perdas)	-	-	318	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Gastos Operacionais	**155 622**	**140 672**	**145 424**	**144 903**	**147 249**	**14 950**	**10,6**	**8 374**	**5,7**	**10 720**	**7,4**

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 26
Gastos Operacionais – Contas consolidadas

RENDIMENTOS E GASTOS	Contas consolidadas				Variação 2022/2021		Variação 2022/2019	
	2022	2021	2020	2019	Abs.	%	Abs.	%
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 700	2 530	2 614	3 596	170	6,7	(896)	(24,9)
Fornecimentos e serviços externos	35 393	28 000	29 017	30 541	7 393	26,4	4 852	15,9
Gastos com o pessoal	86 997	82 981	82 336	82 240	4 016	4,8	4 757	5,8
Imparidade de inventários (perdas)	516	-	(300)	-	516	-	516	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas)	2 166	10	(535)	(863)	2 156	21 776,6	3 030	(350,9)
Provisões (aumentos)	1 000	-	-	-	1 000	-	1 000	-
Reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	2 301	3 156	6 771	2 991	(855)	(27,1)	(690)	-23,1
Gastos de depreciação e amortização	25 409	25 618	25 742	29 612	(209)	(0,8)	(4 204)	(14,2)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Gastos Operacionais	**156 482**	**142 295**	**145 644**	**148 117**	**14 187**	**10,0**	**8 365**	**(5,6)**

1. CAPITAL FINANCEIRO

Os gastos operacionais relacionados com COVID-19 ascenderam a 441 mil euros, apresentando um decréscimo de cerca de 754 mil euros, face a 2021.

GASTOS OPERACIONAIS (COVID-19) (VALORES EM EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %	Var. 2022/2019 Abs.	Var. 2022/2019 %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6 872	59 335	80 377	-	-	(52 462)	(88,4)	6 872	-	6 872	-
Fornecimentos e serviços externos	375 844	886 061	891 346	-	743 805	(510 218)	(57,6)	(367 961)	(49,5)	375 844	-
Gastos com o pessoal	58 269	62 325	49 570	-	10 000	(4 055)	(6,5)	48 269	482,7	58 269	-
Outros gastos	117	1 301	-	-	-	(1 184)	(91,0)	117	-	117	-
Total	**441 103**	**1 009 022**	**1 021 293**	-	**753 805**	**(567 919)**	**(56,3)**	**(312 702)**	**(41,5)**	**441 103**	-

QUADRO 27
Gastos Operacionais (COVID -19) – Contas consolidadas

v. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, em 2022, totalizaram 86,8 milhões de euros, representando um acréscimo de 4 milhões de euros, decorrente de novas contratações e do impacto da aplicação do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT). Comparando com o estimado no PAO, verifica-se um desvio de 84 mil euros.

QUADRO 28
Gastos com pessoal – Contas individuais

GASTOS COM PESSOAL (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %	Var. 2022/2019 Abs.	Var. 2022/2019 %
Remunerações	62 062	59 416	57 103	56 232	61 760	2 646	4,5	302	0,5	5 830	10,4
Complemento de Pensões	11 921	12 054	12 310	12 523	12 123	(133)	(1,1)	(202)	(1,7)	(602)	(4,8)
Anulação dos Complementos Pensões	(11 922)	(12 050)	(12 310)	(12 560)	(12 123)	128	1,1	201	1,7	638	5,1
Responsabilidades c/ Pensões	6 737	6 621	7 315	7 770	7 299	116	1,8	(562)	(7,7)	(1 033)	(13,3)
Outros gastos	17 963	16 732	15 813	16 091	17 617	1231	7,4	345	2,0	1871	11,6
TOTAL	**86 761**	**82 774**	**80 232**	**80 057**	**86 677**	**3 987**	**4,8**	**84**	**0,1**	**6 704**	**8,4**
Massa salarial	61 733	59 103	56 787	55 926	61 447	2 630	4,5	286	0,5	5 807	10,4

1. CAPITAL FINANCEIRO

vi. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros totalizam 20,2 milhões de euros, representando uma variação favorável de 5,1 milhões euros, em relação a 2021, e de 6,8 milhões euros, quando comparado com 2019, devido à maturidade do derivado financeiro subjacente ao *leasing* operacional do TREM II-2.

RESULTADOS FINANCEIROS (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO Abs.	Desvio PAO %	Var. 2022/2019 Abs.	Var. 2022/2019 %
Juros suportados c/financ. banc./ DGTF	1 144	1196	1689	3 042	1 305	(52)	(4,3)	(161)	(12,3)	(1 898)	(62,4)
Juros a liquidar	19 007	24 039	22 691	23 884	18 792	(5 031)	(20,9)	35	0,2	(4 877)	(20,4)
Gastos financeiros de exploração	**20 151**	**25 234**	**24 381**	**26 926**	**20 277**	**(5 083)**	**(20,1)**	**(126)**	**(0,6)**	**(6 775)**	**(25,2)**

QUADRO 29
Resultados financeiros – Contas individuais

vii. FLUXOS FINANCEIROS

Em 2022, os fluxos de caixa da atividade operacional geraram um *superavit* de 11,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 28,4 milhões de euros face a 2021, por via do incremento do recebimento de clientes, com uma variação de 54,4 milhões de euros, permitindo libertar verba para a atividade de investimento. Relativamente ao PAO, apesar do recebimento do PART ter ficado 13,5 milhões de euros abaixo da estimativa, o montante previsto para recebimentos de clientes foi superado em 53,9 milhões de euros.

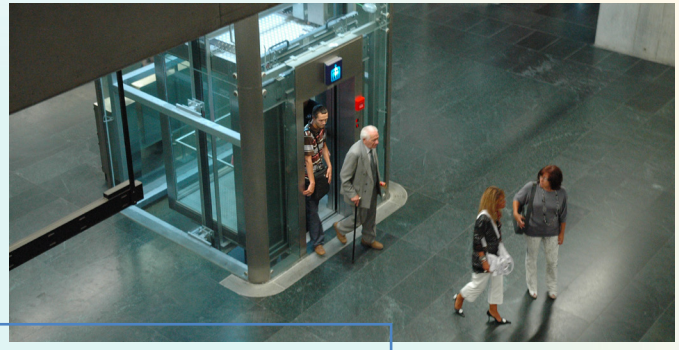
Os fluxos das atividades de investimento registaram um *deficit* de 33,5 milhões de euros, traduzindo-se numa variação negativa de 37,1 milhões de euros face a 2021, justificada por menos recebimento de subsídio ao investimento, no valor global de -80,9 milhões de euros, em conjugação com um nível de pagamentos também inferior. Face ao PAO, verificou-se um desvio positivo de 88,0 milhões de euros, por se ter estimado um nível de pagamentos superior ao verificado em 126,8 milhões de euros, devido à baixa realização de investimento.

Os fluxos das atividades de financiamento registaram recebimentos no total de 35,2 milhões de euros, através de financiamentos contratados junto da DGTF e da realização de capital no total de 181,4 milhões de euros, dos quais, 52 milhões se destinaram à amortização de financiamento relativo à operação de *leasing* TREM II-2, registada em investimento, o que permitiu que o saldo da componente de fluxos de financiamento atingisse 59,9 milhões de euros. O saldo de caixa, no final do período, foi de 162,3 milhões de euros.

1. CAPITAL FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Fluxo das Atividades Operacionais	11 066	(17 290)	(41 302)	17 324	(19 206)	28 356	(164,0)	30 272	(157,6)	(6 258)	(36,1)
Fluxo das Atividades Investimento	(33 544)	3 563	(42 431)	15 510	(121 504)	(37 107)	(1041,5)	87 960	(72,4)	(49 054)	(316,3)
Fluxo das Atividades Financiamento	59 928	91 256	101 274	(19 342)	140 710	(31 328)	(34,3)	(80 782)	(57,4)	79 270	(409,8)
Variação de caixa e seus equivalentes	**37 450**	**77 529**	**17 542**	**13 492**	**0**	**(40 079)**	**(51,7)**	**37 450**	**-**	**23 958**	**177,6**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**124 800**	**47 271**	**29 730**	**16 238**	**24 317**	**77 529**	**164,0**	**100 483**	**413,2**	**108 563**	**668,6**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**162 250**	**124 800**	**47 271**	**29 730**	**24 317**	**37 450**	**30,0**	**137 933**	**567,2**	**132 521**	**445,8**

QUADRO 30
Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais



Foram amortizados 80,9 milhões de euros relativos a empréstimos com o BEI

A nível das atividades de financiamento e no que se refere a pagamentos, foram amortizados 80,9 milhões de euros relativos a todos os empréstimos ainda existentes com o Banco Europeu de Investimento (BEI), por terem atingido a maturidade, e registados pagamentos de juros e gastos similares no valor de 75,7 milhões de euros. Este valor desagregou-se no pagamento de 43,5 milhões de euros em cupões dos empréstimos obrigacionistas, 29,5 milhões em derivados financeiros e 2,7 milhões de euros em aval.

O desvio apresentado em relação ao PAO, deve-se, essencialmente, à redução das necessidades de financiamento no que respeita ao pagamento de juros associados a contratos *SWAP* e pelo facto do grau de execução de projetos de investimento não comparticipados, por fundos comunitários e/ou nacionais, ter ficado abaixo do estimado.

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 31
Demonstração de fluxos de caixa – Contas individuais

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (valores em milhares de euros)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Recebimentos respeitantes a:											
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	181 391	253 905	320 681	549 784	248 523	(72 514)	(28,6)	(67 132)	(27,0)	(368 393)	(67,0)
Empréstimos Bancários – DGTF	35 198	119 188	203 813	131 885	70 770	(83 990)	(70,5)	(35 572)	(50,3)	(96 687)	(73,3)
Financiamento	**216 588**	**373 092**	**524 494**	**681 669**	**319 293**	**(156 504)**	**(41,9)**	**(102 704)**	**(32,2)**	**(465 081)**	**(68,2)**
Pagamentos respeitantes a:											
Empréstimos Bancários	80 963	139 864	216 515	471 503	80 963	(58 901)	(42,1)	(0)	(0,0)	(390 540)	(82,8)
Juros e gastos similares	75 698	141 972	206 705	229 508	97 620	(66 275)	(46,7)	(21 922)	(22,5)	(153 811)	(67,0)
Pagamentos	**156 660**	**281 836**	**423 220**	**701 011**	**178 583**	**(125 176)**	**(44,4)**	**(21 922)**	**(12,3)**	**(544 351)**	**(77,7)**
Fluxos de caixa das atividades de financiament	**59 928**	**91 256**	**101 274**	**(19 342)**	**140 710**	**(31 328)**	**(34,3)**	**(80 782)**	**(57,4)**	**79 270**	**(409,8)**

1. CAPITAL FINANCEIRO

viii. ESTRUTURA PATRIMONIAL

Ativo

O ML manteve o critério indicado pela Tutela, de apresentar, no Balanço, os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.
O valor do Ativo totalizou 5.851 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

ATIVO (VALORES EM MILHÕES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	5 369	5 401	5 391	5 250	5 504	(31)	(0,6)	(134)	(2,4)	119	2,3
Corrente	0	0	0	0	0	0	-	0	-	0	-
ILD	**5 369**	**5 401**	**5 391**	**5 250**	**5 504**	**(31)**	**(0,6)**	**(134)**	**(2,4)**	**119**	**2,3**
Não corrente	268	228	201	188	223	40	17,5	45	20,4	80	42,7
Corrente	213	192	105	79	189	21	11,2	24	12,8	134	169,1
ML	**481**	**420**	**306**	**267**	**412**	**61**	**14,6**	**70**	**16,9**	**214**	**80,2**
Ativo Total	**5 851**	**5 820**	**5 696**	**5 517**	**5 915**	**30**	**0,5**	**(65)**	**(1,1)**	**333**	**6,0**

QUADRO 32
Ativo total – Contas individuais

1. CAPITAL FINANCEIRO

O Ativo regista um acréscimo de 30 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

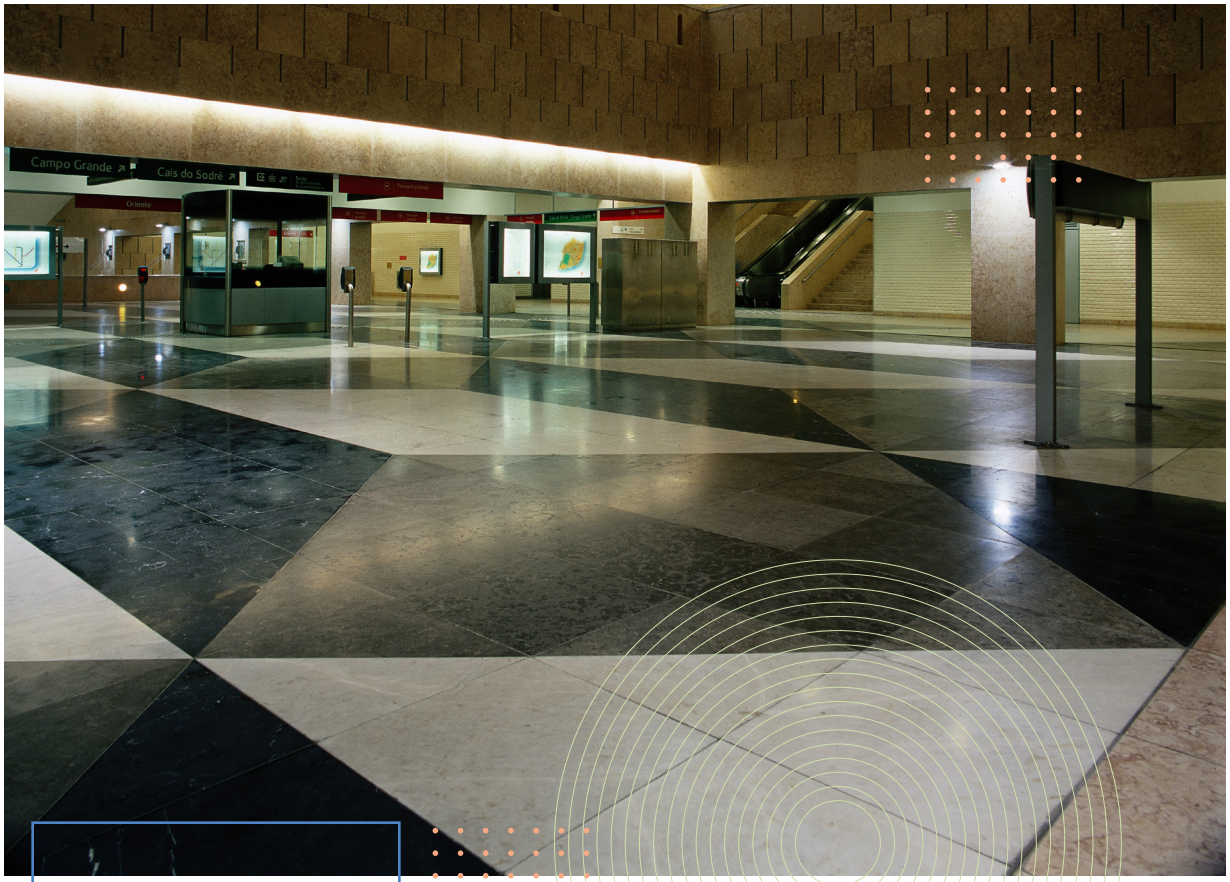
Unidade: milhões de euros

ILD

Ativo não corrente	Variação	Desvio
- Ativos Fixos Tangíveis	9,5	-146,6
- Investimentos em curso	40,9	46,9
- Estado Conta a Receber	-31,4	43,4
- Recebimento Subsídio Investimento	-36,2	-61,1
- Reconhecimento de perda por imparidade	0,0	2,0
-Justo valor instrumentos financeiros	-14,0	-15,0

ML

Ativo não corrente	Variação	Desvio
- Ativos Fixos Tangíveis	-9,4	-21,7
- Propriedades de Investimentos	1,1	6,7
- Ativos Intangíveis	0,6	1,1
- Participações financeiras - MEP	44,5	53,3
- Outros ativos financeiros	3,1	5,9
Ativo Corrente	**Variação**	**Desvio**
- Inventários	0,04	-1,1
- Clientes	-0,6	-3,2
- Estados e eoutros entes públicoa	-4,7	-3,4
- Outros créditos a receber	-10,6	-107,0
- Diferimentos	-0,2	1,0
- Caixa e Depósitos bancários	37,5	137,9



O Ativo cresceu 30 milhões de euros

1. CAPITAL FINANCEIRO

Passivo e Capital Próprio

O Passivo e Capital Próprio apresentam a seguinte estrutura:

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO (VALORES EM MILHÕES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Não corrente	1 545	1 730	1 946	2 079	1 636	(185)	(10,7)	(91)	(5,6)	(534)	(25,7)
Corrente	1 216	1 169	1 056	1 041	992	47	4,0	224	22,6	175	16,8
ILD	**2 761**	**2 899**	**3 002**	**3 120**	**2 628**	**(138)**	**(4,8)**	**133**	**5,1**	**(359)**	**(11,5)**
Não corrente	368	436	510	553	427	(68)	(15,7)	(59)	(13,9)	(185)	(33,5)
Corrente	777	724	680	593	743	53	7,4	34	4,5	184	31,0
ML	**1 145**	**1 160**	**1 189**	**1 146**	**1 171**	**(15)**	**(1,3)**	**(26)**	**(2,2)**	**(1)**	**(0,1)**
Passivo total	3 906	4 059	4 192	4 266	3 799	(154)	(3,8)	107	2,8	(360)	(8,4)
Capitais próprios	1 945	1 761	1 505	1 251	2 116	184	10,4	(172)	(8,1)	694	55,4
Total do passivo e capitais próprios	**5 851**	**5 820**	**5 696**	**5 517**	**5 915**	**30**	**0,5**	**(65)**	**(1,1)**	**333**	**6,0**

QUADRO 33
Passivo e Capital Próprio – Contas individuais

1. CAPITAL FINANCEIRO

O Passivo regista uma redução de 154 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

Unidade: milhões de euros

ILD

Passivo não corrente	Variação	Desvio
– Provisões ILD	2,6	0,2
– Financiamentos obtidos ILD	83,2	32,3
– Outros ativos financeiros ILD	99,7	59,0
Passivo Corrente		
– Fornecedores	-3,2	-1,3
– Financiamentos obtidos	18,4	125,9
– Outras dívidas a pagar	31,9	99,6

ML

Passivo não corrente	Variação	Desvio
– Provisões	2,1	-37,9
– Financiamentos obtidos	-21,9	2,4
– Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-29,4	-24,9
– Outros passivos financeiros	-19,3	-0,4
Passivo Corrente		
– Fornecedores	0,04	-0,7
– Estado e outros entes públicos	0,1	-2,2
– Financiamentos obtidos	40,9	28,5
– Outras dívidas a pagar	10,4	3,4
– Diferimentos	1,8	4,9

O Capital Próprio regista um acréscimo de 184 milhões de euros, com as seguintes variações/desvios:

Unidade: milhões de euros

Capital Próprio	Variação	Desvio
– Capital subscrito	181,4	-107,1
– Resultados transitados	-22,9	7,4
– Ajustamentos/outras variações no CP	23,3	-84,0

ix. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço promovido pelo acionista, com a consequente redução do endividamento.

***RATING* METRO**	Standard & Poor's	
	Rating	*Outlook*
22 de fevereiro de 2022	BBB	Estável
13 de setembro de 2022	BBB+	Estável

QUADRO 34
Rating do Metropolitano de Lisboa

1. CAPITAL FINANCEIRO

x. PASSIVO REMUNERADO

Em 2022, o ML contratou dívida no valor de 35,2 milhões de euros e amortizou dívida ao BEI no valor de 80,9 milhões de euros, representando um decréscimo de 1,4% no passivo remunerado (-45,8 milhões de euros).

PASSIVO REMUNERADO (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	2020	2019	PAO 2022	Var. 2022/2021		Desvio PAO		Var. 2022/2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	910 000	910 000	910 000	910 000	910 000	-	0,00	-	0,00	-	0,00
BEI	-	-	80 963	220 826	-	-	-	-	-	(220 826)	(100,00)
Outros de longo prazo / Tesouro	434 284	539 388	562 025	505 253	459 606	(105 104)	(19,49)	(25 322)	(5,51)	(70 969)	(14,05)
Shuldschein	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida de médio e longo prazo	**1 644 284**	**1 749 388**	**1 852 988**	**1 936 079**	**1 669 606**	**(105 104)**	**(6,01)**	**(25 322)**	**(1,52)**	**(291 795)**	**(15,07)**
BEI	-	80 963	139 864	216 515		(80 963)	(100,00)	-	-	(216 515)	(100,00)
Outros de curto prazo / Tesouro	1 648 988	1 508 686	1 385 193	1 287 453	1 516 360	140 302	9,30	132 628	8,75	361 535	28,08
Dívida de curto prazo	**1 648 988**	**1 589 648**	**1 525 057**	**1 503 967**	**1 516 360**	**59 339**	**3,73**	**132 628**	**8,75**	**145 021**	**9,64**
Total	**3 293 272**	**3 339 037**	**3 378 045**	**3 440 046**	**3 185 967**	**(45 765)**	**(1,37)**	**107 305**	**3,37**	**(146 775)**	**(4,27)**

QUADRO 35
Passivo Remunerado ML (2019-2022) - Contas individuais

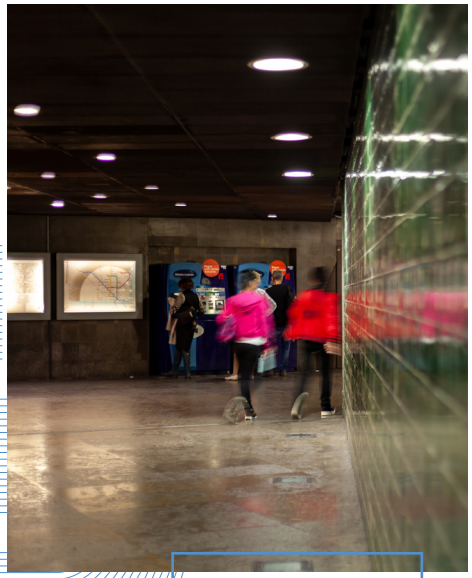
Adicionalmente, em termos consolidados, o efeito da liquidação do financiamento (LEP 2001), relativo ao TREM II, traduz a amortização de 56,1 milhões de euros, refletindo uma redução de 3%, (101,9 milhões de euros), no passivo remunerado.

1. CAPITAL FINANCEIRO

O total do Passivo Remunerado do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, está refletido no Balanço Consolidado, nas rubricas "Financiamentos Obtidos" e "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração", no Passivo Corrente e no Passivo não Corrente, de acordo com a natureza do financiamento em causa.



A dívida de médio e longo prazo diminuiu 6%



A Dívida de curto prazo aumentou 0,2%

PASSIVO REMUNERADO (VALORES EM MILHARES DE EUROS)	2022	2021	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %
Empréstimos obrigacionistas	910 000	910 000	-	0,00
BEI	-	-	-	-
Outros de longo prazo / Tesouro	434 284	539 388	(105 104)	(19,49)
Shuldschein	300 000	300 000	-	0,00
Dívida de médio e longo prazo	**1 644 284**	**1 749 388**	**(105 104)**	**(6,01)**
BEI	-	80 963	(80 963)	(1,00)
Outros de curto prazo / Tesouro	1 648 988	1 564 786	84 202	0,05
Dívida de curto prazo	**1 648 988**	**1 645 748**	**3 240**	**0,20**
Total	**3 293 272**	**3 395 137**	**(101 865)**	**(3,00)**

QUADRO 36
Passivo Remunerado ML (2021-2022) - Contas consolidadas

1. CAPITAL FINANCEIRO

xi. INVESTIMENTO

Em 2022, a Formação Bruta de Capital Fixo registou um valor de 50,1 milhões de euros, compreendendo o montante de investimentos que foi capitalizado nas contas do Ativo Fixo do ML.

QUADRO 37
Despesa de Investimento 2022

DESPESA DE INVESTIMENTO 2022 (UNID.: €)	Formação Bruta de Capital Fixo	PAO 2022	Desvio		Investimentos a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
			Abs.	%		
ML	**5 861 636**	**27 869 277**	**-22 007 641**	**-79,0%**	**5 949 966**	**5 949 966**
Edifícios e outras Construções	335 194	1 535 000	-1 199 806	-78,2%	415 934	415 934
Remodelação e ampliação de espaços no Complexo de Carnide	8 448	100 000	-91 552	-91,6%	8 448	8 448
Posto de Comando Central	0	500 000	-500 000	-100,0%	0	0
Relocalização da Subestação de Tração (PMOI)	9 930	500 000	-490 070	-98,0%	13 725	13 725
Cobertura Fotovoltaica do PMO II	257 403	1 075 000	-817 597	-76,1%	257 403	257 403
Equipamento Básico	794 661	1 549 000	-754 339	-48,7%	798 456	798 456
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (Aquisição Mat. Circulante 10 UT + 4 UT)	0	5 737 737	-5 737 737	-100,0%	0	0
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	233 951	702 006	-468 056	-66,7%	233 951	233 951
Modernização linha Vermelha (CBTC-Mat. Circulante)	0	600 000	-600 000	-100,0%	0	0
Sistema de informação aos clientes nas estações	0	4 300 000	-4 300 000	-100,0%	0	0
Remodelação geral de MAVT	315 385	2 347 000	-2 031 615	-86,6%	315 385	315 385
Renovação de sistemas vídeo e comunicação e instalação SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	23 224	320 000	-296 776	-92,7%	23 224	23 224
Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	241 711	1 526 220	-1 284 508	-84,2%	241 711	241 711
Beneficiação geral de portas das frotas ML95, ML97 e ML99	2 114 773	2 228 065	-113 292	-5,1%	2 114 773	2 114 773
Torno de rodas	4 010	1 500 000	-1 495 990	-99,7%	4 010	4 010
Ferramentas e Utensílios	48 700	503 700	-455 000	-90,3%	48 700	48 700
Equipamento Administrativo	1 474 130	2 817 550	-1 343 420	-47,7%	1 474 130	1 474 130
Plano de Prevenção COVID	117	28 000	-27 883	-99,6%	117	117

1. CAPITAL FINANCEIRO

QUADRO 37
Despesa de Investimento 2022
(continuação)

DESPESA DE INVESTIMENTO 2022 (UNID.: €)	Formação Bruta de Capital Fixo	PAO 2022	Desvio Abs.	Desvio %	Investimentos a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
ILD	**44 244 832**	**141 366 890**	**-97 122 058**	**-68,7%**	**50 222 048,07**	**50 222 048**
Remodelação da linha Azul	2 577 755	2 919 950	-342 195	-11,7%	2 844 518	2 844 518
Remodelação da linha Amarela	630 272	1 925 000	-1 294 728	-67,3%	681 495	681 495
Remodelação da linha Verde	43 765	0	43 765	-	87 609	87 609
Remodelação da linha Vermelha	724 793	0	724 793	-	743 003	743 003
Remodelação da Rede Global	193 576	5 292 257	-5 098 681	-96,3%	199 049	199 049
Plano Nacional de Acessibilidades	2 094 598	12 201 754	-10 107 156	-82,8%	2 390 517	2 390 517
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	37 448 596	86 985 631	-49 537 035	-56,9%	42 739 955	42 739 955
Prolongamento S.Sebastião / Alcântara	0	14 900 000	-14 900 000	-100,0%	0	0
Recuperação de viadutos da linha Amarela	0	3 080 000	-3 080 000	-100,0%	0	0
Metro Ligeiro de Superfície Loures / Odivelas	0	600 000	-600 000	-100,0%	0	0
Modernização linhas Azul, Amarela e Verde (CBTC)	153 483	1 795 537	-1 642 053	-91,5%	153 483	153 483
Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	420 059	5 895 336	-5 475 277	-92,9%	424 384	424 384
Remodelação estação Areeiro	-298 318	250 000	-548 318	-219,3%	-298 318	-298 318
Remodelação estação Arroios	237 669	1 080 000	-842 331	-78,0%	237 767	237 767
Remodelação estação Olivais	18 585	0	18 585	-	18 585	18 585
Remodelação estação Cais do Sodré	0	4 148 426	-4 148 426	-100,0%	0	0
Remodelação estação Colégio Militar	0	125 000	-125 000	-100,0%	0	0
Remodelação estação Marquês de Pombal	0	168 000	-168 000	-100,0%	0	0
Investimento total	**50 106 469**	**169 236 167**	**-119 129 699**	**-70,4%**	**56 172 015**	**56 172 015**

1. CAPITAL FINANCEIRO

O investimento apresentou um desvio negativo de 119,1 milhões de euros (-70,4%). Salienta-se a não execução, ou diminuta realização, de projetos como o de Aquisição de Material Circulante e Modernização do CBTC, Sistema de informação aos clientes nas estações, Remodelação geral de MAVT, *upgrade* tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90, Torno de rodas e Remodelação da rede global.
Os principais projetos em curso apresentaram, também, baixa realização face ao orçamentado, tais como o Prolongamento Rato / Cais do Sodré, com um desvio negativo de 49,5 milhões de eurwos (-56,9%), Plano Nacional de Acessibilidades -10,1 milhões de euros (-82,8%), Prolongamento S. Sebastião/ /Alcântara -14,9 milhões de euros (-100%), Renovação de Sistemas de Conforto -5,5 milhões de euros (-92,9%) e Remodelação da estação Cais do Sodré -4,2 milhões de euros (-100%).

QUADRO 38
Evolução do Investimento 2020-2022

INVESTIMENTO (UNID.: €)	2022	2021	2020	Var. 2022/21 V.Abs	Var. 2022/21 %
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	50 106 469	87 359 940	21 888 243	-37 253 472	-74,35%
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	56 172 015	93 176 173	26 522 065	-37 004 158	-65,88%
Despesa de investimento (DI) (inclui custos financeiros)	56 172 015	93 176 173	26 522 065	-37 004 158	-65,88%

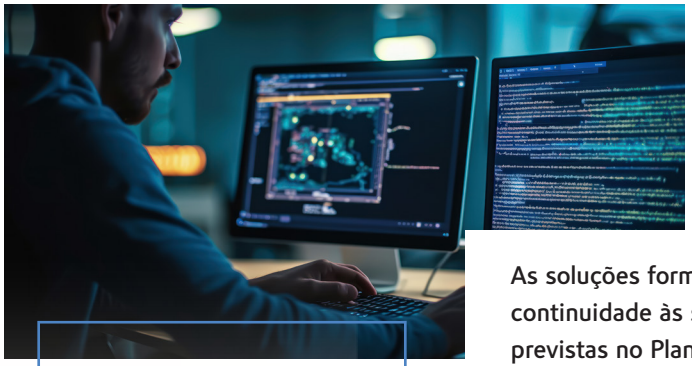
Realizaram-se 45,6 milhões de euros em Investimentos Financeiros, que corresponderam a 1 milhão de euros na participação financeira no Centro de Competências Ferroviário, valor que se encontrava devidamente orçamentado no PAO, e a 44,6 milhões de euros relativos ao método de equivalência patrimonial (-3,3 milhões de euros), a proveitos/ganhos em empresas do grupo (147 mil euros) e proveitos/ganhos em entidades conjuntamente controladas (47,8 milhões de euros).

QUADRO 39
Investimentos Financeiros



2. CAPITAL INTELECTUAL

O ano de 2022 caracterizou-se pela continuidade da transição para um modelo digital de formação e pelo reforço da ligação com as universidades, nomeadamente, no desenvolvimento de competências de gestão e liderança das equipas. Destaque, ainda, para o desenvolvimento de projetos que visam potenciar uma cultura de inovação na Empresa, incluindo o apoio ao desenvolvimento de estudos/teses do ensino superior.
Com a eliminação progressiva das medidas de proteção e prevenção da pandemia, foi possível retomar muita da formação técnica que não pôde ser transferida para formato digital, o que se refletiu num aumento muito significativo das horas de formação por efetivo médio (102%), embora o número de ações realizadas tenha diminuído 18%, relativamente ao ano anterior.



Em 2022, o ML reforçou o modelo digital de formação

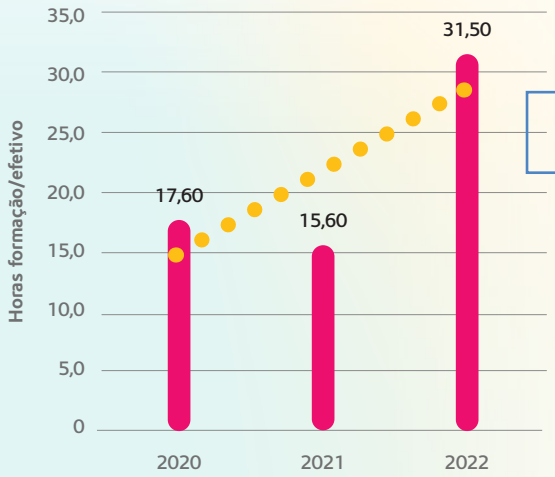


GRÁFICO 7
Formação

As soluções formativas desenvolvidas procuraram dar continuidade às seguintes linhas de orientação e tendências previstas no Plano de Formação 2021-2023:

- O Cliente como foco central;
- Reforço das competências de gestão e liderança;
- Promoção de uma cultura de inovação e de sustentabilidade ambiental;
- Desenvolvimento de competências de gestão de projetos, contribuindo para promover uma cultura e práticas de projeto;
- Envolvimento, motivação e qualificação dos colaboradores, com o alargamento tendencial da formação a todos os trabalhadores, com prioridade a áreas e a populações estratégicas;
- Ajustamento progressivo das horas de formação, realizadas à obrigatoriedade legal;
- Promoção do princípio da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, designadamente no que respeita às oportunidades de qualificação.

No âmbito destas políticas e linhas de orientação, releva-se o *follow-up* Programa de Liderança Estratégica, destinado aos Quadros Dirigentes, e a iniciativa #MetroGo, visando divulgar, testar e envolver os colaboradores na metodologia de inovação.

3. CAPITAL HUMANO

O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos mesmos princípios de sustentabilidade integrados na estratégia do negócio e focado na valorização do conhecimento. A orientação das políticas de desenvolvimento para a promoção de competências, para o reconhecimento do desempenho e para a manutenção de um bom ambiente e clima social parte do pressuposto de que são as pessoas que permitem a concretização do propósito da empresa de ser o operador de transporte público estruturante da mobilidade em Lisboa.

O ML reconhece a necessidade permanente de otimização e adequação equilibrada do capital humano às efetivas necessidades de uma organização eficiente, no cumprimento da missão de serviço público que lhe está confiada, e à necessidade de responder à evolução e aos desafios que se perspetivam para a mobilidade do futuro, destacando em 2022:

- Acordo com as associações sindicais representativas dos trabalhadores do AE I e do AE II, em sede de negociação coletiva, para atualização das tabelas salariais em 0,9%, mantendo o empenho demonstrado na valorização da importância da contratação coletiva, enquanto instrumento indispensável à promoção da paz social e à melhoria do bem-estar dos trabalhadores;
- Reforço do quadro de pessoal, com vista a assegurar a oferta e a qualidade de serviço, com especial relevo para a contratação de técnicos de várias especialidades para a área da manutenção, e para a contratação de Técnicos Superiores para reforço do *know-how* instalado, nomeadamente, nas áreas de Ambiente, Auditoria, Comunicação, Controlo de Gestão, Engenharias, Financeira e Tecnologias de Informação;
- Reforço da transição da formação para o formato *online*, com aumento da oferta de conteúdos formativos, mantendo o foco na valorização do conhecimento e na melhoria das qualificações e competências dos trabalhadores, em especial, no desenvolvimento de competências técnicas e de liderança, em linha com o valor estratégico assumido para o Capital Humano. Relevam-se, ainda, as iniciativas de promoção de uma cultura de inovação na empresa;
- Aplicação de um regime de trabalho híbrido, combinando a componente de trabalho presencial com trabalho remoto, abrangendo um conjunto significativo de trabalhadores de diversas áreas corporativas;
- Continuidade da intervenção junto da comunidade e contributo para causas solidárias, de acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social, assumidos na Carta de Responsabilidade Social;
- Consolidação da adoção, promoção e divulgação de valores e práticas, de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.



O modelo de gestão do Capital Humano está ancorado nos princípios da sustentabilidade integrados na estratégia de promoção de uma cultura de inovação na empresa. O ML promove a cultura de inovação

3. CAPITAL HUMANO

i. COLABORADORES

Com a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o exercício de 2022, foram autorizadas 58 novas contratações e revogadas as demais autorizações para as contratações anteriormente concedidas e ainda não concretizadas. Com o reforço das autorizações, foi possível dar continuidade à contratação de novos trabalhadores, especialmente para a área de estações, o que permitiu realizar a passagem interna para maquinistas, reforçando, assim, a execução dos planos de oferta, para a área de manutenção, reforçando as equipas para o cumprimento dos Planos de Manutenção e, simultaneamente, rejuvenescer os quadros, reforçando o *know-how* instalado, em diversas áreas.

QUADRO 40
Efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

EFETIVO POR PARTE DE CONTRATO





› **Contratos a Termo**

2021	2022	VAR 2022/2021
2	0	-2





› **Contratos sem Termo**

2021	2022	VAR 2022/2021
1519	1575	56

Total

2021	2022	VAR 2022/2021
1521	1575	54

QUADRO 41
Dados do efetivo do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, por género

	2022		TOTAL	2021		TOTAL
	Mulheres	Homens		Mulheres	Homens	
Efetivo global (n.º)	413	1 162	1 575	388	1133	1 521
Peso do efetivo global (%)	26	74	100	25	75	100
Idade média (anos)	47,7	49,19	48,4	48,7	49,7	49,2
Antiguidade média (anos)	19,49	22,94	21,2	19,8	22,9	21,4

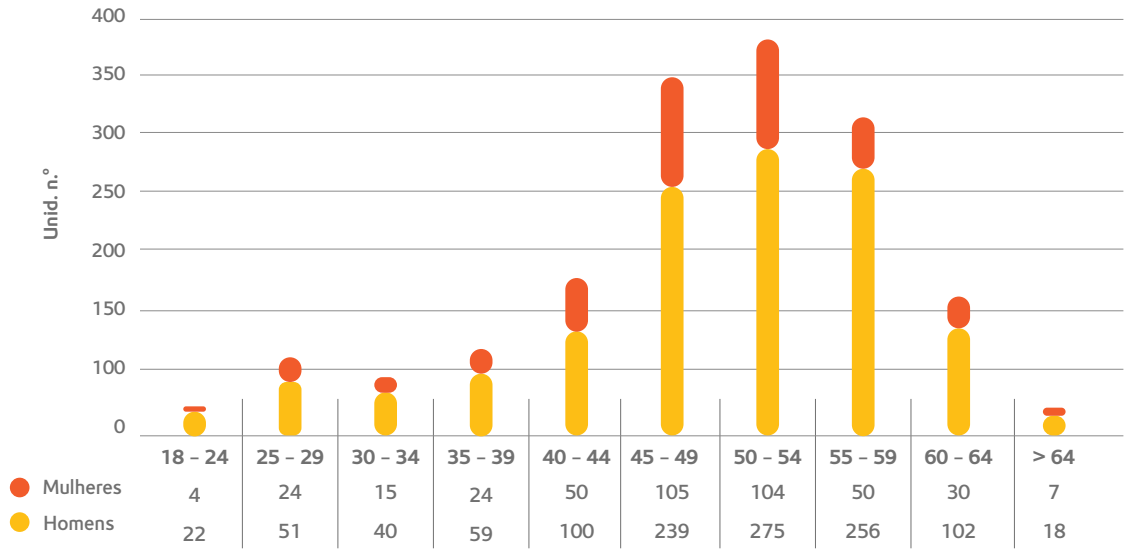
3. CAPITAL HUMANO

QUADRO 42
N.º total de recursos humanos

N.º TOTAL DE RH (OS+CARGOS DIREÇÃO+TRABALHADORES)	2022	2021	PAO 2022	Var. 2022/2021 Abs.	Var. 2022/2021 %	Desvio PAO 2021 Abs.	Desvio PAO 2021 %
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	0	0%	0	0%
N.º de Cargos de Direção s/ OS	23	21	21	2	10%	2	10%
N.º de trabalhadores s/ OS e s/ Cargos de Direção	1 552	1 519	1 560	33	2%	33	-1%
TOTAL	1 581	1 546	1 587	35	2%	-6	-0%

O efetivo global do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, a 31 de dezembro de 2022, era de 1575 colaboradores, dos quais, 413 eram mulheres e 1162 homens, a que corresponde uma representação de 26% de mulheres e 74% de homens.
A estrutura do efetivo é composta, maioritariamente, por trabalhadores do sexo masculino, verificando-se que a expressividade de homens é superior em todas as carreiras profissionais. Esta representação, reflete-se, igualmente, nos cargos de estrutura com a expressividade de mulheres a situar-se nos 33,7%.
O efetivo caracteriza-se, ainda, por uma idade média elevada (48,8 anos), verificando-se que 53% do efetivo total está acima dos 50 anos idade. Analisando este indicador por género, verificamos que os homens apresentam uma idade mais elevada face à média (49,2), quando comparados com as mulheres (47,7). Em áreas *core* para o negócio do grupo de empresas do ML, o envelhecimento dos colaboradores é ainda mais significativo, apresentando idades médias superiores que atingem mesmo os 52 anos, no caso dos Maquinistas.

GRÁFICO 8
Efetivo por género e por faixa etária



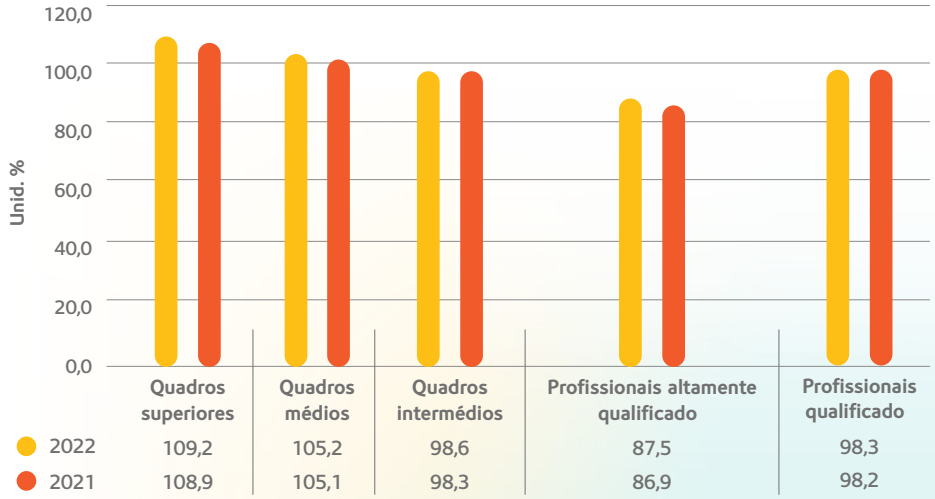
3. CAPITAL HUMANO

À semelhança da idade média, a antiguidade média do efetivo é elevada (21,2 anos), ainda que tenha diminuído ligeiramente por efeito da reposição de saídas ocorridas ao longo do ano. Mantém-se a necessidade da reposição do efetivo em áreas específicas de negócio e de rejuvenescimento do quadro, que assegure a transferência de conhecimento e garanta a sustentabilidade a longo prazo.

A Lei do Orçamento de Estado para 2018 repôs a totalidade dos direitos adquiridos, ao decretar, no art.º 23º, a aplicação do disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva. Este facto, encontra-se, também, previsto no nº 1 do art.º 135, do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

Assim, em 2022, foram processados a totalidade dos efeitos em matéria de progressão na carreira e de prémios de desempenho, decorrentes da prática da avaliação de desempenho.

GRÁFICO 9
Rácio do salário base do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, entre Mulheres e Homens



	Quadros superiores	Quadros médios	Quadros intermédios	Profissionais altamente qualificado	Profissionais qualificado
2022	109,2	105,2	98,6	87,5	98,3
2021	108,9	105,1	98,3	86,9	98,2

Da análise dos salários base das mulheres face aos homens, por nível de qualificação, destacam-se os rácios dos profissionais altamente qualificados, profissionais qualificados e quadros intermédios, em que as mulheres têm um salário base mais elevado. Nos restantes níveis de qualificação, quadros superiores e quadros médios, os rácios indicam um salário superior para os homens.

Apesar das diferenças registadas entre salários de homens e mulheres, estas diferenciações resultam de critérios objetivos justificados na antiguidade e avaliação do desempenho, que influenciam o posicionamento e a progressão no nível de categoria profissional, não existindo qualquer diferença na atribuição do salário base de mulheres e homens.

3. CAPITAL HUMANO

ii. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, o ano de 2022 caracterizou-se pela eliminação progressiva das medidas e ações adotadas para prevenção, controlo e vigilância da saúde dos trabalhadores, no âmbito do controlo da pandemia de COVID-19, e pelo recentrar do foco da atividade na melhoria das condições de prestação de trabalho e na promoção das condições de saúde, bem como nos programas para prevenção dos acidentes e doenças profissionais e melhoria da qualidade de vida.
Todos os trabalhadores exercem as suas funções em condições de vigilância médica adequada, tendo sido realizados 92,39% dos exames periódicos previstos.
No âmbito da prevenção, o grupo de empresas ML deu continuidade ao programa de sensibilização sobre segurança no trabalho, com a realização do Ciclo de *webinars* Segurança para Todos e do programa de formação em Gestão de Resíduos na área da manutenção, e iniciou a formação nos novos regulamentos de segurança.
No âmbito da análise das condições de trabalho, destaca-se a realização de um novo estudo sobre os riscos psicossociais presentes nos ambientes de trabalho, atualizando e aprofundando aqueles riscos, por categoria profissional.

QUADRO 43
Acidentalidade do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa

ACIDENTALIDADE	2022	2021	Variação 2022/2021 Abs.	Variação 2022/2021 Abs.
Acidentes de trabalho (n.º)	77	75	2	2,7%
Dias perdidos (n.º)	3 686	3 364	322	9,6%
Taxa de absentismo (%)	8,92	7,48	-	1,4 p.p.

Em 2022, a nível da acidentalidade laboral, verificou-se um aumento significativo dos dias perdidos por acidente de trabalho, comparativamente ao ano anterior (9,6%), ainda que o número de acidentes não tenha aumentado de forma significativa.

QUADRO 44
Acidentalidade por género

ACIDENTALIDADE	2022 Mulheres	2022 Homens	2022 TOTAL	2021 Mulheres	2021 Homens	2021 TOTAL
Acidentes de trabalho (n.º)	13	64	77	11	64	75
Dias perdidos (n.º)	329	3 357	3 686	272	2 519	2 791

Na expressividade por género, a acidentalidade laboral reflete a predominância masculina da estrutura de efetivos do grupo de empresas do ML e a ausência de expressividade feminina em profissões de maior risco.
No que concerne à taxa de absentismo, registou-se um aumento significativo de 1,4 p.p. em relação a 2021, refletindo o aumento das horas de ausências por doença.

QUADRO 45
Taxa de absentismo

ABSENTISMO	2022	2021	Variação 2022/2021 Abs.	Variação 2022/2021 Abs.
Taxa de absentismo (%)	8,92	7,48	-	1,4 p.p.

4. CAPITAL SOCIAL

i. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O ano de 2022 foi de continuidade no compromisso com as partes interessadas, quer junto dos colaboradores, suportando medidas tendentes à conciliação com a vida familiar e proteção da parentalidade, quer reforçando a intervenção junto da comunidade e do contributo para causas solidárias.

De acordo com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social assumidos na Carta de Responsabilidade Social, o ML desenvolveu e apoiou várias iniciativas de solidariedade social e de ajuda a grupos carenciados ou de risco, destacando-se as seguintes iniciativas:

- Renovação do protocolo de colaboração com O "COMPANHEIRO" – IPSS, que apoia a inclusão psicossocial de reclusos e ex-reclusos e suas famílias, através do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, para integração de ex-reclusos ou outros cidadãos em situação desfavorecida numa equipa de trabalho, e da participação em atividades de carácter oficinal;
- Colaboração com o CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, IPSS, que presta apoio à população mais carenciada de Lisboa na realização do Almoço Solidário de Natal para Sem-Abrigo. Neste ano, foi retomada a realização deste evento no refeitório da Empresa. Para além do transporte na rede e da tradicional refeição quente, foi possível, com um novo projeto de economia circular, reforçar o apoio da empresa às pessoas em situação de sem abrigo, oferecendo um *kit* agasalho, que resultou da transformação do vestuário de trabalho descontinuado, doado pelos trabalhadores que, através da parceria com uma *startup*, foram transformadas em sacos e mantas.
- Desenvolvimento dos programas #Together e #Connected, inspirados na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nomeadamente, nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Português e pelo Metropolitano no âmbito desta agenda, a Educação, a Igualdade de Género, a Redução das Desigualdades, e a Sustentabilidade. Este programa traduziu-se no apoio efetivo à APPACDM da Ajuda, à Casa do Gaiato, à Fundação AFID Diferença e à Refood.
- Campanhas de recolha de alimentos no âmbito da iniciativa "Corrida por Bens", onde, a troco de dorsais gratuitos, foi possível recolher bens para ajuda à Fundação Obra do Ardina, à Associação Acreditar e ao Lar Madre Teresa de Saldanha;
- Campanhas de angariação de vestuário no âmbito da iniciativa "Vista esta Causa", a favor da Associação O COMPANHEIRO, que permitiu doar, ao Banco de Roupa d'O Companheiro, 1.293Kg de roupa e brinquedos, quase duplicando o valor de 2021;
- Parceiro na divulgação do movimento "Giving Tuesday", o ML renovou, junto dos colaborador@s, o apelo à solidariedade e à participação nas causas sociais apoiadas por este movimento;
- Apoio ao ASE – Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica, no âmbito da Iniciativa "Caixinha dos Desejos", com o apadrinhamento dos desejos e confortando o Natal dos seus residentes.



O ML reforçou o seu contributo para causas solidárias

4. CAPITAL SOCIAL



ii. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

O grupo de empresas Metropolitano de Lisboa assumiu um compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, integrando, na sua estratégia, quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU:

- ODS5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- ODS9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- ODS13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- ODS16 – Reduzir, substancialmente, a corrupção e o suborno em todas as suas formas. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes.

(https://www.metrolisboa.pt/institucional/conhecer/sustentabilidade/)

Neste sentido, em convergência com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND) – Portugal Mais Igual, o Metropolitano continuou a promover valores e práticas de acordo com os princípios orientadores do compromisso de gestão para a promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, nomeadamente:

- Integração no conjunto das grandes empresas preocupadas com as temáticas da sustentabilidade e empenhadas numa abordagem comprometida com os direitos humanos, tornando-se signatária do Guia do CEO sobre Direitos Humanos, enquanto associada do BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável). Subscreveu, ainda, a Carta de Princípios do BCSD Portugal, comprometendo-se, desta forma, com a Agenda 2030 das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Adesão em 2021 à declaração sobre igualdade de oportunidades para mulheres e homens no setor dos transportes públicos/"Women in Transport-EU Platform for Change", identificando boas práticas de Igualdade entre géneros, seguidas no ML, para integração na plataforma coordenada pela UITP "Women un Trasport-EU Plataform for Change", enquanto membro da Union Internationale des Transports Publics (UITP);
- Integração, desde 27 de março de 2014, no "iGen – Fórum Organizações para a Igualdade", com renovação anual do Acordo de Adesão como compromisso pela diversidade, conciliação e comunicação garantindo a igualdade de oportunidades dos colaboradores;
- Manutenção da associação à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, na divulgação de campanhas nacionais de sensibilização em matérias como a violência doméstica, igualdade salarial, igualdade e não discriminação, reafirmando a importância de relevar a igualdade de oportunidades no desempenho de diferentes papéis, junto do maior número possível de colaboradores, enquanto membro do iGen;
- Inclusão no Manual de Acolhimento, e no âmbito da Igualdade, de um capítulo destinado ao tema da iGen e não discriminação, num compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios de género no trabalho;
- Promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho, com base em critérios objetivos, que repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho, em matéria de remunerações, assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

4. CAPITAL SOCIAL

iii.CLIENTES

Atendendo à evolução positiva da situação pandémica em 2022, foi promovida a desmobilização progressiva das medidas restritivas ainda existentes, através do encerramento dos postos de testagem gratuitos criados nas estações de metro, da remoção da sinalética de distanciamento colocada nas estações, da informação relativa à obrigatoriedade do uso de máscara nos transportes públicos e procedendo-se à reativação / novo licenciamento, em 30 estações de metro, do Programa de Desfibrilhação Automática Externa (PDAE) do ML junto do INEM, suspenso desde 2021, na sequência da situação pandémica.

Apesar da generalidade da atividade da área de Clientes nas estações se ter orientado para minimizar os impactos da pandemia e, consequentemente, restabelecer os níveis de segurança habitualmente percecionados pelos clientes, foi possível, ainda, o desenvolvimento de projetos, entre os quais se destacam:

- Acessibilidade plena nas estações Entre Campos e Cidade Universitária, que passaram e estar dotadas de três elevadores que permitem ligar os cais de embarque ao átrio e à superfície;
- Modernização das escadas rolantes das estações Avenida e Anjos, onde decorreram trabalhos de intervenção, para atualizações de natureza técnica e dos sistemas de segurança, nos equipamentos da estação Avenida, e a substituição das duas escadas rolantes da estação Anjos;
- Beneficiação na estação Terreiro do Paço, através da colocação de faixa antiderrapante nas escadas pedonais dos acessos exteriores desta estação;
- Intervenção nas escadas pedonais da Pontinha, onde escadas pedonais foram alvo de intervenção para reparação da bordadura em pedra;
- Beneficiação na estação Saldanha, através da realização de intervenção profunda para corrigir problemas de infiltrações;
- Manutenção e alargamento do programa de inversão periódica do sentido de rotação dos equipamentos mecânicos (escadas e tapetes rolantes), para minorar os tempos de inoperacionalidade dos equipamentos em situação de avaria;
- Realização do estudo de Satisfação do Cliente, que decorreu de acordo com os critérios de qualidade definidos na NP 4415/2020. A Satisfação Global obtida foi de 7,42 pontos, numa escala de 0 a 10, evidenciando uma variação negativa na satisfação dos clientes (-4,63%), comparativamente com o período homólogo;
- Realização de estudos de Cliente Mistério, através de auditorias ao serviço prestado, de acordo com os critérios de qualidade definidos na norma EN 13816 – Qualidade de Serviço no Transporte Público de Passageiros. Foram introduzidas novas auditorias específicas ao Centro de Atendimento, Reclamações e Fiscalização, bem como a continuação de avaliação dedicada à conservação de equipamentos. Os dados apresentados foram, de modo geral, positivos, com uma taxa de cumprimento correspondente a 92,0%;
- Desenvolvimento de um estudo de Perfil de Cliente, para permitir obter informação detalhada, de forma segmentada, e sustentar estratégias ao nível da comunicação, recuperação de antigos clientes, captação de novos e aumento da receita média. Foi considerado essencial compreender as mudanças no padrão de transporte por segmento, resultantes das mudanças sociais e estruturantes que são parte do "novo normal".

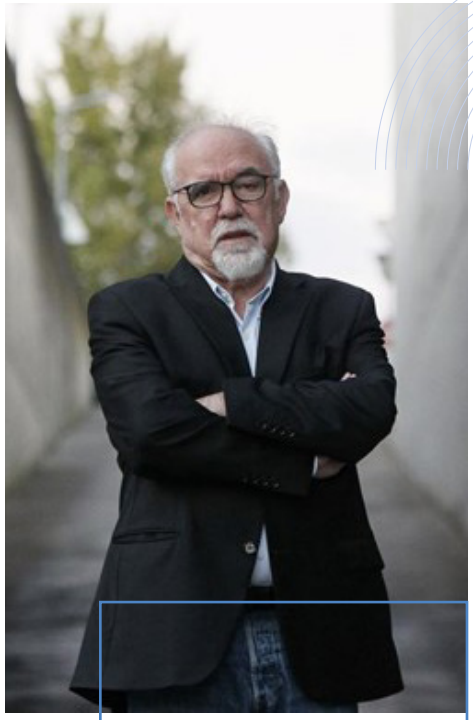


O ML trabalhou para minimizar os impactos da pandemia

4. CAPITAL SOCIAL

Novo Provedor do Cliente

José Vieira da Silva passou a ser o novo Provedor do Cliente do Metro de Lisboa. A figura de provedor do cliente no Metro de Lisboa é ocupada em regime não remuneratório e por um período de um ano, renovável, sucessivamente, por períodos iguais.



Provedor do Cliente, José Vieira da Silva

Apoio ao Cliente e Marketing

A generalidade das iniciativas desenvolvidas tiveram como objetivo melhorar as condições do serviço de atendimento e de apoio ao Cliente, nomeadamente:

- Abertura de postos temporários de atendimento, dedicados, em exclusivo, a cartões Lisboa viva/Navegante Personalizado Urgente. Esta medida, implementada nos meses de maior procura de cartões, nomeadamente, setembro e outubro, contribuiu para a redução de filas de espera nos postos permanentes de atendimento, através da prestação de um serviço mais rápido e eficaz aos clientes;
- Reforço do serviço *online* de adesão e renovação dos perfis 4_18 e Sub23, com recurso à subcontratação temporária de recursos, para garantir um serviço mais fluído e ininterrupto e melhorar a resposta à intensa procura de estudantes, verificada nos meses de setembro e outubro;
- Implementação da Gratuitidade concedida pela CML aos estudantes (4_18 e Sub23) e aos maiores de 65 anos, residentes no município de Lisboa, medida que originou um acréscimo de procura também nos serviços dos Espaços Cliente, principalmente em agosto e setembro;
- Lançamento da Moovit, uma das aplicações de mobilidade urbana mais populares no Mundo, com o objetivo de simplificar e melhorar a experiência de viagem no modo metro. A aplicação encontra-se disponível no site do ML, através de uma solução web trabalhada entre as duas empresas e que permite a pesquisa de percursos.
- Instalação de novas Máquinas Semiautomáticas de Venda de Títulos (MSAVT) em todas as estações, equipamentos mais modernos e com novas funcionalidades, que substituíram máquinas com mais de 20 anos;
- Implementação do novo vestuário de trabalho para os trabalhadores do ML, prático e moderno, que permite uma identificação mais imediata dos Agentes do ML por parte dos clientes;
- Disponibilização no site do estado dos elevadores, nova funcionalidade desenvolvida internamente, que permite ao cliente consultar quais os elevadores das estações que se encontram inoperacionais e colmatar os constrangimentos de acessibilidade causados por avaria de elevadores na rede, sobretudo para clientes com mobilidade reduzida.
- Retoma da ação "a linha que nos une à universidade", através do qual o ML marcou presença junto dos universitários, nas instalações da Universidade de Lisboa e do ISCTE, onde disponibilizou serviços de emissão de cartões navegante e renovação dos perfis sub23, com o objetivo de facilitar o processo de renovação dos perfis sub23 e dos pedidos de emissão de cartão navegante.

4. CAPITAL SOCIAL

Foram, ainda, encetados todos os esforços para lançar, no início de 2023, projetos que visam melhorar a experiência do cliente Metro, nomeadamente:

- Preparação de um procedimento de contratação pública com vista à aquisição de um sistema central de gestão da informação ao cliente, incluindo meios de difusão digitais, com conteúdos multimédia;
- Preparação de um procedimento de contratação pública para desenvolvimento de uma app dedicada ao serviço Metro, englobando toda a informação de viagem relevante para o cliente e competentes de bilhética móvel;
- Investimento em novos validadores para garantir, em parceria com a VISA, a validação e o pagamento com recurso a cartões bancários;
- Desenvolvimento interno de uma solução que permitirá a aquisição do cartão navegante personalizado online.

Combate à fraude

O ML continuou a desenvolver os esforços com o IMT e a Autoridade Tributária para otimizar o processo de cobrança coerciva dos valores devidos pelo transporte de passageiros em situação de fraude, nomeadamente, através da prestação de esclarecimentos solicitados pelos serviços de finanças responsáveis pelas notificações efetuadas aos clientes em fraude.

Ao longo do ano, manteve-se o reforço do serviço de fiscalização com equipas de vigilantes, de modo a permitir uma maior concentração dos fiscais nos procedimentos de fiscalização e no apoio ao cliente.

No que se refere à fiscalização em particular, o ano de 2022 revelou-se exigente mas produtivo, tendo sido atingido o número record de mais de 311 mil abordagens efetuadas, por um quadro inalterado e limitado de fiscais.

A redução da taxa de fraude detetada, resultante de uma diminuição do número de coimas aplicadas face ao número de abordagens efetuadas, revela uma clara diminuição do número de clientes em fraude, em parte justificada pelo alargamento da gratuitidade a diversos perfis de cliente.

A tendência crescente de pagamento das coimas emitidas resulta de uma maior consciencialização por parte dos clientes autuados das implicações de uma cobrança coerciva por parte da Autoridade Tributária.

QUADRO 46
Atividade de fiscalização

	Un.	2022	2021	2020	2019
Taxa de fraude detetada	%	2,45	3,05	5,48	6,08
Abordagens	n.º	311.350	121.850	70.640	132.747
Coimas Aplicadas	n.º	7.638	3.721	3.871	8.065
Coimas pagas ao ML	n.º	3.231	1.146	1.146	2.440
Coimas pagas ao ML a)	%	42,3	38,85	29,6	30,25
Valor pago ao ML b)	€	193.815	86.670	68.670	146.400

a) Pagamentos efetuados ao fiscal, por referência Multibanco ou no Posto de cobrança de coimas
b) Distribuição do valor: 30% para o ML, 60% para o Estado e 10% para o Serviço Público de Transportes

4. CAPITAL SOCIAL

Outros indicadores de atividade

Destacam-se ainda alguns indicadores de atividade, relacionados com o serviço ao cliente em 2022:



Durante a Pandemia foi constante a comunicação com o Cliente, sempre com o objetivo de promover a utilização do Metro

INDICADORES DE ATIVIDADE		2022	2021	2020	2019
Índice de Satisfação do Cliente		7,42	7,78	7,35	7,35
Absentismo Operacional (média mensal)	%	7,7%	7,2%	7,5%	8,2%
Taxa de cumprimento do plano de guarnecimento das estações	%	79,0%	71,1%	76,3%	74,8%
Nível de serviço do Centro de Atendimento Telefónico	%	81,2%	82,5%	79,8%	80,5%
Número de chamadas atendidas	un.	41 976	32 384	34 911	70 665
Número de chamadas recebidas	un.	51 712	39 252	43 728	87 779
Site ML – n.º visitas (páginas visitadas)	un.	5 365 871	1 839 473	1 042 858	4 169 715
Site ML – n.º visualizações/campanha (média mensal)	un.	2 242	758	702	3 395
Reclamações	un.	4 978	3 253	1 593	4 813
Resposta no prazo de 30 dias (média mensal)	%	94,7%	95,0%	94,0%	86,9%
Fiscalização – n.º abordagens	un.	311 350	121 850	70 640	132 747
Fiscalização – Coimas	un.	7 638	3 719	3 871	8 064

QUADRO 47
Outros indicadores de atividade

Comunicação da marca

No âmbito do contexto de pandemia, e considerando as medidas adotadas pela Empresa, foi constante a comunicação com o Cliente, sempre com o objetivo de promover a utilização do Metro com confiança e em segurança, mantendo-se o esforço na divulgação da informação através do *site* e das redes sociais, bem como na produção de informação na rede:

- Atualização constante da página no site Metro sobre as medidas COVID implementadas pela empresa https://www.metrolisboa.pt/covid-19/
- Desenvolvimento da campanha de transporte gratuito para o centro de vacinação na FIL
- Limpeza e desinfeção por nebulização das estações e comboios – ZOONO Z-71 Microbe Shield

4. CAPITAL SOCIAL

Foram realizadas várias campanhas informativas sobre produtos comerciais/ /serviços, entre as quais:

- Reforço de comunicação – sistema de gestão de senhas & App Proximo® – com destaque para a possibilidade de tirar senhas eletrónicas através da App Proximo®;
- Coimas – comunicação sobre a obrigatoriedade de adquirir e validar o título de transporte;
- Adesão online ao Navegante Família e aos perfis 4_18 e Sub23.
- Passe de transporte Web Summit – incentivo à compra antecipada do passe de transporte Web Summit;
- Rock in Rio 22 – Campanha de incentivo da utilização do transporte público e comunicação sobre os títulos ROCKPass e ROCKCard, que este ano contaram com a participação do Metro;
- Postos temporários de atendimento Navegante Urgente;
- Novas tarifas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022;



Houve várias campanhas informativas sobre produtos comerciais e serviços

Foram, também, desenvolvidas várias campanhas informativas sobre intervenções na rede de Metro e alterações de serviço, destacando-se:

- Encerramento da estação Alvalade no dia 09 de abril, das 9h30 às 12h, por motivo de realização de simulacro;
- Circulação por troços na linha Azul, devido a trabalhos de beneficiação na via-férrea. De 11 a 15 de agosto, as estações Parque, S. Sebastião, Praça de Espanha e Jardim Zoológico estiveram encerradas, pelo que a circulação de comboios se realizou por troços entre Reboleira – Laranjeiras e Marquês de Pombal (linha Azul) – Santa Apolónia;
- Encerramento temporário da estação Cidade Universitária, devido a trabalhos de intervenção na via-férrea. De 29 de outubro a 7 de novembro, a circulação da linha Amarela só se efetuou entre Odivelas/Campo Grande e Entre Campos/Rato;
- Interrupção da linha Amarela, entre Lumiar e Entre Campos, nos dias 6 e 7 de novembro, para permitir a reabertura antecipada da estação Cidade Universitária e a reposição da circulação da linha Amarela;
- Colégio Militar/Luz com elevadores fora de serviço, devido a trabalhos de reparação no átrio da estação, entre 8 de novembro e 20 de dezembro;
- Constrangimentos provocados por inundações, devido às condições meteorológicas sentidas em Lisboa. Durante o mês de dezembro, os acessos de algumas estações estiveram, temporariamente, encerrados;
- Horário especial de Natal nos dias 24 e 25 de dezembro, o ML encerrou às 22h, na noite de consoada, e, no dia 25 de dezembro, todas as estações reabriram às 08h.

4. CAPITAL SOCIAL



O ML cumpriu os requisitos de qualidade exigidos

Outras campanhas e ações relevantes:

CERTIFICAÇÃO PARA A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AO CLIENTE

O Serviço Público de Transporte de Passageiros em modo metropolitano prestado pelo ML foi objeto de certificação pela norma NP 4475:2020, cumprindo todos os requisitos de qualidade, nomeadamente um conjunto de parâmetros quantitativos e qualitativos, relacionados, diretamente, com o serviço prestado ao cliente: fiabilidade, regularidade do serviço, informação disponibilizada ao cliente e qualidade do atendimento prestado. A certificação foi conferida pela SGS ICS e junta-se às certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e Sistema de Gestão Ambiental.

EU VOU DE TRANSPORTES PÚBLICOS

Campanha de incentivo à utilização dos transportes públicos para o Rock in Rio Lisboa. Para além da divulgação nos meios de comunicação do Metro, foi constituída uma equipa de jovens voluntários, presente em todos os dias do festival, para efetuar a venda de títulos "Carris Metro" e disponibilizar informação sobre a utilização dos Transportes Públicos.

EXPOSIÇÃO REFLEXOS DE "NÓS"

Exposição sobre o envelhecimento e os direitos das pessoas idosas, desenvolvida pelo Centro de Apoio a Jovens e Idosos do Lumiar (CAJIL) com os seus utentes. Esteve patente em algumas estações do Metro, de 18 de março a 25 de julho, de 2022.

A exposição teve como principal objetivo promover uma reflexão a partir da questão: "como queres envelhecer?". Onze painéis, onde se destacam palavras-chave e pinturas personalizadas, acompanhadas de quadras, levam-nos a refletir sobre o envelhecimento e o caminho que queremos percorrer até lá.

EXPOSIÇÃO SOBRE PREVENÇÃO DOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA

Numa ação que visou reforçar a ligação com a comunidade onde as estações estão inseridas, realizou-se, em abril, a exposição alusiva ao "Mês Internacional da Prevenção dos Maus Tratos na Infância", com trabalhos realizados por crianças das escolas da Junta de Freguesia da Falagueira e Venda Nova.



NATÁLIA GROMICHO Apresentou uma exposição de pintura no ML

EXPOSIÇÃO DE NATÁLIA GROMICHO

Entre 5 de maio e 26 de agosto, algumas estações serviram de palco para a reconhecida artista Natália Gromicho apresentar "Lisboa, digna de nota – pinturas de Natália Gromicho", uma exposição de pintura inserida nas comemorações do 25.º aniversário da carreira da artista portuguesa.

WHOSE WORLD IS THIS | ARTE URBANA NO METRO

Os artistas Nuno Alecrim e Doutros Tipos realizaram uma intervenção de Arte Urbana no posto de ventilação do ML, no Marquês de Pombal, sob o mote "Whose World Is This".



Nuno Alecrim e Doutros Tipos realizaram uma intervenção de Arte Urbana no ML

4. CAPITAL SOCIAL

NOVA LINHA DE VESTUÁRIO DE TRABALHO

Campanha de comunicação para lançamento do novo vestuário de trabalho, o qual foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar, integralmente constituída por elementos do Metro, e produzido por uma empresa nacional. A campanha contou com a participação de trabalhadores da empresa, que deram a cara nos materiais de divulgação.

ESTAÇÃO ENCARNAÇÃO RECEBE OBRA DE FRANÇOISE SCHEIN

A estação Encarnação (linha Vermelha) recebeu um projeto da artista plástica belga, Françoise Schein, denominado "Mapeamento Inacabado do Conhecimento". Esta obra é uma continuação da arte presente na estação Parque (linha Azul), cujos trabalhos remetem para a temática dos Direitos Humanos e para os grandes descobrimentos marítimos portugueses.

"AS 3 DA MANHÃ" AO VIVO NA ESTAÇÃO CAIS DO SODRÉ – 23 DE SETEMBRO

A equipa da Rádio Renascença "As 3 da Manhã" esteve presente na estação do Cais do Sodré ,com a emissão ao vivo da equipa habitual constituída por Ana Galvão, Inês Lopes Gonçalves e Joana Marques.

HÁ MÚSICA AO FUNDO DO TÚNEL

A 2ª edição do "Há música ao fundo do túnel", uma iniciativa da Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental, do Ministério da Saúde, realizou-se, nos dias 27 e 28 de outubro, em algumas estações de Metro.



Semana Europeia de Resíduos realização de campanha de recolha de roupa

SIMULACROS

O Metro transporta, diariamente, milhares de passageiros e gere um imenso número de instalações e equipamentos, aos quais importa garantir o máximo de segurança possível. É com base nesta premissa que o Metro tem vindo a realizar vários simulacros com o objetivo de testar e avaliar os procedimentos de emergência, constantes no Plano de Emergência Interno.
Durante o ano de 2022, foram partilhados, com os clientes, os vários simulacros mensais, realizados com a ajuda do Regimento Sapadores Bombeiros, de Bombeiros Voluntários, da Polícia Segurança Pública/Divisão de Segurança a Transportes Públicos e da Unidade Especial de Polícia.

A NOVA TENDÊNCIA É RECICLAR

No âmbito da Semana Europeia de Resíduos, os clientes foram envolvidos na conquista de um planeta mais sustentável, através da realização de uma campanha de recolha de roupa, nos Espaços Cliente do Campo Grande e Marquês de Pombal.

4. CAPITAL SOCIAL

NATAL DO METRO

O programa de Natal contou com várias iniciativas:

- "Viaje de Metro e partilhe sorrisos!", campanha de comunicação do ML para o Natal, com o objetivo de incentivar a utilização do metro durante esta época festiva.
- O "Dragão que não gostava do Natal", peça de teatro infantil oferecida aos clientes, no dia 18 de dezembro, no Auditório Alto dos Moinhos, com a presença do Clube Metrox.
- Programa de concertos de Natal em várias estações;
- "No Metro eu Conto...", projeto do Metro com o IPO de Lisboa, em que crianças desenvolveram histórias, mensagens e desenhos alusivos ao Natal. O resultado deste projeto esteve presente no site da empresa e nas carruagens. Com recurso ao reaproveitamento de materiais diversos, as crianças criaram, também, vários enfeites natalícios que embelezaram as árvores do projeto Pinheiro Bombeiro, presentes em várias estações.



Projeto do Metro com o IPO de Lisboa, em que crianças desenvolveram histórias "No Metro eu Conto..."

iv. SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES

Em 2022, o ML retomou o plano de ação conjunta com o Regimento de Sapadores Bombeiros, Bombeiros Voluntários de Amadora e Odivelas, o que permitiu a execução de exercícios semanais nas estações e de simulacros na rede, e renovou o plano de Segurança Interno, com medidas de autoproteção de acordo com modelo previamente discutido com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Na vertente da vigilância e tendo em conta as novas realidades securitárias, foram implementados novos serviços, com um maior enfoque na visibilidade e segurança das instalações, que se concretizaram em rondas duplas, durante um período mais alargado, e em circulação no interior dos comboios e nos cais das estações, com o objetivo de melhorar os níveis de segurança dos clientes.

Ao nível securitário, foi possível continuar a coordenação, com a Divisão de Segurança a Transportes Públicos da PSP, de ações de segurança e de fiscalização e iniciou-se o projeto para renovação e melhoria das instalações da esquadra, na estação Marquês de Pombal.

Através da implementação das metodologias adequadas, o ML deu cumprimento ao requisito legal SCIE, que respeita à manutenção anual dos Extintores e da rede húmida de carretéis.

Realça-se, ainda, o desenvolvimento dos trabalhos de instalação do novo sistema de supervisão da infraestrutura Técnica da rede (SSIT) e da renovação do sistema de circuito interno de televisão (CITV), com a instalação de novo sistema de gestão do sistema de videovigilância da rede (VMS) e instalação de sistema de deteção de descida à via e intrusão no túnel, e a continuação do programa de atualização dos sistemas automáticos de deteção de incêndios nos edifícios e estações da rede.

Foram utilizados sistemas de extinção de incêndio por sais minerais em ativos estratégicos da estação nas renovações das estações, nomeadamente, da estação Arroios, e em novas construções.

Iniciou-se o processo de equipamento da rede com sistema de mestragem de fechaduras, com uso de chaves mecatrónicas.

4. CAPITAL SOCIAL

v. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Ao longo de 2022, o ML marcou presença em diversos eventos e conferências do setor, na sua maioria em formato digital face ao contexto pandémico que se verificou, para partilhar e apreender as novas tendências do mercado.

Foram organizadas cerimónias institucionais que contaram com a presença da Tutela, nomeadamente, assinaturas de contratos, reabertura de novos espaços em estações, lançamento de novos produtos relacionados com a inovação do sistema de transportes e equipamentos e as comemorações do 74.º aniversário de fundação do Metropolitano de Lisboa, que se assinalaram em novembro.

Os conteúdos do microsite sobre a expansão e modernização da rede do ML, foram atualizados para possibilitar o acompanhamento da evolução das diferentes frentes de obra, dos projetos e estudos em análise, assim como os planos de comunicação relacionados com condicionamentos devido às obras e às ocupações temporárias de imóveis.



Prolongamento da linha Vermelha a Alcântara

Este plano de comunicação específico para a expansão da rede do ML, levou a um incremento dos contactos institucionais com órgãos autárquicos e com outros *stakeholders*, que continuarão a ser desenvolvidos até o término das obras em curso e projetadas, como é o caso do prolongamento da linha Vermelha de S. Sebastião a Alcântara e o Metro Ligeiro de Superfície Loures/Odivelas, que envolve as Câmaras Municipais de Loures e Odivelas e as respetivas Juntas de Freguesia das zonas de influência das futuras estações/paragens.

Foi implementado, igualmente, um procedimento específico de atendimento ao cliente, instituído no ano de 2021, tendo em vista a resposta a pedidos de informação e reclamações relativas a assuntos relacionados com a modernização e expansão da rede, essencial para manter os níveis adequados de informação neste domínio.

Ainda no âmbito da modernização e expansão da rede, iniciou-se o estudo, o projeto e a definição das instalações para a criação de um posto de atendimento presencial ao público, bem como da metodologia de atendimento a adotar.

Foram, também, desenvolvidas diversas ações de comunicação com o público em geral, *stakeholders* institucionais e imprensa, para esclarecimento público dos projetos e obras de expansão em curso.

Relativamente aos contactos com a imprensa, é de destacar a participação do ML, em diversos programas televisivos de informação e reportagens, que proporcionaram uma imagem positiva da empresa.

Em 2022, o ML foi mencionado em 6.181 notícias, correspondendo a um AVE de 42.120.258 euros. Do total de notícias, 67% foram publicadas em fontes online e tiveram um alcance de 15% do total da informação. Os artigos do meio televisivo tiveram um alcance de 44%, a imprensa escrita tradicional representou 11% da cobertura e as rádios 7%.

O número de artigos positivos/neutros representou 62% da totalidade das notícias no período em análise e 82% das notícias sobre a Expansão do Metropolitano de Lisboa apresentaram um sentimento positivo/neutro.

4. CAPITAL SOCIAL

vi. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Em 2022, com a redução dos constrangimentos impostos pela pandemia COVID-19, a empresa deu continuidade à participação nas suas atividades internacionais, tanto ao nível das entidades em que o ML se encontra filiado, como através da participação em eventos diversos do setor dos transportes. Neste contexto, o ML manteve ativa a participação no Policy Board da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), órgão de cúpula daquela associação, sendo representado pelo Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de Embaixador nacional naquele órgão, no exercício do seu segundo mandato, de 2021 a 2023.

O ML participou no principal evento de transportes públicos: CONGRESSO SITCE

Land Transport Authority UITP SITCE 2022
LTA-UITP SINGAPORE INTERNATIONAL TRANSPORT CONGRESS AND EXHIBITION

UITP ADVANCING PUBLIC TRANSPORT

O ML manteve ativa a sua participação no POLICY BOARD UITP

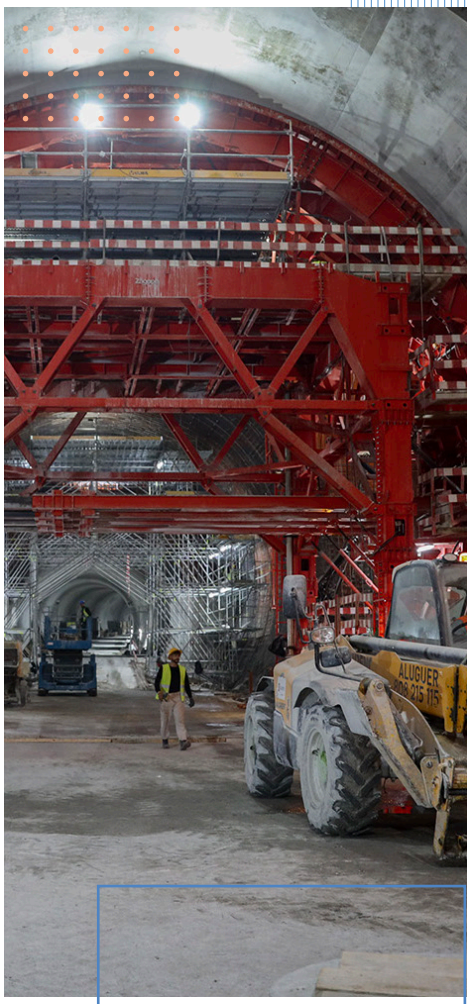
Manteve-se, igualmente, a participação da empresa no Comité União Europeia da UITP, na qualidade de membro efetivo do órgão que representa os interesses dos operadores europeus e que exerce influência sobre o processo legislativo e decisório nas instituições comunitárias. Também foi dada continuidade à atividade na Comissão de Segurança da UITP, órgão em que a Empresa assume o cargo da Presidência, através do Diretor de Segurança e Vigilância do Metropolitano de Lisboa, no mandato 2021/2023.

A empresa participou, ainda, em várias reuniões presenciais e virtuais dos órgãos de governo e de trabalho da UITP, com destaque para as reuniões do Policy Board em Karlsruhe (maio) e Riade (novembro), da Assembleia Geral, em formato virtual (junho) e da Assembleia de Metros (novembro), que decorreu em Singapura em simultâneo com o Congresso SITCE, o principal evento de transportes públicos na região da Ásia-Pacífico. Para além das reuniões de órgãos estatuários, o ML manteve uma participação ativa através reuniões de trabalho dos diferentes órgãos em que se encontra representado e, também, em diferentes *workshops* e *webinars* que a Associação organizou, ao longo do ano, sobre os mais variados temas relacionados com o setor dos transportes públicos.

O ML participou, de igual forma, nas principais reuniões da Associação Latino-Americana de Metros e Subterrâneos (ALAMYS), com a presença assegurada pela Vogal do Conselho de Administração, que ocupava o cargo de 5.º Vogal do Comité de Direção da referida associação, tendo, em novembro 2022, sido eleita 2.ª Vogal. A representante participou, nessa condição, no Comité de Direção e na 27.ª edição dos Comités Técnicos, realizados em Cádis, no mês de junho. Sublinha-se, ainda, a participação do ML na 36.ª

4. CAPITAL SOCIAL

Assembleia Geral e reunião do Comité de Direção, realizadas concomitantemente com recurso a meios telemáticos.
O ML participou, ainda, em atividades relevantes de *benchmarking* de metros, tendo estado representado nas reuniões trimestrais do Grupo de Benchmarking de Metros NOVA/CoMET e *workshops* temáticos, que se realizaram em formato virtual. Destaca-se a participação na primeira reunião presencial do COMET no pós-pandemia, em Londres (maio).
No que se refere a outras entidades internacionais, o ML manteve a sua participação nos trabalhos da CALYPSO Networks Association (CNA), uma organização sem fins lucrativos, que reúne membros da comunidade de transportes, mobilidade e serviços para trocar ideias, experiências e requisitos, no âmbito dos sistemas abertos de bilhética, e na qual o ML se encontra representado pela Direção de Clientes, Comercial e Marketing.
Destaque, também, para os convite endereçados ao ML para participar na qualidade de orador em alguns eventos, com destaque para o Congresso Rail Live, que decorreu em Málaga (novembro/ /dezembro), com representação assegurada pela Secretária-Geral, com uma apresentação dedicada ao Plano de Expansão do Metro e da Linha Circular, e, ainda, a Conferência SMARTMETRO 2022, realizada em Hamburgo (novembro), que contou com a intervenção da Direção de Coordenação de Empreendimentos.
Outros eventos contaram com a presença da empresa, tais como, a Conferência IT-TRANS 2022, em Karlsruhe (maio) e a grande feira do setor dos transportes INNOTRANS 2022, em Berlin (setembro), na qual o ML se fez representar por uma comitiva com quadros de várias direções.
No capítulo das visitas técnicas a congéneres o destaque vai para a visita aos sistemas metroferroviários da cidade do Porto (junho), Berlin (setembro) e Madrid (dezembro), estas últimas, com a finalidade de partilhar experiências e informações no âmbito da construção, operação e manutenção de linhas de metro circulares e de superfície. Neste mesmo contexto, também a Direção de Manutenção realizou várias visitas técnicas a centros de produção estrangeiros, para validar questões e soluções técnicas para o novo material circulante adquirido ou para a adaptação do material circulante já em uso.
O ML voltou a acolher eventos presenciais em Lisboa, nomeadamente através da organização da reunião da Comissão de Recursos Humanos da UITP, que se realizou durante o mês de novembro, com uma participação muito significativa dos seus membros. Simultaneamente, a Direção de Capital Humano passou a assumir a representação do ML no recém-criado Comité de Investigação em Mobilidade (RIM - Research in Mobility) da UITP, tendo a reunião inaugural sido acolhida pelo ML em Lisboa, nas instalações do Complexo de Carnide.
Retomaram-se as visitas presenciais de delegações estrangeiras ao ML, destacando-se a visita de duas universidades europeias, nomeadamente, da Universidade de Windesheim, dos Países Baixos, em maio, e da Technical University of Munich, em junho.



Realizaram-se várias visitas técnicas a centros de produção estrangeiros

5. CAPITAL NATURAL

A adequação do serviço de transporte às necessidades de procura e ao cumprimento de ocupação de 2/3 para segurança sanitária do cliente ML, entre março de 2020 e setembro de 2022, revelou-se indispensável à manutenção da atividade económica, permitindo a mobilidade a todos os trabalhadores dos serviços essenciais, quando a cidade de Lisboa esteve confinada. A partir de 29 de setembro de 2022, com o fim das restrições ao COVID-19 por parte do Governo, foram, gradualmente, repostas todas as condições do serviço que vigoravam antes da pandemia.

Desde maio de 2022 que o ML tem zero emissões indiretas de gases com efeito de estufa (GEE), provenientes do fornecimento de energia elétrica, exclusivamente, por fontes renováveis verdes. Para compensar as emissões diretas de GEE emitidas pelos consumos de gás natural, combustíveis líquidos e fugas de gases fluorados, o ML tem vindo a contribuir com ações de plantação de árvores em território nacional. Desta forma, o ML atingiu a neutralidade carbónica das suas operações, concretizando um dos grandes objetivos de desenvolvimento sustentável da empresa e reforçando a sua contribuição para a descarbonização da economia e para a melhoria da mobilidade sustentável na Área Metropolitana da Lisboa.

O ML assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia ao contribuir na minimização dos impactes ambientais. Nesse âmbito, e para além do esforço no sentido da transferência modal de meios de mobilidade mais poluentes para o ML, existe uma monitorização constante do desempenho ambiental da organização que implementou e certificou o Sistema de Gestão Ambiental pela NP EN ISO 14001 como referencial para o efeito.

Anualmente, é feita uma análise dos impactes ambientais significativos, positivos e negativos, resultantes das atividades desenvolvidas pelo grupo de empresas ML, que são indicados a seguir:



O ML garantiu a mobilidade aos trabalhadores dos serviços essenciais, durante a pandemia

Impactes ambientais significativos positivos

1. Oferta de transporte público;
2. Descongestionamento das vias públicas.

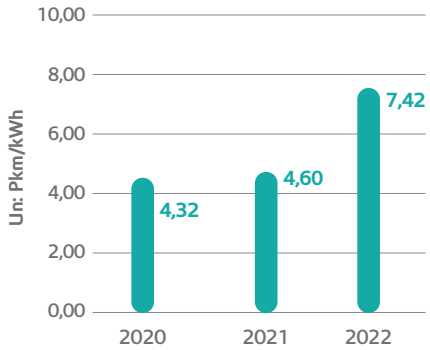
Impactes ambientais significativos negativos

1. Consumo de papel;
2. Consumo de energia elétrica (nas atividades administrativas, operação e manutenção);
3. Consumo de gás natural;
4. Consumo de combustíveis líquidos.

5. CAPITAL NATURAL

Comparando com o ano transato, verificou-se que o ML, como ponto positivo, deixou ter um impacto ambiental significativo negativo em termos de emissões atmosféricas e, como ponto negativo, que o impacte ambiental positivo, relativo à valorização de resíduos, deixou de ser significativo.
Os passageiros x km transportados por unidade de energia em 2022 registaram uma subida de 61,1%, em comparação com o ano anterior, devido principalmente ao crescimento da procura.

GRÁFICO 10
Eficiência energética





O ML tem zero emissões indiretas de gases com efeito de estufa

Em 2020, e no âmbito da assunção do compromisso com "Lisboa – Capital Verde", o Metropolitano de Lisboa elaborou um Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental que se propõe implementar até 2030, e cujas seguintes ações incidem ao nível da energia, água, papel, qualidade do ar e ruído, economia circular, comunicação e cidadania.
Durante os três últimos anos de vigência do PISA 2030, das ações previstas, foram concluídas, com sucesso, as seguintes medidas:

- Aumento da quantidade de resíduos enviados para valorização;
- Instalação de sistemas de rega inteligentes nos PMO;
- Adoção do uso de água reutilizada para lavagens e rega nas estações e no PMO III;
- Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos;
- Divulgação de eventos e metas definidas no âmbito de Lisboa Capital Verde, através dos meios de divulgação do ML;
- Informação multimodal no *site* do ML;
- Instalação nas estações e edifícios de equipamentos de monitorização da qualidade do ar e partilha de dados com a CML;
- Aumento do número de carregadores para veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos do ML.

5. CAPITAL NATURAL

Apresentam-se, de seguida, os trabalhos realizados nas ações, ao longo de 2022:

AÇÕES / PROJETOS	TRABALHOS REALIZADOS
Adoção do uso de água reutilizada para lavagens e rega nas estações e no PMO III	Foram estabelecidos contactos exploratórios com a Águas do Tejo e Atlântico para análise da viabilidade da medida.
Substituição integral da iluminação nas estações por tecnologia LED	A iluminação integral a LED está completa em 57% das estações de metro. O Plano da Manutenção prev intervencionar seis estações/ano.
Instalação de central fotovoltaica no PMO II	Em fase final de elaboração do caderno de encargos para o lançamento do procedimento.
Melhoria da eficiência energética e redução do coeficiente de emissão da energia consumida por via de aquisição de energia mais limpa e de produção própria	Redução da intensidade carbónica de 6,7%, face ao objetivo definido.
Alteração das regras de estacionamento dando prioridade aos veículos elétricos	Em estudo a distribuição equilibrada de marcação de lugares, atribuindo lugares específicos a veículos elétricos nos parques de estacionamento dos edifícios administrativos da empresa.
Garantia de um conjunto de lugares reservados para veículos elétricos	Os lugares para os veículos elétricos (visitantes e funcionários) serão marcados para o efeito. A área responsável está a estudar a distribuição equilibrada de marcação de lugares atribuindo lugares específicos destinados a veículos elétricos.
Promoção da aquisição de materiais e produtos sustentáveis através do uso de critérios ambientais no processo aquisitivo	Em curso a preparação de várias ações de comunicação e formação internas, bem como diretrizes de procedimentos internos.
Redução do consumo de papel, com a digitalização dos processos internos	Em 2022, com o fim do confinamento e do teletrabalho, tem-se vindo a verificar um aumento do consumo do papel face a 2021 (+24,9%). No entanto, quando comparado com 2019 a variação atinge os -27,9%.
Divulgação do presente compromisso pelas partes interessadas e do grau de implementação das ações definidas	A divulgação interna do PISA 2030 é feita aos trabalhadores pela intranet da empresa, bem como junto dos clientes através dos meios digitais e comunicado de imprensa.



VII

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a. OBJETIVOS DE GESTÃO

	ANO 2022 REAL	ANO 2022 PAO	Grau de Execução	
Princípios Financeiros de Referência				
Eficiência Operacional (rácio dos gastos operacionais sobre volume de negócios)	106,3%	100,3%	6,0 p.p.	Pág.ª 93
PRC Em 2022, devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano de referência, conforme estabelecido para a avaliação da eficiência operacional, no caso dos seguintes gastos:				
a) Com pessoal, com exceção da relativa aos corpos sociais e descontando o efeito do absentismo	85.148.329	86.676.959	98,2%	Pág.ª 93
b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel	480.802	475.670	101,1%	Pág.ª 93
c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	2.455.736	3.169.595	77,5%	Pág.ª 93
Investimento[1]				
Investimento ILD	44.244.832 €	141.366.890 €	31,3%	Pág.ª 63
Investimento ML	5.861.636 €	27.869.277 €	21,0%	Pág.ª 63
Total de Investimento	**50.106.469 €**	**169.236.167 €**	**29,6%**	

[1] Os valores de investimento ILD e ML são líquidos de TPE e de Encargos financeiros.

QUADRO 48
Objetivos de gestão

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

b. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

QUADRO 49
Execução do Plano de Atividades e Orçamento

INDICADORES	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	-33 162 675 €	-21 135 400 €	12 027 275 €	
EBITDA	1 927 962 €	12 268 684 €	10 340 722 €	
Resultado Operacional[1] (EBIT)	-17 256 983 €	-23 396 877 €	-6 139 894 €	
Volume de Negócios[2]	75 702 988 €	111 204 866 €	35 501 879 €	
Endividamento	3 236 387 887 €	3 360 903 569 €	124 515 682 €	
Dívida Financeira Líquida[3] / EBITDA	166604%	26072%	-140533%	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.
2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no VN.
3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

c. INVESTIMENTO

Unidade: Euro

PLANO DE INVESTIMENTO	PAO	Executado 2022							Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ medidas
		Total	Fontes de financiamento							
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento de Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Valor total do Investimento	170 236 167	50 106 469	8 888 234	6 982 679	0	34 235 556	0	0	-120 129 699	

QUADRO 50
Investimento

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

d. ORÇAMENTO FINANCEIRO (CARREGADO NO SIGO/SOE)

QUADRO 51
Grau de execução do orçamento financeiro

RUBRICA		Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R05.07	REM. CAPITAIS - RECEITAS GERAIS	72 919 €	72 919 €	100,0%	
R06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3 590 995 €	3 963 263 €	110,4%	Durante ao ano de 2022 foi aprovado a gratuitidade do passe Navegente + 3.ªidade, a maiores de 65 anos e para jovens estudantes dos 13 e 23 anos e Antigos Combatentes, aumentando o valor das contraparticipações/compensações.
R06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	34 334 154 €	20 103 300 €	58,6%	
R06.09	UE-INSTITUIÇÕES-OUT. FUNDOS	17 129 880 €	1 694 026 €	9,9%	Foram executados estudos preliminares da expansão da Linha Vermelha até Alcântara e do Metro Ligero e Superficie (MLS). A realização apresentada foi efetuada com recurso a Saldo Transitado de 2021, registado como Ots. Operação de Tesouraria.
R07.02	SERVIÇOS	132 310 262 €	117 560 146 €	88,9%	Reajuste dos valores de realização para afetação aos projetos financiados correspondente ao IVA recebido.
R08.01	OUTRAS	8 389 479 €	8 389 477 €	100,0%	
R09.03	EDIFÍCIOS	610 297 €	0 €	0,0%	
R09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	15 880 €	15 880 €	100,0%	
R10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	48 332 077 €	48 332 076 €	100,0%	
R10.09	UNIÃO EUROPEIA	45 380 184 €	29 817 018 €	65,7%	O grau de execução de investimento no projeto cofinanciado pelo POSEUR (RA/CS) ficou abaixo do previsto não sendo possível apresentar faturação para restituição da mesma.
R12.06	APOIO FINANCEIRO	51 385 172 €	35 197 631 €	68,5%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos invetimentos financeiros (SWAP).
R12.07	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	188 204 613 €	181 390 745 €	96,4%	
R15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	256 964 €	256 964 €	100,0%	
R16.01	SALDO GERÊNCIA	47 350 943 €	47 350 941 €	100,0%	
R17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	70 654 370 €		Registo dos adiantamentos PRR, a transitarem para 2023, conforme orientações do Guia de Operações Final do Ano - PRR de 20 dezembro 2021/DGO.
	Total Receita	**577 363 818 €**	**564 798 755 €**	**97,8%**	

1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

RUBRICA		Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
D01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	68 460 296 €	55 989 777 €	81,8%	
D01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	5 203 472 €	4 662 309 €	89,6%	
D01.03	SEGURANÇA SOCIAL	27 843 344 €	26 238 052 €	94,2%	
D02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	6 073 978 €	4 040 201 €	66,5%	O desvio está relacionado com a diminuição da necessidade de aquisição de materiais para proteção COVID-19 e com a aplicação de cativação pela DGO em € 1 706 286,00
D02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	63 996 837 €	47 064 836 €	73,5%	O desvio está relacionado com a diminuição de contratação de prestadores e serviço para garantir as medidas de proteção COVID-19 e com a aplicação de cativação pela DGO em € 8 767 632,00
D03.01	JUROS DIVIDA PÚBLICA	97 489 211 €	75 599 158 €	77,5%	O desvio deve-se, essencialmente, pela variação favorável dos instrumentos financeiros (SWAP)
D03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	183 164 €	98 606 €	53,8%	
D06.02	DIVERSAS	1 611 859 €	1 573 576 €	97,6%	
D07.01	INVESTIMENTOS	70 241 445 €	58 910 435 €	83,9%	O desvio está essecialmente relacionado com a falta de realização de invertimentos não cofinanciados, pela demora na aprovação de Portarias de Extensão de Encargos e processo de contratação pública demorados.
D07.03	BENS DE DOMÍNIO PUBLICO	153 577 519 €	46 319 341 €	30,2%	O desvio deve-se principalmente pela execução do projeto RA/CS não ter acompanhado as previsões iniciais. Os principais motivos estão relacionados com o atraso na consignação do Lote 2 e no processo de adjudicação da empreitada relativa ao Lote 4, que ainda se encontra em análise e avaliação de proposta pelo Juri.
D09.08	ATIVOS FINANCEIROS	1 000 000 €	1 000 000 €	100,0%	
D10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	80 962 516 €	80 962 515 €	100,0%	
D12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA	0 €	88 675 €		
	Total Despesa	576 643 641 €	402 547 481 €	69,8%	

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

ANOS	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	75 697 764	141 972 295	206 705 313	218 372 006	498 051 303
Taxa Média de Financiamento (%)	2,56	3,93	5,61	5,44	4,99

QUADRO 52
Evolução da taxa média anual de financiamento e juros suportados

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (EXECUÇÃO)	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3 293 271 746	3 339 036 630
Capital Social	3 849 294 636	3 667 903 891
Novos Investimentos no ano (com expressão material)	0	2 398 241
Variação do endividamento	**1,94%**	

QUADRO 53
Passivo (corrente e não corrente) e variação do endividamento



O ML assume-se como ator relevante para a descarbonização da economia

4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

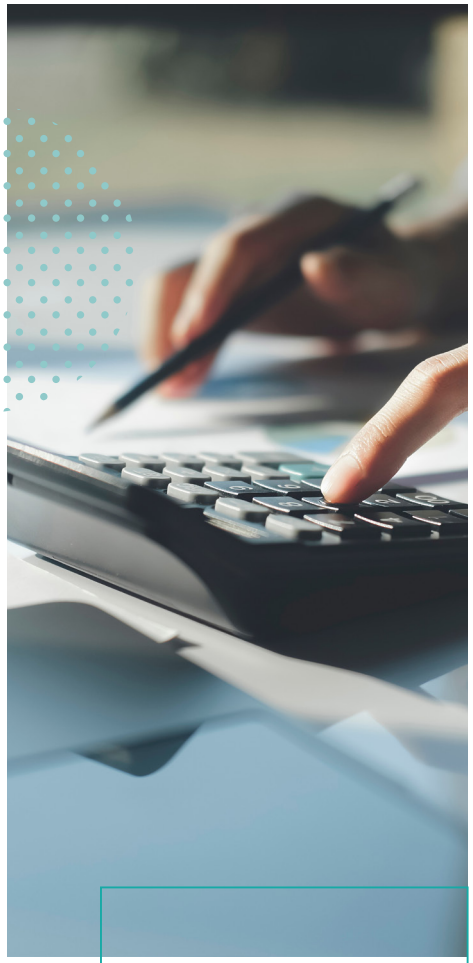
QUADRO 54
Prazo médio de pagamentos

PMP	2022	2021	2020	Variação 2022/2021	
				Valor	%
Prazo (dias)	21	36	41	-15	-41,7

DÍVIDAS VENCIDAS (VALORES EM EUROS)	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	577 793	1 376	93 705	0	1 066
Aquisições de Capital	227 446	0	0	0	26 691
Total	**805 239**	**1 376**	**93 705**	**0**	**27 757**

Nota: Valores após 90 dias não reconciliáveis. Em processo de análise em 2023.

QUADRO 55
Dívidas vencidas



Anualmente, é feita uma análise dos impactes ambientais

5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA

Foi recomendado, ao Conselho de Administração, que diligencie pela:

- Implementação de um sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental.
- Divulgação, de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no Anexo às demonstrações orçamentais do exercício de 2022 dos elementos informativos relativos à Contratação administrativa, em concreto, a situação dos contratos e das Adjudicações por tipo de procedimento e à Transferência e subsídios de despesa e de receita.



Foi recomendada a implementação de um sistema automático para obter e validar as demonstrações orçamentais

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

i. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO 56
Identificação dos membros do Conselho de Administração (01/01/2022 a 12/07/2022)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos				N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2019-2021	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	RCM n.º 56/2019	3/15/2019	Não	n.d.	D		2
2019-2021	Vogal 1	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 56/2019	3/15/2019	Não	n.d.	D		3
2019-2021	Vogal 2	Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	RCM n.º 56/2019	3/15/2019	Não	n.d.	D		1

QUADRO 57
Identificação dos membros do Conselho de Administração (13/07/2022 a 31/12/2022)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos				N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e forma	
2022-2024	Presidente	Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	Despacho n.º 9167/2022	7/27/2022	Não	n.d.	D		3
2022-2024	Vogal 1	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	Despacho n.º 9167/2022	7/27/2022	Não	n.d.	D		4
2022-2024	Vogal 2	Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	Despacho n.º 9167/2022	7/27/2022	Não	n.d.	D		1

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

QUADRO 58
Acumulação de Funções Administração
(01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 33 de 30/04/2021
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 30 de 30/04/2021

QUADRO 59
Acumulação de Funções Administração
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e forma
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	FERCONSULT	Presidente	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Presidente	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
	TREM A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 34 de 29/04/2022
	TREM II A.C.E.	Presidente	Público	Ata AG n.º 31 de 29/04/2022
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 72 de 31/05/2021
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 54 de 13/07/2020
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	FERCONSULT	Administrador	Público	Ata AG n.º 74 de 18/08/2022
	METROCOM	Administrador	Público	Ata AG n.º 57 de 18/08/2022

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS



O ML está comprometido com a promoção de uma política renumeratória transparente

QUADRO 60
Estatuto do Gestor Público (01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificaçã [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) (1)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4 676,70	1 870,68
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3 741,36	1 496,54
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	B	3 741,36	1 496,54

(1) Os valores de remuneração mensal bruta incluem a aplicação da redução de 5% do vencimento mensal ilíquido dos gestores públicos executivos conforme disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

QUADRO 61
Estatuto do Gestor Público
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificaçã [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) (1)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	B	4 676,70	1 870,68
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	B	3 741,36	1 496,54
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	B	3 741,36	1 496,54

(1) Os valores de remuneração mensal bruta incluem a aplicação da redução de 5% do vencimento mensal ilíquido dos gestores públicos executivos conforme disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

QUADRO 62
Remuneração anual
(01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Remuneração Anual – 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	92 549,44	0,00	92 549,44	4 627,48	87 921,96
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	74 039,50	0,00	74 039,50	3 701,98	70 337,52
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	74 039,50	0,00	74 039,50	3 701,98	70 337,52
			240 628,44	**12 031,44**	**228 597,00**

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.
Valor resultante dos acertos efetuados pela passagem da classificação da Empresa de A para B.

QUADRO 63
Remuneração anual
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Remuneração Anual – 2022 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	92 549,44	0,00	92 549,44	4 627,48	87 921,96
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	74 039,50	0,00	74 039,50	3 701,98	70 337,52
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	74 039,50	0,00	74 039,50	3 701,98	70 337,52
			240 628,44	**12 031,44**	**228 597,00**

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.
Valor resultante dos acertos efetuados pela passagem da classificação da Empresa de A para B.

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

QUADRO 64
Benefícios sociais (01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	952,00	SS		291,72	Seguro acid. Trab.	574,22
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	1 179,90	CGA	8 253,33	291,72	Seguro acid. Trab.	464,50
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	10,35	993,60	SS		291,72	Seguro acid. Trab.	444,06
		3 125,50		**8 253,33**	**875,16**		**1 482,78**

QUADRO 65
Benefícios sociais
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual		Identificar	Valor
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	10,35	1 045,550	SS		291,72	Seguro acid. Trab.	592,11
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	10,35	1 076,40	CGA	8 550,79	291,72	Seguro acid. Trab.	482,09
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	10,35	962,55	SS		291,72	Seguro acid. Trab.	417,93
		3 084,50		**8 550,79**	**875,16**		**1 492,13**

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

QUADRO 66
Encargos com viaturas
(01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	45 353,00 €	AOV	2017	2022	526,09 €	3 267,79 €	3
Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42 072,00 €	AOV	2017	2022	681,97 €	5 252,47 €	3
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	S	S	41 401,00 €	AOV	2017	2022	446,25 €	1 784,99 €	3

Nota: Não foram imputadas rendas entre 01/05/2022 a 12/07/2022 à viatura associada ao Dr. Pedro Costa, pois saiu da empresa dia 30/04/2022. O valor reportado corresponde ao período 01/01/2022 a 30/04/2022.

QUADRO 67
Encargos com viaturas
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (n.º)
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	S	S	45 353,00 €	AOV	2017	2022	526,08 €	2 630,42 €	12
Engª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42 072,00 €	AOV	2017	2022	389,09 €	2 531,21 €	12
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	S	S	41 401,00 €	AOV	2017	2022	681,97 €	2 824,09 €	12

Nota: O Engº João Paulo Saraiva tomou posse no dia 13/07/2022 sendo-lhe associado a viatura com matricula 46-SR-45, sendo que a mesma foi trocada com a viatura da Engª Maria Helena Campos dia 27/09/2022.

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

QUADRO 68
Gastos anuais associados a deslocações em serviço (01/01/2022 a 12/07/2022)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (∑)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	123,64	278,00	175,30		0,00	576,94
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	780,39	1 213,00	450,40		0,00	2 443,79
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	0,00	0,00	37,65		0,00	37,65
						3 058,38

QUADRO 69
Gastos anuais associados a deslocações em serviço (13/07/2022 a 31/12/2022)

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (∑)
				Identificar	Valor	
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	9 332,58	2 302,88	375,30		0,00	12 010,76
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	852,32	1 138,13	250,20		0,00	2 240,65
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	882,19	1 629,14	62,55		0,00	2 573,88
						16 825,29

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

ii. CONSELHO FISCAL

QUADRO 70
Identificação do Conselho Fiscal

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		N.º de mandatos
			Forma (1)	Data	
2017-2019	Presidente	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	2
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Cristina Maria Pereira Freire	DC SETF e SEAMB	11/01/2017	1
2017-2019	Vogal Efetivo	Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	1
2017-2019	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	DC SETF e SEOPTC	11/01/2017	2

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 11 de Janeiro de 2017 do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e Finanças e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.
(2) À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo de novos membros do Conselho Fiscal, pelo que se mantém em funções o Conselho Fiscal designado para o triénio 2017-2019.

QUADRO 71
Remuneração anual do Conselho Fiscal

NOME	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Dr. José Carlos Pereira Nunes	19 395,80	0,00	19 395,80
Dra. Margarida Carla Campos Freitas Taborda	14 546,88	0,00	14 546,88
Dra. Cristina Maria Pereira Freire	14 546,88	0,00	14 546,88
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00
			48 489,56

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

iii. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/RO			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do contrato		
2019-2021	ROC Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por:	74	20161409	Despacho conjunto SE Tesouro e SE adjunto Mobilidade	10/15/2019	10/15/2019	7	7
		Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240					
	ROC Suplente	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por:	23	20161381					
		Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20160668					

À data do presente relatório ainda não houve nomeação por despacho conjunto do Governo do novo ROC efetivo e ROC Suplente, pelo que se mantém em funções o ROC designado para o triénio 2019-2021.

QUADRO 72
Identificação do Revisor Oficial de Contas

QUADRO 73
Valor anual do contrato de prestação de serviços do Revisor Oficial de Contas

NOME	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	27 360,00	0,00	**27 360,00**		0,00	0,00	**0,00**

6. REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS

iv. AUDITOR EXTERNO

QUADRO 74
Identificação do Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por:	29	20161384	2/8/2021	3 anos	5	5
Dr. António José Correia de Pina Fonseca	949	20160566				

QUADRO 75
Valor anual do contrato de prestação de serviços do Auditor Externo

NOME AUDITOR EXTERNO	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	24 780,00	0,00	24 780,00	-	0,00	0,00	0,00



7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Em 2022:

a. Nos termos dos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa;
b. Não houve lugar a qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal;
c. Valor de despesas associadas a comunicações:

QUADRO 76
Gastos com comunicações
(01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	80,00	191,63	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	123,45	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	80,00	0,00	
		315,08	

QUADRO 77
Gastos com comunicações
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	80,00	516,89	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	84,00	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	80,00	117,84	
		718,73	



O Conselho de Administração não utilizou cartões de crédito ou qualquer outro instrumentos de pagamento para despesas de representação

7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

d. Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

QUADRO 78
Gastos anuais associados a viaturas
(01/01/2022 a 12/07/2022)

MEMBRO DO CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens e Parques	Total	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	467,67 €	1 351,32 €	683,97 €	2 035,29 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	374,14 €	1 722,24 €	973,71 €	2 695,95 €	
Dr. Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa	374,14 €	452,66 €	70,93 €	523,59 €	
				5 254,83 €	

QUADRO 79
Gastos anuais associados a viaturas
(13/07/2022 a 31/12/2022)

MEMBRO DO CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens e Parques	Total	Observações
Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos	467,67 €	1 160,18 €	601,42 €	1 761,60 €	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	374,14 €	923,06 €	870,67 €	1 793,73 €	
Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva	374,14 €	1 214,50 €	176,55 €	1 391,05 €	
				4 946,38 €	

8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Sector Público Empresaria (RJSPE), e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), não tendo realizado despesas não documentadas.



O ML repudia a desvantagem das mulheres no mercado de trabalho

9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

O ML está comprometido com a promoção de uma política remuneratória transparente, assente na avaliação das componentes dos postos de trabalho e com base em critérios objetivos. Simultaneamente, repudia a desvantagem generalizada e estrutural das mulheres no mercado de trabalho em matéria de remunerações, assente num contexto mais abrangente de desigualdades entre os géneros.

Assim, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, o Metropolitano de Lisboa elaborou e divulgou, internamente, e disponibilizou, no seu *site*, o "Relatório sobre Remunerações por Género 2021", visando diagnosticar e prevenir qualquer diferença remuneratória injustificada, que se comprovasse existir na estrutura remuneratória da empresa e nas remunerações pagas a mulheres e a homens.

A elaboração deste relatório foi, também, uma medida de promoção da igualdade de género na empresa, de eliminação definitiva de qualquer forma de discriminação, para alcançar a plena igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Neste Relatório, o ML concluiu que não se verificam situações de discriminação salarial por motivos de género. Os critérios de retribuição são comuns a mulheres e a homens, e as diferenças de remuneração não constituem discriminação por se considerarem assentes em critérios objetivos, comuns a mulheres e a homens, nomeadamente, baseados no desenvolvimento de carreira, desempenho, produtividade, assiduidade ou antiguidade.

Ainda em 2021, nos termos do nº 1, do artigo 7º, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, em articulação com o Despacho Normativo nº 23-A/2021, o Metropolitano remeteu à CITE – Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, o Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens para 2022.

10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

O DL n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), estando o ML obrigado, por força da aplicação deste diploma, a implementar um Programa de Cumprimento Normativo.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) insere-se neste Programa e, consequentemente, nos seus Relatórios de Avaliação Anual e Intercalar.

Em 2022, foram aprovados e divulgados, nos termos legais, os referidos Relatórios, tendo sido remetidos para os órgãos competentes e encontrando-se disponíveis na intranet e site da Empresa.

Para além desta orientação legal, o ML está ainda obrigado a cumprir um conjunto de obrigações, previstas no RGPC e monitorizadas através do sistema de Compliance da empresa, cujo estado de implementação, a 31.12.2022, se elenca no quadro seguinte:

Obrigações RGPC	Artigo	Estado	Data	Observações
Programa de Cumprimento Normativo (PCN)	5.º/1			
Nomeação do Responsável pelo Programa de Cumprimento normativo	5.º/2	Implementado	fevereiro 2022	Diretora do Gabinete de Auditoria Interna, Risco e *Compliance* (GAI)
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	6.º/1	Implementado	2020 (última revisão)	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/PPRCIC_ML_FC_2020.pdf
Relatório de avaliação anual do PPR	6.º/4.b)	Implementado	maio 2022	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/06/relatorio_execucao_riscos_infracoes_2021-3.pdf
Relatório de avaliação intercalar do PPR	6.º/4.a)	Implementado	outubro 2022	https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/11/Relatorio_Intercalar_2022_Plano_Prevencao_Riscos_Corrupcao_Infracoes_Conexas.pdf
Código de Ética e de Conduta	7.º	Implementado	julho 2022 (última revisão)	Reformulado de forma a incluir as previsões do RGPC. https://www.metrolisboa.pt/institucional/wp-content/uploads/sites/2/2022/07/codigo_etica_conduta_julho_2022.pdf
Canal de denúncia	8.º	Implementado	agosto 2022 (última revisão)	Reformulado de forma a incluir as previsões do RGPC e da Lei n.º 93/2021, 18 de dezembro
Promoção da concorrência na contratação pública	15.º	Implementado		

QUADRO 80
Obrigações RGPC

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em 2022, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou, igualmente, as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

A Empresa cumpriu, ainda, todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente, as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, deu ainda cumprimento ao disposto no artigo 59.º da LOE 2022 (Lei nº 12/2022 de 27 de junho), conjugado com artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto, referente à comunicação da contratação de serviços jurídicos externos à JurisAPP.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo, ainda, sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições, através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito, que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

O ML dispõe de uma plataforma de registo e gestão dos procedimentos de contratação. Esta plataforma permite o acompanhamento efetivo do estado e o registo das informações relevantes dos procedimentos de contratação tramitados pelo ML (excluindo as pequenas aquisições).

Foi desenvolvido, igualmente, um relatório que permite a consulta e o reporte de indicadores de gestão e de cumprimento de obrigações desses procedimentos.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se, ainda, à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

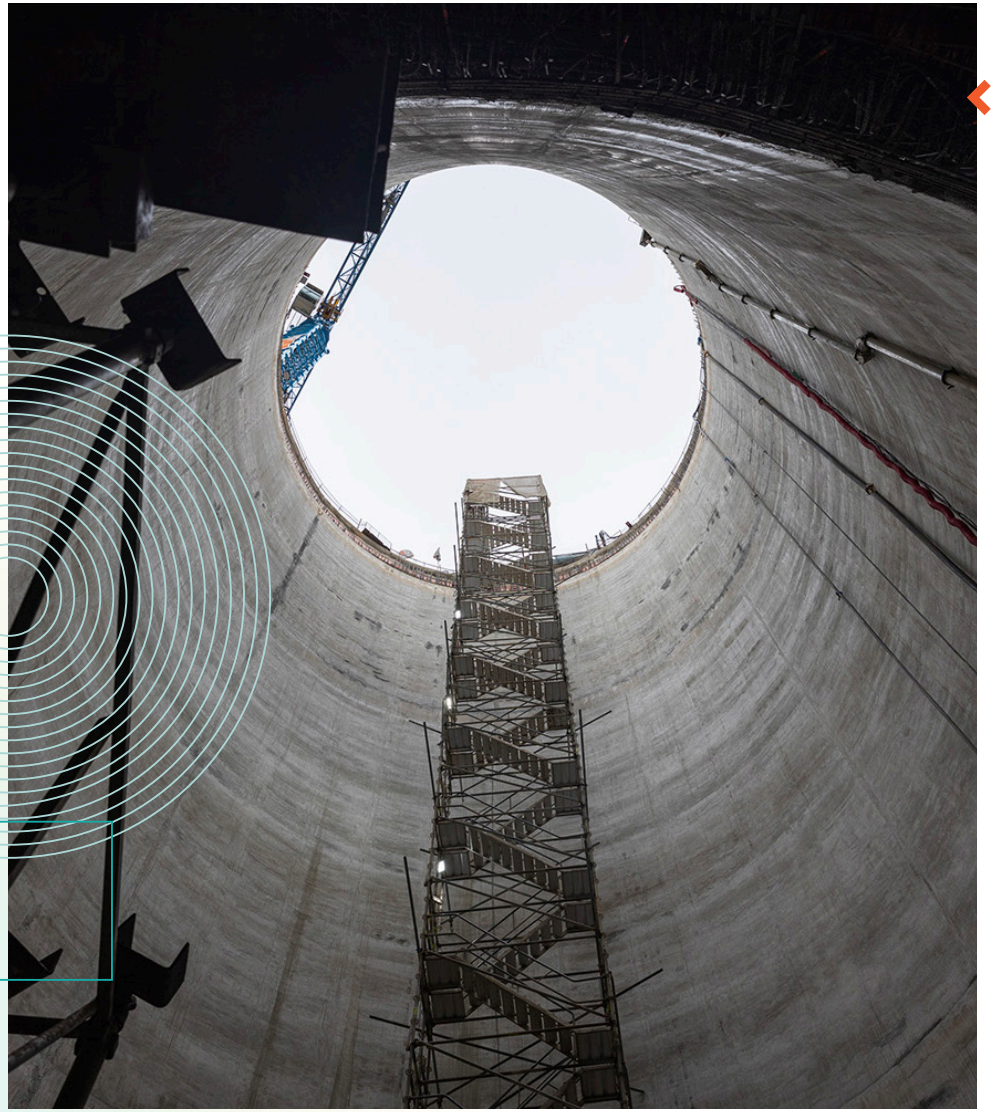
Em 2022, foi celebrado um contrato com valor superior a 5.000.000 euros, para fornecimento de energia elétrica, que de acordo com al. c) do nº 1 do art.º 47 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), está isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.



A Empresa cumpriu todas as normas aplicáveis à contratação

12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

Nesta matéria, desde 2010 que o Metropolitano de Lisboa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).



O ML aderiu voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) para adquisição de bens e serviços

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística, passou a centralizar os procedimentos de contratação, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.
Em 2022, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.
O ML respeitou, igualmente, as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010.

13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

QUADRO 81
Eficiência operacional

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021 Δ Absol.	2022/2021 Var. %	2022/2019 Δ Absol.	2022/2019 Var. %
(0) EBITDA (corrigido)	-5 325 751	-24 571 844	-14 416 821	-30 613 090	-225 028	9 091 071	-63,1%	-5 100 723	2266,7%
(1) CMVMC	2 699 970	3 596 766	2 530 223	2 613 840	3 596 083	169 747	6,7%	-896 112	-24,9%
(2) FSE	37 318 592	41 269 295	32 717 165	36 134 918	36 878 739	4 601 428	14,1%	439 853	1,2%
(3) Gastos com o pessoal	86 761 225	86 676 959	82 773 918	80 231 596	80 056 942	3 987 307	4,8%	6 704 283	8,4%
i. Relativos aos órgãos sociais [a)]	339 567	339 653	389 623	341 426	327 914	-50 056	-12,8%	11 654	3,6%
ii. Indemnizações pagas por rescisão [a)]	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias [a)]	1 085 890	1 269 648	1 091 484	1 137 320	1 173 821	-5 594	-0,5%	-87 931	-7,5%
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais a)	1 273 328	469 922	1 053 355	n.d.	1 169 735	219 973	20,9%	103 593	8,9%
v. Integração de trabalhadores da Ferconsult 1)	1 943 658	1 886 981	1 830 040	0	0	113 618	6,2%	1 943 658	-
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii, iv e v	82 118 780	84 789 978	78 409 416	78 752 851	77 385 473	3 709 364	4,7%	4 733 307	6,1%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais [b)]	6 962 032	743 805	1 009 022	1 021 293	0	5 953 010	590,0%	6 962 032	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5	**117 874 098**	**128 912 234**	**115 182 245**	**116 480 317**	**117 860 295**	**2 691 854**	**2,3%**	**13 803**	**0,0%**
(7) Volume de negócios (VN)	111 204 866	75 702 988	66 889 972	66 808 955	118 794 598	44 314 894	66,3%	-7 589 732	-6,4%
Subsídios à exploração	10 639 940	43 766 823	38 044 153	0	0	-27 404 213	-72,0%	10 639 940	-
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais [b)]	0	52 782 113	54 114 816	48 663 010	0	-54 114 816	-100,0%	0	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7+8	**111 204 866**	**128 485 101**	**121 004 788**	**115 471 964**	**118 794 598**	**-9 799 922**	**-8,1%**	**-7 589 732**	**-6,4%**

1) De forma a ser comparável com o real de 2019, é retirado o efeito do aumento de gastos com pessoal com a integração dos trabalhores da Ferconsult no ML
a) Conforme disposto na alínea a) do n.º5 do artigo 144.º do DLEO 2022.
b) [Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)].
c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021 Δ Absol.	2022/2021 Var. %	2022/2019 Δ Absol.	2022/2019 Var. %
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	**106,0%**	**100,3%**	**95,2%**	**100,9%**	**99,2%**	**10,8 p.p.**	–	**6,8 p.p.**	–
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	84 428	101 500	1 821	7 473	40 013	82 608	4537,6%	44 416	111,0%
ii. Gastos com Ajudas de custo (Gastos c/ Pessoal)	13 054	4 238	1 977	2 068	6 857	11 077	560,3%	6 197	90,4%
iii. Gastos associados à frota automóvel c)	383 320	369 931	319 719	263 774	292 344	63 601	19,9%	90 976	31,1%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	2 455 736	3 169 595	1 440 154	3 089 203	1 614 032	1 015 582	70,5%	841 704	52,1%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	**480 802**	**475 670**	**323 516**	**273 314**	**339 213**	**157 286**	**48,6%**	**141 588**	**41,7%**
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1 575	1 587	1 522	1 519	1 458	53	3,5%	117	8,0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	6	6	0	0,0%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	23	21	21	17	17	2	9,5%	6	35,3%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1 546	1 560	1 495	1 496	1 435	51	3,4%	111	7,7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	67	74	71	88	84	-4	-5,6%	-17	-20,4%
N.º de viaturas	47	47	47	47	39	0	0,0%	8	20,5%

1) De forma a ser comparável com o real de 2019, é retirado o efeito do aumento de gastos com pessoal com a integração dos trabalhores da Ferconsult no ML
a) Conforme disposto na alínea a) do n.º5 do artigo 144.º do DLEO 2022.
b) [Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)].
c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

O rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios atingiu 106,0%, o que representa uma degradação de 6,8 pontos percentuais quando comparado com o valor de 2019.
As principais contribuições para o aumento do rácio foram:
Aumento dos Gastos com Pessoal em 6,7 milhões de euros, que se detalha na pág. 87;
Crescimento do valor dos Fornecimentos e Serviços Externos em 0,4 mil euros, que resultou, essencialmente, do aumento do custo da energia elétrica, que apresentou um incremento de 6,3 milhões de euros, compensado pelo decréscimo do montante relativo a rendas de leasing operacional, devido à maturidade, em 2021, da primeira operação do TREM II. Abaixo, no Quadro 82 – Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais, encontram-se detalhados os impactos nos gastos durante o ano de 2022;
Os gastos com COVID-19 encontram-se detalhados no Quadro 27 – Gastos operacionais (COVID-19) – Contas Individuais, pág.ª 87;
Os Subsídios à Exploração, no ano em análise, registam uma variação negativa de 27,4 milhões de euros, resultante do aumento da receita e consequente diminuição do PART "variável";
Os gastos com Deslocações e Alojamento registam um desvio positivo de 17,1 mil euros, fazendo-se refletir, também, nos gastos com Ajudas de Custo (desvio negativo de 8,8 mil euros). No global, os gastos conjugados das rubricas referidas apresentam um desvio positivo de 8,3 mil euros;
Os gastos associados à frota automóvel apresentaram um incremento de 63,6 mil euros, por via da incorporação dos veículos pertencentes à Ferconsult no ativo do ML., o que corresponde a um desvio de 13,4 mil euros, face ao orçamentado;
Os encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentaram uma variação positiva de 1 milhão de euros, decorrente das expansões da rede em curso, e um desvio de -714 mil euros em relação à previsão do PAO.
Decorrente da operação militar que a Rússia lançou sobre a Ucrânia, em fevereiro de 2022, os preços do gás dispararam, o que, consequentemente, implicou no incremento do preço da energia elétrica, dado a produção desta estar diretamente dependente do gás. Esta operação militar implicou, também, um aumento no preço dos combustíveis.
No quadro abaixo, apresentam-se as variações 2022/2021 nos gastos diretamente afetados, com um aumento de 6,5 milhões de euros.

QUADRO 82
Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais

DESCRIÇÃO	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Energia elétrica	13 373 981	7 054 550	6 319 431	89,6%
Combustíveis	46 715	37 402	9 313	24,9%
Gás	332 464	140 280	192 185	137,0%
TOTAL	**13 753 160**	**7 232 231**	**6 520 929**	**90,2%**

Unidade: euro

14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	118 315 438	114 235 818	115 759 417	51 218 612
Aplicações financeiras	0	0	0	55 000 000
Total	**118 315 438**	**114 235 818**	**115 759 417**	**106 218 612**

QUADRO 83
Disponibilidades no IGCP

O documento 0293/2022, emitido pelo IGCP, exceciona o ML do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para os anos de 2022 e 2023, somente nos valores inerentes às operações de financiamento contratualizados com a banca.
As disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP representaram 65,4% do total, contudo, 55,2 milhões de euros dos 56,2 milhões de disponibilidades na Banca Comercial referem-se a depósitos colaterais constituídos no âmbito das operações americanas do leasing operacional de material circulante.

BANCA COMERCIAL	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Wilmington Trust	20 806 025	22 193 941	23 506 046	21 533 964
Wells Fargo	32 179 681	34 369 436	36 646 754	33 664 694
Banco Português de Investimento	1 677 718	4 662 153	3 493 360	987 572
Banco Santander Totta	6 787	9 264	12 230	15 086
Caixa Banco Investimento	4 062	4 062	4 062	4 062
Millennium BCP	0	0	0	0
Caixa Geral de Depósitos	532	1 072	768	994
Total	**54 674 804**	**61 239 928**	**63 663 220**	**56 206 372**
Juros auferidos	0	0	0	0

QUADRO 84
Disponibilidades na Banca Comercial

15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



› Dívida pública financeira.
› Património financeiro público.

A àrea de Gestão Corporativa passou a centralizar os procedimentos de contratação

16. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE

Vide ponto 9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, pág.ª 142.

17. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Vide páginas 313 a 326.

18. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE

QUADRO 85
Informação divulgada no *site* do SEE

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO *SITE* DO SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data atualização	
Estatutos	S	Sep/2022	
Caraterização da Empresa	S	Sep/2022	
Função de tutela e acionista	S	Jan/2020	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
– Identificação dos Órgãos Sociais	S	Sep/2022	
– Estatuto Remuneratório Fixado	S	Sep/2022	
– Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	Sep/2022	
– Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	Sep/2022	
– Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	Sep/2022	
Esforço Financeiro Público	S	Sep/2022	
Ficha Síntese	S	Sep/2022	
Informação Financeira histórica e atual	S	Jul/2021	
Princípios de Bom Governo	S		
– Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	Sep/2022	
– Transações relevantes com entidades relacionadas	S	Sep/2022	
– Outras transações	S	Sep/2022	
– Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	Sep/2022	
Económico	S	Sep/2022	
Social	S	Sep/2022	
Ambiental	S	Sep/2022	
– Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	Sep/2022	
– Código de ética	S	Sep/2022	

19. QUADRO RESUMO – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS – 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de gestão			
Objetivos de gestão definidos para 2022			Pág.ª 122
Metas a atingir constantes no PAO 2022			
Investimento	N	Grau de execução: 29,6%	Pág.ª 96
Nível de endividamento	S	Variação do endividamento: 1,92%	Pág.ª 127
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	S	Receita: 97,8% Despesa: 69,8%	Pág.ª 125
Gestão do Risco Financeiro	S	2,56%	Pág.ª 127
Limites de Crescimento do Endividamento	S	1,92%	Pág.ª 127
Evolução do PMP a fornecedores	S	-15 dias	Pág.ª 128
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	122.838 €	Pág.ª 128
Recomendações do acionista na última prestação de contas	N	Ver ponto 5 – Recomendações do acionista	Pág.ª 129
Reservas emitidas na última CLC	N	3 Reservas	Pág.ª 272
Remunerações/honorários			
Não atribuição de prémios gestão	S	-	Pág.ª 140
CA – reduções remuneratórias vigentes em 2022	S	12.031,44€	Pág.ª 132
Fiscalização (CF) – reduções remuneratórias vigentes em 2022	N.A.	-	Pág.ª 137
Auditor Externo – redução remuneratória vigentes em 2022	N.A.	-	Pág.ª 139
EGP – artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	-	Pág.ª 140
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	-	Pág.ª 140
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	-	Pág.ª 140
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	-	Pág.ª 141

QUADRO 86
Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais

19. QUADRO RESUMO – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS – 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do art.º 16.º do RJSPE e art.º 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S	-	Pág.ª 142
Promoção da igualdade entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Link	Pág.ª 142
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	Link	Pág.ª 143
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	S	-	Pág.ª 144
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	-	Pág.ª 144
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	-	Pág.ª 144
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Pág.ª 145
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	+6,8 p.p.	Pág.ª 146
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art. 49.º do DLEO 2019)	S		Pág.ª 146
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	65,4%	Pág.ª 149
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	56.206.372€	Pág.ª 149
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.	-	Pág.ª 149
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	-	Pág.ª 150
Elaboração do plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	-	Pág.ª 142
Apresentação da demonstração não financeir	S	-	Pág.ª 150

QUADRO 86
Quadro resumo – Cumprimento de orientações legais



SÍNTESE DE RESULTADOS

VIII



1. EVENTOS SUBSEQUENTES

i. AUMENTO DA INFLAÇÃO

Dando sequência ao que se tinha vindo a assistir, o arranque e início de 2023 foi marcado por um aumento contínuo da taxa de inflação. Na tentativa de combater a espiral inflacionista, o Banco Central Europeu (BCE) continua a aplicar aumentos graduais das taxas de juro diretoras.

Efetivamente, e apesar do agregado relativo aos produtos energéticos, face a fevereiro de 2022, se ter fixado em 1,9%, confirmando a tendência de estabilização dos preços da energia, a taxa de inflação em 2023 tem-se mantido alta, alavancada, sobretudo, pela classe de Bens alimentares e bebidas não alcoólicas, cuja variação se situou nos 21,50%, valor mais elevado desde maio de 1985, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). O BCE apontou, como principal driver para este aumento, a subida das margens de lucros, embora as empresas o justifiquem com o crescimento da inflação. De forma a dar resposta à diminuição do rendimento das famílias e ao aumento do custo de vida, o governo tem vindo a lançar apoios às famílias, sobretudo na aquisição de bens essenciais.

Prevê-se, ainda, que o BCE continue com aplicação de política monetária contracionista, através do aumento das principais taxas de juro e do programa de quantitative tightening. O cenário de recessão para a economia portuguesa encontra-se afastado em 2023, contudo, as famílias continuarão a ser fustigadas pelo aumento do custo de vida e pelo aumento das prestações do crédito à habitação, fruto da subida da Euribor.

2. PERSPETIVAS FUTURAS



O ML continuará empenhado na prossecução dos seus projetos de investimento

i. DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO

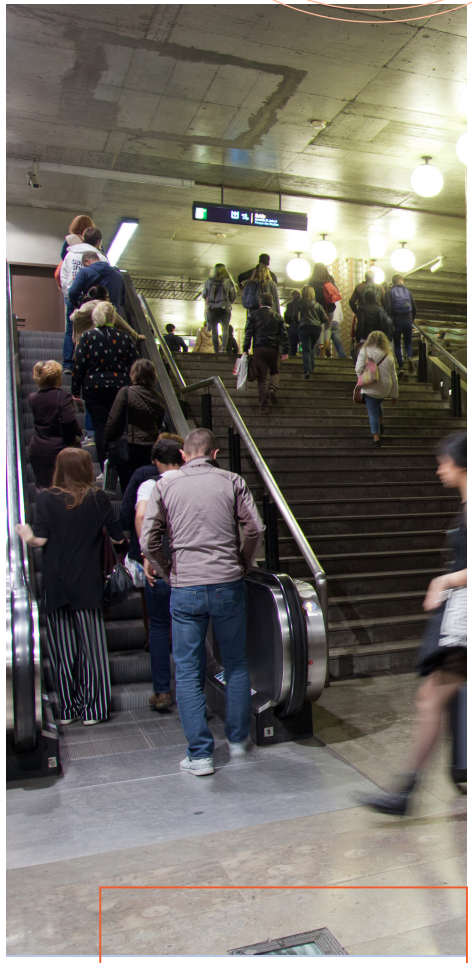
No ano em análise, muitos foram os desafios colocados ao ML, sem que, no entanto, se tenha desviado dos objetivos estratégicos traçados e da sua missão de prestação de um serviço público de efetiva qualidade. Assim, para além do forte empenho na prestação do serviço diário, o ML continuará fortemente empenhado na prossecução dos seus projetos de investimento, nomeadamente, os projetos de modernização e expansão da rede, levando o metropolitano a cada vez mais pessoas e afirmando-se como verdadeiro prestador de serviço público e agente ativo numa mobilidade mais sustentável. O ML pretende estar verdadeiramente na vanguarda da mobilidade urbana, com uma postura inovadora e de melhoria contínua.

O prolongamento Rato/Cais do Sodré, eixo basilar na formação da futura linha circular, contará, em 2023, com a adjudicação do Lote 4 relativo aos acabamentos, revestimentos e telecomunicações do projeto. O anel circular projetado permitirá uma oferta e uma distribuição dos clientes, na rede do ML, mais equilibrada.

Aliado ao projeto da linha circular, a modernização do sistema de sinalização impõe-

2. PERSPETIVAS FUTURAS

-se como um projeto essencial à melhoria do serviço de transporte público, que permitirá reduzir tempos de espera, aumentar a segurança e, consequentemente, a disponibilidade de material circulante em operação.
Em linha com o plano de expansão de rede do ML e integrado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), importa destacar o prolongamento da Linha Vermelha, entre S. Sebastião e Alcântara, cujo lançamento do concurso para conceção-construção foi lançado a 26 de janeiro de 2023, dia de celebração dos 75 anos do Metropolitano de Lisboa. O Metro servirá, assim, a zona ocidental da cidade, uma zona dinâmica, com forte atividade económica e com parque habitacional significativo.
Adicionalmente, o projeto do Metro Ligeiro de Superfície entre Odivelas e Loures, com financiamento também garantido pelo PRR, terá o concurso conceção-construção lançado no decorrer de 2023. O projeto será determinante para ligar e integrar, na rede de metro, as populações de Loures e Odivelas.
Em paralelo com os investimentos de expansão de rede, continuarão a ser desenvolvidos projetos para dotar todas as estações da rede com acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, em linha com o Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades (PNPA).
O ML continuará a sua política de investimentos de recuperação e substituição de ativos em fim de vida, sejam equipamentos oficinais (nova esmeriladora, novo torno), sejam de equipamentos de conforto das estações (escadas e elevadores), sejam de recuperação material circulante (renovação de portas e sistemas embarcados), sejam dos mais variados sistemas da infraestrutura existente.
Torna-se necessário sublinhar, ainda, a necessidade de recursos humanos do ML, de forma a garantir a renovação geracional da empresa, a consolidação dos quadros e a viabilidade da operação e manutenção, tendo em conta os projetos de investimento em curso, materializando-se essa necessidade sobretudo com a expansão da rede e o aumento do número de estações.



O ML pretende estar verdadeiramente na vanguarda da mobilidade urbana

ii. RETOMA DA PROCURA

Durante o ano de 2022 assistiu-se a uma trajetória ascendente de recuperação da procura, ainda assim ficando abaixo dos níveis de 2019. Prevê-se que em 2023 o número de passageiros transportados continue numa tendência ascendente e consolidada. A decisão de optar por não viajar de transportes públicos por razões relativas à pandemia, atualmente, figura-se como residual. No entanto, importa dar relevância ao teletrabalho como uma das principais variáveis que explica que o ML ainda não tenha atingido os níveis pré-pandemia, considerando que, de acordo com dados do 4ºtrimestre de 2022 do INE, cerca de 40% da população em teletrabalho é da Área Metropolitana de Lisboa.
Por outro lado, o aumento da taxa de inflação e a diminuição do rendimento das famílias apresenta-se como variável a ter em conta na hora da tomada de decisão de transferência do transporte individual para o transporte coletivo.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



No exercício de 2022, o grupo de empresas Metropolitano de Lisboa, apresentou resultados líquidos consolidados negativos de 21.138.782,19 euros (vinte e um milhões, cento e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e dois euros e dezanove cêntimos), e resultados líquidos negativos nas contas individuais de 21.135.399,74 euros (vinte e um milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e nove euros e setenta e quatro cêntimos). Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado nas contas individuais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de 21.135.399,74 euros (vinte e um milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e noventa e nove euros e setenta e quatro cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Lisboa, 20 de junho de 2023

ANEXOS





IX. ANEXOS

I. DECLARAÇÕES FINAIS

Nos termos da Lei, cumpre ao Conselho de Administração declarar que:

1. Para além dos factos acima referidos, e daqueles que, em maior detalhe, constam da documentação que acompanha as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2022, não tem conhecimento da ocorrência, após o termo do exercício, de outras situações que, pela sua especial relevância, mereçam ser destacadas;
2. Nos termos do artigo 21° do Decreto-lei n.º 441/91, não existem dívidas em mora à Segurança Social;
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 324° do Código das Sociedades Comerciais, não houve movimento de compras e vendas de ações próprias ou outras no corrente exercício;
4. Não ocorreram quaisquer negócios entre os administradores e a sociedade no período em análise.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Lisboa, 20 de junho de 2023

II. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, N.º 5, ART.º 447 CSC)

Cumprindo o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração não eram, à data de 31 de dezembro de 2022, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

Lisboa, 20 de junho de 2023

Cumprindo o disposto no n.º5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Fiscal não eram, à data de 31 de dezembro de 2022, detentores de quaisquer ações representativas do capital social da sociedade.

O CONSELHO FISCAL

Presidente

Assinado por : **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: BI04833126
Data: 2023.06.29 12:19:47+01'00'
José Carlos Pereira Nunes

Vogal efetiva

Assinado por : **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: 10415151
Data: 2023.06.29 12:35:57+01'00'
Cristina Maria Pereira Freire

Vogal efetiva

Assinado por : **MARGARIDA CARLA CAMPOS FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700
Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

Lisboa, 20 de junho de 2023

CONTAS INDIVIDUAIS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unid. monetária (Euro)

RUBRICAS	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	5 369 302 753	5 400 543 332
Ativos fixos tangíveis	7	108 965 796	118 351 247
Propriedades de investimento	8	14 414 687	13 353 294
Ativos intangíveis	9	2 303 973	1 721 469
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	87 156 515	42 655 774
Outros ativos financeiros	11	55 304 221	52 218 573
Total do ativo não corrente		**5 637 447 945**	**5 628 843 688**
Ativo corrente			
Inventários	12	9 811 593	9 771 398
Clientes	13	1 471 506	2 059 472
Estado e outros entes públicos	14	3 229 117	7 891 979
Outros créditos a receber	15	5 695 142	16 308 269
Diferimentos	16	30 607 962	30 809 340
Caixa e depósitos bancários	17	162 250 374	124 800 233
Total do ativo corrente		**213 065 693**	**191 640 691**
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 369 302 753	5 400 543 332
Total do ativo afeto à operação		481 210 885	419 941 048
Total do ativo		**5 850 513 639**	**5 820 484 379**

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unid. monetária (Euro)

RUBRICAS	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	3 849 294 636	3 667 903 891
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados	18	(1 963 706 965)	(1 940 806 395)
Excedentes de revalorização		37 234 076	37 234 076
Outras variações no capital próprio	18	41 396 395	18 104 175
		1 965 741 616	1 783 959 221
Resultado líquido do período		(21 135 400)	(22 900 570)
Total do capital próprio		**1 944 606 216**	**1 761 058 651**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 544 911 659	1 730 374 092
Provisões	19	3 848 358	1 701 241
Financiamentos obtidos	20	122 633 400	144 565 037
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	241 430 364	270 784 682
Outros passivos financeiros	4.11	-	19 263 628
Total do passivo não corrente		**1 912 823 780**	**2 166 688 680**

Unid. monetária (Euro)

RUBRICAS	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	6	1 216 184 071	1 169 078 940
Fornecedores	22	1 214 936	1 177 892
Estado e outros entes públicos	14	3 368 482	3 254 811
Financiamentos obtidos	20	700 579 038	659 648 495
Outras dividas a pagar	23	66 935 990	56 555 754
Diferimentos	24	4 801 127	3 021 157
Total do passivo corrente		**1 993 083 643**	**1 892 737 048**
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		**2 761 095 729**	**2 899 453 031**
Total do passivo afeto à operação		1 144 811 693	1 159 972 697
Total do passivo		**3 905 907 422,36**	**4 059 425 728,24**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**5 850 513 639**	**5 820 484 379**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de dezembro de 202

Unid. monetária (Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	25	111 204 866	66 889 972
Subsídios à exploração	26	10 639 940	38 044 153
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	27	(8 412 170)	(4 601 985)
Trabalhos para a própria entidade	6.1 e 7	6 123 475	5 825 053
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 699 970)	(2 530 223)
Fornecimentos e serviços externos	28	(37 318 592)	(32 717 165)
Gastos com o pessoal	29	(86 761 225)	(82 773 918)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13 e 15	(488 306)	1 213
Provisões (aumentos/reduções)	19	(1 924 513)	40 500
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	(1 000 000)	-
Aumentos/reduções de justo valor	4.11 e 11	19 018 278	24 005 699
Outros rendimentos	30	6 156 845	7 017 606
Outros gastos	31	(2 269 945)	(3 053 133)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		**12 268 684**	**16 147 772**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 a 9	(14 747 705)	(14 995 928)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7 a 9	1 513 242	1 187 407
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos		**(965 779)**	**2 339 251**
Juros e gastos similares suportados	32	(20 151 301)	(25 234 460)
Resultado antes de impostos		**(21 117 081)**	**(22 895 209)**
Imposto sobre o rendimento do período	33	(18 319)	(5 361)
Resultado líquido do período		**(21 135 400)**	**(22 900 570)**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022

Unid. monetária (Euro)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2021		3 413 998 982	21 597	1 501 878	(1 883 675 004)	37 234 076	(7 181 254)	(57 131 391)	1 504 768 883	1 504 768 883
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020					(57 131 391)			57 131 391	–	–
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais							(1 612 620)		(1 612 620)	(1 612 620)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							26 898 049		26 898 049	26 898 049
		–	–	–	(57 131 391)	–	25 285 429	57 131 391	25 285 429	25 285 429
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 202								(22 900 570)	(22 900 570)	(22 900 570)
Resultado integral								2 384 859	2 384 859	2 384 859
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital		253 904 909							253 904 909	253 904 909
		253 904 909	–	–	–	–	–	–	253 904 909	253 904 909
Posição em 31 de dezembro de 2021		3 667 903 891	21 597	1 501 878	(1 940 806 395)	37 234 076	18 104 175	(22 900 570)	1 761 058 651	1 761 058 651
Posição em 1 de janeiro de 2022		3 667 903 891	21 597	1 501 878	(1 940 806 395)	37 234 076	18 104 175	(22 900 570)	1 761 058 651	1 761 058 651
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021	18				(22 900 570)			22 900 570	–	–
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais	21						24 169 693		24 169 693	24 169 693
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18						(877 473)		(877 473)	(877 473)
					(22 900 570)	–	23 292 220	22 900 570	23 292 220	23 292 220
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 202								(21 135 400)	(21 135 400)	(21 135 400)
Resultado integral								2 156 820	2 156 820	2 156 820
Operações com detentores de capital no período										
Subscrições de capital	18	181 390 745							181 390 745	181 390 745
		181 390 745	–	–	–	–	–	–	181 390 745	181 390 745
Posição em 31 de dezembro de 2022		3 849 294 636	21 597	1 501 878	(1 963 706 965)	37 234 076	41 396 395	(21 135 400)	1 944 606 216	1 944 606 216

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: Diário da República Eletrónico
Atributos certificados: Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Período findo em 31 de dezembro de 202

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		134 861 112	80 429 312
Pagamentos a fornecedores		(51 105 037)	(46 919 571)
Pagamentos ao pessoal		(86 890 138)	(85 286 826)
Caixa gerada pelas operações		**(3 134 063)**	**(51 777 085)**
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		20 103 300	31 088 003
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 677 838	1 444 924
Outros recebimentos/pagamentos		(8 581 072)	1 953 907
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		**11 066 003**	**(17 290 251)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		88 798	799 150
Subsídios ao investimento		72 597 018	153 517 599
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(103 843 181)	(149 927 612)
Ativos intangíveis		(1 386 595)	(826 300)
Investimentos financeiros		(1 000 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		**(33 543 960)**	**3 562 837**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		35 197 631	119 187 522
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		181 390 745	253 904 909
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(80 962 515)	(139 863 958)
Juros e gastos similares		(75 697 764)	(141 972 295)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		**59 928 097**	**91 256 178**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**37 450 141**	**77 528 764**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**124 800 233**	**47 271 470**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	**162 250 374**	**124 800 233**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: Diário da República Eletrónico
Atributos certificados: Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.
As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de junho de 2023, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas Tutelas Setorial e Financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.
O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do ML em 31 de dezembro de 2022 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.
Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.
O ML não tem obrigatoriedade de aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), uma vez que de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo art.º 164º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, doravante DLEO, o subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP não se aplica às entidades públicas reclassificadas (EPR) supervisionadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), sem prejuízo do cumprimento das disposições relativas ao Plano de Contas Central do Ministério das Finanças, atento o disposto no art.º 26º do DLEO, e à contabilidade orçamental, prevista na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

2.2. Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade

A informação constante nas demonstrações financeiras é integralmente comparável com a do período anterior, salientando-se a reexpressão efetuada no balanço e divulgada na Nota 5.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A Empresa efetuou a transição para as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) em 1 de janeiro de 2009, tendo as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF sido apresentadas no exercício findo, em 31 de dezembro de 2010.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1. Bases de Mensuração

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.2. Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa, ao longo dos anos, tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos, maioritariamente, avalizados pelo Estado.
Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.
O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência, em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual, enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.
A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu, no seu balanço, os ativos e passivos afetos aos ILD, em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear, económica e financeiramente, a Empresa, nomeadamente, em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que, para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979, o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida.
Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu, como mais apropriado, anular os ativos e passivos afetos aos ILD, pelo que o total do balanço da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade, são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

NO ATIVO:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público, construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/ /reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD, a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo, decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD, os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, apresentados na rubrica ILD, não se encontram a ser depreciados/amortizados.

NO PASSIVO:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD, os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.
Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.
Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data de balanço. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.
As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 4

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados integralmente até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.
Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, quando aplicável, e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos/gastos.

4.4. Locações

As locações são classificadas como financeiras, sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e dedução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente, numa base linear durante o período de locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com locação, igualmente, numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Propriedade industrial e outros direitos	3 - 10

4.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento, relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

4.7. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidas pelo custo e, posteriormente, ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

4.8. Imparidade de ativos não correntes

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa), relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.9. Gastos com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.
O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.
O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.
Os ativos e os passivos financeiros são, assim, mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

i. Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.
O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta, exatamente, os pagamentos ou recebimentos futuros, estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).
Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a. Clientes e outros créditos a receber.

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

b. Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

c. Fornecedores e outras dívidas a pagar.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal;

d. Financiamentos obtidos.

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.
Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos.
As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

ii. Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".
Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.
Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo 'Outros ativos financeiros'; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo 'Outros passivos financeiros', os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	Notas	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Outros ativos financeiros	11	55 304 221	–	52 218 573	–
		55 304 221	–	**52 218 573**	–
Corrente					
Clientes	13	–	1 471 506	–	2 059 472
Estado e outros entes públicos	14	–	3 229 117	–	7 891 979
Outros créditos a receber	15	–	5 695 142	–	16 308 269
Caixa e depósitos bancários	17	–	162 250 374	–	124 800 233
		–	**172 646 139**	–	**151 059 953**
		55 304 221	**172 646 139**	**52 218 573**	**151 059 953**

PASSIVOS FINANCEIROS	Notas	2022		2021	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não corrente					
Financiamentos obtidos	20	–	122 633 400	–	144 565 037
Outros passivos financeiros		–	–	19 263 628	–
		–	**122 633 400**	**19 263 628**	**144 565 037**
Corrente					
Fornecedores	22	–	1 214 936	–	1 177 892
Estado e outros entes públicos	14	–	3 368 482	–	3 254 811
Financiamentos obtidos	20	–	700 579 038	–	659 648 495
Outras dívidas a pagar	23	–	66 935 990	–	56 555 754
		–	**772 098 445**	–	**720 636 952**
		–	**894 731 845**	**19 263 628**	**865 201 989**

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

4.13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados, numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.15. Benefícios pós-emprego

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência), adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de balanço e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.
Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, no capital próprio.
Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

CUIDADOS DE SAÚDE

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2022. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou, aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do período em que são pagos.

4.16. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.
O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público.
O Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, irá manter-se em vigor até 31 de dezembro de 2023.
O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

4.17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa.
O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.
A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e, a esta data, não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

4.18. Classificação do Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.19. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação fina	Cotação média	Cotação fina
		2022	12/31/2022	2021	12/31/2021
Estados Unidos da América	USD	1,05	1,07	1,18	1,13
Reino Unido	GBP	0,85	0,89	0,86	0,84

Fonte: Banco de Portugal

4.20. Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21. Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional da Empresa é desenvolvida em Portugal e, consequentemente, a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas estrangeiras.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas de forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português, ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis, e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" da Empresa são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades da Empresa e os eventuais financiamentos concedidos, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JURO

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados, existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando, para o momento presente, os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 30 de dezembro de 2022, resultaria respetivamente num aumento de cerca de 7,7 milhões de euros e numa diminuição de aproximadamente 25 milhões de euros no resultado, antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

4.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.
As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.
Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
b) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados;
d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

4.23. Acontecimentos APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. REEXPRESSÃO DE INFORMAÇÃO COMPARATIVA

Conforme disposto nas Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF), constantes no ponto 2 do Anexo ao Sistema de Normalização Contabilística, "os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais". Desta forma, procedeu-se à reexpressão das seguintes quantias comparativas no balanço:

BALANÇO	31-Dec-2021 Reclassificado	31-Dec-2021 Publicado
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar	56 555 754	59 576 911
Diferimentos	3 021 157	-

6. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.1	3 265 196 740	3 214 911 914
Propriedades de investimento	6.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	6.3	7 431 955	7 356 629
Outros ativos financeiros	6.4	586 759	14 556 063
Conta a receber do Estado	6.5	3 180 829 583	3 212 263 064
Subsídios	6.6	(1 086 546 493)	(1 050 348 548)
		5 369 302 753	**5 400 543 332**
Total do ativo		**5 369 302 753**	**5 400 543 332**
Passivo não corrente			
Provisões	6.7	6 022 500	8 590 197
Financiamentos obtidos	6.8	1 521 650 426	1 604 823 112
Outros passivos financeiros	6.4	17 238 733	116 960 782
		1 544 911 659	**1 730 374 092**
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	6.8	1 016 040 706	997 631 809
Fornecedores	6.9	353 083	3 514 041
Outras dívidas a pagar	6.10	199 790 282	167 933 090
		1 216 184 071	**1 169 078 940**
Total do passivo		**2 761 095 729**	**2 899 453 031**
Total ILD líquido		**2 608 207 024**	**2 501 090 300**

	31 de dezembro de 2022					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 672 787 632	462 141 178	47 042 320	20 247 455	**3 215 729 639**
Aquisições	–	662 832	783 597	59 937 585	(1 447)	**61 382 567**
Alienações	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	1 772 167	6 161 435	(7 933 603)	(11 215 731)	**(11 215 731)**
Abates	–	–	(4 883)	–	–	**(4 883)**
Saldo fina	**13 511 055**	**2 675 222 631**	**469 081 327**	**99 046 302**	**9 030 278**	**3 265 891 592**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	–	817 725	–	–	–	**817 725**
Aumentos	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	(122 874)	–	–	–	**(122 874)**
Saldo fina	–	**694 852**	–	–	–	**694 852**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD	**13 511 055**	**2 674 527 779**	**469 081 327**	**99 046 302**	**9 030 278**	**3 265 196 740**

	31 de dezembro de 2021					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 933	**3 157 348 327**
Aquisições	–	446 671	428 790	40 062 186	22 483 741	**63 421 389**
Alienações	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	9 546 232	2 613 137	(12 241 918)	(4 945 219)	**(5 027 768)**
Abates	–	–	(12 308)	–	–	**(12 308)**
Saldo fina	**13 511 055**	**2 672 787 632**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 215 729 639**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	–	780 032	–	–	–	**780 032**
Aumentos	–	37 693	–	–	–	**37 693**
Reversões	–	–	–	–	–	–
Saldo fina	–	**817 725**	–	–	–	**817 725**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD	**13 511 055**	**2 671 969 906**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 214 911 914**

6.1. Ativos fixos tangíveis

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 59.937.585 euros, referem-se essencialmente ao empreendimento da Linha Circular (53.384.639 euros) e à prossecução do projeto "Acessibilidade e Mobilidade para Todos" (2.394.814 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 7.933.603 euros, referem-se essencialmente ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção "Acessibilidade e Mobilidade para Todos" nas estações Cidade Universitária (1.976.808 euros) e Entre Campos (1.517.287 euros) e à substituição de aparelhos de via no troço Praça de Espanha/São Sebastião da Linha Azul (1.923.318 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 11.215.731 euros, referem-se essencialmente à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (10.747.609 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.967.890 euros e 5.738.784 euros, respetivamente.

6.2. Propriedades de Investimento

	31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2021				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202
	1 804 209			1 804 209	7 545 202	1 804 209			1 804 209	7 545 202

O ML optou por não solicitar avaliação em 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, pelo que o respetivo valor de mercado indicado se refere à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

6.3. Ativo intangível

	31 de dezembro de 2022			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	198 259	7 356 629
Aquisições	-	-	75 326	75 326
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	273 585	7 431 955

	31 de dezembro de 2021			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	118 221	7 276 591
Aquisições	-	-	80 038	80 038
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	5 138 543	2 019 827	198 259	7 356 629
Total do ativo intangível (ILD)	5 138 543	2 019 827	198 259	7 356 629

6.4. Outros Ativos e Passivos Financeiros

Nesta rubrica incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração.
A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-Dec-2022	31-Dec-2021
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/6/2022	12 545 916	5 913 283	-	50 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	4/12/2026	100 000 000	100 000 000	586 759	14 506 063
					586 759	**14 556 063**

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-Dec-2022	31-Dec-2021
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/6/2022	40 000 000	14 666 667	-	353 604
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/6/2022	4 280 559	11 826 567	-	10 869 952
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/7/2024	100 000 000	100 000 000	4 692 373	14 904 060
58#METLIS ML Dez2026	ML	4/12/2026	30 000 000	30 000 000	6 107 266	45 711 032
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	4/12/2026	30 000 000	30 000 000	6 439 094	45 122 134
					17 238 733	**116 960 782**

6.5. Conta a receber do Estado

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2 844 293 877	2 787 190 643
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	16 651 974	102 404 719
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	10 334 809	10 954 197
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	694 852	817 725
Perdas por imparidade em dívidas a receber	-	2 041 708
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 180 829 583	**3 212 263 064**

SALDO INICIAL CORRIGIDO NA TRANSIÇÃO PARA AS NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD, seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

ALIENAÇÃO DE TERRENO

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

6.6. Subsídios

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(185 439 717)	(184 639 717)
Fundo Coesão	(448 286 520)	(418 469 502)
Fundo Ambiental	(18 790 463)	(13 209 536)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 086 546 493)	**(1 050 348 548)**

6.7. Provisões

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

6.8. Financiamentos obtidos

	Entidade financiadora	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	–	110 000 000	110 000 000	110 000 000	–	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000	400 000 000	–	400 000 000	400 000 000
			–	**910 000 000**	**910 000 000**		–	**910 000 000**	**910 000 000**
Empréstimos bancários:									
ML I/3B	BEI	74 819 685	–	–	–	74 819 685	10 630 313	–	10 630 313
ML II/C	BEI	54 867 769	–	–	–	54 867 769	1 828 926	–	1 828 926
ML V/C	BEI	68 503 276	–	–	–	80 000 000	68 503 276	–	68 503 276
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	–	253 978 782	507 957 564	253 978 782	–	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	–	178 310 908	237 747 877	178 310 908	–	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	–	282 974 244	282 974 244	282 974 244	–	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	14 298 503	2 859 701	17 158 204	17 158 204	11 438 803	5 719 401	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	174 672 266	87 336 133	262 008 399	262 008 399	131 004 199	131 004 199	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	54 164 026	54 164 026	108 328 053	108 328 053	36 109 351	72 218 702	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	45 706 014	91 412 027	137 118 041	137 118 041	22 853 007	114 265 034	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	11 935 963	59 679 813	71 615 776	71 615 776	–	71 615 776	71 615 776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16 198 725	–	16 198 725	16 198 725	–	–	–	–
			1 016 040 706	**311 650 426**	**1 327 691 131**		**997 631 809**	**394 823 112**	**1 392 454 921**
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	–	300 000 000	300 000 000	300 000 000	–	300 000 000	300 000 000
			–	**300 000 000**	**300 000 000**		–	**300 000 000**	**300 000 000**
Total de empréstimos obtidos			**1 016 040 706**	**1 521 650 426**	**2 537 691 131**		**997 631 809**	**1 604 823 112**	**2 602 454 921**

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído a 23 de dezembro de 2010, por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.
O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído a 4 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa.
O empréstimo por obrigações "Metro 2027" foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos, "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou, com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 35.197.630,96 euros, dos quais 16.198.725,21 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2024.
Desde 30 de novembro de 2014, tem sido, sucessivamente, autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, com diferimento para 31 de maio de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

2022

Ano	Montante
2024	402 071 200
2025	209 211 499
2026	455 543 432
2027 e seguintes	454 824 295
	1 521 650 426

Em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montante em dívida a 31-12-2022 (€)	Data vencimento	Negative pledge (sim/não)	Pari passu (sim/não)	Ownership clause (sim/não)	Rating downgrade (sim/não)	Gross up (sim/não)	Cross default	Despesas/ /imposto do selo (sim/não)	Outras cláusulas elevantes/ /comentários
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025. Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026. JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas/ /Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 00 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 210 000 000									

6.9. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

6.10. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2022								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 641 104	516 727 276	129 208	23 025 175	4 204 349	11 704 718	22 085 600	815 484 614
Aquisições	–	17 047	669 207	–	339 878	51 910	20 485 313	(7 285)	21 556 070
Alienações	–	–	–	–	(1 091)	–	–	–	(1 091)
Transferências	–	484 430	2 493 476	–	–	–	(2 977 906)	(16 820 276)	(16 820 276)
Abates	–	–	(1 727 955)	–	(58 520)	(2 066)	–	–	(1 788 541)
Saldo final	**20 967 185**	**217 142 581**	**518 162 004**	**129 208**	**23 305 442**	**4 254 193**	**29 212 124**	**5 258 039**	**818 430 776**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	–	(208 853 063)	(462 769 313)	(129 208)	(22 040 238)	(3 341 546)	–	–	(697 133 367)
Depreciações do período	–	(320 710)	(13 028 215)	–	(335 991)	(62 240)	–	–	(13 747 157)
Alienações	–	–	–	–	1 091	–	–	–	1 091
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Abates	–	–	1 353 893	–	58 494	2 066	–	–	1 414 453
Saldo final	–	**(209 173 773)**	**(474 443 635)**	**(129 208)**	**(22 316 644)**	**(3 401 720)**	–	–	**(709 464 981)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo final	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	20 967 185	**7 968 808**	**43 718 369**	–	**988 798**	**852 473**	**29 212 124**	**5 258 039**	**108 965 796**

	31 de dezembro de 2021								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixo tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 344 779	498 489 746	129 208	22 787 881	21 476 942	2 942 975	29 973	783 168 689
Aquisições	-	65 502	333 252	-	296 232	42 218	11 519 799	30 518 581	42 775 585
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	230 822	19 787 348	-	45 079	(17 305 193)	(2 758 056)	(8 462 954)	(8 462 954)
Abates	-	-	(1 883 069)	-	(104 017)	(9 618)	-	-	(1 996 705)
Saldo final	**20 967 185**	**216 641 104**	**516 727 276**	**129 208**	**23 025 175**	**4 204 349**	**11 704 718**	**22 085 600**	**815 484 614**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	-	(208 146 100)	(438 394 283)	(129 208)	(21 724 515)	(16 325 998)	-	-	(684 720 106)
Depreciações do período	-	(706 962)	(12 942 173)		(419 523)	(67 277)	-	-	(14 135 936)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(13 042 161)	-	-	13 042 161	-	-	-
Abates	-	-	1 609 305	-	103 800	9 568	-	-	1 722 674
Saldo final	-	**(208 853 063)**	**(462 769 313)**	**(129 208)**	**(22 040 238)**	**(3 341 546)**	-	-	**(697 133 367)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20 967 185	**7 788 041**	**53 957 963**	-	**984 937**	**862 803**	**11 704 718**	**22 085 600**	**118 351 247**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 20.485.313 euros, referem-se, essencialmente, à aquisição de 14 Unidades Triplas (UTs) (16.802.999 euros) e à intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (2.356.484 euros).
As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 2.977.906 euros, referem-se, essencialmente, ao reconhecimento do investimento realizado nas UTs em que foi concluída a intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.878.452 euros).
As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 16.820.276 euros, referem-se, essencialmente, à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito da aquisição de 14 Unidades Triplas (16.802.999 euros).
Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Equipamento básico", no montante de 1.727.955 euros, referem-se essencialmente ao desreconhecimento da substituição de bancos (860.014 euros) e a elementos substituídos na intervenção nas portas (507.649 euros), ambos do Material Circulante de exploração.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram capitalizados, no custo dos ativos fixos tangíveis, gastos departamentais no montante de 84.535 euros e 68.910 euros, respetivamente.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2021				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 098 320	10 428 163	872 578	10 797 579	11 308 800	22 094 744	9 986 185	2 385 820	9 722 739	10 155 500
Praça Marechal Humberto Delgado	22 309 373	18 692 265	-	3 617 108	93 297 798	22 309 373	18 678 818	-	3 630 555	93 297 798
	44 407 693	**29 120 428**	**872 578**	**14 414 687**	**104 606 598**	**44 404 117**	**28 665 003**	**2 385 820**	**13 353 294**	**103 453 298**

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos, afetadas pelo programa de expansão da rede, e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.
O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Conforme já referido na nota 6.2, o valor de mercado indicado em 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, refere-se à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram reconhecidos, em resultados, os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Rendimentos de rendas (Nota 31)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 31)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	579 911	142 489	441 978	(4 555)	579 860	143 620	441 930	(5 689)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	129 655	13 447	(143 102)	-	358 644	13 645	(372 289)
	579 911	**272 144**	**455 425**	**(147 658)**	**579 860**	**502 264**	**455 575**	**(377 979)**

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo						
Saldo inicial	3 097 339	-	3 097 339	2 799 477	2 400	2 801 877
Aquisições	1 127 627	-	1 127 627	213 251	82 210	295 461
Transferências	-	-	-	84 610	(84 610)	-
Saldo fina	**4 224 966**	-	**4 224 966**	**3 097 339**	-	**3 097 339**
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	(1 375 870)	-	(1 375 870)	(971 452)	-	(971 452)
Amortizações do período	(545 123)	-	(545 123)	(404 417)	-	(404 417)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo fina	**(1 920 993)**	-	**(1 920 993)**	**(1 375 870)**	-	**(1 375 870)**
	2 303 973	-	**2 303 973**	**1 721 469**	-	**1 721 469**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Propriedade industrial e outros direitos no montante de 1.127.627 euros, referem-se essencialmente à aquisição de licenças de *software* Microsoft (625.523 euros) e à implementação de novas funcionalidades do sistema PLAGO (400.000 euros).

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2022						
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeir	
Subsidiárias							
Ferconsult	411 255	1 664 373	(1 253 118)	(233 750)	100%	–	- (a)
Metrocom	3 923 171	583 515	3 339 656	118 369	100%	**3 339 656**	
TREM	45 996	49 734 200	(49 688 204)	(3 212)	90%	**23 645 129**	- (b)
TREM II	67 841	105 294 777	(105 226 936)	2 040 092	90%	**60 143 434**	- (c)
Associadas							
Publimetro	3 272 136	3 201 397	70 739	98 926	40%	**28 296**	
Empreendimentos conjuntos							
OTLIS (em liquidação)	–	–	–	–	–	–	- (d)
Ensitrans	153 044	167 584	(14 540)	(14 540)	5%	–	- (a)
						87 156 515	

	31 de dezembro de 2021					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeir
Subsidiárias						
Ferconsult	645 036	1 664 403	(1 019 367)	74 663	100%	–
Metrocom	3 850 398	629 112	3 221 287	(24 241)	100%	**3 221 287**
TREM	40 557	49 725 549	(49 684 992)	70 323	90%	**26 981 675**
TREM II	1 338 969	108 605 997	(107 267 028)	4 879 240	90%	**12 362 602**
Associadas						
Publimetro	3 642 687	3 670 874	(28 186)	559 048	40%	–
Empreendimentos conjuntos						
OTLIS (em liquidação)	6 225 526	510 430	5 715 096	5 433 696	14,29%	**90 211**
Ensitrans	183 593	195 573	(11 980)	(11 980)	5%	–
						42 655 774

Notas

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 50 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM, da última prestação do contrato de mútuo celebrado pelo ACE com entidades bancárias, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM com as politicas contabilísticas do Grupo, nomedamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(c) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo, assumida a 100% na empresa-mãe, ajustada do reconhecimento de uma perda por imparidade de uma conta a receber de 105 M€ relativa ao reembolso pelo ML, enquanto fiador das obrigações do TREM II, das últimas prestações dos contratos de mútuo (1.ª e 2.ª tranche) celebrados pelo ACE com entidades bancárias, e da uniformização das demonstrações financeiras do TREM II com as politicas contabilísticas do Grupo, nomedamente quanto à depreciação do material circulante registado no seu ativo pelo método das quotas constantes.

(d) Liquidação encerrada em 27 de abril de 2022.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor do Wilmington Trust. Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 99/2021, de 27 de julho, o ML efetuou em 2022 um investimento de 1 milhão de euros referentes à sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reconhecimento de uma perda por imparidade pela totalidade do montante investido.

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Bank of America Leasing & Capital, LCC – Colateral		
Saldo inicial	**31 535 674**	**29 096 203**
Variação justo valor	177 628	11 791
Diferenças cambiais	1 951 392	2 427 681
Saldo final	**33 664 694**	**31 535 674**
Wilmington Trust – Colateral		
Saldo inicial	**20 677 410**	**24 966 310**
Desembolso	-	(5 809 761)
Variação justo valor	(422 941)	(106 395)
Diferenças cambiais	1 279 495	1 627 257
Saldo final	**21 533 964**	**20 677 410**
Investimentos noutras empresas		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	1 000 000	-
Perdas por imparidade	(1 000 000)	-
Saldo final	-	-
Fundo Compensação Trabalho		
Saldo inicial	**5 489**	**2 767**
Aumentos	100 111	2 722
Variação justo valor	(36)	-
Saldo final	**105 564**	**5 489**
Total	**55 304 221**	**52 218 573**

12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	9 110 269	-	9 110 269	8 468 130	-	8 468 130
Ferramentas	34 592	-	34 592	35 390	-	35 390
Produtos de limpeza	102 024	-	102 024	83 518	-	83 518
Material de escritório	65 750	-	65 750	57 916	-	57 916
Combustíveis	25 157	-	25 157	14 996	-	14 996
Títulos transporte	182 495	-	182 495	766 954	-	766 954
Outros materiais	254 216	-	254 216	308 281	-	308 281
Artigos promocionais/publicações	37 089	-	37 089	36 213	-	36 213
	9 811 593	-	**9 811 593**	**9 771 398**	-	**9 771 398**

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
	2022	2021
Saldo inicial	9 771 398	10 836 101
Compras	2 906 112	1 614 634
Regularizações	(165 946)	(149 114)
Saldo final	9 811 593	9 771 398
	2 699 970	**2 530 223**

13. CLIENTES

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Publimetro	1 153 695	1 275 503
Ar Telecom	463 383	463 383
Associação de Turismo de Lisboa	127 731	217 534
Câmara Municipal de Lisboa	105 095	105 095
Câmara Municipal de Loures	-	218 562
Outros	414 712	558 252
	2 264 615	**2 838 329**
Perdas por imparidade	(793 109)	(778 856)
	1 471 506	**2 059 472**

PERDAS POR IMPARIDADE CLIENTES	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial	**(778 856)**	**(765 621)**
Aumentos	(15 210)	(13 666)
Reversões	622	-
Utilizações	336	431
Saldo final	**(793 109)**	**(778 856)**

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	2 401 106	125	2 809 000	250
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5 706	1 230 810	21 667	1 141 311
Imposto sobre o valor acrescentado	822 305	-	5 061 311	86 727
Contribuições para a Segurança Social	-	1 635 039	-	1 523 892
Outros impostos	-	502 508	-	502 632
	3 229 117	**3 368 482**	**7 891 979**	**3 254 811**

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	105 555 556	52 777 778
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	50 000 000	50 000 000
Acréscimo de rendimentos	2 521 500	12 608 172
Receitas de tráfego	2 375 543	1 265 279
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	791 670	790 120
Pessoal	346 360	502 432
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	333 296	530 407
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	-	125 159
Outros	194 506	880 717
	162 118 431	**119 480 063**
Perdas por imparidade	(156 423 289)	(103 171 794)
	5 695 142	**16 308 269**

PERDAS POR IMPARIDADE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial	**(103 171 794)**	**(50 408 896)**
Aumentos	(53 252 162)	(52 781 129)
Reversões	667	18 230
Utilizações	-	-
Saldo final	**(156 423 289)**	**(103 171 794)**

O aumento de 52,8 milhões de euros no saldo a receber da subsidiária TREM II refere-se à transferência por parte do ML, na qualidade de fiador, do montante equivalente à última prestação do contrato de mútuo que esta tinha celebrado, em setembro de 2002, com vista à aquisição de 19 carruagens. No entanto, e considerando a reduzida expectativa de realização daquela conta a receber, pelo facto do TREM II se encontrar sem atividade operacional, foi registada uma perda por imparidade relativamente à totalidade do montante a receber, estando a mesma incluída na demonstração de resultados na rubrica 'Ganhos / perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos'.

16. DIFERIMENTOS ATIVOS

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Trabalhos por conta de terceiros	30 372 966	30 372 966
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Encargos contratos leasing	-	27 787
Outros	869 580	1 043 171
	31 242 545	**31 443 924**
Perdas por imparidade	(634 584)	(634 584)
	30 607 962	**30 809 340**

A sub-rubrica de 'Trabalhos por conta de terceiros' inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa, por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a proceder-se à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a, então, Simtejo assinaram um Protocolo enquadrando o ML como dono de obra da "construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória".

17. CAIXA E EQUIVALENTES

Na sequência do Despacho do Ministro das Finanças n.º 14343/2022, de 15 de dezembro, o IGCP, E.P.E., executou, nos termos do n.º 4 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML, no montante de 55 milhões de euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2023.

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Caixa	24 048	19 827
Depósitos à ordem	107 226 327	124 780 406
Depósitos a prazo	55 000 000	-
Caixa e depósitos bancários	**162 250 374**	**124 800 233**

18. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.849.294.636 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados aumentos de capital no montante global de 181.390.745 euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados, o resultado líquido negativo do exercício de 2021, no montante de 22.900.570,01 euros, foi transferido para a rubrica 'Resultados transitados'.

A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se a: (i) reconhecimento de 234.862 euros relativos ao subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o projeto «Modernização dos Sistemas de Sinalização — 1.ª Fase»; (ii) ganhos atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 21); e (iii) imputação de subsídios ao investimento (Nota 30).

19. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo fina
Processos judiciais em curso	670 000	1 464 116			2 134 116
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 019 367	233 750			1 253 118
Publimetro	11 275		(11 275)		-
Ensitrans	599	727		(599)	727
Outras provisões	-	460 397			460 397
	1 701 241	**2 158 990**	**(11 275)**	**(599)**	**3 848 358**

	31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo fina
Processos judiciais em curso	710 500	30 000	(70 500)		670 000
Cobertura de prejuízos					
Ferconsult	1 094 030		(74 663)		1 019 367
TREM II	38 257 379		(38 257 379)		-
Publimetro	233 150		(221 875)		11 275
Ensitrans	18 230	599		(18 230)	599
	40 313 289	**30 599**	**(38 624 417)**	**(18 230)**	**1 701 241**

A variação registada na sub-rubrica 'Processos judiciais em curso' deve-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de uma provisão, no montante de 1,3 milhões de euros, relativa ao processo judicial em que é peticionada a nulidade ou anulabilidade da deliberação do ML que determinou a anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso público para a subconcessão do seu sistema de transporte.

No exercício de 2022 foi, ainda, constituída uma provisão, no montante de 460.397 euros, para fazer face aos juros de mora correspondentes à dívida a liquidar ao fornecedor CJC Engenharia e Projectos, Lda.

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
	Entidade financiador	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários							
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	-
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	12 855 055	2 571 011	15 426 066	10 284 044	5 142 022
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	106 643 689	53 321 844	159 965 533	79 982 767	79 982 767
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	11 778 364	11 778 364	23 556 727	7 852 242	15 704 485
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008	5 798 336	11 596 672	17 395 008	2 899 168	14 495 840
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF 2021 (parte)	29 239 923	4 873 321	24 366 603	29 239 923	-	29 239 923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF 2022 (parte)	18 998 906	-	18 998 906	-	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	-
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823	18 331 823	-
			700 579 038	**122 633 400**		**659 648 495**	**144 565 037**

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 6.8.
O Conselho de Administração entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente, através da obtenção de linhas adicionais de financiamento, em coordenação com o seu acionista.
Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos classificados como não corrente, têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2024	44 097 027
2025	41 526 016
2026 e seguintes	37 010 356
	122 633 400

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 4.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados, prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2022, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 954 e 1.336, respetivamente (967 e 1.336 em 31 de dezembro de 2021). As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente. De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Trabalhadores ativos	106 219 984	110 919 404
Reformados	135 210 380	159 865 278
	241 430 364	**270 784 682**

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se, essencialmente, ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1,1% para 3%.

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2022 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	3,00%	1,10%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	1,50%
Taxa de desconto	3,00%	1,10%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Responsabilidades totais no início do período	270 784 682	274 600 485
Custos dos serviços correntes	3 803 255	3 915 954
Custo dos juros	2 933 979	2 705 336
Benefícios pagos no exercício	(11 921 859)	(12 049 714)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	(24 169 693)	1 612 620
Reponsabilidades totais no fim do período	**241 430 364**	**270 784 682**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2022, nos montantes de 3.803.255 euros e 2.933.979 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".
A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio', nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial	**(45 415 238)**	**(43 802 617)**
Ganho atuarial	24 169 693	-
Perda atuarial	-	(1 612 620)
Saldo final	**(21 245 545)**	**(45 415 238)**

Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos atuariais resultaram, essencialmente, da subida da taxa de desconto, sendo este efeito mitigado pela subida de taxas de crescimento salarial e de pensões.
Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

22. FORNECEDORES

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	395 537	70 006
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	183 225	435 111
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	79 686	-
FUTRIMETAL -Industria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A.	73 800	-
Efacec Energia - Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	38 922	4 170
M.E.S.I. - Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	34 555	22 680
Epal - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	33 202	-
Schmitt - Elevadores, Lda.	30 797	-
Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	28 101	22 490
Tecnovia - Sociedade de Empreitadas S.A.	24 640	-
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	14 600	57 549
GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	2 337	213 540
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	-	193 753
Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.	-	68 584
Outros	275 535	90 009
	1 214 936	**1 177 892**

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Acréscimo de gastos - Juros a liquidar	29 589 852	28 445 860
Acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	11 359 644	10 130 175
Subsídios - Fundo Ambiental	8 260 348	2 441 792
Subsídios - Plano de Recuperação e Resili ncia (PRR)	5 512 000	5 512 000
Fornecedores de investimentos	5 430 312	4 496 286
Títulos de transporte	2 541 311	1 655 677
Outros	4 242 522	3 873 964
	66 935 990	**56 555 754**

24. DIFERIMENTOS PASSIVOS

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Rendimentos a reconhecer - Protocolos	2 849 239	2 917 597
Rendimentos a reconhecer - Indemnizações Compensatórias	1 903 548	-
Rendimentos a reconhecer - Rendas	48 340	48 322
Gastos a reconhecer	-	55 238
	4 801 127	**3 021 157**

26. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2022	2021
AML - Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	9 050 009	36 718 196
PRR - Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	1 015 734	1 135 080
PRR - Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	448 839	68 125
AEROSOLFD	35 273	-
LIOS - Linha Intermodal Sustentável	33 156	-
Fundo Ambiental - Prolongamento Rato/Cais do Sodré	31 365	94 252
PEES - Programa de Estabilização Económica e Social	24 267	-
Fundo Ambiental - Projeto Modernização Sistemas Sinalização (CBTC)	1 297	28 500
	10 639 940	**38 044 153**

A verba atribuída ao ML, no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 9.050.009 euros, decorre da prorrogação da vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, previstas no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual.

25. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Vendas	36 083	47 919
Prestação de serviços		
Bilhetes	39 039 876	19 141 087
Passes	50 319 213	32 485 054
Cartões	3 129 842	1 433 137
Personalização Lisboa Viva	342 553	262 819
Compensação tarifária AML	10 790 373	7 940 398
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 505 545	3 574 453
Espaços comerciais	1 851 923	1 280 628
Exploração publicidade	1 469 887	149 946
Outros	719 573	574 532
	111 204 866	**66 889 972**

27. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2022	2021
Subsidiárias		
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	(233 750)	74 663
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	118 369	(24 241)
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(3 336 545)	(3 263 010)
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	(4 996 945)	(2 157 797)
Associadas		
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	39 570	221 875
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	(2 142)	547 124
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(727)	(599)
	(8 412 170)	**(4 601 985)**

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2022	2021
Eletricidade	(13 369 724)	(7 067 753)
Rendas e alugueres	(2 408 656)	(5 194 304)
Conservação e reparação	(4 965 780)	(5 041 692)
Limpeza, higiene e conforto	(4 137 451)	(4 881 108)
Vigilância e segurança	(6 218 722)	(6 100 436)
Trabalhos especializados	(2 455 736)	(1 440 154)
Outros	(3 762 523)	(2 991 718)
	(37 318 592)	**(32 717 165)**

29. GASTOS COM O PESSOAL

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	(274 851)	(276 174)
Remunerações do pessoal	(61 787 339)	(59 139 857)
Benefícios pós-emprego	(6 736 393)	(6 625 935)
Encargos sobre remunerações	(14 224 292)	(13 675 211)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1 287 438)	(770 821)
Gastos de ação social	(1 242 659)	(1 049 103)
Seguros de saúde	(901 095)	(889 393)
Outros gastos com o pessoal	(307 159)	(347 426)
	(86 761 225)	**(82 773 918)**

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, no exercício de 2022, foi de 1.538 (1.513 em 2021). O número de efetivos, em 31 de dezembro de 2022, era de 1.569 (1.516 em 2021).

30. OUTROS RENDIMENTOS

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis	3 230 981	4 054 938
Subsídios ao investimento	1 112 335	1 243 100
Correções relativas a periodos anteriores	468 820	800 597
Rendas de imóveis	594 030	600 479
Cedência de energia	173 285	84 299
Outros	577 394	234 193
	6 156 845	**7 017 606**

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos PMO II e III e na série intercalar de 17 UT, série complementar 95 de 20 UT e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática, de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

31. OUTROS GASTOS

	2022	2021
Correções relativas a períodos anteriores	(970 185)	(1 964 966)
Impostos	(513 091)	(491 884)
Perdas em investimentos não financeiros	(378 971)	(368 888)
Perdas em inventários	(202 919)	(56 621)
Quotizações	(93 639)	(103 029)
Outros	(111 142)	(67 744)
	(2 269 945)	**(3 053 133)**

32. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2022	2021
Juros swaps	(18 926 093)	(23 840 096)
Juros financiamentos obtidos	(1 143 992)	(1 195 836)
Outros juros	(81 216)	(198 528)
	(20 151 301)	(25 234 460)

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Os prejuízos fiscais, gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014, podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais, gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016, podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis do ML é a seguinte:

	2022		2021	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	3 496 721	2028	3 496 721	2028
Gerados em 2017	39 093 595	2024	39 093 595	2024
Gerados em 2018	21 012 509	2025	21 012 509	2025
Gerados em 2019	12 972 374	2026	12 972 374	2026
Gerados em 2020	41 815 801	2034	41 815 801	2034
Gerados em 2021	16 408 154	2035		
	134 799 153		118 390 999	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é a seguinte:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	(21 117 081)	(22 895 209)
Diferenças permanentes	1 531 569	6 487 056
Resultado tributável	(19 585 512)	(16 408 154)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria coletável	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Coleta	-	-
Tributações autónomas	(18 319)	(5 361)
Imposto sobre o rendimento	(18 319)	(5 361)
Taxa efetiva de imposto	-	-

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

2022	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2 150 903 569	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	333 296	-	-	-
Metrocom	-	-	1 865 938	(6 029)
TREM	-	269 490	-	-
TREM II	-	267 948	-	(2 044 107)
Associadas				
Publimetro	1 153 695	-	1 626 892	-
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(291 210)

2021	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	-	2 115 705 938	-	-
Subsidiárias				
Ferconsult	530 407	14 732	-	(1 418)
Metrocom	-	-	1 294 544	(3 670)
TREM	-	275 951	-	-
TREM II	-	285 305	-	(4 845 003)
Associadas				
Publimetro	1 275 503	-	852 416	-
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS (em liquidação)	-	-	555 161	(17 435)
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	-	-	-	(285 252)

As transações registadas com o Conselho de Administração, em 2022 e 2021, referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

35. GARANTIAS PRESTADAS

			2022	2021
Entidade	Data Início	Beneficiário	Montante	Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2°JUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4°BAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	-	760 610
			556 184	1 316 795

36. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 11.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.° 1 do art.° 66°-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, ascenderam a 27.360 euros.

38. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar, materialmente, a posição financeira e os resultados da Empresa.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	5 369 302 753	5 400 543 332
Ativos fixos tangíveis	6	192 598 153	212 414 861
Ativos sob direito de uso	7	314 350	240 899
Propriedades de investimento	8	14 414 687	13 353 294
Ativos intangíveis	9	2 303 973	1 721 469
Participações financeiras – método da equival ncia patrimonial	10	28 296	90 211
Outros ativos financeiros	11	55 304 221	52 218 573
Ativos por impostos diferidos		1 799	8 996
Total do ativo não corrente		**5 634 268 232**	**5 680 591 634**
Ativo corrente			
Inventários	12	9 811 593	9 771 398
Clientes	13	1 534 861	2 398 124
Estado e outros entes públicos	14	4 098 987	8 600 729
Outros créditos a receber	15	35 989 188	47 398 324
Caixa e depósitos bancários	16	165 186 156	128 371 394
Total do ativo corrente		**216 620 785**	**196 539 968**
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		5 369 302 753	5 400 543 332
Total do ativo afeto à operação		481 586 264	476 588 271
TOTAL DO ATIVO		**5 850 889 017**	**5 877 131 602**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	3 849 294 636	3 667 903 891

Rubricas	Notas	31 dezembro 2022	31 dezembro 2021
Reservas legais		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 963 706 965)	(1 940 806 395)
Excedentes de revalorização		37 234 076	37 234 076
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	11 636 073	(12 533 620)
		1 935 981 294	**1 753 321 427**
Resultado líquido do período		(21 138 782)	(22 901 284)
Total do capital próprio		**1 914 842 512**	**1 730 420 142**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1 544 911 659	1 730 374 092
Provisões	18	3 115 576	959 382
Financiamentos obtidos	19	122 633 400	144 565 037
Passivos de locação	7	121 225	98 312
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	241 430 364	270 784 682
Outros passivos financeiros	21	28 647 987	48 789 088
Total do passivo não corrente		**1 940 860 210**	**2 195 570 592**
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	1 216 184 071	1 169 078 940
Fornecedores	22	1 972 522	1 935 236
Estado e outros entes públicos	14	3 507 656	3 411 610
Financiamentos obtidos	19	700 579 038	715 748 370
Passivos de locação	7	196 508	143 301
Outras dívidas a pagar	23	72 746 501	60 823 411
Total do passivo corrente		**1 995 186 296**	**1 951 140 868**
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		2 761 095 729	2 899 453 031
Total do passivo afeto à operação		1 174 950 776	1 247 258 429
Total do passivo		**3 936 046 505**	**4 146 711 460**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**5 850 889 017**	**5 877 131 602**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	24	111 950 789	67 430 724
Subsídios à exploração	25	10 639 940	38 044 153
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	35 549	927 081
Trabalhos para a própria entidade	5.1 e 6	6 123 475	5 825 053
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 699 970)	(2 530 223)
Fornecimentos e serviços externos	27	(35 392 629)	(27 999 647)
Gastos com o pessoal	28	(86 997 013)	(82 981 182)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13 e 15	(516 062)	(9 902)
Provisões (aumentos / reduções)	18	(2 166 188)	40 500
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	11	(1.000.000)	-
Aumentos / reduções de justo valor	11 e 21	19 018 278	24 005 699
Outros rendimentos	29	6 295 402	7 227 154
Outros gastos	30	(2 301 269)	(3 156 314)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto		**22 990 302**	**26 823 095**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 a 9	(25 408 551)	(25 617 836)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6 a 9	1 513 242	1 187 407
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(905 006)**	**2 392 665**
Juros e gastos similares suportados	31	(20 159 006)	(25 259 247)
Resultado antes de impostos		**(21 064 012)**	**(22 866 582)**
Imposto sobre o rendimento do período	32	(74 771)	(34 703)
Resultado líquido do período		**(21 138 782)**	**(22 901 284)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(21 138 782)	(22 901 284)
Interesses que não controlam		-	-
		(21 138 782)	**(22 901 284)**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: Diário da República Eletrónico
Atributos certificados: Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
Períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022

Unid. monetária (Euro)

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2021		3.413.998.982	21.597	1.501.878	(1.883.675.004)	37.234.076	(10.921.000)	(57.133.727)	1.501.026.801	1.501.026.801
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020					(57.131.391)			57.133.727	–	–
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais							(1.612.620)		(1.612.620)	(1.612.620)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2.336				2.336	2.336
		–	–	–	(57.131.391)	–	(1.612.620)	57.133.727	(1.610.284)	(1.610.284)
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 202								(22.901.284)	(22.901.284)	(22.901.284)
Resultado integral					(57.131.391)		(1.612.620)	34.232.443	(24.511.569)	(24.511.569)
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital		253.904.909							253.904.909	253.904.909
		253.904.909	–	–	–	–	–	–	253.904.909	253.904.909
Posição em 31 de dezembro de 2021		3.667.903.891	21.597	1.501.878	(1.940.806.595)	37.234.076	(12.533.620)	22.901.284	1.730.420.142	1.730.420.142
Posição em 1 de janeiro de 2022		3.667.903.891	21.597	1.501.878	(1.940.806.595)	37.234.076	(12.533.620)	22.901.284	1.730.420.142	1.730.420.142
Alterações no período										
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021	20				22.901.284			22.901.284	–	–
Plano de benefícios definidos – ganhos e perdas atuariais							24.169.693		24.169.693	24.169.693
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					715				715	715
					(22.900.570)	–	24.169.693	22.901.284	24.170.407	24.170.407
Resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 202								(21.138.782)	(21.138.782)	(21.138.782)
Resultado integral					(22.900.570)		24.169.693	1.762.502	3.031.625	3.031.625
Operações com detentores de capital no período	17									
Realizações de capital		181.390.745							181.390.745	181.390.745
		181.390.745	–	–	–	–	–	–	181.390.745	181.390.745
Posição em 31 de dezembro de 2022		3.849.294.636	21.597	1.501.878	(1.963.706.965)	37.234.076	11.636.073	(21.138.782)	1.914.842.512	1.914 .842.512

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: Diário da República Eletrónico
Atributos certificados: Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2022	2021
Resultado líquido do período		**(21 138 782)**	**(22 901 284)**
Outro rendimento integral do período			
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	20	24 169 693	(1 612 620)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		715	2 336
		24 170 407	**(1 610 284)**
Total do rendimento integral do período		**3 031 625**	**(24 511 569)**
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		3 031 625	(24 511 569)
Interesses que não controlam		-	-
		3 031 625	**(24 511 569)**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA

Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Unid. monetária (Euro)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		135 654 186	81 855 785
Pagamentos a fornecedores		(51 469 666)	(47 646 380)
Pagamentos ao pessoal		(87 109 163)	(85 645 404)
Caixa gerada pelas operações		**(2 924 644)**	**(51 435 999)**
Recebimentos do 'Apoio à reposição da oferta de transportes públicos'		20 103 300	31 088 003
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		2 963 621	1 932 782
Outros recebimentos / pagamentos		(9 206 583)	1 735 197
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		**10 935 693**	**(16 680 017)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		88 798	799 150
Subsídios ao investimento		72 597 018	153 517 599
Juros e rendimentos similares		12 184	20 053
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(103 853 461)	(150 243 001)
Ativos intangíveis		(1 386 595)	(826 300)
Investimentos financeiros		(1 000 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		**(33 542 056)**	**3 267 501**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		35 197 631	119 187 522
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		181 390 745	253 904 909
Pagamentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		(137 062 390)	(199 304 651)
Juros e gastos similares		(20 107 780)	(83 625 243)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3		**59 418 206**	**90 162 537**
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**36 811 843**	**76 750 022**
Efeito das diferenças de câmbio		**2 918**	**(3 932)**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**128 371 394**	**51 625 304**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	**165 186 156**	**128 371 394**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por "ML" ou "Empresa") é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

O ML é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano de Lisboa ("Grupo") formado pelo ML e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas, que incluem a demonstração consolidada da posição financeira, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de junho de 2023, estando, no entanto, ainda sujeitas a aprovação pelas Tutelas Setorial e Financeira, nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

O Conselho de Administração declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nestas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborada em conformidade com o referencial contabilístico aplicável, dando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e do seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022. Estas normas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB"), e Interpretações, emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC").

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram, consistentemente, aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com normas internacionais de contabilidade, tal como adotadas na União Europeia.

3.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1080/2021	**IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais:** Referências para a Estrutura Conceptual (alterações) IAS 16 **Ativos fixos tangíveis** Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações) **IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações) **Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS:** IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações)	maio 2020	1-Jan-2022

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacte significativo nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022 e não aplicadas antecipadamente

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 e não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas. Não é expectável que estas alterações venham a ter um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2036/2021	IFRS 17 Contratos de Seguro (nova)	maio 2017 e junho 2020	1-Jan-2023
Regulamento n.º 357/2022	IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações)	fevereiro 2021	1-Jan-2023
Regulamento n.º 1392/2022	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações)	maio 2021	1-Jan-2023
Regulamento n.º 1491/2022	IFRS 17 Contratos de seguro: Aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de seguro e da IFRS 9 Instrumentos financeiros – informações comparativas (alterações)	dezembro 2021	1-Jan-2023

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

A Administração está a avaliar o impacte da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacte significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Data de emissão	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: i) Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações); ii) Passivos Financeiros com Compromissos (covenants) (alterações)	janeiro e julho 2020, outubro 2022	1-Jan-2024
IFRS 16 Locações: Responsabilidade com locação resultante de uma venda e relocação ("sale and leaseback") (alterações)	setembro 2022	1-Jan-2024

3.2. Princípios de consolidação

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

As demonstrações financeiras consolidadas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias, adquiridas ou alienadas durante o exercício, são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral, desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses que não controlam) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses, na data de aquisição e na proporção dos mesmos, nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo, na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária, que não resulte numa perda de controlo, são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

As empresas que integram o perímetro de consolidação (método de consolidação integral), pela maioria dos direitos de voto, são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2022	2021
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	-	-
Subsidiárias:			
Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom - Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Lisboa	100,00%	100,00%

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As entidades que se qualificam como empreendimentos conjuntos e associadas são as seguintes:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2022	2021
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	50,00%
OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	Lisboa	-	14,29% (a)

(a) Liquidação encerrada em 27 de abril de 2022

No caso específico do Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pelo Grupo ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3. Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa, ao longo dos anos, tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros, fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos, maioritariamente, avalizados pelo Estado.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos.

Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, e dado que essa revisão não ocorreu, a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual, enquadrada nos Planos de Investimento do Setor Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu na demonstração consolidada da posição financeira os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980, de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente, em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que, para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979, o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011, a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD, pelo que o total na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do Despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD na demonstração consolidada da posição financeira da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

NO ATIVO:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- As despesas de investigação e desenvolvimento e de instalação afetas à atividade de ILD;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/ /reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD, os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, apresentados na rubrica ILD, não se encontram a ser depreciados/amortizados.

NO PASSIVO:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente, os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD, os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é negativo;
- As provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração consolidada dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o Sistema de Normalização C, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que o Grupo espera incorrer.
Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados à data da posição financeira. Caso existam alterações às vidas úteis, as mesmas são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.
As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	
Material circulante de exploração	15 - 28
Material circulante de serviço	20
Outro equipamento básico	4 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do ativo fixo tangível, sendo depreciados, integralmente, até à data prevista da próxima manutenção. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.
Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível são determinados como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecidos em resultados no período em que ocorrem.

3.5. Locações

Em conformidade com a IFRS 16, o Grupo avalia se um contrato contém uma locação, isto é, se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo específico, por um período de tempo definido em troca de um pagamento.

CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS:

Ativos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece um ativo de locação pelo valor do seu custo, o qual corresponde ao montante inicial do passivo da locação ajustado de quaisquer pagamentos, entretanto efetuados, e de quaisquer incentivos à locação, recebidos e acrescido dos custos diretos adicionais incorridos e de uma estimativa de remover e/ou restaurar o ativo subjacente e/ou o local onde se situa. O direito de uso é, subsequentemente, depreciado usando o método linear a partir da data de início até ao termo da locação. Adicionalmente, o ativo de locação é periodicamente reduzido de perdas por imparidade, se existirem, e ajustado por eventuais remensurações do passivo de locação.

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Grupo reconhece passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros da locação, os quais incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos, de pagamentos variáveis da locação, e valores que se esperam pagar a título de valor residual garantido. Os pagamentos de locação incluem, ainda, o preço de exercício de opções de compra ou renovação razoavelmente certas de serem exercidas pelo Grupo ou pagamentos de penalidades de rescisão de locações, se o prazo da locação refletir a opção do Grupo de rescindir o contrato.

No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa incremental de financiamento se a taxa de juro implícita na locação não for facilmente determinável. Subsequentemente, o valor dos passivos de locação é incrementado pelo valor dos juros e diminuído pelos pagamentos de locação.
Nos contratos de locação em que o Grupo é locatário e cujos ativos subjacentes

tenham pouco valor e nos contratos de locação a curto prazo (12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuado através do acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear, durante o período da locação, na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

CONTABILIZAÇÃO NOS LOCADORES:

A contabilização nos locadores não é alterada com a IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional, nos termos da anterior IAS 17:

- Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.
Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado na demonstração consolidada da posição financeira e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.
Numa locação operacional, o locador reconhece como um rendimento de forma linear os recebimentos da locação.
O Grupo é locador apenas em locações operacionais.

3.6. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.
Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.
As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, de acordo com a seguinte vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	3 - 10

3.7. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.
As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Outros equipamentos	4 - 20

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento, relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

3.8. Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos ativos líquidos da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor do investimento financeiro.
Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a participada relatar lucros, o Grupo retoma o

reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros, somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.
Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são, similarmente, eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.
Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

3.9. Imparidade de ativos não correntes

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa), a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).
A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.
Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.
A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.10. Gastos com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.
Os encargos financeiros de financiamentos obtidos, diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos, são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.11. Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.
O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.
O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.12. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.
Os ativos e os passivos financeiros são, assim, mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas por imparidade e (ii) justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

i. Custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados "ao custo amortizado menos perdas por imparidade" os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.
O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).
Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a. Clientes e outros créditos a receber.

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

b. Caixa e depósitos bancários.

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal;

c. Fornecedores e outras dívidas a pagar.

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal;

d. Financiamentos obtidos.

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

ii. Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados".
Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.
Nesta categoria incluem-se (i) os colaterais dados como garantia dos financiamentos, registados na rubrica do ativo 'Outros ativos financeiros'; (ii) os instrumentos financeiros derivados, registados na rubrica do passivo 'Outros passivos financeiros', os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

De acordo com o descrito, os ativos e passivos financeiros foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Outros ativos financeiros	11	55 304 221	–	52 218 573	–
		55 304 221	–	**52 218 573**	–
Correntes:					
Clientes	13	–	1 534 861	–	2 398 124
Estado e outros entes públicos	14	–	4 098 987	–	8 600 729
Outros créditos a receber	15	–	35 989 188	–	47 398 324
Caixa e depósitos bancários	16	–	165 186 156	–	128 371 394
		–	**206 809 192**	–	**186 768 571**
		55 304 221	**206 809 192**	**52 218 573**	**186 768 571**

Passivos Financeiros	Notas	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
		Justo valor	Custo amortizado	Justo valor	Custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	19	–	122 633 400	–	144 565 037
Outros passivos financeiros	21	–	28 647 987	19 263 628	29 525 459
		–	**151 281 386**	**19 263 628**	**174 090 496**
Correntes:					
Fornecedores	22	–	1 972 522	–	1 935 236
Estado e outros entes públicos	14	–	3 507 656	–	3 411 610
Financiamentos obtidos	19	–	700 579 038	–	715 748 370
Outras dívidas a pagar	23	–	72 746 501	–	60 823 411
		–	**778 805 717**	–	**781 918 627**
		–	**930 087 104**	**19 263 628**	**956 009 123**

3.13. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de 'Financiamentos obtidos'.

3.14. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.
Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são, inicialmente, reconhecidos no capital próprio, sendo, subsequentemente, imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.
Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser, razoavelmente, estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16. Benefícios pós-emprego

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa, relacionadas com este plano, são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data na demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos, reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- Pré-Reformas.

CUIDADOS DE SAÚDE

A Empresa assumiu, ainda, responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou, aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração consolidada dos resultados do período em que são pagos.

3.17. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviço público de transporte público resulta da repartição das receitas provenientes da venda dos títulos que permitem o acesso ao modo operado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E.. É reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O sistema tarifário em vigor na Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se definido no Regulamento n.º 278-A/2019, de 27 de março, na sua redação atual, nele estando definidas as regras de cálculo das compensações financeiras devidas aos Operadores pelo cumprimento das obrigações de serviço público. O Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, que estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID -19, irá manter-se em vigor até 31 de dezembro de 2023.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo.
O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.
O Grupo apenas tem registado um ativo por imposto diferido relacionado com a expetativa de recuperação do prejuízo fiscal registado em 2021 na subsidiária Metrocom. No restante, não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e a provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e a mais-valias fiscais com tributação diferida.

3.19. Classificação da demonstração consolidada da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.
As diferenças de câmbio, apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas, são registadas na demonstração consolidada dos resultados do período em que são geradas.
As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	Cotação média	Cotação final	Cotação média	Cotação fina
		2022	31/12/2022	2021	31/12/2021
Estados Unidos da América	USD	1,05	1,07	1,18	1,13
Reino Unido	GBP	0,85	0,89	0,86	0,84
Brasil	BRL	5,46	5,64	6,38	6,31
Argélia	DZD	149,76	147,14	159,66	157,84

Fonte: Banco de Portugal / Exchange Rates UK

3.21. Regime do acréscimo (periodização económica)

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e, consequentemente, a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez, sendo cobertas por financiamentos avalizados pelo Estado Português ou por este concedidos através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JURO

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam, também, esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando, para o momento presente, os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 30 de dezembro de 2022, resultaria, respetivamente, num aumento de cerca de 7,7 milhões de euros e numa diminuição de aproximadamente 25 milhões de euros no resultado antes de imposto e antes da afetação à rubrica de ILD.

3.23. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis e análise de imparidade dos ativos fixos tangíveis;
b) Perdas por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
c) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – no final de cada exercício é determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados.
d) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.24. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as divulgações exigidas pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Grupo Metropolitano de Lisboa identificou a área de negócio 'Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas'.

As informações sobre as outras áreas de negócio constam na categoria 'Outros segmentos'.

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

A informação financeira por segmento de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

EXERCÍCIO 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	109 352 788	2 598 000	111 950 789
Subsídios à exploração	10 639 940	-	10 639 940
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	36 702	(1 152)	35 549
Trabalhos para a própria entidade	6 123 475	-	6 123 475
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 699 970)	-	(2 699 970)
Fornecimentos e serviços externos	(35 034 547)	(358 082)	(35 392 629)
Gastos com o pessoal	(86 761 225)	(235 789)	(86 997 013)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(488 306)	(27 756)	(516 062)
Provisões (aumentos / reduções)	(1 924 513)	(241 675)	(2 166 188)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(1 000 000)	-	(1 000 000)
Aumentos / reduções de justo valor	19 018 278	-	19 018 278
Outros rendimentos	6 142 985	152 417	6 295 402
Outros gastos	(2 269 945)	(31 324)	(2 301 269)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 633 068)	8 633 068	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	12 502 594	10 487 708	22 990 302
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(14 977 294)	(10 431 257)	(25 408 551)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 513 242	-	1 513 242
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	(961 458)	56 451	(905 006)
Juros e gastos similares suportados	(20 159 006)	-	(20 159 006)
Resultado antes de impostos	(21 120 463)	56 451	(21 064 012)
Imposto sobre o rendimento do período	(18 319)	(56 451)	(74 771)
Resultado líquido do período	(21 138 782)	0	(21 138 782)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(21 138 782)	-	(21 138 782)
Interesses que não controlam		-	
	(21 138 782)	-	(21 138 782)

EXERCÍCIO 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Vendas e serviços prestados	65 609 288	1 821 436	67 430 724
Subsídios à exploração	38 044 153	-	38 044 153
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	768 401	158 681	927 081
Trabalhos para a própria entidade	5 825 053	-	5 825 053
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 530 223)	-	(2 530 223)
Fornecimentos e serviços externos	(27 663 987)	(335 660)	(27 999 647)
Gastos com o pessoal	(82 773 918)	(207 264)	(82 981 182)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	1 213	(11 115)	(9 902)
Provisões (aumentos / reduções)	40 500	-	40 500
Aumentos / reduções de justo valor	24 005 699	-	24 005 699
Outros rendimentos	7 003 746	223 407	7 227 154
Outros gastos	(3 053 133)	(103 181)	(3 156 314)
Resultados operacionais intersegmentos	(8 925 931)	8 925 931	-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	**16 350 859**	**10 472 236**	**26 823 095**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(15 193 196)	(10 424 640)	(25 617 836)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 187 407	-	1 187 407
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	**2 345 070**	**47 596**	**2 392 665**
Juros e gastos similares suportados	(25 240 994)	(18 254)	(25 259 247)
Resultado antes de impostos	**(22 895 924)**	**29 342**	**(22 866 582)**
Imposto sobre o rendimento do período	(5 361)	(29 342)	(34 703)
Resultado líquido do período	**(22 901 284)**	**(0)**	**(22 901 284)**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	(22 901 284)	-	(22 901 284)
Interesses que não controlam		-	
	(22 901 284)	-	(22 901 284)

31 DE DEZEMBRO DE 2022	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 763 366 473	87 522 544	**5 850 889 017**
Passivos do segmento	3 933 082 587	2 963 918	**3 936 046 505**

31 DE DEZEMBRO DE 2021	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Total Consolidado
Ativos do segmento	5 777 629 308	99 502 294	**5 877 131 602**
Passivos do segmento	4 087 597 446	59 114 014	**4 146 711 460**

5. INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, tendo a seguinte decomposição por rubricas de ativos e passivos:

	Notas	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3 265 196 740	3 214 911 914
Propriedades de investimento	5.2	1 804 209	1 804 209
Ativos intangíveis	5.3	7 431 955	7 356 629
Outros ativos financeiros	5.4	586 759	14 556 063
Conta a receber do Estado	5.5	3 180 829 583	3 212 263 064
Subsídios	5.6	(1 086 546 493)	(1 050 348 548)
		5 369 302 753	**5 400 543 332**
Total do ativo		**5 369 302 753**	**5 400 543 332**
Passivo não corrente			
Provisões	5.7	6 022 500	8 590 197
Financiamentos obtidos	5.8	1 521 650 426	1 604 823 112
Outros passivos financeiros	5.4	17 238 733	116 960 782
		1 544 911 659	**1 730 374 092**
Passivo corrente			
Financiamentos obtidos	5.8	1 016 040 706	997 631 809
Fornecedores	5.9	353 083	3 514 041
Outras dívidas a pagar	5.10	199 790 282	167 933 090
		1 216 184 071	**1 169 078 940**
Total do passivo		**2 761 095 729**	**2 899 453 031**
Total ILD líquido		**2 608 207 024**	**2 501 090 300**

5.1. Ativos fixos tangíveis

	31 de dezembro de 2022					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curs	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 672 787 632	462 141 178	47 042 320	20 247 455	**3 215 729 639**
Aquisições	–	662 832	783 597	59 937 585	(1 447)	**61 382 567**
Alienações	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	1 772 167	6 161 435	(7 933 603)	(11 215 731)	**(11 215 731)**
Abates	–	–	(4 883)	–	–	**(4 883)**
Saldo final	**13 511 055**	**2 675 222 631**	**469 081 327**	**99 046 302**	**9 030 278**	**3 265 891 592**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	–	817 725	–	–	–	**817 725**
Aumentos	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	(122 874)	–	–	–	**(122 874)**
Saldo fina	–	**694 852**	–	–	–	**694 852**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD	**13 511 055**	**2 674 527 779**	**469 081 327**	**99 046 302**	**9 030 278**	**3 265 196 740**

	31 de dezembro de 2021					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curs	Total
Ativos						
Saldo inicial	13 511 055	2 662 794 728	459 111 558	19 222 052	2 708 933	**3 157 348 327**
Aquisições	–	446 671	428 790	40 062 186	22 483 741	**63 421 389**
Alienações	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	9 546 232	2 613 137	(12 241 918)	(4 945 219)	**(5 027 768)**
Abates	–	–	(12 308)	–	–	**(12 308)**
Saldo final	**13 511 055**	**2 672 787 632**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 215 729 639**
Perdas por imparidade						
Saldo inicial	–	780 032	–	–	–	**780 032**
	–	37 693	–	–	–	**37 693**
	–	–	–	–	–	–
Saldo fina	–	**817 725**	–	–	–	**817 725**
Total do ativo fixo tangível líquido (ILD	**13 511 055**	**2 671 969 906**	**462 141 178**	**47 042 320**	**20 247 455**	**3 214 911 914**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 59.937.585 euros, referem-se, essencialmente, ao empreendimento da Linha Circular (53.384.639 euros) e à prossecução do projeto "Acessibilidade e Mobilidade para Todos" (2.394.814 euros).
As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 7.933.603 euros, referem-se, essencialmente, ao reconhecimento no ativo fixo tangível da intervenção "Acessibilidade e Mobilidade para Todos" nas estações Cidade Universitária (1.976.808 euros) e Entre Campos (1.517.287 euros) e à substituição de aparelhos de via no troço Praça de Espanha/São Sebastião da Linha Azul (1.923.318 euros).
As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 11.215.731 euros, referem-se, essencialmente, à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito do empreendimento da Linha Circular (10.747.609 euros).
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 5.967.890 euros e 5.738.784 euros, respetivamente.

5.2. Propriedades de Investimento

	31 de dezembro de 2022					31 de dezembro de 2021				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Praça Marechal Humberto Delgado	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202	1 804 209	-	-	1 804 209	7 545 202
	1 804 209			1 804 209	7 545 202	1 804 209			1 804 209	7 545 202

O ML optou por não solicitar avaliação em 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, pelo que o respetivo valor de mercado indicado se refere à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

5.3. Ativo intangível

	31 de dezembro de 2022			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	198 259	**7 356 629**
Aquisições	–	–	75 326	**75 326**
Transferências	–	–	–	–
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**273 585**	**7 431 955**
Total do ativo intangível bruto (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**273 585**	**7 431 955**

	31 de dezembro de 2021			
	Despesas de investigação e desenvolvimento	Despesas de instalação	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos				
Saldo inicial	5 138 543	2 019 827	118 221	**7 276 591**
Aquisições		–	80 038	**80 038**
Transferências	–	–	–	–
Saldo final	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**
Total do ativo intangível bruto (ILD)	**5 138 543**	**2 019 827**	**198 259**	**7 356 629**

5.4. Outros Ativos e Passivos Financeiros

Nesta rubrica, incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos para fazer face aos investimentos em infraestruturas de longa duração. A discriminação por contrato de *swap* é a seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-Dec-2022	31-Dec-2021
40#METLIS CGDBI Jun2022	CGDBI	15/6/2022	12 545 916	5 913 283	–	50 000
66#METLIS CGDBI Dez2026	CGDBI	4/12/2026	100 000 000	100 000 000	586 759	14 506 063
					586 759	**14 556 063**

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Swap	Entidade	Maturidade	Notional original	Notional atual	Justo valor	
					31-Dec-2022	31-Dec-2021
32#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/6/2022	40 000 000	14 666 667	–	353 604
38#METLIS BSN Jun2022	BSN	15/6/2022	4 280 559	11 826 567	–	10 869 952
52#METLIS BSN Jul2024	BSN	22/7/2024	100 000 000	100 000 000	4 692 373	14 904 060
58#METLIS ML Dez2026	ML	4/12/2026	30 000 000	30 000 000	6 107 266	45 711 032
59#METLIS CGD Dez2026	CGD	4/12/2026	30 000 000	30 000 000	6 439 094	45 122 134
					17 238 733	**116 960 782**

5.5. Conta a receber do Estado

Esta rubrica inclui os gastos, deduzidos de eventuais rendimentos, associados às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, tendo a seguinte decomposição:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289 555 301	289 555 301
Juros, taxa de aval e imposto do selo	2 844 293 877	2 787 190 643
Gastos de emissão	20 230 150	20 230 150
Instrumentos financeiros derivados	16 651 974	102 404 719
Fornecimentos e serviços externos	2 563 836	2 563 836
Provisões	10 334 809	10 954 197
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	694 852	817 725
Perdas por imparidade em dívidas a receber	-	2 041 708
Alienação terreno	(3 495 216)	(3 495 216)
	3 180 829 583	**3 212 263 064**

SALDO INICIAL CORRIGIDO NA TRANSIÇÃO PARA AS NCRF

Os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de ser capitalizados até 31 de dezembro de 2008, encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. Na transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de ILD, seguindo o princípio descrito na Nota 4.2. Relativamente aos encargos financeiros incorridos entre 1995 e 2008, no montante de aproximadamente 1.017.000.000 euros, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. No que respeita aos encargos financeiros incorridos até 31 de dezembro de 1994, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros, correspondente ao saldo líquido entre as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Na sequência de um processo que decorreu num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira ao Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com advogados relativos aos instrumentos financeiros derivados que se encontravam afetos à atividade de ILD, no montante global de 2.563.836 euros.

ALIENAÇÃO TERRENO

Esta sub-rubrica inclui o rendimento registado com a transferência para o Estado Português, através de dação em cumprimento, da parcela de terreno integrada no Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

5.6. Subsídios

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
FEDER	(229 464 397)	(229 464 397)
PIDDAC	(185 439 717)	(184 639 717)
Fundo Coesão	(448 286 520)	(418 469 502)
Fundo Ambiental	(18 790 463)	(13 209 536)
Subsídios diversos	(204 565 396)	(204 565 396)
	(1 086 546 493)	**(1 050 348 548)**

5.7. Provisões

Esta rubrica inclui os movimentos (constituição/ /utilização/reversão) com provisões para processos judiciais em curso relacionados com atividade de ILD.

5.8. Financiamentos obtidos

	Entidade financiador	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000	110 000 000	-	110 000 000	110 000 000
Emissão Metro 2026	JP Morgan	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
Emissão Metro 2027	BNPP	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000	400 000 000	-	400 000 000	400 000 000
			-	**910 000 000**	**910 000 000**		-	**910 000 000**	**910 000 000**
Empréstimos bancários:									
ML I/3B	BEI	74 819 685	-	-	-	74 819 685	10 630 313	-	10 630 313
ML II/C	BEI	54 867 769	-	-	-	54 867 769	1 828 926	-	1 828 926
ML V/C	BEI	68 503 276	-	-	-	80 000 000	68 503 276	-	68 503 276
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782	507 957 564	253 978 782	-	253 978 782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908	237 747 877	178 310 908	-	178 310 908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244	282 974 244	282 974 244	-	282 974 244
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF (parte)	17 158 204	14 298 503	2 859 701	17 158 204	17 158 204	11 438 803	5 719 401	17 158 204
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF (parte)	262 008 399	174 672 266	87 336 133	262 008 399	262 008 399	131 004 199	131 004 199	262 008 399
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF (parte)	108 328 053	54 164 026	54 164 026	108 328 053	108 328 053	36 109 351	72 218 702	108 328 053
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF (parte)	137 118 041	45 706 014	91 412 027	137 118 041	137 118 041	22 853 007	114 265 034	137 118 041
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF (parte)	71 615 776	11 935 963	59 679 813	71 615 776	71 615 776	-	71 615 776	71 615 776
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF (parte)	16 198 725	-	16 198 725	16 198 725	-	-	-	-
			1 016 040 706	**311 650 426**	**1 327 691 131**		**997 631 809**	**394 823 112**	**1 392 454 921**
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000	300 000 000	-	300 000 000	300 000 000
			-	**300 000 000**	**300 000 000**		-	**300 000 000**	**300 000 000**
Total de empréstimos obtidos			**1 016 040 706**	**1 521 650 426**	**2 537 691 131**		**997 631 809**	**1 604 823 112**	**2 602 454 921**

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído a 23 de dezembro de 2010, por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Frankfurt Stock Exchange.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído a 4 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027" foi contraído a 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement", que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa contratou, com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, tendo-se vencido a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 32.584.270 euros, dos quais 17.158.204 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 421.973.931 euros, dos quais 262.008.399 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2020.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 131.884.780 euros, dos quais 108.328.053 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, tendo-se vencido a primeira em maio de 2021.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 154.513.049 euros, dos quais 137.118.041 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2022.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 100.855.699 euros, dos quais 71.615.776 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2023.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa contratou, com a DGTF, um financiamento no montante de 35.197.630,96 euros, dos quais 16.198.725,21 euros estão associados a responsabilidades com as ILD, pelo prazo de 7 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2024.

Desde 30 de novembro de 2014, tem sido sucessivamente autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos contraídos com a DGTF acima enunciados, sem cobrança de juros, tendo a última moratória sido autorizada ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 174/2023-SET, de 9 de maio, e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças n.º 130/2023-MF, de 6 de junho, com diferimento para 31 de maio de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos classificados como não corrente têm o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2024	402 071 200
2025	209 211 499
2026	455 543 432
2027 e seguintes	454 824 295
	1 521 650 426

Em 31 de dezembro de 2022, os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao *rating* da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, são os seguintes:

CONTRATO	Montanteem dívida a 31-12-2022 (€)	Data vencimento	Negative pledge (Sim/não)	Pari passu (sim/não)	Ownership clause (Sim/não)	Rating downgrade (sim/não)	Gross up (sim/não)	Cross default	Despesas/ imposto do selo (sim/não)	Outras cláusulas relevantes / comentários
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300 000 000,00	20 de julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 110.000.000,00 7,30% Guaranteed Notes due 2025. Deutsche Bank AG / Dezembro 2010, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	110 000 000,00	23 de dezembro de 2025	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026. JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	4 de dezembro de 2026	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027. BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400 000 000,00	7 de dezembro de 2027	NÃO	SIM	SIM – Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	1 210 000 000									

5.9. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito das obras de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.10. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é composta pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do período seguinte, bem como pela parte dos subsídios ao investimento recebidos ainda sem despesa executada.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	217 257 240	827 838 387	129 208	23 066 304	4 204 349	11 704 718	22 085 600	**1 127 252 992**
Aquisições	–	17 047	669 207	–	339 878	51 910	20 485 313	(7 285)	**21 556 070**
Alienações	–	–	–	–	(1 091)	–	–	–	**(1 091)**
Transferências	–	484 430	2 493 476	–	–	–	(2 977 906)	(16 820 276)	**(16 820 276)**
Abates	–	–	(1 727 955)	–	(58 520)	(2 066)	–	–	**(1 788 541)**
Saldo final	**20 967 185**	**217 758 717**	**829 273 115**	**129 208**	**23 346 572**	**4 254 193**	**29 212 124**	**5 258 039**	**1 130 199 154**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	–	(208 924 104)	(680 361 905)	(129 208)	(22 081 367)	(3 341 546)	–	–	**(914 838 131)**
Depreciações do período	–	(381 597)	(23 398 586)	–	(335 991)	(62 240)	–	–	**(24 178 414)**
Alienações	–	–	–	–	1 091	–	–	–	**1 091**
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Abates	–	–	1 353 893	–	58 494	2 066	–	–	**1 414 453**
Saldo final	–	**(209 305 701)**	**(702 406 598)**	**(129 208)**	**(22 357 773)**	**(3 401 720)**	–	–	**(937 601 001)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo fina	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	20 967 185	**8 453 017**	**126 866 517**	–	**988 798**	**852 473**	**29 212 124**	**5 258 039**	**192 598 153**

31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo									
Saldo inicial	20 967 185	216 366 552	809 600 857	129 208	22 829 011	21 476 942	3 423 755	29 973	**1 094 823 483**
Aquisições	–	659 866	333 252	–	296 232	42 218	11 519 799	30 518 581	**43 369 949**
Alienações	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	230 822	19 787 348	–	45 079	(17 305 193)	(3 238 836)	(8 462 954)	**(8 943 735)**
Abates	–	–	(1 883 069)	–	(104 017)	(9 618)	–	–	**(1 996 705)**
Saldo final	**20 967 185**	**217 257 240**	**827 838 387**	**129 208**	**23 066 304**	**4 204 349**	**11 704 718**	**22 085 600**	**1 127 252 992**
Depreciações acumuladas									
Saldo inicial	–	(208 164 118)	(645 616 505)	(129 208)	(21 764 744)	(16 325 998)	–	–	**(892 000 574)**
Depreciações do período	–	(759 986)	(23 312 543)	–	(420 423)	(67 277)	–	–	**(24 560 230)**
Alienações	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	–	(13 042 161)	–	–	13 042 161	–	–	–
Abates	–	–	1 609 305	–	103 800	9 568	–	–	**1 722 674**
Saldo final	–	**(208 924 104)**	**(680 361 905)**	**(129 208)**	**(22 081 367)**	**(3 341 546)**	–	–	**(914 838 131)**
Perdas por imparidade									
Saldo inicial	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reversões	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo fina	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	20 967 185	**8 333 136**	**147 476 482**	–	**984 937**	**862 803**	**11 704 718**	**22 085 600**	**212 414 861**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 20.485.313 euros, referem-se, essencialmente, à aquisição de 14 Unidades Triplas (UTs) (16.802.999 euros) e à intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (2.356.484 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 2.977.906 euros, referem-se, essencialmente, ao reconhecimento do investimento realizado nas UTs em que foi concluída a intervenção nas portas do Material Circulante de exploração (1.878.452 euros).

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis em curso", no montante de 16.820.276 euros, referem-se, essencialmente, à regularização de adiantamentos concedidos no âmbito da aquisição de 14 Unidades Triplas (16.802.999 euros).

Os abates ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Equipamento básico", no montante de 1.727.955 euros, referem-se, essencialmente, ao desreconhecimento da substituição de bancos (860.014 euros) e elementos substituídos na intervenção nas portas (507.649 euros), ambos do Material Circulante de exploração.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram capitalizados no custo dos ativos fixos tangíveis gastos departamentais no montante de 84.535 euros e 68.910 euros, respetivamente.

7. LOCAÇÕES

7.1. Ativos sob Direito de Uso

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Equipamento de transporte	Total	Equipamento de transporte	Total
Ativos				
Saldo inicial	793 841	793 841	551 821	551 821
Aquisições / Adições	303 040	303 040	256 935	256 935
Alienações	(247 947)	(247 947)	(14 915)	(14 915)
Saldo final	848 933	848 933	793 841	793 841
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	(552 942)	(552 942)	(370 589)	(370 589)
Depreciações do período	(229 588)	(229 588)	(197 268)	(197 268)
Alienações	247 947	247 947	14 915	14 915
Saldo final	(534 583)	(534 583)	(552 942)	(552 942)
	314 350	314 350	240 899	240 899

7.2. Passivos da Locação

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Locações não corrente		
Viaturas	121 225	98 312
Locações corrente		
Viaturas	196 508	143 301
Total	317 733	241 613

FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Pagamentos mínimos locações	Valor presente os pagamentos mínimos	Pagamentos mínimos locações	Valor presente dos pagamentos mínimos
Até 1 ano	202 065	196 508	147 105	143 301
Entre 1 e 5 anos	123 372	121 225	101 042	98 312
Total	325 437	317 733	248 147	241 613
Efeito financeiro do desconto	(7 704)	-	(6 534)	-
Valor presente dos pagamentos mínimos	317 733	317 733	241 613	241 613

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	22 098 320	10 428 163	872 578	10 797 579	22 094 744	9 986 185	2 385 820	9 722 739	10 155 500
Praça Marechal Humberto Delgado	22 309 373	18 692 265	-	3 617 108	22 309 373	18 678 818	-	3 630 555	93 297 798
	44 407 693	**29 120 428**	**872 578**	**14 414 687**	**44 404 117**	**28 665 003**	**2 385 820**	**13 353 294**	**103 453 298**

Os imóveis arrendados a terceiros detidos pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede e por edifício de escritórios em Lisboa, os quais se encontram a ser depreciados por um período de 50 anos.
O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Conforme já referido na nota 5.2, o valor de mercado indicado em 2022 para o PMO I de Sete Rios, localizado na Praça Marechal Humberto Delgado, refere-se à avaliação efetuada com referência a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos diretos	Depreciações do período	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	579 911	142 489	441 978	(4 555)	579 860	143 620	441 930	(5 689)
Praça Marechal Humberto Delgado	-	129 655	13 447	(143 102)	-	358 644	13 645	(372 289)
	579 911	**272 144**	**455 425**	**(147 658)**	**579 860**	**502 264**	**455 575**	**(377 979)**

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	19 451	3 097 339	-	3 116 790	19 451	2 799 477	2 400	2 821 328
Aquisições	-	1 127 627	-	1 127 627	-	213 251	82 210	295 461
Transferências	-	-	-	-	-	84 610	(84 610)	-
Saldo final	**19 451**	**4 224 966**	-	**4 244 417**	**19 451**	**3 097 339**	-	**3 116 790**
Amortizações acumuladas								
Saldo inicial	(19 451)	(1 375 870)	-	(1 395 321)	(19 105)	(971 452)	-	(990 558)
Amortizações do período	-	(545 123)	-	(545 123)	(346)	(404 417)	-	(404 763)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	**(19 451)**	**(1 920 993)**	-	**(1 940 444)**	**(19 451)**	**(1 375 870)**	-	**(1 395 321)**
	-	**2 303 973**	-	**2 303 973**	-	**1 721 469**	-	**1 721 469**

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na sub-rubrica "Propriedade industrial e outros direitos no montante de 1.127.627 euros, referem-se, essencialmente, à aquisição de licenças de software Microsoft (625.523 euros) e à implementação de novas funcionalidades do sistema PLAGO (400.000 euros).

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro de 2022					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3 272 136	3 201 397	70 739	98 926	40%	**28 296**
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	153 044	167 584	(14 540)	(14 540)	50%	– (a)
OTLIS (em liquidação)	-	-	-	-	14,29%	– (b)
						28 296

	31 de dezembro de 2021					
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Participação	Investimento financeiro
Associadas						
Publimetro	3 642 687	3 670 874	(28 186)	559 048	40%	–
Empreendimentos conjuntos						
Ensitrans	183 593	195 573	(11 980)	(11 980)	50%	–
OTLIS (em liquidação)	6 225 526	510 430	5 715 096	5 433 696	14,29%	**90 211**
						90 211

Notas:

(a) Responsabilidade pelo potencial efeito do capital próprio negativo reconhecida na rubrica 'Provisões'.

(b) Liquidação encerrada em 27 de abril de 2022.

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
BANK OF AMERICA LEASING & CAPITAL, LCC – COLATERAL		
Saldo inicial	**31 535 674**	**29 096 203**
Variação justo valor	177 628	11 791
Diferenças cambiais	1 951 392	2 427 681
Saldo final	**33 664 694**	**31 535 674**
WILMINGTON TRUST – COLATERAL		
Saldo inicial	**20 677 410**	**24 966 310**
Desembolso	-	(5 809 761)
Variação justo valor	(422 941)	(106 395)
Diferenças cambiais	1 279 495	1 627 257
Saldo final	**21 533 964**	**20 677 410**
INVESTIMENTOS NOUTRAS EMPRESAS		
Saldo inicial	-	-
Participação de capital CCF	1 000 000	-
Perdas por imparidade	(1 000 000)	-
Saldo final	-	-
FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHO		
Saldo inicial	**5 489**	**2 767**
Aumentos	100 111	2 722
Variação justo valor	(36)	-
Saldo final	**105 564**	**5 489**
Total	**55 304 221**	**52 218 573**

Em resultado das descidas do *rating* atribuído à Empresa, foi necessária a constituição de dois colaterais em 2009 e 2013, o primeiro a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC e o segundo a favor da Wilmington Trust. Na sequência da constituição da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF), e conforme previsto na RCM n.º 99/2021, de 27 de julho, o ML efetuou em 2022 um investimento de 1 milhão de euros referente à sua participação financeira nesta associação. Após análise, e tendo em conta o objeto e a natureza jurídica da associação, entende-se que existem baixas probabilidades do ML recuperar o investimento em causa, pelo que se procedeu ao reconhecimento de uma perda por imparidade pela totalidade do montante investido.

12. INVENTÁRIOS

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais	9 110 269	-	9 110 269	8 468 130	-	8 468 130
Ferramentas	34 592	-	34 592	35 390	-	35 390
Produtos de limpeza	102 024	-	102 024	83 518	-	83 518
Material de escritório	65 750	-	65 750	57 916	-	57 916
Combustíveis	25 157	-	25 157	14 996	-	14 996
Títulos transporte	182 495	-	182 495	766 954	-	766 954
Outros materiais	254 216	-	254 216	308 281	-	308 281
Artigos promocionais/publicações	37 089	-	37 089	36 213	-	36 213
	9 811 593	-	**9 811 593**	**9 771 398**	-	**9 771 398**

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	Matérias-primas, subsidiárias de consumo	
	2022	2021
Saldo inicial	9 771 398	10 836 101
Compras	2 906 112	1 614 634
Regularizações	(165 946)	(149 114)
Saldo final	9 811 593	9 771 398
	2 699 970	**2 530 223**

13. Clientes

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Publimetro	1 153 695	1 275 503
Ar Telecom	463 383	463 383
GIBB Portugal	169 760	296 764
Associação de Turismo de Lisboa	127 731	217 534
Câmara Municipal de Lisboa	105 095	105 095
Câmara Municipal de Loures	-	218 562
Outros	520 944	974 741
	2 540 607	**3 551 581**
Perdas por imparidade	(1 005 746)	(1 153 457)
	1 534 861	**2 398 124**

PERDAS POR IMPARIDADE CLIENTES	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial	**(1 153 457)**	**(1 133 366)**
Aumentos	(42 966)	(24 781)
Reversões	622	-
Utilizações	190 056	4 690
Saldo final	**(1 005 746)**	**(1 153 457)**

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	3 167 645	11 599	3 438 127	250
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5 706	1 353 088	21 667	1 274 541
Imposto sobre o valor acrescentado	925 636	-	5 140 935	106 165
Contribuições para a Segurança Social	-	1 640 461	-	1 528 022
Outros impostos	-	502 508	-	502 632
	4 098 987	**3 507 656**	**8 600 729**	**3 411 610**

15. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica "Outros créditos a receber" inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do Setor Empresarial do Estado, encontrando-se o Conselho de Administração a promover diligências de forma a se proceder à regularização desta situação. De forma resumida:

- Transtejo: Na sequência do Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML foi incumbido de proceder ao estudo, conceção e construção do Interface do Terreiro do Paço. Os trabalhos foram efetuados mas não chegou a ser assinado qualquer protocolo com a Transtejo relativo às despesas incorridas e à metodologia de repartição adotada.
- Infraestruturas de Portugal: Na sequência do Despacho n.º 75-XII/92, de 17 de dezembro, e Ofício n.º 420 de 10/02/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, o ML e a então REFER, E.P., celebraram, em 29/09/2004, o Protocolo para a construção do Terminal Fluvial e do Interface do Cais do Sodré.
- Águas do Tejo Atlântico: Em setembro de 2009, com base no Despacho SET n.º 22-XII_93, de 24 de setembro, o ML e a então Simtejo assinaram um Protocolo, enquadrando o ML como dono de obra da "construção da câmara de válvulas enterrada e da estação elevatória".

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Transtejo	22 529 809	22 529 809
Infraestruturas de Portugal	7 208 573	7 208 573
Acréscimo de rendimentos	2 521 500	12 608 172
Receitas de tráfego	2 375 543	1 265 279
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	790 120	790 120
Águas do Tejo Atlântico	634 584	634 584
Transportes Coletivos do Barreiro	-	125 159
Outros	1 500 367	3 339 610
	37 560 496	**48 501 305**
Perdas por imparidade	(1 571 307)	(1 102 981)
	35 989 188	**47 398 324**

PERDAS POR IMPARIDADE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Saldo inicial	**(1 102 981)**	**(1 281 932)**
Aumentos	(474 385)	(3 351)
Reversões	6 058	182 302
Utilizações	-	-
Saldo final	**(1 571 307)**	**(1 102 981)**

16. CAIXA E EQUIVALENTES

Na sequência do Despacho do Ministro das Finanças n.º 14343/2022, de 15 de dezembro, o IGCP, E.P.E. executou, nos termos do n.º 4 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, uma operação de aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) das disponibilidades de tesouraria do ML, no montante de 55 milhões de euros, com maturidade a 2 de janeiro de 2023.

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Caixa	24 643	25 817
Depósitos à ordem	110 141 579	127 824 725
Depósitos a prazo	55 019 933	520 852
Caixa e depósitos bancários	**165 186 156**	**128 371 394**

17. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da Empresa, subscrito e realizado, ascendia a 3.849.294.636 euros, sendo detido na totalidade pelo Estado Português.
No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados aumentos de capital, no montante global de 181.390.745 euros.
A variação registada na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio' deve-se aos ganhos atuariais nas responsabilidades com benefícios pós-emprego (Nota 20).

18. PROVISÕES

	31 de dezembro de 2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	670 000	1 464 116	-	-	2 134 116
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	17 265	1 879	(11 275)	(599)	7 270
Outras provisões	-	702 072	-	-	702 072
	959 382	**2 168 067**	**(11 275)**	**(599)**	**3 115 576**

	31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	710 500	30 000	(70 500)	-	670 000
Impostos	272 118	-	-	-	272 118
Contratos onerosos	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	415 452	5 990	(221 875)	(182 302)	17 265
Outras provisões	-	-	-	-	-
	1 398 069	**35 990**	**(292 375)**	**(182 302)**	**959 382**

A variação registada na sub-rubrica 'Processos judiciais em curso' deve-se, fundamentalmente, ao reconhecimento de uma provisão, no montante de 1,3 milhões de euros, relativa ao processo judicial em que é peticionada a nulidade ou anulabilidade da deliberação do ML que determinou a anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso público para a subconcessão do seu sistema de transporte.
No exercício de 2022, foi, ainda, constituída uma provisão, no montante de 702.072 euros, para fazer face aos juros de mora correspondentes à dívida a liquidar ao fornecedor CJC Engenharia e Projectos, Lda.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
	Entidade financiador	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários							
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	308 125 476	-
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF 2013 (parte)	129 885 756	129 885 756	-	129 885 756	129 885 756	-
Emp. LP 32,6 M EUR	DGTF 2017 (parte)	15 426 066	12 855 055	2 571 011	15 426 066	10 284 044	5 142 022
Emp. LP 421,97 M EUR	DGTF 2018 (parte)	159 965 533	106 643 689	53 321 844	159 965 533	79 982 767	79 982 767
Emp. LP 131,88 M EUR	DGTF 2019 (parte)	23 556 727	11 778 364	11 778 364	23 556 727	7 852 242	15 704 485
Emp. LP 154,51 M EUR	DGTF 2020 (parte)	17 395 008	5 798 336	11 596 672	17 395 008	2 899 168	14 495 840
Emp. LP 100,86 M EUR	DGTF 2021 (parte)	29 239 923	4 873 321	24 366 603	29 239 923	-	29 239 923
Emp. LP 35,19 M EUR	DGTF 2022 (parte)	18 998 906	-	18 998 906	-	-	-
Suprimentos 49,3 M EUR	DGTF 2020	49 300 000	49 300 000	-	49 300 000	49 300 000	-
Suprimentos 18,33 M EUR	DGTF 2021	18 331 823	18 331 823	-	18 331 823	18 331 823	-
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander Totta	-	-	-	52 777 778	28 049 938	-
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	-	-	-	26 388 889	14 024 969	-
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	-	-	-	26 388 889	14 024 969	-
			700 579 038	**122 633 400**		**715 748 370**	**144 565 037**

As informações adicionais relativas aos financiamentos contraídos com a DGTF encontram-se divulgadas na Nota 5.8.
O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos reembolsáveis a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente, através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos classificados como não corrente têm o seguinte plano de reembolsos:

2022

Ano	Montante
2024	44 097 027
2025	41 526 016
2026 e seguintes	37 010 356
	122 633 400

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na Nota 3.16, a Empresa assumiu o compromisso de conceder, aos empregados, prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2022, o número de empregados ativos e reformados/pensionistas ascendia a 954 e 1.336, respetivamente (967 e 1.336 em 31 de dezembro de 2021).
As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data de reforma.
No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não seriam abrangidos por este plano de pensões.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.
De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Trabalhadores ativos	106 219 984	110 919 404
Reformados	135 210 380	159 865 278
	241 430 364	**270 784 682**

A diminuição verificada no total das Responsabilidades deve-se, essencialmente, ao aumento da taxa de rendimento, a qual passou de 1,1% para 3%.
O estudo atuarial, reportado a 31 de dezembro de 2022, foi efetuado, utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV88/90	TV88/90
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	3,00%	1,10%
Taxa de Crescimento Salarial	3,00%	1,50%
Taxa de desconto	3,00%	1,10%

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões foi a seguinte:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Responsabilidades totais no início do período	270 784 682	274 600 485
Custos dos serviços correntes	3 803 255	3 915 954
Custo dos juros	2 933 979	2 705 336
Benefícios pagos no exercício	(11 921 859)	(12 049 714)
Perdas (ganhos) atuariais do exercício	(24 169 693)	1 612 620
Reponsabilidades totais no fim do períod	**241 430 364**	**270 784 682**

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2022, nos montantes de 3.803.255 euros e 2.933.979 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".
A evolução dos ganhos/perdas atuariais, reconhecidos na rubrica 'Ajustamentos/outras variações no capital próprio', nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Outras variações no capital próprio		
Saldo inicial	**(45 415 238)**	**(43 802 617)**
Ganho atuarial	24 169 693	-
Perda atuarial	-	(1 612 620)
Saldo fina	**(21 245 545)**	**(45 415 238)**

Em 31 de dezembro de 2022, os ganhos atuariais resultaram, essencialmente, da subida da taxa de desconto, sendo este efeito mitigado pela subida de taxas de crescimento salarial e de pensões.
Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas na demonstração consolidada da posição financeira.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Nesta rubrica, incluem-se os *swaps* de taxa de juro relacionados com os financiamentos obtidos e a dívida não corrente dos subsídios ao investimento:

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Swaps	-	19 263 628
Subsídios ao investimento - FEDER-QCA	271 975	1 384 310
Subsídios ao investimento - Fundo Ambiental	28 376 012	28 141 149
	28 647 987	**48 789 088**

22. FORNECEDORES

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690 500	690 500
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	395 537	70 006
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT, S.A.	183 225	435 111
TK Elevadores Portugal, Unipessoal, Lda.	79 686	-
FUTRIMETAL - Industria e Comércio de Produtos Metálicos, S.A.	73 800	-
Samsic Portugal - Gestão e Manutenção de Edifícios, Lda.	42 872	34 044
Efacec Energia - Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S.A.	38 922	4 170
M.E.S.I. - Manutenção e Serviços Industriais, Lda.	34 555	22 680
Epal - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	33 202	-
Schmitt - Elevadores, Lda.	30 797	-
Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.	28 101	22 490
Tecnovia - Sociedade de Empreitadas S.A.	24 640	-
LIMPERSADO - Limpeza, Máquinas e Transportes, S.A.	14 600	57 549
GEOCONTROLE - Geotecnia e Estruturas de Fundação, S.A.	2 337	213 540
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda.	31	199 727
Stap - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.	-	68 584
Outros	299 719	116 836
	1 972 522	**1 935 236**

23. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

	31-Dec-2022	31-Dec-2021
Acréscimo gastos – Juros a liquidar	29 589 852	28 445 860
Acréscimo gastos – Remunerações a liquidar	11 391 458	10 156 852
Subsídios – Fundo Ambiental	8 260 348	2 441 792
Subsídios – Plano de Recuperação e Resili ncia (PRR)	5 512 000	5 512 000
Fornecedores de investimentos	5 430 008	4 506 566
Títulos de transporte	2 541 311	1 655 677
Rendimentos a reconhecer – Protocolos	2 849 239	2 917 597
Rendimentos a reconhecer – Indemnizações Compensatórias	1 903 548	–
Subsídios ao investimento – FEDER-QCA	1 112 335	1 112 335
Outros	4 156 402	4 074 731
	72 746 501	**60 823 411**

24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Vendas	36 083	47 919
Prestação de serviços		
Bilhetes	39 039 876	19 141 087
Passes	50 319 213	32 485 054
Cartões	3 129 687	1 433 080
Compensação tarifária AML	10 790 373	7 940 398
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	3 505 545	3 574 453
Exploração publicidade	1 469 887	149 946
Contratos de exploração	2 598 001	1 721 817
Outros	1 062 125	936 971
	111 950 789	**67 430 724**

25. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

	2022	2021
AML – Apoio à reposição da oferta de transportes públicos	9 050 009	36 718 196
PRR – Prolongamento da Linha Vermelha Alcântara	1 015 734	1 135 080
PRR – Metro Ligeiro de Superfície Loures-Odivelas	448 839	68 125
Fundo Ambiental – Prolongamento Rato/Cais do Sodré	31 365	94 252
Outros	93 993	28 500
	10 639 940	**38 044 153**

A verba atribuída ao ML no âmbito do apoio à reposição da oferta, no montante global de 9.050.009 euros, decorre da prorrogação da vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19, previstas no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual.

26. GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	2022	2021
Associadas		
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	39 570	221 875
Empreendimentos conjuntos		
OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.	(2 142)	547 124
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	(1 879)	158 082
	35 549	**927 081**

27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2022	2021
Eletricidade	(13 453 691)	(7 121 721)
Vigilância e segurança	(6 218 722)	(6 100 436)
Conservação e reparação	(5 180 220)	(5 254 789)
Limpeza, higiene e conforto	(4 137 451)	(4 881 663)
Trabalhos especializados	(2 433 774)	(1 482 050)
Outros	(3 968 771)	(3 158 988)
	(35 392 629)	**(27 999 647)**

28. GASTOS COM O PESSOAL

	2022 TOTAL	2021 TOTAL
Remunerações dos órgãos sociais	(274 851)	(276 174)
Remunerações do pessoal	(61 973 482)	(59 304 584)
Benefícios pós-emprego	(6 736 393)	(6 625 935)
Encargos sobre remunerações	(14 267 418)	(13 712 271)
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	(1 289 554)	(773 643)
Seguro de saúde	(901 095)	(1 049 103)
Gastos de ação social	(1 242 659)	(889 393)
Outros	(311 561)	(350 079)
	(86 997 013)	**(82 981 182)**

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo, no exercício de 2022, foi de 1.543 (1.518 em 2021). O número de efetivos em 31 de dezembro de 2022 era de 1.575 (1.521 em 2021).

29. OUTROS RENDIMENTOS

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis	3 230 981	4 054 938
Subsídios ao investimento	1 112 335	1 243 100
Correções relativas a períodos anteriores	502 984	904 317
Rendas de imóveis	580 170	586 619
Cedência de energia	268 332	161 605
Juros	7 730	36 051
Outros	592 870	240 524
	6 295 402	**7 227 154**

A sub-rubrica 'Subsídios ao investimento' inclui a imputação dos subsídios FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1995 e 1997, os quais visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa nos protótipos dos Parques de Material e Oficinas (PMO) II e III e na série intercalar de 17 Unidades Triplas (UT), série complementar 95 de 20 UT e PMO III. Estes rendimentos são imputados numa base sistemática, de forma a balancear com os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis que lhes estão associados.

30. OUTROS GASTOS

	2022	2021
Correções relativas a periodos anteriores	(971 652)	(2 021 108)
Impostos	(520 113)	(506 589)
Perdas em investimentos não financeiros	(378 971)	(368 888)
Perdas em inventários	(202 919)	(56 621)
Quotizações	(93 639)	(105 429)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(3 932)
Outros	(133 975)	(93 747)
	(2 301 269)	**(3 156 314)**

31. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2022	2021
Juros swaps	(18 926 093)	(23 840 096)
Juros financiamentos obtidos	(1 143 992)	(1 195 836)
Juros de locações (Nota 7)	(7 704)	(6 534)
Outros juros	(81 216)	(216 782)
	(20 159 006)	**(25 259 247)**

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo, desta forma, uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenha sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos e os prejuízos fiscais gerados nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016 podem ser reportados por um período de 5 anos. Acresce que o n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, prevê que os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 sejam deduzidos num ou mais dos 12 períodos de tributação seguintes, ainda que a empresa não se classifique como PME. Por outro lado, o n.º 3 desta disposição prevê que a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020 fique suspensa durante esse período de tributação e o seguinte. Desta forma, a data limite de reporte dos prejuízos fiscais dedutíveis das empresas do Grupo ML é a seguinte:

	2022		2021	
	Montante	Limite	Montante	Limite
Gerados em 2014	5 277 942	2028	5 277 942	2028
Gerados em 2015	695 274	2029	695 274	2029
Gerados em 2016	-	2023	248 318	2023
Gerados em 2017	39 552 131	2024	39 766 185	2024
Gerados em 2018	21 701 153	2025	21 701 153	2025
Gerados em 2019	13 308 812	2026	14 039 875	2026
Gerados em 2020	41 815 801	2034	41 815 801	2034
Gerados em 2021	16 408 154	2035		
	138 759 266		**123 544 548**	

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022				2021			
	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL	ML	Ferconsult	Metrocom	TOTAL
Resultado antes de impostos	**(21 117 081)**	**212 305**	**153 376**		**(22 895 209)**	**113 001**	**(33 237)**	
Diferenças permanentes	1 531 569	62 631	2 208		6 487 056	378 511	(9 600)	
Resultado tributável	**(19 585 512)**	**274 936**	**155 584**		**(16 408 154)**	**491 512**	**(42 837)**	
Prejuízos fiscais deduzidos	–	(192 455)	(34 270)		–	(344 059)	–	
Matéria coletável	–	**82 481**	**121 315**		–	**147 454**	–	
Taxa nominal de imposto	21%	21%	21%		21%	21%	21%	
Coleta	–	**(17 321)**	**(25 476)**		–	**(30 965)**	**600**	
Derrama municipal	–	(4 124)	(2 334)		–	(7 373)	–	
Tributações autónomas	(18 319)	–	–		(5 361)	–	–	
Imposto sobre o rendimento	**(18 319)**	**(21 445)**	**(27 810)**	**(67 574)**	**(5 361)**	**(38 338)**	**600**	**(43 099)**
Taxa efetiva de imposto	–	**10,10%**	**18,13%**		–	**33,93%**	**1,81%**	

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações registadas com o Conselho de Administração, em 2022 e 2021, referem-se às respetivas remunerações, contribuições e benefícios não monetários, não tendo sido concedidos benefícios pós-emprego, de longo prazo, de cessação de emprego ou de remuneração em capital próprio.

2022	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	–	2 150 903 569	–	–
Associadas				
Publimetro	1 153 695	–	1 626 892	–
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS (em liquidação)	–	–	–	–
Ensitrans	–	–	6 000	–
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	–	–	–	(291 210)

2021	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Acionista				
Estado Português	–	2 115 705 938	–	–
Associadas				
Publimetro	1 275 503	–	852 416	–
Empreendimentos conjuntos				
OTLIS (em liquidação)	–	–	555 161	(17 435)
Ensitrans	12 761	–	34 326	–
Pessoal chave da gestão				
Conselho de Administração	–	–	–	(285 252)

34. GARANTIAS PRESTADAS

Entidade	Data Início	Beneficiário	2022 Montante	2021 Montante
Banco BPI	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2.ºJUÍZO	7 494	7 494
Banco BPI	11-05-2006	FINANÇAS 4.º BAIRRO FISCAL	95 482	95 482
Banco BPI	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA	7 661	7 661
Banco BPI	17-06-2014	PETROGAL	7 500	7 500
Banco BPI	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	438 047	438 047
Banco BPI	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab	-	760 610
Banco BBVA	19-02-1998	Petrogal	3 990	3 990
Banco BBVA	21-03-2007	Fazenda Pública	1 632	1 632
Banco BBVA	06-12-2010	Fazenda Pública	272 118	272 118
Banco CGD	02-06-2016	COSEC	-	86 130
			833 925	**1 680 665**

35. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 11.049 euros, os quais se referem a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

36. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos do cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelas sociedades de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais das empresas do Grupo, ascenderam a 37.060 euros.

37. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de emissão deste relatório, não foram recebidas informações acerca de condições que existiam à data do balanço e que pudessem afetar materialmente a posição financeira e os resultados do Grupo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: Diário da República Eletrónico
Atributos certificados: Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Digitally signed by PEDRO MIGUEL GALANTE ANTUNES PAIVA
Date: 2023.06.23 12:02:39 +01'00'

Dr. Pedro Miguel Galante Antunes Paiva

DECLARAÇÃO

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 245º, do Código de Valores Mobiliários (CVM), que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245º, do Código de Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do meu conhecimento, a informação prevista na alínea a) foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da entidade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS

Digitally signed by VÍTOR MANUEL JACINTO DOMINGUES DOS SANTOS
Date: 2023.06.25 22:39:36 +01'00'

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS

Digitally signed by MARIA HELENA ARRANHADO CARRASCO CAMPOS
Date: 2023.06.26 10:04:40 +01'00'

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Assinado por: **João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva**
Num. de Identificação: 07661348
Data: 2023.06.26 12:52:25+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Vogal do Conselho de Administração - Metropolitano de Lisboa, E. P. E.**
CHAVE MÓVEL

Eng.º João Paulo de Figueiredo Lucas Saraiva

1 – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento			Plano orçamental plurianual		
		2020	2021	2022	Soma	2023	2024
	RECEITA CORRENTE	146 820 727	151 969 941	196 230 830	495 021 498	184 736 883	0
R1	**Receita Fiscal**	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0
R2	**Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde**	0	0	0	0	0	0
R3	**Taxas, multas e outras penalidades**	0	0	0	0	0	0
R4	**Rendimentos de propriedade**	0	0	0	0	0	0
		0	0	0	0	0	0
R5	**Tranferências Correntes**	3 982 702	17 100 000	53 938 344	75 021 046	64 377 486	0
R51	Administrações Públicas	3 982 702	17 100 000	3 590 995	24 673 697	64 377 486	0
R511	Administração Central – Estado	3 959 702	17 100 000	3 590 995	24 650 697	4 928 058	0
		3 959 702	17 100 000	3 590 995	24 650 697	4 928 058	
R512	Administração Central – Outras entidades	23 000	0	0	23 000	0	0
R515	Administração Local	0		33 580 349	33 580 349	59 449 428	0
	União Europeia	0	10 000 000	16 767 000	26 767 000	51 870 694	0
R6	**Venda de bens e serviços**	142 838 025	104 046 748	128 831 905	375 716 678	109 908 082	0
R7	**Outras receitas correntes**	0	20 823 193	13 460 581	34 283 774	10 451 315	0
		0	20 823 193	13 460 581	34 283 774	10 451 315	0
		0	0	0	0	0	0
		0	20 823 193	13 460 581	34 283 774	10 451 315	0

1 – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento			Plano orçamental plurianual		
		2020	2021	2022	Soma	2023	2024
	RECEITA DE CAPITAL	98 948 014	60 947 536	88 640 184	248 535 734	85 693 876	0
R8	**Venda de bens de investimento**	30 634 620	550 000	480 000	31 664 620	200 000	0
R9	**Transferências de Capital**	68 313 394	60 397 536	88 160 184	216 871 114	85 493 876	0
R91	Administrações Públicas	59 668 498	37 644 200	42 780 000	140 092 698	53 850 000	0
R911	Administração Central – Estado	59 668 498	37 644 200	42 780 000	140 092 698	53 850 000	0
R912	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0		
R913	Segurança Social	0	0	0	0		
R914	Administração Regional	0	0	0	0		
R915	Administração Local	0	0	0	0		
R92	Exterior – UE	8 644 896	22 753 336	45 380 184	76 778 416	31 643 876	0
R93	Outras		0		0		
R10	**Outras receitas de capital**	0	0		0		
R11	**Reposições não abatidas aos pagamentos**	0	0	0	0	0	0
	Receita efetiva [1]	245 768 741	212 917 477	284 871 014	743 557 232	270 430 759	0
	Receita não efetiva [2]	454 904 913	367 625 166	239 589 785	1 062 119 864	141 411 884	0
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	454 904 913	367 625 166	239 589 785	1 062 119 864	141 411 884	0
	Receita total [3] = [1] + [2]	700 673 654	580 542 643	524 460 799	1 805 677 096	411 842 643	0

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual		
		2020	2021	2022	Soma	2023	2024
	DESPESA CORRENTE	353 248 777	289 811 913	243 274 285	886 334 975	214 966 400	0
D1	Despesas com o pessoal	83 000 000	84 002 460	85 682 509	252 684 969	89 513 987	0
D11	Remunerações certas e permanentes	53 772 838	54 275 298	54 289 031	162 337 167	58 944 233	0
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4 437 456	4 437 456	4 575 935	13 450 847	4 755 700	0
D13	Segurança social	24 789 706	25 289 706	26 817 543	76 896 955	25 814 054	0
D2	Aquisição de bens e serviços	59 995 402	57 776 516	59 373 302	177 145 220	72 943 397	0
D3	Juros e outros encargos	199 432 903	147 291 972	97 620 166	444 345 041	52 509 016	0
D4	Transferências correntes	0	0		0	0	0
D41	Administrações Públicas	0	0		0	0	0
D411	Administração Central – Estado		0		0		
D412	Administração Central – Outras entidades		0		0		
D413	Segurança Social		0		0		
D414	Administração Regional		0		0		
D415	Administração Local		0		0		
D42	Instituições sem fins lucrativos		0		0		
D43	Famílias		0		0		
D44	Outras despesas correntes		0		0		
D5	Subsídios		0		0		
D6	Outras despesas correntes	10 820 472	740 965	598 308	12 159 745	0	0

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual		
		2020	2021	2022	Soma	2023	2024
	DESPESA DE CAPITAL	130 910 280	150 866 772	200 223 998	482 001 050	196 876 243	0
D7	Investimento	130 910 280	150 866 772	200 223 998	482 001 050	196 876 243	0
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central – Estado		0		0		
D812	Administração Central – Outras entidades		0		0		
D813	Segurança Social		0		0		
D814	Administração Regional		0		0		
D815	Administração Local		0		0		
D82	Instituições sem fins lucrativos		0		0		
D83	Famílias		0		0		
D84	Outras despesas correntes		0		0		
D9	Outras despesas de capital		0		0		
	Despesa efetiva [4]	484 159 057	440 678 685	443 498 283	1 368 336 025	411 842 643	0
	Despesa não efetiva [5]	216 514 597	139 863 958	80 962 516	437 341 071	0	0
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	216 514 597	139 863 958	80 962 516	437 341 071	0	0
	Despesa total [6] = [4] + [5]	700 673 654	580 542 643	524 460 799	1 805 677 096	411 842 643	0
	Saldo total [3] – [6]	0	0	0	0	0	0
	Saldo global [1] – [4]	-238 390 316	-227 761 208	-158 627 269	-624 778 793	-141 411 884	0
	Despesa primária	284 726 154	293 386 713	345 878 117	923 990 984	359 333 627	0
	Saldo corrente	-206 428 050	-137 841 972	-47 043 455	-391 313 477	-30 229 517	0
	Saldo de capital	-31 962 266	-89 919 236	-111 583 814	-233 465 316	-111 182 367	0
	Saldo primário	-38 957 413	-80 469 236	-61 007 103	-180 433 752	-88 902 868	0

2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos								Total previsto
														Períodos seguintes						
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizados em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	2023 [t]	2024	2025	2026	2027	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21] = [13] + ... + [20]
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	10 190 336						n.a.			17 558 621						17 558 621
	2	Expansão da Rede	D.7	E	33 554 384		45 380 184		2020	2024	3	52 799 965	37 925 462	71 656 203	159 240 957					321 622 588
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	8 235 280				2020	2027	3	39 464 459	571 550	27 801 018	25 452 171	25 360 580	20 302 744			138 952 522
	4	Leasing TREM	D.7	O	51 007 102				2020	2022	n.a.	102 814 962	52 777 778	0						155 592 739
	5	Investimento ML	D.7	E	1	35 089 711					n.a.			27 989 707						27 989 707
	6	Expansão S. Sebastião/ Alcântara	D.7	E			16 029 000		2021	2026	1	68 509	1 180 184	44 212 688	136 650 572	142 237 631	103 595 964			427 945 548
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/ Loures	D.7	E			738 000		2021	2026	1	54 650	513 842	7 658 006	97 279 050	99 479 211	51 179 429			256 164 188
				Total	102 987 103	35 089 711	62 147 184	0			Total	195 202 545	92 968 816	196 876 243	418 622 750	267 077 422	175 078 137	0	0	1 345 825 913

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL
1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – RECEITA

Un.: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO – 2022						2021
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior						0	
	Operações orçamentais **[1]**	47 653 987	1 685 857	3 563 173		70 202 815	**123 105 832**	**47 271 470**
	Restituição do saldo de operações orçamentais						0	
	Operações de tesouraria **[A]**	88 675					88 675	
	RECEITA CORRENTE	**146 488 721**	**3 963 263**	**1 694 026**	**0**	**0**	**152 146 010**	**187 505 747**
R1	**Receita fiscal**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
R11	Impostos diretos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	0	**0**
R12	Impostos indiretos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	0	**0**
R2	**Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
R3	**Taxas, multas e outras penalidades**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
R4	**Rendimentos de propriedade**	**72 919**	**0**	**0**	**0**	**0**	**72 919**	**0**
R5	**Transferências correntes**	**20 103 300**	**3 963 263**	**1 694 026**	**0**	**0**	**25 760 589**	**111 591 266**
R51	Administrações públicas	20 103 300	3 963 263	0	0	0	24 066 563	8 483 263
R511	Administração central – Estado	0	3 963 263	0	0	0	3 963 263	3 963 263
R512	Administração central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	4 520 000
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	20 103 300	0	0	0	0	20 103 300	103 108 003

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL
1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – RECEITA

Un.: Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO – 2022						2021
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
R52	Exterior – UE	0	0	1 694 026	0	0	1 694 026	72 020 000
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	**Venda de bens e serviços**	117 923 025	0	0	0	0	117 923 025	69 247 992
R7	**Outras receitas correntes**	8 389 477	0	0	0	0	8 389 477	6 666 489
	RECEITA DE CAPITAL	272 844	42 780 000	29 817 018	0	0	72 869 862	78 455 224
R8	**Venda de bens de investimento**	15 880	0	0	0	0	15 880	1 444 226
R9	**Transferências de capital**	0	42 780 000	29 817 018	0	0	72 597 018	76 977 599
R91	Administrações públicas	0	42 780 000	0	0	0	42 780 000	38 294 200
R911	Administração central – Estado	0	42 780 000	0	0	0	42 780 000	38 294 200
R912	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0		0
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0		0
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R93	Outras	0	0	0	0	0		0
R11	**Reposição não abatidas aos pagamentos**	256 964	0	0	0	0	256 964	33 399
	Receita efetiva [2]	146 761 565	46 743 263	31 511 044	0	0	225 015 872	265 960 971
	Receita não efetiva [3]	0	216 588 376	0	0	0	216 588 376	378 902 192
R12	**Receita com ativos financeiro**	0	0	0	0	0	0	5 809 761
R13	**Receita com passivos financeiro**	0	216 588 376	0	0	0	216 588 376	373 092 431
	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	194 415 552	265 017 496	35 074 217	0	70 202 815	564 710 080	692 134 633
	Operações de tesouraria [B]	0	0		0	0	0	0

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL
1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESA

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO – 2022						2021
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	DESPESA CORRENTE	134 126 930	79 445 559	1 694 026	0	0	215 266 515	276 716 905
D1	Despesas com pessoal	86 890 138	0	0	0	0	86 890 138	85 286 825
D11	Remunerações certas e permanentes	55 989 777	0	0	0	0	55 989 777	54 685 973
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4 662 309	0	0	0	0	4 662 309	4 397 404
D13	Segurança social	26 238 052	0	0	0	0	26 238 052	26 203 448
D2	Aquisição de bens e serviços	45 687 503	3 747 795	1 669 739	0	0	51 105 037	46 919 570
D3	Juros e outros encargos	0	75 697 764	0	0	0	75 697 764	141 972 296
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	
D411	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	
D412	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	
D6	Outras despesas correntes	1 549 289	0	24 287	0	0	1 573 576	2 538 213

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL
1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESA

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO – 2022						2021
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	DESPESA DE CAPITAL	14 438 530	61 557 096	30 234 150	0	0	106 229 776	150 753 912
D7	Investimento	13 438 530	61 557 096	30 234 150	0	0	105 229 776	150 753 912
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D811	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	0
D812	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	1 000 000	0	0	0	0	1 000 000	0
	Despesa efetiva [5]	148 565 460	141 002 655	31 928 176	0	0	321 496 291	427 470 817
	Despesa não efetiva [6]	0	80 962 515	0	0	0	80 962 515	139 863 958
D10	Despesa com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
D11	Despesa com passivos financeiros	0	80 962 515	0	0	0	80 962 515	139 863 958
	Soma [7] = [5] + [6]	148 565 460	221 965 170	31 928 176	0	0	402 458 806	567 334 775

DEMONSTRAÇÕES DE RELATO INDIVIDUAL
1 – DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESA

Un.: Euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO – 2022						2021
		RP	RG	EU	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Operações de tesouraria [C]	88 675					88 675	
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais **[8] = [4] – [7]**	45 850 092	43 052 326	3 146 041	0	70 202 815	162 251 274	124 799 858
	Operações de tesouraria **[D] = [A] + [B] – [C]**	0	0	0	0	0	0	
	Saldo global [2] – [5]	-1 803 895	-94 259 392	-417 132	0	0	-96 480 419	-161 509 846
	Despesa primária	148 565 460	65 304 891	31 928 176	0	0	245 798 527	285 498 521
	Saldo de capital	-14 165 686	-18 777 096	-417 132	0	0	-33 359 914	-72 298 688
	Saldo primário	-1 803 895	-18 561 628	-417 132	0	0	-20 782 655	-19 537 550
	Receita total [1] + [2] + [3]	194 415 552	265 017 496	35 074 217	0	70 202 815	564 710 080	692 134 633
	Despesa total [5] + [6]	148 565 460	221 965 170	31 928 176	0	0	402 458 806	567 334 775

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no fina do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	2021 (8)	2022 (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
	RECEITA CORRENTE	195 827 689	0	152 146 010	0	152 146 010	0	0	0	152 146 010	152 146 010	0	-	-
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R4	Rendimentos da propriedade	72 919	0	72 919	0	72 919	0	0	0	72 919	72 919	0	-	-
R5	Transferncias correntes	54 692 149	0	25 760 589	0	25 760 589	0	0	0	25 760 589	25 760 589	0	-	-
R51	Administrações públicas	37 925 149	0	3 963 263	0	3 963 263	0	0	0	3 963 263	3 963 263	0	-	-
R511	Administração central - Estado	3 590 995	0	3 963 263	0	3 963 263	0	0	0	3 963 263	3 963 263	0	-	-
R512	Administração central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R515	Administração Local	34 334 154	0	20 103 300	0	20 103 300	0	0	0	20 103 300	20 103 300	0	-	-
R52	Exterior - UE	16 767 000	0	1 694 026	0	1 694 026	0	0	0	1 694 026	1 694 026	0	-	-
R53	Outras	0									0			
R6	Venda de bens e serviços	132 673 142	0	117 923 025	0	117 923 025	0	0	0	117 923 025	117 923 025	0	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período (11)	Grau de execução orçamental	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	2021 (8)	2022 (9)	Total (10) = (5) - (7)		Períodos anteriores (12) = (8) / (2) x 100	Período corrente (13) = (9) / (2) x 100
R7	Outras receitas correntes	8 389 479	0	8 389 477	0	8 389 477	0	0	0	8 389 477	8 389 477	0	-	-
	RECEITA DE CAPITAL	**328 633 110**	**0**	**289 458 238**	**0**	**289 458 238**	**0**	**0**	**0**	**289 458 238**	**289 458 238**	**0**	-	-
R8	Venda de bens de investimento	626 177	0	15 880	0	15 880	0	0	0	15 880	15 880	0	-	-
R9	Transferências de capital	88 160 184	0	72 597 018	0	72 597 018	0	0	0	72 597 018	72 597 018	0	-	-
R91	Administrações públicas	42 780 000	0	42 780 000	0	42 780 000	0	0	0	42 780 000	42 780 000	0	-	-
R911	Administração central – Estado	42 780 000	0	42 780 000	0	42 780 000	0	0	0	42 780 000	42 780 000	0	-	-
R912	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R92	Exterior – UE	45 380 184	0	29 817 018	0	29 817 018	0	0	0	29 817 018	29 817 018	0	-	-
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	256 964	0	256 964	0	256 964	0	0	0	256 964	256 964	0	-	-
R12	Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
R13	Passivos financeiros	239 589 785	0	216 588 376	0	216 588 376	0	0	0	216 588 376	216 588 376	0	-	-
	Saldo da gerência anterior – operações orçamentais	52 903 020		123 194 507		123 194 507				123 194 507	123 194 507		-	-
		577 363 819	**0**	**564 798 755**	**0**	**564 798 755**	**0**	**0**	**0**	**564 798 755**	**564 798 755**	**0**	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
	DESPESA CORRENTE	1 203 870	271 945 219	10 473 918	220 773 811	220 773 811	1 203 870	214 062 645	215 266 514	0	5 507 297	0,4	78,7
D1	Despesas com pessoal	146 967	101 507 112	0	87 000 284	87 000 284	146 967	86 743 171	86 890 138	0	110 147	0,1	85,5
D11	Remunerações certas e permanentes	146 958	68 460 296	0	55 999 629	55 999 629	146 958	55 842 819	55 989 777	0	9 852	0,2	81,6
D12	Abonos variáveis ou eventuais	9	5 203 472	0	4 762 311	4 762 311	9	4 662 300	4 662 309	0	100 003	0,0	89,6
D13	Segurança social	0	27 843 344	0	26 238 344	26 238 344	0	26 238 052	26 238 052	0	292	0,0	94,2
D2	Aquisição de bens e serviços	1 053 597	71 153 873	10 473 918	56 485 425	56 485 425	1 053 597	50 051 440	51 105 037	0	5 380 389	1,5	70,3
D3	Juros e outros encargos	1 486	97 672 375	0	75 714 526	75 714 526	1 486	75 696 278	75 697 764	0	16 762	0,0	77,5
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D41	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D411	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D412	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D413	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D414	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D415	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D43	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D44	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D6	Outras despesas correntes	1 820	1 611 859	0	1 573 576	1 573 576	1 820	1 571 756	1 573 576	0	0	0,1	97,5

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Un.: Euros

Rubricas	Designação	Despesa por pagar de períodos anteriores (1)	Dotações corrigidas (2)	Cativos / descativos (3)	Compromissos (4)	Obrigações (5)	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar (9) = (4) - (5)	Obrigações por pagar (10) = (5) - (8)	Grau de execução orçamental	
							Períodos anteriores (6)	Período corrente (7)	Total (8) = (6) + (7)			Períodos anteriores (11) = (6) / (2) x 100	Período corrente (12) = (7) / (2) x 100
	DESPESA DE CAPITAL	3 299 179	305 418 600	0	227 696 871	227 696 871	3 299 180	183 893 111	187 192 291	0	40 504 580	1,1	60,2
D7	Investimento	3 299 179	223 456 084	0	145 734 356	145 734 356	3 299 180	101 930 596	105 229 776	0	40 504 579	1,5	45,6
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D81	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D811	Administração Central – Estado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D812	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D813	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D814	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D815	Administração Local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D83	Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D84	Outras despesas correntes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D9	Outras despesas de capital	0	1 000 000	0	1 000 000	1 000 000	0	1 000 000	1 000 000	0	0	0,0	100,0
D10	Ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
D11	Passivos financeiros	0	80 962 516	0	80 962 516	80 962 516	0	80 962 515	80 962 515	0	1	0,0	100,0
		4 503 049	577 363 819	10 473 918	448 470 682	448 470 682	4 503 050	397 955 755	402 458 805	0	46 011 877	0,8	68,9

EXECUÇÃO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução financeira global (%)
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]	Ano t 2022 [12]	Anos seguintes [13]	Total [14] = [12] + [13]	Anos anteriores [15]	2022 [16]	Total [17] = [15] + [16]	[17]	[18]
	1	Remodelação da Rede	D.2	E	0	24 267					0	0	0		24 267	24 267	0,24%	
	1	Remodelação da Rede	D.7	E	552 765	7 540 789					10 190 336		10 190 336		8 093 554	8 093 554	10,25%	79,42%
	2	Expansão da Rede	D.2	E		36 310			2020	2024			0		36 310	36 310	0,05%	
	2	Expansão da Rede	D.7	E	7 655 003		30 234 150		2020	2024	78 934 568	230 897 160	309 831 728		37 889 153	37 889 153	48,00%	48,00%
	3	Modernização e CBTC	D.2	E/O					2020	2027			0		0	0	0,00%	
	3	Modernização e CBTC	D.7	E/O	571 550				2020	2027	8 235 280	53 253 189	61 488 469		571 550	571 550	6,94%	6,94%
	4	Leasing TREM	D.7	O	52 777 778				2020	2022	51 007 102	0	51 007 102	102 814 962	52 777 778	155 592 740	103,47%	103,47%
	5	Outros	D.7	E		5 897 598					35 089 712		35 089 712		5 897 598	5 897 598	16,81%	16,81%
	6	Expansão S. Sebastião/ Alcântara	D.2/D.6	E			1 180 183		2021	2026	16 029 000	180 863 260	196 892 260	68 509	1 180 183	1 248 692	7,36%	7,36%
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/ Loures	D.2/D.6	E			513 842		2021	2026	738 000	104 937 056	105 675 056	54 650	513 842	568 492	69,63%	69,63%
				Total	**61 557 096**	**13 498 964**	**31 928 175**	**0**		**Total**	**200 223 998**	**569 950 665**	**770 174 663**	**102 938 121**	**106 984 235**	**209 922 356**	**53,43%**	**215,89%**

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Un. Euros

Rubricas	Descrição	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
	RECEITA CORRENTE	**196 230 830**	**35 015 968**	**35 419 109**	**0**	**195 827 689**	
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	
R2	Contrib. para sistemas de prot. social e subsist. de saúde	0	0	0	0	0	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	
R4	Rendimentos da propriedade	0	72 919	0	0	72 919	
R5	Transferências correntes	37 171 344	753 805	0	0	37 925 149	
R51	Administrações públicas	37 171 344	753 805	0	0	37 925 149	
R511	Administração central – Estado	3 590 995	0	0	0	3 590 995	
R512	Administração central – Outras entidades	0	0	0	0	0	
R515	Administração Local	33 580 349	753 805	0	0	34 334 154	
R6	Venda de bens e serviços	128 831 905	34 113 373	30 272 136	0	132 673 142	
R7	Outras receitas correntes	13 460 581	75 871	5 146 973	0	8 389 479	
	RECEITA DE CAPITAL	**88 640 184**	**665 923**	**519 746**	**0**	**88 786 361**	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Un. Euros

Rubricas	Descrição	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R8	Venda de bens de investimento	480 000	130 297	0	0	610 297	
R9	Transferências de capital	88 160 184	519 746	519 746	0	88 160 184	
R91	Administrações públicas	42 780 000	519 746	519 746	0	42 780 000	
R911	Administração central – Estado	42 780 000	519 746	519 746	0	42 780 000	
R912	Administração Central – Outras entidades	0	0	0	0	0	
R913	Segurança Social	0	0	0	0	0	
R914	Administração Regional	0	0	0	0	0	
R915	Administração Local	0	0	0	0	0	
R92	Exterior – UE	45 380 184	0	0	0	45 380 184	
R93	Outras	0	0	0	0	0	
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	
	Receita efetiva [1]	**284 871 014**	**35 681 891**	**35 938 855**	**0**	**284 614 050**	
	Receita não efetiva [2]	**239 589 785**	**53 159 984**	**0**	**0**	**292 749 769**	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0	256 964	0	0	256 964	
R13	Passivos financeiros	239 589 785	0	0	0	239 589 785	
	Saldo da gerência anterior – operações orçamentais		52 903 020			52 903 020	
	Receita total [3] = [1] + [2]	**524 460 799**	**88 841 875**	**35 938 855**	**0**	**577 363 819**	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

Un. Euros

Rubricas	Descrição	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
		242 474 285	**34 334 198**	**4 863 264**	**0**	**271 945 219**	
D1	Despesas com o pessoal	85 682 509	15 903 263	78 660	0	101 507 112	
D11	Remunerações certas e permanentes	54 289 031	14 249 925	78 660	0	68 460 296	
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4 575 935	627 537	0	0	5 203 472	
D13	Segurança social	26 817 543	1 025 801	0	0	27 843 344	
D2	Aquisição de bens e serviços	58 573 302	17 365 175	4 784 604	0	71 153 873	
D3	Juros e outros encargos	97 620 166	52 209	0	0	97 672 375	
D6	Outras despesas correntes	598 308	1 013 551	0	0	1 611 859	
		191 223 998	**61 399 554**	**28 167 468**	**0**	**224 456 084**	
D7	Investimento	191 223 998	61 399 554	28 167 468	0	224 456 084	
	Despesa efetiva [4]	**433 698 283**	**95 733 752**	**33 030 732**	**0**	**496 401 303**	
	Despesa não efetiva [5]	**80 962 516**	**0**	**0**	**0**	80 962 516	
D11	Despesa com passivos financeiros	80 962 516	0	0	0	80 962 516	
	Despesa total [6] = [4] + [5]	**514 660 799**	**95 733 752**	**33 030 732**	**0**	**577 363 819**	
	Saldo total [3] - [6]	**9 800 000**	**-6 891 877**	**2 908 123**	**0**	**0**	
	Saldo global [1] - [4]	**-148 827 269**	**-60 051 861**	**2 908 123**	**0**	**-211 787 253**	
	Despesa primária	**336 078 117**	**95 681 543**	**33 030 732**	**0**	**398 728 928**	
	Saldo corrente	-46 243 455	681 770	30 555 845	0	-76 117 530	
	Saldo de capital	-102 583 814	-60 733 631	-27 647 722	0	-135 669 723	
	Saldo primário	-51 207 103	-59 999 652	2 908 123	0	-114 114 878	

ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un.: Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
				Início	Fim	2022		Períodos seguintes					
						Dotação anual	Dotação corrigida	2022	2023	2024	2025	Outros	
[1]	[2]	[3]		[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
	1	Remodelação da Rede	D.2				24 267	24 267					24 267
	1	Remodelação da Rede	D.7			10 190 336	16 659 794	8 093 554	17 558 621				6 469 458
	2	Expansão da Rede	D.2	2020	2024		36 311	36 310					36 311
	2	Expansão da Rede	D.7	2020	2024	78 934 568	122 057 443	37 889 153	71 656 203	159 240 957			43 122 875
	3	Modernização e CBTC	D.2	2020	2027		0						0
	3	Modernização e CBTC	D.7	2020	2027	8 235 280	10 637 292	571 550	27 801 018	25 452 171	25 360 580	20 302 744	2 402 012
	4	Leasing TREM	D.7	2020	2022	51 007 102	52 777 778	52 777 778					1 770 676
	5	Outros	D.7			35 089 712	7 737 552	5 897 598	27 989 707				-27 352 160
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.2/D.6	2021	2026	0	2 115 199	1 180 183					2 115 199
	6	Expansão S. Sebastião/Alcântara	D.7	2021	2026	16 029 000	13 586 080		44 212 688	136 650 572	142 237 631	103 595 964	-2 442 920
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.2/D.6	2021	2026		1 065 721	513 842					1 065 721
	7	Metro Ligeiro Superfície Odivelas/Loures	D.7	2021	2026	738 000	0		7 658 006	97 279 050	99 479 211	51 179 429	-738 000
					Total	**200 223 998**	**226 697 437**	**106 984 235**	**196 876 243**	**418 622 750**	**267 077 422**	**175 078 137**	**26 473 439**

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Un. Euros

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
RECEITA		**71 896 841**	**0**	**1 694 026**	**70 202 815**
R.17	Operações Extraorçamentais	71 896 841	0	1 694 026	70 202 815
R.17.02	Outras operações de tesouraria	71 896 841	0	1 694 026	70 202 815
R.17.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	71 896 841		1 694 026	70 202 815
DESPESA		**0**	**88 675**	**88 675**	**0**
D.12	Operações Extraorçamentais	0	88 675	88 675	0
D.12.02.00	Outras operações de tesouraria	0	88 675	88 675	0
D.12.02.00.00.00	Ots operações de tesouraria	0	88 675	88 675	0
	Total	**71 896 841**	**88 675**	**1 782 701**	**70 202 815**

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial do Código das Sociedades Comerciais (CSC)[1] e dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)[2], cabe ao Conselho Fiscal (CF) fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da ML, bem como emitir parecer sobre o Relatório Consolidado[3], as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ML ("Grupo ML"[4]) e a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022[5], atentas as respetivas Certificações Legais de Contas (CLC), emitidas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), os Relatórios de Auditoria do Auditor Externo[6] e os correspondentes Relatórios Adicionais[7].

O presente relatório e parecer têm em consideração o quadro normativo específico aplicável às empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), bem como as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, sobre o processo de prestação de contas referente a 2022, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI_DGTF/2023/630, de 10 de fevereiro, competindo, nessa medida, ao CF a verificação do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, bem como da apresentação do Relatório Anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar a informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE)[8] .

Neste âmbito e para efeitos do presente documento, importa salientar o seguinte:

a) A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;
b) As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas relativas a 2022, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA), em 20 de junho de 2023, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)[9] e com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), respetivamente, e a informação não financeira foi elaborada de acordo com as diretrizes do GRI Standards;
c) À data da elaboração e aprovação pelo CA do relatório e contas relativas ao exercício de 2022, os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ainda não tinham sido objeto de aprovação pelas Tutelas, tendo a ML procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e a propostas de aplicação de resultados seriam aprovadas sem alterações significativas. Através de Despacho dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, de 22 de junho de 2023, foram aprovados os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da ML, referentes ao exercício de 2021, atentas as reservas e as ênfases expressas nas certificações legais das contas e nos relatórios dos auditores externos, assim como o parecer do Conselho Fiscal[10];
d) A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

[1] O n.º 2 do artigo 60.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), aprovado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

[2] Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

[3] Apresentado ao abrigo do n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC.

[4] As contas consolidadas incluem, através do método de consolidação integral, as empresas Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (Ferconsult), Metrocom, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, S.A., TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. e TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e em associadas (Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. e s OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. (liquidação encerrada em 27 de abril de 2022), estão incluídos nas contas consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

[5] Documentos que foram remetidos, para esse efeito, a este órgão na sequência da respetiva aprovação, em 20 de junho de 2023, pelo Conselho de Administração.

[6] Emitidos ao abrigo e nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do RJSPE, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

[7] Apresentados ao CF, pelo ROC e pelo Auditor Externo, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º do Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua atual redação.

[8] Aprovado através do já mencionado RJSPE.

[9] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

[10] Recomendando-se ao CA que diligencie pela:
- Implementação de um Sistema que permita a obtenção e validação de forma automática das demonstrações orçamentais, em cumprimento do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, bem como da observação do cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental;
- Divulgação, de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no Anexo às demonstrações orçamentais do exercício de 2022 dos elementos informativos relativos à Contratação administrativa, em concreto a situação dos contratos e a Adjudicações por tipo de procedimento e à Transferência e subsídios de despesa e de receita.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em janeiro de 2017[11], acompanhou, no âmbito das suas competências, a atividade da ML ao longo de 2022, bem como os subsequentes procedimentos de encerramento e revisão das contas.

Em 2022, consideramos ser de destacar as seguintes atividades realizadas pelo CF:

a) Análise da proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023, com a emissão do respetivo parecer;
b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2021 e emissão do respetivo parecer;
c) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referente aos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 2021;
d) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referente ao 1.º trimestre de 2022;
e) Preparação de apresentação de proposta no âmbito do procedimento de prestação de serviços de revisão legal das contas na ML, para o triénio 2022-2024[12];
f) Consulta das atas das reuniões do CA;
g) Realização de 22 reuniões do CF.

Já em 2023, e com especial enfoque nos procedimentos de encerramento e revisão das contas relativas ao exercício de 2022, são de realçar as seguintes atividades:

a) Elaboração dos relatórios trimestrais do CF de acompanhamento da execução referentes aos 2.º e 3.º trimestre de 2022;
b) Acompanhamento da revisão legal e da auditoria externa das contas anuais individuais e consolidadas, através da realização de diversos contactos e reuniões, no âmbito dos quais foram obtidos todos os esclarecimentos considerados necessários;
c) Apreciação dos relatórios adicionais emitidos pelo ROC e pelos Auditores Externos, elaborados em cumprimento do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, cujos conteúdos merecem a concordância deste órgão de fiscalização;
d) Verificação da independência do ROC e do Auditor Externo;
e) Consulta das atas das reuniões do CA;
f) Análise do Relatório Consolidado, apresentado em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 508.º-C do CSC, das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2022 e respetivos anexos, do Relatório do governo societário e das Demonstrações não financeiras.

Neste contexto, foram obtidos os esclarecimentos necessários às questões colocadas, junto da Direção Financeira, do ROC, dos Auditores Externos e do CA, relativamente a estes últimos em sede de reunião de aprovação dos documentos de prestação de contas, com a presença do ROC, dos Auditores Externos e do CF.

O CF contou com a total disponibilidade do CA, do ROC, dos Auditores Externos, da responsável pela Direção Financeira, bem como da generalidade dos colaboradores da ML que teve de contactar no âmbito do desempenho das suas competências, o que muito agradece.

3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO CONSOLIDADO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. O Relatório Consolidado apresentado pelo CA, em cumprimento do disposto nos artigos 66.º, 66.º-A, 66.º-B e 508.º-C do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML e do Grupo ML durante o exercício de 2022, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do referido exercício.

Dada a sua importância no desempenho global da ML e do Grupo ML, o CF realça os seguintes aspetos identificados naquele relatório:

a) Crescimento dos níveis de atividade, face a 2021, expresso através dos aumentos de 63,3%, quer no número de passageiros transportados com título pago, quer em passageiros x km e com reflexo na receita de serviço público (+64,2%[13]). Ainda assim, os valores atingidos mantêm-se aquém dos de 2019 (pré-pandemia), nomeadamente quanto ao número de passageiros transportados com título pago (-24,8%) e à receita de serviço público (-6,4%);

[11] O CF foi nomeado para o mandato 2017-2019, através de Despacho dos então Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e Adjunto e do Ambiente, de 25 de janeiro de 2017.

[12] Embora a respetiva nomeação venha a ocorrer apenas para o mandato de 2023-2025.

[13] Considerando as receitas de títulos de transporte (passes e títulos ocasionais/bilhetes), as compensações financeiras relacionadas com os passes sociais 4-18/Sub23/social+ e a isenção de pagamento atribuída aos antigos combatentes, bem como os valores recebidos no âmbito do PART (AML).

b) Investimento realizado muito aquém do previsto (-119,1 M€[14]/-70,4%), destacando-se, porém, a conclusão da renovação dos bancos de toda a frota de material circulante pelo novo revestimento de cortiça e da implantação dos elevadores nas estações de Entre Campos e Cidade Universitária, bem como a continuação da instalação, renovação e revisão de vários sistemas fundamentais para o controle e supervisão da rede e dos trabalhos necessários à ligação das linhas amarela e verde (no âmbito da construção da linha circular). Ao nível do desvio na execução realçam-se os projetos Prolongamento Rato / Cais do Sodré, com um desvio negativo de 49,5 M€ (-56,9%), o Plano Nacional de Acessibilidades -10,1 M€ (-82,8%) e o Prolongamento S. Sebastião / Alcântara -14,9 M€ (- 100%);
c) Admissão de pessoal, na sequência da autorização concedida pelo Governo no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento de 2022.

3.2. As demonstrações financeiras individuais, reportadas a 31 de dezembro de 2022, evidenciam uma melhoria da situação patrimonial da empresa face a 31 de dezembro de 2021, traduzida num capital próprio de 1.944.606.216 € (+183.547.565 €), ascendendo o ativo total a 5.850.513.639 € (+30.029.260 €) e o passivo total a 3.905.907.422 € (-153.518.306 €).

Porém, tal evolução resulta essencialmente do aumento do capital social, 181,4 M€ totalmente subscritos e realizados, dado que a empresa continua a gerar prejuízos, que em 2022 ascenderam a 21,1 M€, valor similar ao obtido em 2021 (prejuízo de 22,9 M€).

O resultado operacional situou-se em -1,0 M€, registando-se uma evolução desfavorável de 3,3 M€ face a 2021 (+2,3 M€), na sequência de um crescimento dos rendimentos (+11,6 M€) inferior ao aumento dos gastos (+14,9 M€).

Nos rendimentos realça-se o crescimento do volume de negócios em cerca de 44,3 M€ face a 2021, evidenciando uma recuperação para níveis próximos dos registados em 2019 (pré-pandemia), sobretudo através do aumento da receita de serviço público em cerca de 40,5 M€ (aumento da procura em 63,3%[15] e atualização de preços de alguns títulos ocasionais). Em sentido contrário, regista-se a redução de 27,7 M€, face a 2021, dos pagamentos por conta (COVID).

Nos acréscimos de gastos salientam-se: (i) os fornecimentos e serviços externos (+4,6 M€), pelo aumento do valor da energia de alta tensão; (ii) os gastos com o pessoal (+4 M€), na sequência de novas contratações e atualizações salariais; e (iii) as perdas imputadas a subsidiárias (+3,8 M€), com destaque para o TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE.

Os encargos financeiros continuam a ser muito elevados (20,2 M€), apesar da redução de 5,1 M€ face a 2021, sendo que cerca de 94% destes encargos (18,9 M€) referem-se aos juros decorrentes de contratos *swaps*.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo remunerado da ML situou-se em 3.293,3 M€, representando uma redução de 1,4% (-45,8 M€ face a 31 de dezembro de 2021), sendo de realçar que os empréstimos do Tesouro ascendem já a 63,3% do total (61,3% em 31 de dezembro de 2021)[16].

O investimento capitalizado em 2022 no ativo fixo da ML[17] ascendeu a 50,1 M€, valor que ficou aquém do realizado em 2021 (-37,3 M€/-42,7%) e do previsto (-119,1 M€/-70,4%), destacando-se o prolongamento Rato/Cais do Sodré (37,4 M€, representando cerca de 75% do total realizado).

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2022, regista-se o aumento do saldo de caixa em 37,5 M€, o que foi possível através da obtenção de saldos positivos das atividades de financiamento (59,9 M€, com o valor dos aumentos de capital e dos financiamentos obtidos, embora globalmente inferior ao de 2021, a exceder o valor das amortizações da dívida e dos juros e gastos similares) e operacionais (11,1 M€, com uma evolução significativa face a 2021, em que foi apurado um saldo negativo de 17,3 M€, sobretudo pelo crescimento dos recebimentos de clientes[18], +54,4 M€ que no ano anterior). A atividade de investimento gerou um *cash-flow* negativo de 33,5 M€, essencialmente pela redução dos recebimentos de subsídios de investimento (-80,9 M€ que em 2021).

[14] Milhões de euros.
[15] Número total de passageiros transportados.
[16] Realçando-se que em 2022 foi liquidada a última parcela de dívida ao BEI.
[17] Formação Bruta de Capital Fixo.
[18] Sobretudo relacionados com a receita de serviço público.

3.3. As demonstrações financeiras consolidadas, reportadas a 31 de dezembro de 2022, refletem a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação (Grupo ML), o resultado líquido e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados.

De realçar o peso muito significativo da ML no conjunto do Grupo ML, pelo que não se registam diferenças relevantes entre as contas individuais e consolidadas, evidenciando estas um ativo total de 5.850.889.017 €, um passivo total de 3.936.046.505 € e um capital próprio de 1.914.842.512 €.

O resultado líquido consolidado em 2022 ascendeu a -21,1 M€, valor aproximado ao obtido em 2021 (-22,9 M€). Porém, regista-se um agravamento significativo do resultado operacional, -0,9 M€ em 2022 face a +2,4 M€ em 2021.

3.4. Face ao exposto, no nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML e do Grupo ML, é desejável o seguinte:

a) Definir os termos e as condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
b) Manter o modelo de financiamento através do detentor do capital estatutário, tendo como principal objetivo a redução do passivo remunerado;
c) Não obstante a evolução registada em 2022, continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria das condições de operacionalidade e da qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2022 foram objeto da revisão do ROC, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu as competentes CLC, bem como de auditoria externa. Nos documentos emitidos pelo ROC e pelos auditores externos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

Ambas as CLC, relativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressam uma opinião com reservas (três reservas e uma ênfase).

As reservas são recorrentes, estando relacionadas com situações cuja resolução não depende exclusivamente da ML, designadamente:

a) As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros efeitos decorrentes do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, em 23 de março de 2015;
b) Permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das ILD, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada relativa à administração das atividades de investimento de ILD, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2022;
c) O balanço inclui no ativo corrente, em 31 de dezembro de 2022, o montante de 29,7 M€ relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora.

Os Relatórios de Auditoria, relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expressam uma opinião com três reservas.

As CLC e os Relatórios de Auditoria são coincidentes quanto às matérias objeto de reserva.

Neste contexto, urge a adoção de medidas que permitam a mitigação das insuficiências antes relatadas, com especial relevância para a definição dos termos e das condições que regulem o relacionamento entre o Estado Português e a ML.

5. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS[19] E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA[20]

Com relevância para o presente ponto, destaca-se que, através do Despacho Conjunto das Finanças e Ambiente e Ação Climática, de 12 de junho de 2022, assinado por Suas Exas. os Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, foi aprovada a proposta de PAO da ML para 2022 e foi concedida autorização para: *"a) A contratação de 34 agentes de tráfego, 13 oficiais de manutenção, 2 inspetores de obra e 9 técnicos especializados, pela base da carreira, revogando-se as demais autorizações para as contratações anteriormente concedidas e ainda não concretizadas; b) O aumento dos gastos com pessoal em 2022, face a 2021, em até 3.683 mil Euros, (...); c) O aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo, e alojamento, e os associados à frota automóvel, em até 134 mil euros, face a 2019, sem aumento da frota automóvel; d) O aumento dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, em até 1.556 mil euros, face a 2019; (...)"*

Neste contexto, e atenta a informação constante no ponto VIII do Relatório Consolidado, destaca-se:

a) Objetivos de Gestão e Orçamento para 2022

Não foram fixados objetivos de gestão para 2022, pelo que o Relatório Consolidado evidencia o grau de execução de indicadores de eficiência, investimento e endividamento projetados no PAO 2022, bem como o grau de execução do orçamento carregado no Sistema de Orçamento do Estado, justificando os principais desvios. Neste âmbito, destaca-se que o resultado operacional[21] executado em 2022 (-23,4 M€) traduz um desvio desfavorável de 6,1 M€ face ao orçamentado (-17,3 M€).

b) Eficiência Operacional

O peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios[22] (106,3%) registou um desvio desfavorável de 6 p.p. face ao orçamentado e aprovado para 2022 (100,3%), essencialmente justificado pelo facto de o volume de negócios previsto para 2022, para efeitos de apuramento da eficiência operacional, ascender a 128,5 M€[23] que compara com 111,2 M€ de volume de negócios executado.

Para o cálculo do referido rácio, sublinha-se que foram excluídos os gastos executados com caráter excecional e/ou que desvirtuam a comparabilidade do mesmo, designadamente os gastos operacionais impactados pelo incremento dos preços da energia (6,9 M€), pelas valorizações remuneratórias obrigatórias (1,1 M€) e pela integração dos trabalhadores da Ferconsult, S.A.[24] (1,9 M€).

Tendo em consideração os termos e autorizações concedidas no referido Despacho de aprovação do PAO 2022, salienta-se que o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel (480,8 m€[25]), ultrapassaram em 5,1 m€ o limite aprovado para o período (475,7 m€), e que o total dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (2,5 M€) apresentou uma execução dentro do limite aprovado para o período (3,2 M€).

c) Evolução dos recursos humanos e dos gastos com pessoal

A 31 de dezembro de 2022, a ML contabilizava um total de 1.569[26] trabalhadores (1.516[27], em 31 de dezembro de 2021) que corresponde a um aumento líquido de 53 trabalhadores face a 2021. Sobre o aumento líquido de trabalhadores registado em 2022, sublinha-se que o mesmo ficou aquém do autorizado para o período (+58 trabalhadores).

Os gastos com pessoal aumentaram de 82,8 M€, em 2021, para 86,8 M€, em 2022, o que constitui um incumprimento do limite autorizado para o período (86,7 M€) no âmbito da aprovação do PAO 2022.

[19] Designadamente as normas contidas na Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2022 (LOE 2022), e no Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto, que estabeleceu as normas de execução do Orçamento para 2022.

[20] Através do referido ofício circular sobre o processo de prestação de contas.

[21] Líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

[22] Os gastos operacionais (GO), para efeitos de aferição da eficiência operacional, correspondem aos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, aos gastos com fornecimentos e serviços externos e aos gastos com pessoal.

No cálculo do rácio GO/ Volume de negócios, poderão ser excluídas as receitas e as despesas justificadamente relacionadas com fatores excecionais (pandemia por COVID-19, aumento do preço dos combustíveis, entre outros).

[23] O volume de negócios projetado para 2022 integra perdas de receita tarifária (bilhetes e passes) e não tarifária (venda e personalização de cartões, espaços comerciais e publicidade), relacionadas com a pandemia por COVID-19, no valor global de 52,8 M€.

[24] A integração, com efeitos a dezembro de 2020, foi autorizada pelo Despacho n.º 602/2020-SET, de 8 de outubro.

[25] Milhares de euros.

[26] Não considerando os órgãos sociais (3 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal).

[27] Não considerando os órgãos sociais (6).

d) Estatuto do Gestor Público (EGP)[28]

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações e ao limite estabelecido para combustível e portagens (fixado em ¼ do valor das despesas de representação).

e) Limites ao crescimento do endividamento

O endividamento cresceu 1,9% face a 31 de dezembro de 2021, por aplicação da fórmula de cálculo constante nas orientações transmitidas pela DGTF, o que constitui o cumprimento do limite de 2,15% aprovado no âmbito do PAO 2022.

f) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através de Despacho[29] da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da UTE nos anos de 2022 e de 2023, exclusivamente para os valores: i) objeto de recolha por empresa de transporte de valores; ii) referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; iii) inerentes à custódia de títulos; iv) dos contratos de leasing e factoring, e v) para compra de moeda estrangeira.
No final do período, a ML registava uma taxa de 65% de centralização dos saldos junto do IGCP.

g) Contratação Pública

No Relatório Consolidado, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos[30], e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca que a ML celebrou, em 2022, um contrato de valor superior a 5 M€, relativo ao fornecimento de energia elétrica.

h) Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, reportados a 31 de dezembro de 2022, o prazo médio de pagamentos era de 21 dias e os pagamentos em atraso de 122,8 m€.
Em cumprimento do previsto no n.º 4 do artigo 55.º da LOE 2022[31], o CF reporta que se verificou um agravamento dos pagamentos em atraso face a 31 de dezembro de 2021[32].

i) Divulgação de informação

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet e no sítio do SEE.
O Relatório Consolidado 2022 integra a informação exigida para as demonstrações não financeiras, prevista no n.º 2 do artigo 66.º-B do CSC.

j) Contabilidade Orçamental

O SNC-AP é apenas aplicável à ML quanto ao cumprimento dos requisitos legais relativos à contabilidade orçamental e à utilização do plano de contas multidimensional, para efeitos de integração da informação no Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas. Neste enquadramento, a ML apresentou as demonstrações orçamentais referentes ao exercício de 2022, em anexo ao Relatório Consolidado, cujo processo ainda carece de algumas melhorias.
Sobre esta matéria, o Despacho de 22 de junho de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Mobilidade Urbana, que procede à aprovação dos documentos de prestação de contas de 2021 da ML (incluindo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas), integra uma recomendação (ver ponto 1. do presente relatório).

[28] Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação.
[29] De 28 de abril de 2022.
[30] Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
[31] Não obstante não terem sido celebrados contratos de gestão.
[32] Em 31 de dezembro de 2021, os pagamentos em atraso ascendiam a 114,6 m€.

6. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO (RGS)

Em cumprimento do previsto no artigo 54.º do RJSPE, a ML apresentou o RGS 2022, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM).
Tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2022, incluindo os respetivos anexos e o parecer expresso pelo ROC nas CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2022 da ML, aprovado em reunião do CA de 20 de junho de 2023, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor.
Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o RGS 2022 inclui os elementos que são exigíveis à ML nos termos previstos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e das demais disposições legais que lhe são aplicáveis.

7. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da ML evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a sua situação económica e financeira à data de 31 de dezembro de 2022.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:

a) Sejam aprovados o Relatório Consolidado e as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da ML, e respetivos anexos, respeitantes ao exercício de 2022, atentas as reservas e ênfase expressas nas correspondentes Certificações Legais das Contas;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado pela ML no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de 21.135.399,74 €, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

Lisboa, 29 de junho de 2023

O CONSELHO FISCAL
Presidente

Assinado por : **José Carlos Pereira Nunes**
Num. de Identificação: BI04833126
Data: 2023.06.29 12:19:47+01'00'
José Carlos Pereira Nunes

Vogal efetiva

Assinado por : **CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE**
Num. de Identificação: 10415151
Data: 2023.06.29 12:35:57+01'00'
Cristina Maria Pereira Freire

Vogal efetiva

Assinado por : **MARGARIDA CARLA CAMPOS FREITAS TABORDA**
Num. de Identificação: BI09504700
Margarida Carla Campos Freitas Taborda)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5.850.513.639 euros e um total de capital próprio de 1.944.606.216 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.135.400 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

2. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 6 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não corrente compreende o montante de 5.369.302.753 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.180.829.583 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (586.759 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.187.886.411 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, derivados mensurados ao justo valor, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.761.095.729 euros, do qual 1.544.911.659 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2022, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas no passado pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à adequada mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente seja substancialmente superior ao ativo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo ascende a 586.759 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 17.238.733 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração – Passivo não corrente). As notas 4.2, 4.11, 6, 6.4 e 32 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; › Obtenção e análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2022, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 241.430.364 euros. As notas 4.15 e 21 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; › Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; › Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito da Entidade resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público.

A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), bem como a atribuição de indemnizações compensatórias relativas ao passe '4_18@escola.tp', 'sub23@superior.tp' e 'Social +' foi alterada em 2022 por forma a manter o regime extraordinário de apoio aos operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais, definidos pelas autoridades de transportes, cuja situação económica foi afetada pela medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas durante a vigência do estado de emergência respeitante à pandemia COVID -19. Este regime extraordinário, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023, encontra-se estabelecido na redação atual do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e prevê que o pagamento destas verbas está sujeito à avaliação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), podendo daí resultar a devolução de montantes ou o acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O ML apresenta, em 2022, vendas e serviços prestados, no montante de 111.204.866 euros e subsídios à exploração no montante de 10.639.940 euros, dos quais 9.050.009 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 4.13, 4.16, 25 e 26 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria. Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; › Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; › Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; › Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. › Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; › Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; › Realização de procedimentos de validação do corte de operações; › Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; › Recálculo das estimativas do PART "Fixo" e "Variável" tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/receitas do ML; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4. Mensuração das Provisões

O ML apresenta, em 31 de dezembro de 2022, provisões no montante de 9.870.858 euros (das quais 6.022.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 4.2, 4.14, 6, 6.7 e 19 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade da Entidade, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria. Contingências associadas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, ocorridas em 2016, atos esses que estão a ser contestados judicialmente, tendo as negociações ultimamente desenvolvidas pelas partes conduzido a um projeto de acordo extrajudicial que está na base da constituição de uma provisão, no montante	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico; › Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rúbrica de provisões; › Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões; › Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas; › Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; › Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado", relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devidas a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as

conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhes todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 564.710.080 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 402.458.806 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) O sistema contabilístico da Entidade não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental encontra-se organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa" e "Transferências e subsídios".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão, denominado pela Entidade como "Relatório Consolidado, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.
Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado "Relatório Consolidado" e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E., pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019--2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, de 15 de outubro de 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que não prestámos ao ML quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de junho de 2023

Assinado por: **José Luís Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: 01081065
Data: 2023.06.29 15:45:39+01'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5.850.889.017 euros e um total de capital próprio de 1.914.842.512 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.138.782 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data,

e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da "atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML", através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa cujo prazo de vigência finda em 1 de julho de 2024. Este contrato compreende os direitos e obrigações inerentes à referida prestação de serviço público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outras eventuais consequências da celebração do contrato de concessão, não nos tendo sido possível obter informações suficientes que nos permitissem concluir sobre os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

2. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o Grupo continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas da demonstração consolidada da posição financeira denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não corrente compreende o montante de 5.369.302.753 euros referente a (i) créditos a receber do Estado (3.180.829.583 euros), (ii) a derivados mensurados ao justo valor (586.759 euros) e a (iii) ativos fixos tangíveis, intangíveis ou propriedades de investimento, os quais totalizam 2.187.886.411 euros e correspondem a custos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (líquidos de subsídios recebidos); o passivo engloba financiamentos, provisões e outras contas a pagar relacionados com os ILD, num total de 2.761.095.729 euros, do qual 1.544.911.659 euros está considerado como não corrente. De salientar ainda que, em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados, respetivamente. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 15 do anexo, a demonstração consolidada da posição financeira inclui em 31 de dezembro de 2022, na rubrica "Outros créditos a receber", o montante de 29.738.382 euros, líquido de perdas por imparidade, relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

As operações do Grupo têm vindo a gerar prejuízos anuais consecutivos, sendo o financiamento indispensável à prossecução da sua atividade assegurado pelo Estado Português através de dotações de capital, atribuição de subsídios e concessão de empréstimos ao ML, estes últimos, desde 30 de novembro de 2014, objeto de sucessivas moratórias de capital e juros, o que contribuiu para que o passivo corrente consolidado seja substancialmente superior ao ativo corrente consolidado. Dado estarmos perante um Grupo cuja empresa-mãe é uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações do Grupo, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia nacional para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O Grupo, especificamente o ML, contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total dos instrumentos financeiros derivados refletidos no ativo consolidado ascende a 586.759 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração) e no passivo ascende a 17.238.733 euros (incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração

› Passivo não corrente). As notas 3.3, 3.12, 5, 5.4, 21 e 31 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos. Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor; › Análise das avaliações realizadas, designadamente pelo IGCP; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

O Grupo, especificamente o ML, tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do Grupo relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data da demonstração consolidada da posição financeira e o gasto com pensões a registar no período.

O Grupo apresenta, em 31 de dezembro de 2022, responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de 241.430.364 euros. As notas 3.16 e 20 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas relativamente a diversos pressupostos atuariais, nomeadamente, taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade, bem como a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo; › Validação dos registos contabilísticos efetuados, tomando por base os valores indicados no relatório atuarial; › Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito e dos subsídios à exploração relacionados com as compensações tarifárias

O rédito do Grupo resulta fundamentalmente da venda de títulos de transporte metropolitano de passageiros e das compensações tarifárias atribuídas pelo Estado, pelo cumprimento de determinadas obrigações de serviço público da empresa-mãe. A legislação que regula o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), bem como a atribuição de indemnizações compensatórias relativas ao passe '4_18@escola.tp', 'sub23@superior.tp' e 'Social +' foi alterada em 2022 por forma a manter o regime extraordinário de apoio aos operadores de transporte de passageiros pela realização dos serviços de transporte público essenciais, definidos pelas autoridades de transportes, cuja situação económica foi afetada pela medidas excecionais de proteção da saúde pública adotadas durante a vigência do estado de emergência respeitante à pandemia COVID -19. Este regime extraordinário, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023, encontra-se estabelecido na redação atual do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e prevê que o pagamento destas verbas está sujeito à avaliação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), podendo daí resultar a devolução de montantes ou o acerto de contas em pagamentos subsequentes.

O Grupo apresenta, em 2022, vendas e serviços prestados, no montante de 111.950.789 euros e subsídios à exploração no montante de 10.639.940 euros, dos quais 9.050.009 euros são relativos à compensação especial no âmbito da pandemia COVID-19, apelidada de PART "Variável".

As notas 3.14, 3.17, 24 e 25 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com estas matérias.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Quer pelo elevado número de movimentos financeiros, de registos no sistema de bilhética e da competente integração no sistema contabilístico, quer pela materialidade dos montantes envolvidos, entendemos considerar o rédito como uma matéria relevante da nossa auditoria. Face à relevância dos montantes envolvidos, à complexidade dos cálculos e julgamentos inerentes, em função da sua tipologia e sua conformidade com as alterações regulamentares/legislativas, entendemos que as compensações/ indemnizações tarifárias constituem uma matéria relevante de auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Levantamento e avaliação dos procedimentos e controlos existentes no ciclo da receita e do sistema de bilhética; › Teste à operacionalidade dos controlos relevantes relacionados com a integração no sistema da receita na contabilidade; › Obtenção do suporte documental das compensações tarifárias recebidas e verificação da exatidão dos montantes contabilizados; › Verificação, para uma amostra de títulos de transporte, se as vendas registadas no sistema de bilhética do ML coincidiam com o sistema de informação da TML e recálculo da repartição efetuada pela TML relativamente à venda desses títulos. › Obtenção de confirmações externas dos operadores de transporte com os quais existe repartição de rendimentos; › Realização da revisão analítica através da análise das evoluções mensais/anuais por tipologia de serviço; › Realização de procedimentos de validação do corte de operações; › Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos adotados na preparação das estimativas; › Recálculo das estimativas do PART "Fixo" e "Variável" tendo por base a informação disponibilizada pelos ofícios/Relatórios da TML/AML e a informação de vendas/ receitas do ML; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

4. Mensuração das Provisões

O Grupo ML apresenta, em 31 de dezembro de 2022, provisões no montante de 9.138.076 euros (das quais 6.022.500 euros, incluídos na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração). As notas 3.3, 3,15, 5, 5.7 e 18 do Anexo apresentam as divulgações relacionadas com esta matéria.

Riscos de distorção material mais significativo	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativo
Dada a complexidade e nível de julgamento inerentes à diversidade dos riscos envolvidos, a imprevisibilidade associada ao respetivo desfecho, e a materialidade das responsabilidades potenciais decorrentes da atividade do Grupo ML, assim como das atividades relacionadas com a construção, instalação, renovação, manutenção e gestão das ILD que lhe estão afetas, entendemos considerar esta rubrica como uma matéria relevante da nossa auditoria. Contingências associadas à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão, ocorridas em 2016, atos esses que estão a ser contestados judicialmente, tendo as negociações ultimamente desenvolvidas pelas partes conduzido a um projeto de acordo extrajudicial que está na base da constituição de uma provisão, no montante de 1,3 milhões de euros no exercício em apreço.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: › Obtenção e análise da listagem detalhada dos processos em contencioso preparada pelo gabinete jurídico; › Levantamento e análise dos movimentos contabilísticos mais relevantes ocorridos no período na rúbrica de provisões; › Obtenção e análise das respostas aos pedidos de confirmação de advogados externos e verificação da sua conformidade com os cálculos das provisões; › Obtenção e análise das demonstrações financeiras das participadas, nas quais o ML enquanto E.P.E. assumiu obrigações legais ou construtivas; › Indagações junto do órgão de gestão, sobre os pressupostos, estimativas e julgamentos utilizados; › Leitura e análise das atas do Conselho de Administração; e › Avaliação sobre se as correspondentes divulgações são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", relatório de governo societário e da demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão, denominado pelo Grupo como "Relatório Consolidado", foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.
Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no denominado "Relatório Consolidado".

Sobre o Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).
O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.
Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido

› a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída no denominado Relatório Consolidado e no Relatório de Governo Societário.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

› Fomos nomeados como Revisor Oficial de Contas do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (entidade-mãe do Grupo), pela primeira vez, por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Na sequência de concurso público desencadeado pela Entidade e sob proposta, nos termos legais, do Conselho Fiscal, fomos nomeados Revisor Oficial de Contas para o triénio 2019-2021 pelo Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade de 15 de outubro de 2019.

› O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

› Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nesta mesma data.

› Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

› Informamos que não prestámos ao Grupo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de junho de 2023

Assinado por: **José Luís Areal Alves da Cunha**
Num. de Identificação: 01081065
Data: 2023.06.29 15:45:39+01'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5 850 513 639 euros e um total de capital próprio de 1 944 606 216 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21135 400 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4.2 e 6 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de Longa duração", no valor acumulado (Líquido) de cerca de 5 369 miLhões de euros (31dez2021: cerca de 5401 miLhões de euros), que inclui ativos fixos tangíveis, intangíveis, propriedades de investimento, que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios no montante de cerca de 2188 miLhões de euros (31dez2021: cerca de 2174 milhões de euros), e uma conta a receber do Estado de cerca de 3 181 milhões de euros (31dez2021: cerca de 3 212 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos de infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões reLacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca dei 545 miLhões de euros (31dez2021: cerca de 1 730 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 216 milhões de euros (31 dez202i: cerca de 1 169 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 181 milhões de euros (31dez2021: cerca de 3212 milhões de euros), o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nas demonstrações financeiras do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à reaLização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 a 2022 não refLetem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constitui uma Limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. No ativo, a rubrica "Diferimentos" inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2021) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para a sua regularização. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção "Bases para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o MetropoLitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 0,6 milhões de euros (31dez2021: cerca de 14,6 milhões de euros) e no passivo por cerca de 17,2 milhões de euros (31dez2021: cerca de 136,2 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.11 e 6.4 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2022; (iv) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsídios à exploração	
As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 111, 2 milhões de euros (31dez2021: 66,9 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 10,6 milhões euros (31dez2021: 38 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 4.16 do anexo às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que a Empresa não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte, subsídios atribuídos pelo Estado. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.16, 25 e 26 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: › Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; › Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; › Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; › Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os ofícios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; › Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por beneficias pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4.14 e 4.15, 19 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; e (v) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

Apesar do ativo corrente (cerca de 213 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 993 milhões de euros), o Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

(ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário e a informação não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. Ás distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. Ás nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo gLobaL das demonstrações financeiras, incLuindo as divuLgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscaLização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso reLatório, exceto quando a Lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(viii) decLaramos ao órgão de fiscaLização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando apLicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

Á nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451° do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Áuditámos as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 565 milhões de euros (2021: 692 milhões de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 402 milhões de euros (2021: 567 milhões de euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. Á nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato OrçamentaL, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte: i) O sistema contabilístico do Metropolitano de Lisboa não está organizado de acordo com o Plano de Contas Multidimensional, nem o subsistema de contabilidade orçamental encontra-se organizado de acordo com a Classe "0" desagregada segundo as classificações económicas vigentes, conforme previsto na NCP 26, que permita obter e validar de forma automática e rigorosa as demonstrações orçamentais ou obter um balancete da classe "0", bem como observar o cumprimento das regras de movimentação contabilística aplicáveis ao reconhecimento e mensuração das transações e outros acontecimentos inerentes à contabilidade orçamental, sendo o processo de preparação das referidas demonstrações efetuado de forma manual e tendo por base um conjunto de mapas de suporte ao controlo da execução orçamental; e ii) não foram preparados e incluídos no Anexo às demonstrações orçamentais, tal como dispõe a NCP 26, elementos informativos relativos a "Contratação administrativa" e "Transferências e subsídios".

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do "Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras", somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451°, n°4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Metropolitano de Lisboa nos termos do artigo 29°-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e 1) do n.° 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Empresa incluiu no seu reLatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66°-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do MetropoLitano de Lisboa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabiLidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incLuídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10° do Regulamento (UE) n° 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10° do Regulamento (UE) n° 537/2014 do Parlamento Europeu e do ConseLho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias reLevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos contratados como auditores externos do MetropoLitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.

(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissionaL e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção materiaL das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa nesta mesma data.

(iv) DecLaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77°, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos à Empresa e às entidades sob o seu controlo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de junho de 2023

António Pina Fonseca

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC n° 949, inscrito na CMVM sob o n° 20160566) em representação de BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245°, N° 1, ALÍNEA B) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Grupo Metropolitano), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 5 850 889 017 euros e um total de capital próprio de 1 914 842 512 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21 138 782 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 3.3 e 5 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar, pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada "Investimentos de infraestruturas de longa duração", no valor acumulado de cerca de 5369 milhões de euros (31dez2021: cerca de 5401 milhões de euros), incluindo ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que não têm vindo a ser depreciados, Líquidos de subsídios, no montante de cerca de 2 188 milhões de euros (31dez2021: cerca de 2 174 milhões de euros), bem como uma conta a receber do Estado de cerca de 3181 milhões de euros (31dez2021: cerca de 3 212 milhões de euros). De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de "Investimentos de infraestruturas de longa duração", os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo cerca de 1 545 milhões de euros (31dez2021: cerca de 1 730 milhões de euros) no passivo não corrente e cerca de 1 216 milhões de euros (31dez2021: cerca de 1 169 milhões de euros) no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Grupo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar o Grupo Metropolitano pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de cerca de 3 181 milhões de euros (31dez2021: cerca de 3212 milhões de euros), o que configura uma limitação ao ámbito e profundidade do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e aos impactos destas políticas contabilísticas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Grupo Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público, por metropolitano, de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo do Grupo Metropolitano, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas de 2015 a 2021 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras consolidadas, o que constitui uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

3. No ativo, a rubrica "Outros créditos a receber" inclui cerca de 30,4 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2021) de obras efetuadas pelo Grupo Metropolitano por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constitui uma (imitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo Metropolitano nos termos da (ei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Matérias relevantes de auditoria

Ás matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além das matérias mencionadas na secção "Bases para a opinião com reservas", considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
Na sequência das operações de financiamento, o Grupo Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por cerca de 0,6 milhões de euros (31dez2021: cerca de 14,6 milhões de euros) e no passivo por cerca de 17,2 milhões de euros (31dez2021: cerca de 136,2 milhões de euros). Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.12, 5.4, 21 anexas as demonstrações financeiras consolidadas.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados nas respetivas mensurações; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto a consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas; (iii) a análise comparativa das várias avaliações efetuadas com referência a 31 de dezembro de 2022. e (iv) conferência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Reconhecimento das prestações de serviços e dos subsidios à exploração	
As Vendas e Prestação de serviços no montante de cerca de 112 milhões de euros (31 dez2021 : 6 7, 4 milhões de euros) e os Subsídios à exploração no montante de cerca de 11 milhões euros (31dez2021: 38 milhões de euros) incluem, conforme descrito na nota 3.17 das notas anexas às demonstrações financeiras, o reconhecimento da receita do Metropolitano de Lisboa em cada ano e encontram-se dependente de diversos fatores exógenos, nomeadamente no que se refere a: (i) leis e regulamentos diversos; (ii) dotações inscritas na Lei do Orçamento e; (iii) repartições de receita comunicadas por diversos operadores de transporte. Deste modo, existe o risco da receita ser incorretamente registada, considerando nomeadamente a dependência de fatores que o Grupo Metropolitano não controla, como sejam receitas comunicadas por outros operadores de transporte para efeitos dos cálculos de subsídios adicionais, dotações da Lei do Orçamento de Estado para atribuição de compensações com finalidade de dar suporte financeiro aos operadores de transporte. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.17, 24 e 25 anexas às demonstrações financeiras consolidadas	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: › Levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita do Metropolitano de Lisboa; › Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade; › Análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das especializações efetuadas; › Validação do reconhecimento das prestações de serviço e dos subsídios à exploração com os respetivos recebimentos, tendo em consideração os ofícios da Autoridade Metropolitana de Lisboa (AML) e; › Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.
3. Mensuração de provisões e das responsabilidades por beneficios pós-emprego	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição do Grupo Metropolitano, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria. As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 3.15, 3.16, 18 e 20 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: (i) a compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis do Grupo Metropolitano;(v) conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Outras matérias

Apesar do ativo corrente (cerca de 216 milhões de euros) ser significativamente inferior ao passivo corrente (cerca de 1 915 milhões de euros), o Metropolitano tem uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado e o Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Metropolitano de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

(ii) elaboração do relatório consolidado de gestão incluindo a demonstração não financeira consolidada e o relatório de governo societário e nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade do Grupo Metropolitano de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo Metropolitano.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Metropolitano;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Metropolitano para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Metropolitano descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Metropolitano para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

(vii) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

(viii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

(ix) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451 ° do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo Metropolitano, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 4, do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29°-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e 1) do n° 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo Metropolitano incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista artigo 66°-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o formato eletrónico único europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (EU) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas acima elencadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF. Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as acima referidas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n. º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537 /2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos contratados como auditores externos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017 para o exercício de 2016 e desde essa data somos os seus auditores externos.

(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo Metropolitano nesta mesma data.

(iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77°, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo Metropolitano durante a realização da auditoria.

(v) Informamos que não prestámos ao Grupo Metropolitano quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de junho de 2023

António Pina Fonseca

António José Correia de Pina Fonseca,
(ROC nº 949, inscrito na CMVM sob o nº 20160566) em representação de BDO & Associados – SROC

a) Análise de Materialidade e Limites do Relatório

Conforme o IIRC – Estrutura Internacional para o Relatório Integrado (do inglês, *International Integrated Reporting Council*), podemos definir materialidade como sendo os assuntos ou os tópicos materiais que afetam, de forma significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor no curto, no médio e no longo prazo.

Ainda de acordo com o IIRC, "um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a *governance*, o desempenho e as perspetivas de uma empresa, no contexto de ambiente externo, levam à criação de valor no curto, no médio e no longo prazo."

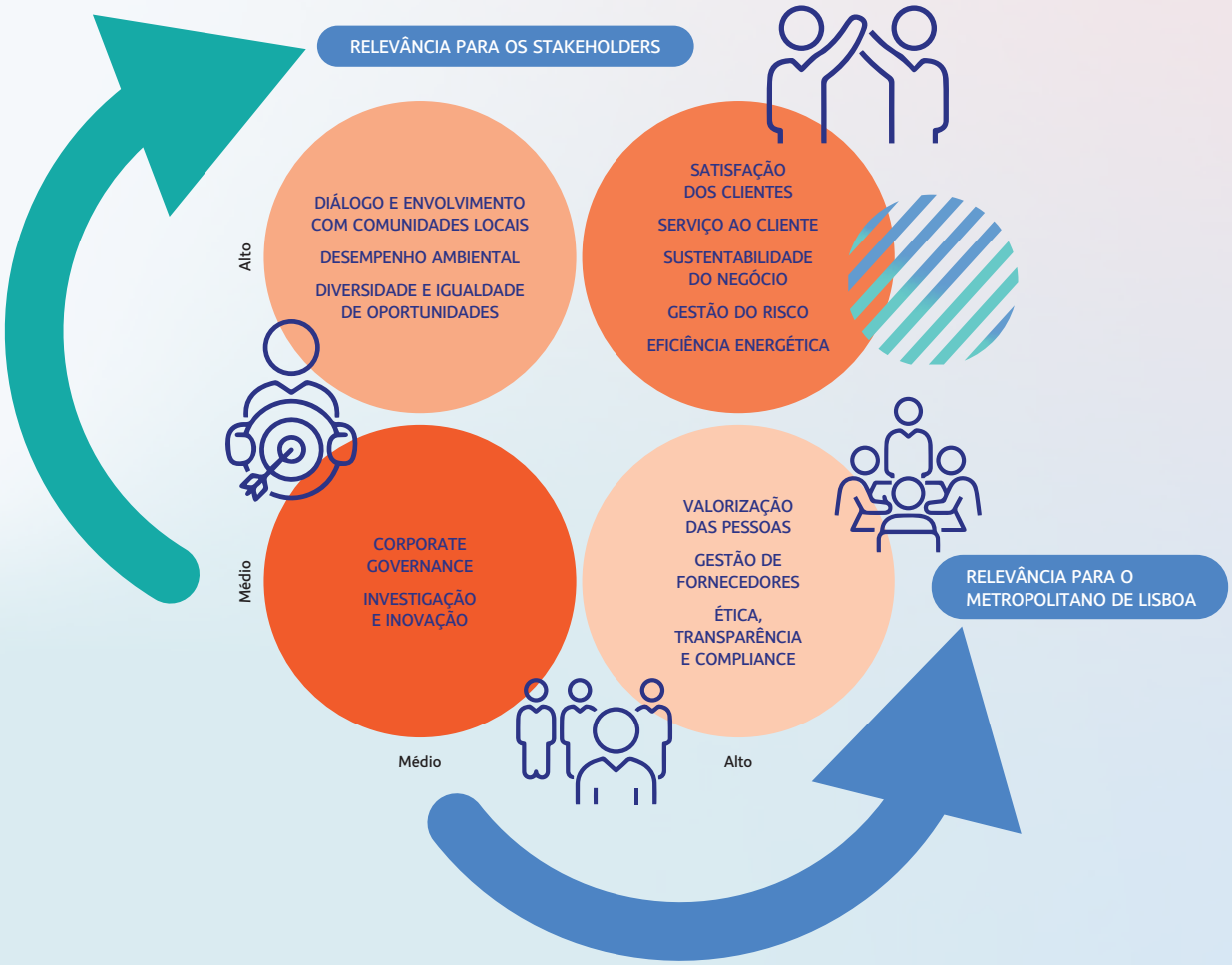
Este Relatório Consolidado visa comunicar, às partes interessadas, o caminho que o ML está a seguir com vista à sua sustentabilidade e de que forma está a contribuir para a sustentabilidade do meio envolvente. Para tal, foram identificadas as partes interessadas (apresentadas neste relatório, no capítulo "Partes Interessadas").

Com o intuito de reconhecer e priorizar, desde o início, todas as questões relevantes que possam constituir riscos e oportunidades para o negócio, procedeu-se a uma seleção dos aspetos materiais para o exercício de 2022.

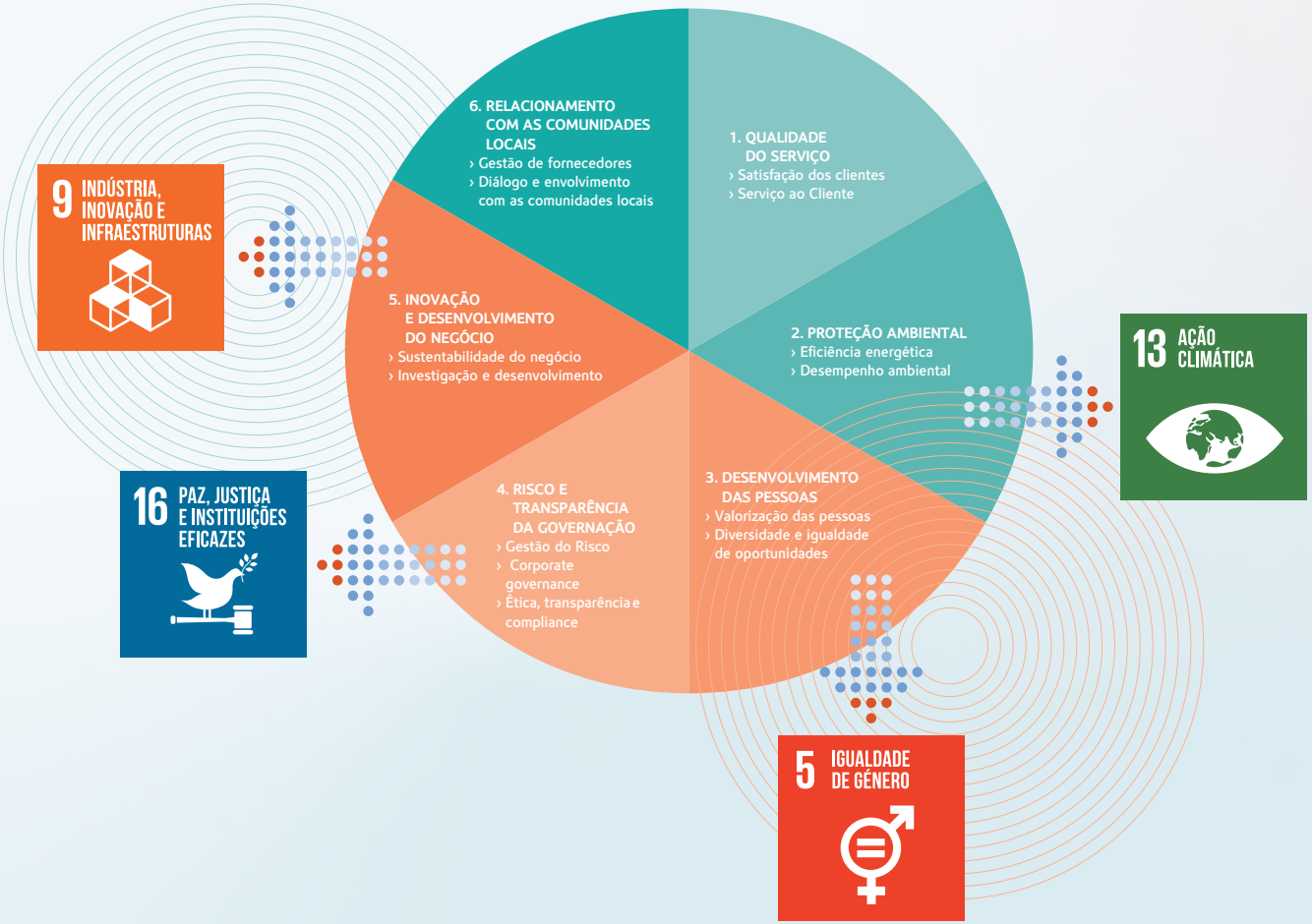
A seleção dos aspetos materiais entrou em linha de conta com o Global Reporting Initiative (GRI) e com os impactos económicos, ambientais e sociais que estes têm na organização, bem como, de que forma estes podem influenciar nas avaliações e nas decisões das partes interessadas.

Assim, para este passo levou-se em linha de conta as formas de auscultação às partes interessadas (já apresentadas neste relatório).

QUADRO 87
Priorização dos aspetos materiais



QUADRO 88
Alinhamento dos aspetos materiais com a estratégia



As principais fontes utilizadas para a seleção das questões materiais incluem:

- Os padrões da *Global Reporting Iniciative* (GRI);
- Os indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) do grupo de empresas Metropolitano de Lisboa;
- A estratégia definida e os compromissos assumidos pela organização;
- Os factos ocorridos no ano de referência;
- Os requisitos da Diretiva 2014/95/UE, de 22 de outubro e o cumprimento legal do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho;
- A análise do contexto externo onde a empresa se insere.

Os temas materiais considerados podem ser atribuídos à abordagem de sustentabilidade METRO e às áreas estratégicas de atuação. É sobre estes temas materiais que o presente relatório relata com maior enfoque.

b) Indicadores GRI

1) Desempenho Económico

GRI 201-1 | VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

	2020	2021	2022
Valor económico gerado (€)	57 175 169	62 392 728	103 065 794
Valor económico distribuído (€)	329 809 774	260 516 511	232 579 538
Valor económico acumulado (€)	-272 634 605	-198 123 784	-129 513 744

GRI 201-2 | IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES DECORRENTES DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Metropolitano de Lisboa tem uma estrutura resiliente face às alterações climáticas, nomeadamente, ao risco de subida do nível da água do mar, dado garantir a inexistência de entradas abaixo da cota 4 metros.

A maior sensibilização da comunidade para as alterações climáticas e para a necessidade de descarbonização da economia pode levar a um aumento da procura do transporte público energeticamente eficiente, como o Metro, bem como a medidas discriminatórias positivas.

GRI 201-3 | OBRIGAÇÕES DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E OUTROS PLANOS DE REFORMA

O valor estimado em 2021 para as responsabilidades do plano é de 270.784.682 euros.
Não aplicável quanto à existência de um fundo separado para pagar as responsabilidades do Plano de Pensões.

GRI 201-4 | RECEBIMENTO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PROVENIENTE DO GOVERNO

	2020	2021	2022
Dotações de capital (€)	320 423 764	253 904 909	181 390 745
Compensações Financeiras / Ministério do Ambiente e da Ação Climática / AML (€)	(i) 32 521 300	(iii) 48.233.046	(v) 14.295.918
Subsídio ao Investimento / PIDDAC / Fundo Ambiental / IMT (€)	(ii) 31 474 692	(iv) 153.517.599	(vi) 10.639.940
Empréstimos DGTF (€)	203 813 049	167 147 451	35 197 631

(i) Inclui PART: 28.558.037 €, dos quais 20.299.084 € são Subsídios à Exploração.
(ii) Inclui: Fundo Ambiental: 28.328.650 € e Fundo de Coesão: 3.146.042 €.
(iii) Inclui recebimentos AML: 44.566.434 € (PART: 7.848.238 €, COVID: 36.718.196 €) e compart. tarifárias 3.666.613 €.
(iv) Inclui PIDDAC 800.000 €, Fundo Ambiental: 56.847.527 €, Fundo de Coesão: 38.683.399 € e PRR 70.816.795 €.
(v) Inclui PART: 10,8 milhões de euros.
(vi) inclui Fundo Ambiental: 57 mil euros, PRR: 1,5 milhões de euros e PART 'variável':9,1 milhões de euros.

GRI 202-1 | PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO MAIS BAIXO E O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL, DISCRIMINADO POR GÉNERO

	2020	2021	2022
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	155,2	154,1	150,3

	Ano 2021		Ano 2022	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Rácio entre o Salário mais baixo e o salário mínimo local nas unidades operacionais importantes	157,92	154,07	150,30	150,30

GRI 202-2 | PROPORÇÃO DE MEMBROS DE DIREÇÃO CONTRATADOS NA COMUNIDADE LOCAL

	2020	2021	2022
% de gestão de topo ocupados por pessoas da comunidade local	91,7%	91,7%	92,3%

GRI 203-1 | INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E APOIO A SERVIÇOS

Extensão do desenvolvimento de investimentos em Infraestruturas de Longa Duração, suportados no valor de 52.820.071 euros.

Identificação dos impactos nas comunidades locais:

- O investimento na rede de transportes públicos coletivos é fundamental para garantir o acesso aos direitos constitucionais ao trabalho, à educação e à saúde, da população que dela depende;
- A melhoria da rede de transportes públicos promove a dispersão do emprego, beneficiando zonas mais afastadas do centro das cidades e contribuindo, assim, para a dinamização da economia e para a melhoria da qualidade de vida da população;
- A melhoria da oferta da rede de metro beneficia também a capacidade efetiva de todos os outros modos de transporte – ferrovia pesada e ligeira, transporte fluvial, tráfego viário e modos suaves. O "efeito de rede" é comum a todos os modos de transporte, mas o metro tem grande vantagem de contribuir para a diminuição da poluição atmosférica local e para o descongestionamento da rede viária.

Os investimentos e serviços atrás descritos são compromissos comerciais.

GRI 204-1 | PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS

	2020	2021	2022
Gastos com fornecedores locais (%)	97,1	96,9	97,3

GRI 205-1 | OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO

	2020	2021	2022
Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	(*) 64% 11	(*) 100% 21	100% 23
Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

(*) A partir de 01.12.2020 as unidades de negócio passaram a ser 20 (anteriormente eram 17).

GRI 205-2 | COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

	2021		2022	
	N.º	%	N.º	%
Membros do órgão de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	24	88,9%	(*) 26	89,7%
Colaboradores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1515	100,0%	1538	100,0%
Parceiros de negócio aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção adotados pela organização	1003	100,0%	(**) 1201	100,0%
Membros do órgão de *governance* que receberam formação no combate à corrupção	1	3,7%	1	3,4%
Colaboradores que receberam formação no combate à corrupção	5	0,3%	9	0,6%

(**) Coincide com o n.º de fornecedores nacionais do ML, com os movimentos contabilísticos 2020-2021 e com o e-mail associado.

GRI 205-3 | CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS

	2020	2021	2022
Incidentes de corrupção	0	0	0

GRI 206-1 | AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE CONFIANÇA E MONOPÓLIO

Não foram tomadas quaisquer ações legais nestas matérias.

GRI 207-1 | ABORDAGEM TRIBUTÁRIA

O Metropolitano de Lisboa é uma Entidade Pública Empresarial (EPE) que se rege por estatutos próprios e desenvolve a sua atividade de acordo com as leis e regulamentos que lhe são aplicáveis.

Desde 2011 que o ML foi incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas como entidade pública reclassificada (EPR), equiparada a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, Lei do Enquadramento Orçamental e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) da Assembleia da República é, desde 2010, uma unidade parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, que presta apoio na elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

GRI 207-2 | GOVERNANÇA, CONTROLO E GESTÃO DE RISCO FISCAL

O Metropolitano de Lisboa monitoriza e faz a gestão das matérias fiscais, por forma a garantir a melhor tomada de decisão e a minimizar os potenciais riscos fiscais. O Conselho Fiscal é o órgão responsável por garantir a conformidade neste domínio, fiscalizando o processo de preparação e divulgação de informação financeira.

Anualmente, o Conselho Fiscal elabora um relatório, dando o seu parecer ao relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração.

2) Desempenho ambiental

GRI 301-1 | MATERIAIS UTILIZADOS, DISCRIMINADOS POR PESO OU VOLUME

Ano	Lâmpadas (un.)	Papel (kg)	Betão (m^3)	Aço (t)	Toners (un.)	Abraçadeiras (un.)	Cabo (m)
2020	16 377	22 672	729	170	22	36 949	7 098
2021	12 934	12 612	6 182	716	23	41 690	9 213
2022	19 922	24 881	16 666	676	213	47 058	13 276

GRI 301-2 | MATÉRIAS-PRIMAS OU MATERIAIS RECICLADOS UTILIZADOS

Dados não disponíveis.

GRI 301-3 | PRODUTOS E EMBALAGENS RECUPERADOS

Não aplicável.

GRI 302-1 | CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO

GRI 302-2 | CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO

	2020	2021	2022
Gasóleo (MWh)	709	678	742
Gasolina (MWh)	4,47	4,66	1,98
Gás natural (MWh)	3 012	3 371	3 022
Eletricidade (MWh)	100 264	87 712	95 994
Total (MWh)	**103 990**	**91 766**	**99 760**

GRI 302-3 | INTENSIDADE ENERGÉTICA

	2020	2021	2022
Eficiência energética (Pass.Km/kWh)	4,32	4,60	7,42

GRI 302-4 | REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

GRI 302-5 | REDUÇÃO NOS REQUISITOS DE ENERGIA RELACIONADOS COM PRODUTOS E SERVIÇOS

Durante o ano de 2022, deu-se continuidade ao projeto de mudança de tecnologia de iluminação das estações e restantes instalações por solução energeticamente mais eficiente, baseada em tecnologia LED.
De igual forma, concluiu-se a implementação do novo regime de funcionamento dos ventiladores, permitindo ajustar as velocidades dos mesmos com as necessidades de renovação do ar após instalação das sondas de monitorização de qualidade do ar das estações.

GRI 303-1 | RENOVAÇÃO DE ÁGUA POR FONTE

GRI 303-2 | FONTES DE ÁGUA SIGNIFICATIVAS AFETADAS PELA RETIRADA DE ÁGUA

A totalidade da água consumida pelo ML é de fornecimento público e provém da barragem de Castelo de Bode, sendo que o consumo do ML não afeta, de forma relevante, a água armazenada nessa albufeira.

GRI 303-3 | PERCENTAGEM E VOLUME TOTAL DE ÁGUA RECICLADA E REUTILIZADA

0 (zero).

GRI 304-1 | UNIDADES OPERACIONAIS PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS DENTRO OU ADJACENTES DE ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

GRI 304-2 | DESCRIÇÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

GRI 304-3 | HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS

GRI 304-4 | NÚMERO TOTAL DE ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA IUCN E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE HABITATS SITUADOS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, DISCRIMINADAS POR NÍVEL DE RISCO DE EXTINÇÃO

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes (Amadora e Odivelas) estão fora das Áreas Protegidas e Classificadas do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas Lisboa e Vale do Tejo do ICNF.

GRI 305-1 | EMISSÕES DIRETAS DE GASES DE EFEITOS ESTUFA (GEE) (ÂMBITO 1)

GRI 305-2 | EMISSÕES INDIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA (ÂMBITO 2)

GRI 305-3 | OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) (ÂMBITO 3)

GRI 305-4 | INTENSIDADE DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITOS ESTUFA (GEE)

GRI 305-5 | REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITOS ESTUFA (GEE)

	2020	2021	2022
Emissões diretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	791	853	801
Emissões indiretas de gases de efeitos estufa (t CO_2 e)	27 105	17 025	5 975
Outras emissões indiretas GEE (t CO_2 e)	1,50	4,76	20,63
Intensidade de GEE (g CO_2 e/Pkm)	62,6	42,2	8,4
Total de emissões evitadas (t CO_2 e)	-56 351	-3 703	38 772

GRI 305-6 | EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZONO

0 (zero).

GRI 305-7 | EMISSÕES DE ÓXIDOS DE NITROGÉNIO (NO_x), ÓXIDOS DE ENXOFRE (SO_x) E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS

	2020	2021	2022
Emissões SO_2 – gás acidificante (t)	262	229	251
Emissões NO_2 – gás percursor do ozono (t)	121	106	116

GRI 306-1 | DESCARGA DE ÁGUA, DISCRIMINADA POR QUALIDADE E DESTINO

Fonte	Qualidade	Destino		Tratamento efetuado	Estimativa Anual 2022 (m^3)
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			8 603
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municipios são encaminhadas para as seguintes estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcantara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	ETAR de Alcantara – tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m^3/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m^3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m^3/dia. ETAR de Beirolas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m^3/dia. ETAR de Bucelas – tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m^3/dia. ETAR de Frielas – tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m^3/dia. ETAR de São João da Talha – tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m^3/dia.	16 437
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			35 481
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: · Parques de Materiais e Oficinas II e III – onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); · Estações do ML – onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas caraterísticas. Estima-se, com base nos consumos de 2021 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 26.347 m^3 e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 37.954 m^3.				**Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)**	25 040
				Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)	35 481

Estima-se que cerca de 80% da água consumida é descarregada como água residual.

GRI 306-1 | DESCARGA DE ÁGUA, DISCRIMINADA POR QUALIDADE E DESTINO

	2020	2021	2022
Total de água residual, com potencial carácter industrial, descarregada pelo ML (m^3)	62 912	60 580	60 522

GRI 306-2 | PESO TOTAL DE RESÍDUOS, DISCRIMINADOS POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO

	2020	2021	2022
Peso total de resíduos perigosos	1,9%	1,2%	10,4%
Peso total de resíduos não perigosos	98,1%	98,8%	89,6%
Peso total de resíduos para eliminação	50,0%	32,4%	68,3%
Peso total de resíduos para recuperação	50,0%	67,6%	31,7%

	2020	2021	2022
Resíduos perigosos (t)	19	19	116
Resíduos não perigosos (t)	982	1 613	995
Resíduos para eliminação (t)	500	528	759
Resíduos para recuperação (t)	501	1 104	353

GRI 306-3 | NÚMERO TOTAL E VOLUME DE DERRAMAMENTOS SIGNIFICATIVOS

EM 2021, NÃO SE VERIFICOU NENHUM DERRAME SIGNIFICATIVO.

GRI 306-4 | PESO DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS, IMPORTADOS, EXPORTADOS OU TRATADOS, CONSIDERADOS PERIGOSOS, E PERCENTAGEM DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS INTERNACIONALMENTE

Todos os resíduos são, integralmente, geridos em território português.

GRI 306-5 | IDENTIFICAÇÃO, TAMANHO, *STATUS* DE PROTEÇÃO E VALOR DA BIODIVERSIDADE DE CORPOS DE ÁGUA AFETADOS POR DESCARGAS E DRENAGEM DE ÁGUA E / OU ESCOAMENTO REALIZADOS PELA ORGANIZAÇÃO

Não aplicável na medida em que todo o escoamento de água é encaminhado através de coletores municipais para as ETAR.

GRI 307-1 | INCUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULAMENTOS AMBIENTAIS

O Metropolitano de Lisboa tem uma metodologia definida, que visa a garantia do cumprimento integral das leis e regulamentos ambientais. Esta metodologia assenta na existência de uma base de dados em permanente atualização com os requisitos legais aplicáveis ao ML, na identificação da necessidade de alterações em procedimentos ou equipamentos da Empresa face a alterações legislativas e na realização de uma auditoria anual de conformidade legal realizada por prestador de serviços especializado na matéria.

Em 2022, não foi identificada qualquer não conformidade legal em sede de inspeção pelas autoridades competentes, pelo que não houve lugar a sanções.

GRI 308-1 | PERCENTAGEM DE NOVOS FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS AMBIENTAIS

	2020	2021	2022
Procedimentos utilizando critérios ambientais (%)	12,5	10,8	12,4

Nos processos aquisitivos do ML, sempre que aplicável, são definidos requisitos de caráter ambiental. O cumprimento desses requisitos é obrigatório, pelo que os fornecedores que não os cumpram são de imediato excluídos do processo.

GRI 308-2 | IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS REAIS E POTENCIAIS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

O ML desenvolveu uma metodologia de identificação e avaliação de aspetos e impactes ambientais que engloba, não só as atividades do ML, mas também todas as referentes à cadeia de fornecedores onde o ML tem possibilidade de influenciar. Da aplicação dessa metodologia, resulta a inexistência de impactos ambientais significativos na cadeia de valor com exceção das emissões atmosféricas resultantes da produção de energia elétrica. Para a minimização desse impacte, o ML tem vindo a implementar medidas de eficiência energética, nomeadamente, ao nível dos sistemas de iluminação e do sistema de ventilação.

3) Desempenho social

GRI 401-1 | NÚMERO TOTAL E TAXAS DE NOVAS CONTRATAÇÕES DE EMPREGADOS E ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÉNERO E REGIÃO

	2020	2021	2022
Efetivos (mulheres)	385	388	413
Efetivos (homens)	1 132	1 133	1 162
Número total de efetivos	**1 517**	**1 521**	**1 575**
Admissões	63	16	75
Saídas	15	20	21
Taxa de rotatividade	**5,1%**	**2,4%**	**6,1%**

	Ano 2021		Ano 2022	
IDADE	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
< 30 anos	2,6%	4,7%	6,8%	6,3%
Entre 30 e 50 anos	52,1%	41,7%	47,2%	37,6%
> 50 anos	45,4%	53,6%	46,0%	56,1%

GRI 401-2 | BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS DE TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A EMPREGADOS TEMPORÁRIOS OU DE TEMPO PARCIAL, DISCRIMINADOS POR UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES DA ORGANIZAÇÃO

Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

GRI 401-3 | TAXA DE RETORNO AO TRABALHO E RETENÇÃO APÓS LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE, DISCRIMINADA POR GÉNERO

	MULHERES			HOMENS		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Empregados com direito a licença parental	385	388	413	1 132	1 133	1 162
Empregados que tiraram licença parental no período	2	4	4	23	18	14
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença parental	1	3	3	22	15	14
Empregados que retornaram ao trabalho e continuaram empregados 12 meses após o regresso motivado por licença parental	1	3	3	22	15	14
Taxa de retorno ao trabalho	50,0%	75,0%	75,0%	95,7%	83,3%	100,0%
Taxa de retenção de empregados que tiraram licença parental	100%	100%	100%	100%	100%	100%

GRI 402-1 | PRAZO MÍNIMO DE NOTIFICAÇÃO SOBRE MUDANÇAS OPERACIONAIS E SE ELAS SÃO ESPECIFICADAS EM ACORDOS DE NEGOCIAÇÕES COLETIVA

O prazo para notificação é o estipulado no Código do Trabalho.

GRI 403-1 | PERCENTAGEM DE EMPREGADOS REPRESENTADOS EM COMITÉS FORMAIS DE GESTÃO – COMITÉS DE SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES, QUE AJUDEM A MONITORIZAR E A ACONSELHAR SOBRE PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA

	2020	2021	2022
Totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde (%)	100,0%	100,0%	100,0%

GRI 403-2 | TIPOS E TAXAS DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ABSENTISMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADAS AO TRABALHO, DISCRIMINADOS POR REGIÃO E GÉNERO

	2020	2021	2022
Índice de incidência	31,36	45,60	39,01
Índice de frequência	23,00	33,69	29,27
Índice de gravidade	1,20	1,64	1,80
Acidentes de trabalho	60	75	77
Dias perdidos	2 409	3 364	3 686
Número de óbitos	0	0	0
Taxa de absentismo (%)	8,05	7,48	8,92

	Ano 2021		Ano 2022	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Acidentes de trabalho (n.º)	11	64	13	64
Dias perdidos	476	2 888	329	3 357

GRI 403-3 | TRABALHADORES COM ALTA INCIDÊNCIA OU ALTO RISCO DE DOENÇAS RELACIONADAS À SUA OCUPAÇÃO

Não existem trabalhadores nestas condições.

GRI 403-4 | TÓPICOS DE SAÚDE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS

Manutenção de um serviço responsável pelo cumprimento das condições de segurança e saúde no trabalho, conforme o Acordo de Empresa (AE).

Cumprimento do Regulamento de segurança e saúde no trabalho (Anexo II do Acordo de Empresa).

GRI 404-1 | HORAS MÉDIAS DE FORMAÇÃO POR ANO E POR EMPREGADO

	2020	2021	2022
Dirigentes	63,70	41,61	41,84
Quadros superiores	35,30	33,80	38,46
Quadros médios	9,78	6,57	14,89
Quadros intermédios	8,81	18,90	11,16
Profissionais qualificados / altamente qualificados	14,66	11,77	35,17
Profissionais não qualificados / semiqualificados	2,55	8,66	13,75
Média	**17,56**	**16,47**	**31,52**

	Ano 2021		Ano 2022	
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Dirigentes	54,91	35,60	59,79	35,50
Quadros superiores	34,93	32,79	38,21	38,67
Quadros médios	6,94	6,31	13,13	16,26
Quadros intermédios	7,33	19,30	54,00	9,30
Profissionais qualificados / altamente qualificados	13,18	11,31	46,50	31,47
Profissionais não qualificados / semiqualificados	17,46	1,33	0,00	13,75
Média	**20,19**	**15,21**	**41,88**	**28,13**

GRI 404-2 | PROGRAMAS DE GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM CONTÍNUA QUE CONTRIBUEM PARA A CONTINUIDADE DA EMPREGABILIDADE DOS EMPREGADOS EM PERÍODO DE PREPARAÇÃO PARA A REFORMA

	2020	2021	2022
Executive MBA (Diretores)	1	0	0
Licenciatura	6	10	9
Mestrado	1	0	2
Doutoramento	1	0	0

GRI 404-3 | PERCENTAGEM DE EMPREGADOS QUE RECEBEM REGULAMENTE ANÁLISES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA, DISCRIMINADO POR GÉNERO E CATEGORIA FUNCIONAL

Em 2022 todos os empregados (100%), mulheres e homens, receberam análise de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 405-1 | COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA *GOVERNANCE* E DISCRIMINAÇÃO DE EMPREGADOS POR CATEGORIA, DE ACORDO COM GÉNERO, FAIXA ETÁRIA, ASSOCIAÇÃO A GRUPOS MINORITÁRIOS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE

	2020		2021		2022	
ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
Conselho de Administração	2	1	2	1	2	1
Assessoria do CA	1	0	0	0	0	0
Comissão de Fiscalização	1	2	1	2	1	2
Diretores	15	6	15	6	17	6
Total	**19**	**9**	**18**	**9**	**20**	**9**

	2020		2021		2022	
DIRETORES	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
Inferior a 30 anos	0	0	0	0	0	0
Entre 30 e 50 anos	3	4	3	3	3	3
Superior a 50 anos	12	2	12	3	14	3
Total	**15**	**6**	**15**	**6**	**17**	**6**

GRI 405-2 | RÁCIO DE SALÁRIO-BASE E AS REMUNERAÇÕES DE MULHERES E HOMENS, POR CATEGORIA FUNCIONAL E UNIDADES DE NEGÓCIO

	2020	2021	2022
Quadros superiores	106,6%	108,9%	110,9%
Quadros médios	104,8%	105,1%	103,5%
Quadros intermédios	100,3%	98,3%	100,6%
Profissionais altamente qualificados	89,7%	86,9%	89,8%
Profissionais qualificados	100,8%	98,2%	97,1%

GRI 406-1 | INCIDENTES DE DISCRIMINAÇÃO E AÇÕES CORRETIVAS TOMADAS

	2020	2021	2022
Número de casos de discriminação	0	0	0
Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos	0	0	0

GRI 407-1 | OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA, POSSA ESTAR A SER VIOLADA OU EXISTA RISCO, E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO

GRI 408-1 | OPERAÇÕES E FORNECEDORES IDENTIFICADOS COMO DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE CASOS DE TRABALHO INFANTIL

GRI 409-1 | OPERAÇÕES E FORNECEDORES COM RISCO SIGNIFICATIVO PARA A OCORRÊNCIA DE TRABALHO

Não houve registo de incidentes em qualquer operação ou fornecedor.

A este nível, o ML assume os compromissos do respeito e proteção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil) e da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Estes e outros princípios de legalidade e ética empresarial fazem parte do Código de Ética e de Conduta do ML[33].

33. https://www.metrolisboa.pt/institucional/informar/relatorios-e-documentos/

GRI 410-1 | PERCENTAGEM DE PESSOAL DE SEGURANÇA QUE RECEBEU FORMAÇÃO EM POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO RELATIVOS A DIREITOS HUMANOS

	2020	2021	2022
Pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos que sejam relevantes às operações.	6,6%	0,0%	0,0%

Neste âmbito, a Empresa não realiza formação a organizações de terceiros que fornecem pessoal de segurança.

GRI 411-1 | INCIDENTES DE VIOLAÇÕES ENVOLVENDO DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS

Em 2022, não houve registo de incidentes.

GRI 412-1 | OPERAÇÕES SUJEITAS A REVISÕES DE DIREITOS HUMANOS OU AVALIAÇÕES DE IMPACTO

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 412-2 | NÚMERO TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO DE COLABORADORES EM POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO, INCLUINDO A PERCENTAGEM DE COLABORADORES FORMADOS

	2020	2021	2022
Total de horas de formação em políticas ou procedimentos de direitos humanos	0,0	0,0	181,5
Colaboradores formados, durante o período coberto pelo relatório, em políticas de direitos humanos	0,00%	0,00%	2,41%

GRI 412-3 | NÚMERO TOTAL E PERCENTAGEM DE ACORDOS E CONTRATOS DE INVESTIMENTO SIGNIFICATIVOS QUE INCLUAM CLÁUSULAS DE DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS

O Metropolitano de Lisboa apenas opera no mercado português, pelo que é garantido o cumprimento de todo e qualquer assunto relacionado com direitos humanos, o qual se encontra salvaguardado pelas leis da República.

GRI 413-1 | OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÕES DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

O Metropolitano de Lisboa, em fase de expansão da rede ou obras de remodelação/ /conservação que obriguem a intervenções à superfície, tem como prática o envolvimento com a comunidade local, quer em termos de juntas de freguesia, como moradores e comércio local.

GRI 413-2 | OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS REAIS E POTENCIAIS SIGNIFICATIVOS NAS COMUNIDADES LOCAIS

As obras de expansão da rede obrigam à instalação de estaleiros e a atividades ruidosas e potencialmente geradoras de poerias e outros incómodos para os habitantes próximos. O Metropolitano de lisboa implementa um conjunto de ações, com vista a minimizar estes impactes negativos, e assegura o cumprimento de todos os limites impostos pela legislação em vigor.

GRI 414-1 | NOVOS FORNECEDORES QUE FORAM SELECIONADOS USANDO CRITÉRIOS DE PRÁTICAS DE TRABALHO

NC (Não calculado).

GRI 414-2 | PRINCIPAIS IMPACTOS REAIS E POTENCIAIS PARA AS PRÁTICAS TRABALHISTAS NA CADEIA DE FORNECEDORES E MEDIDAS TOMADAS A ESSE RESPEITO

Não foram identificados impactos de maior relevância para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.

GRI 415-1 | CONTRIBUIÇÕES POLÍTICAS

O Metropolitano de Lisboa, enquanto entidade pública empresarial, está impossibilitado de aceitar toda e qualquer contribuição desta natureza.

GRI 416-1 | AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DAS CATEGORIAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

O Metropolitano de Lisboa, na conceção do serviço prestado, tem sempre como prioridade a garantia de segurança dos seus clientes. Essa avaliação é feita, também, em sede de estudo de impacto ambiental, onde a Direção Geral de Saúde participa na Comissão de Avaliação e é objeto de supervisão permanente pela Direção de Segurança e Vigilância.

GRI 416-2 | INCIDENTES DE INCUMPRIMENTO QUANTO AOS IMPACTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS EM SAÚDE E SEGURANÇA

Não se encontram registados quaisquer incidentes decorrentes de incumprimentos nesta matéria.

GRI 417-1 | REQUISITOS PARA INFORMAÇÕES E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Cumprimos todos os normativos legais existentes para o efeito, sendo sujeitos a frequentes auditorias que atestam o cumprimento dos requisitos definidos.
Os requisitos que dizem respeito à informação ao cliente, reclamações, assim como aos estudos ISC e CM (que são estruturados de acordo com os mesmos critérios de qualidade), estão definidos nas NP 4475:2020 e EN 13816.

	2020	2021	2022
Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
Índice de Satisfação do Cliente	7,52	7,78	7,42
Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	0	0	0

GRI 417-2 | INCIDENTES DE NÃO CONFORMIDADE EM RELAÇÃO À INFORMAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Não aplicável.

GRI 417-3 | INCIDENTES DE NÃO CONFORMIDADE EM RELAÇÃO A COMUNICAÇÕES DE MARKETING

0 (zero).

GRI 418-1 | RECLAMAÇÕES SUBSTANTIVAS RELATIVAS A VIOLAÇÕES DA PRIVACIDADE DO CLIENTE E PERDAS DE DADOS DO CLIENTE

Em 2022, não foram registadas quaisquer reclamações relacionadas com a violação de privacidade e perda de dados de clientes.
A Empresa, desde o dia 25 de maio de 2018, tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), por forma a garantir a conformidade do ML com a entrada em vigor do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

GRI 419-1 | INCUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULAMENTOS NA ÁREA SOCIOECONÓMICA

0 (zero).

c) TABELA DE INDICADORES GRI

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) e/ ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 102 Conteúdos Gerais 2016				
Perfil Organizacional				
Nome da organização	102-1	Metropolitano de Lisboa, E.P.E. Pág. 22		
Atividades, Marcas, Produtos e Serviços	102-2	Pág. 22		
Localização da Sede da Organização	102-3	Avenida Fontes Pereira de Melo, 28, 1069-065 Lisboa, Pág.: www.metrolisboa.pt		
Local das Operações	102-4			
Natureza da propriedade e forma jurídica	102-5	Pág. 23		
Mercados atendidos	102-6	Pág. 23		
Porte da organização	102-7	Pág. 91-94		
Informações sobre empregados e outros trabalhadores	102-8	Pág. 100-105		
Cadeia de fornecedores	102-9	Pág. 29		
Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	102-10	Pág. 54-58		
Princípio ou abordagem da precaução	102-11	Pág. 24 e 172		
Iniciativas externas	102-12	Pág. 106-118		
Participação em associações	102-13	Pág. 117		
Estratégia				
Declaração do mais alto executivo	102-14	Pág. 13-18		
Principais impactos, riscos e oportunidades	102-15	Pág. 38-39		
Ética e integridade				
Valores, princípios, normas e códigos de comportamento	102-16	Código de Ética e de Conduta do ML		
Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	102-17	Relatório de execução do PPRCIC		

QUADRO 89
Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standards	Número(s) de página(s) ou URL(s)	e/	OMISSÃO	ODS
GRI 102 Conteúdos Gerais 2016					
Perfil Organizacional					
Governance					
Estrutura de *Governance*	102-18	Pág. 40			
Delegação de autoridade	102-19	RGS 2021 As delegações de competências do CA concretizam-se por Deliberações aprovadas em reunião de CA			
Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	102-20	Pág. 43-46			
Consulta a *stakeholders* sobre tópicos económicos, ambientais e sociais	102-21	Pág. 28			
Composição do mais alto órgão de *governance* e dos seus comités	102-22	RGS 2021			
Presidente do mais alto órgão de *governance*	102-23	RGS 2021			
Seleção e nomeação para o mais alto órgão de *governance*	102-24	RGS 2021			
Conflitos de interesse	102-25	RGS 2021			
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* na definição de propósito, valores e estratégias	102-26	RGS 2021			
Conhecimento coletivo do mais alto órgão de *governance*	102-27	Pág. 40			
Avaliação do desempenho do mais alto órgão de *governance*	102-28	RC 2021			
Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais	102-29	Pág. 299-305			
Eficácia dos processos de gestão de risco	102-30	RGS 2021; Relatório de execução do PPRCIC			
Análise dos tópicos económicos, ambientais e sociais	102-31	Reuniões de CA; RGS 2021			

QUADRO 89
Tabela Resumo GRI (I)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página ou URL(s)	e/	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)					
Papel desempenhado pelo mais alto órgão de *governance* no relato de sustentabilidade	102-32	Pág. 13-18			
Comunicação de preocupações cruciais	102-33	Pág. 38			
Natureza e número total de preocupações cruciais	102-34	Pág. 38			
Políticas de remuneração	102-35	Pág. 139-141; 143			
Processo para determinação da remuneração	102-36	Pág. 139-141; 143			
Envolvimento dos *stakeholders* na remuneração	102-37	Pág. 125-126			
Proporção da remuneração total anual	102-38	Pág. 123			
Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	102-39				
Envolvimento dos *stakeholders*					
Lista de grupos de *stakeholders*	102-40	Pág. 28			
Acordos de negociação coletiva	102-41	Pág. 307			
Identificação e seleção de *stakeholders*	102-42	Pág. 28			
Abordagem para o envolvimento de *stakeholders*	102-43	Pág. 28-29			
Principais preocupações e tópicos levantados	102-44				
Prática de relato					
Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	102-45	Pág. 22			
Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	102-46	Pág. 10-11			
Lista de tópicos materiais	102-47	Pág. 298			
Reformulações das informações	102-48				
Alterações no Relato	102-49	Pág. 155			
Período coberto pelo relatório	102-50	Pág. 10-11			
Data do relatório mais recente	102-51	Relatório e Contas 2020			
Ciclo de emissão de relatórios	102-52	Anual			
Contato para perguntas sobre o relatório	102-53	www.metrolisboa.pt relacoes.publicas@metrolisboa.pt			

QUADRO 90
Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página ou URL(s)	e/	OMISSÃO	ODS
Governance (continuação)					
Declarações de relato em conformidade com as Normas GRI	102-54	Pág. 10-11			
Sumário de conteúdo da GRI	102-55	Pág. 261			
Verificação externa	102-56				
GRI 201: Desempenho económico 2016					
Valor económico direto gerado e distribuído	201-1	Pág. 299			5; 9
Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de alterações climáticas	201-2	Pág. 299			13
Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de reforma	201-3	Pág. 299			
Apoio financeiro recebido do Governo	201-4	Pág. 299			
GRI 202: Presença no mercado 2016					
Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género	202-1	Pág. 299			
Proporção de membros da direção contratados na comunidade local	202-2	Pág. 300			
GRI 203: Impactos Económicos Indiretos 2016					
Investimentos em infraestrutura e serviços fornecidos	203-1	Pág. 300			5; 9
GRI 204: Práticas de compra 2016					
Proporção de gastos com fornecedores locais	204-1	Pág. 300			

QUADRO 90
Tabela Resumo GRI (II)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 205: Combate à corrupção 2016				
Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	205-1	Pág. 300		16
Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	205-2	Pág. 300		
Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	205-3	Pág. 301		16
GRI 206: Concorrência desleal 2016				
Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	206-1	Pág. 301		
GRI 207: Tributos 2019				
Abordagem tributária	207-1	Pág. 301		
Governança, controlo e gestão de risco fiscal	207-2	Pág. 301		
GRI 301: Materiais 2016				
Materiais utilizados, por peso ou volume	301-1	Pág. 301		
Materiais reciclados utilizados (input)	301-2	Pág. 301		
Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens	301-3	Pág. 301		
GRI 302: Energia 2016				
Energia consumida na organização	302-1	Pág. 301		13
Energia consumida fora da organização	302-2	Pág. 301		13
Intensidade energética	302-3	Pág. 302		13
Redução do consumo de energia	302-4	Pág. 302		13
Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	302-5	Pág. 302		13
GRI 303: Água 2018				
Captação de água por fonte	303-1	Pág. 302		
Recursos de água afetados significativamente pela captação de água	303-2	Pág. 302		
Reutilização e reciclagem de água	303-3	Pág. 302		
GRI 304: Biodiversidade 2016				
Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas	304-1	Pág. 302		
Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade	304-2	Pág. 302		

QUADRO 91
Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Habitats protegidos ou recuperados	304-3	Pág. 302		
Espécies pertencentes à lista vermelha da IUCN, ou da lista de conservação nacional no local das operações.	304-4	Pág. 302		
GRI 305: Emissões 2016				
Emissões GEE diretas (âmbito 1)	305-1	Pág. 302		13
Emissões GEE indiretas (âmbito 2)	305-2	Pág. 302		13
Outras emissões GEE (âmbito 3)	305-3	Pág. 302		13
Intensidade de emissões GEE	305-4	Pág. 302		13
Redução das emissões GEE	305-5	Pág. 303		13
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono	305-6	Pág. 303		13
Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	305-7	Pág. 303		13
GRI 306: Efluentes e Resíduos 2016				
Descargas de água, discriminadas por qualidade e destino	306-1	Pág. 303 e 304		13
Quantidade total de resíduos por tipo e por método de tratamento	306-2	Pág. 305		13
Número total e volume de derramamentos significativos	306-3	Pág. 305		13
Peso de Resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos e percentagem de resíduos transportados internacionalmente	306-4	Pág. 305		
Identificação, tamanho, *status* de proteção e valor da biodiversidade de corpos de água afetados por descargas e drenagem de água e / ou escoamento realizados pela organização	306-5	Pág. 305		

QUADRO 91
Tabela Resumo GRI (III)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 307: Conformidade ambiental 2016				
Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	307-1	Pág. 305		
GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	308-1	Pág. 305		
Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	308-2	Pág. 305		
GRI 401: Emprego 2016				
Novas contratações e rotatividade de empregados	401-1	Pág. 306		5
Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são fornecidos a empregados temporários ou de período parcial	401-2	Pág. 306		
Licença de maternidade/paternidade	401-3	Pág. 306		5
GRI 402: Relações de trabalho 2016				
Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	402-1	Pág. 306		
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018				
Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-1	Pág. 306		
Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	403-2	Pág. 307		
Serviços de saúde do trabalho	403-3	Pág. 307		
Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	403-4	Pág. 307		
Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	403-5			
Promoção da saúde do trabalhador	403-6			

QUADRO 92
Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança	403-7			
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	403-8			
Acidentes de trabalho	403-9			
Doenças profissionais	403-10			
GRI 404: Capacitação e Educação 2016				
Médias de horas de capacitação por ano, por empregado	404-1	Pág. 307		5
Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	404-2	Pág. 307		
Percentagem de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	404-3	Pág. 308		5
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016				
Diversidade em órgãos de *governance* e empregados	405-1	Pág. 308		5
Proporção entre o salário base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	405-2	Pág. 308		5
GRI 406: Não Discriminação 2016				
Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	406-1	Pág. 308		5
GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva 2016				
Operações e fornecedores em que o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva pode estar em risco	407-1	Pág. 308		
GRI 408: Trabalho Infantil 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	408-1	Pág. 308		
GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo 2016				
Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho forçado ou análogo ao escravo	409-1	Pág. 308		
GRI 410: Práticas de Segurança 2016				
Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	410-1	Pág. 309		

QUADRO 92
Tabela Resumo GRI (IV)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
GRI 411: Direitos de Povos Indígenas 2016				
Casos de violação de direitos de povos indígenas	411-1	Pág. 309		
GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos 2016				
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou avaliações de impacto nos direitos humanos	412-1	Pág. 309		
Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	412-2	Pág. 309		
Acordos e contratos de investimentos significativos em que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	412-3	Pág. 309		
GRI 413: Comunidades Locais 2016				
Operações com envolvimento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados para a comunidade local	413-1	Pág. 309		
Operações com impactos negativos (reais e potenciais) nas comunidades locais	413-2	Pág. 309		
GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores 2016				
Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	414-1	Pág. 310		5
Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas	414-2	Pág. 310		5
GRI 415: Políticas Públicas 2016				
Contribuições políticas	415-1	Pág. 310		
GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor 2016				
Avaliação dos impactos na saúde e segurança causados por categorias de produtos e serviços	416-1	Pág. 310		
Casos de não conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança causados por produtos e serviços	416-2	Pág. 310		
GRI 417: Marketing e Rotulagem 216				
Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	417-1	Pág. 310		

QUADRO 93
Tabela Resumo GRI (V)

INDICADOR	GRI Standard	Número(s) de página(s) e/ou URL(s)	OMISSÃO	ODS
Casos de não conformidade em relação a informações e rotulagem de produtos e serviços	417-2	Pág. 310		
Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	417-3	Pág. 310		
GRI 418: Privacidade do Cliente 2016				
Reclamações comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	418-1	Pág. 310		
GRI 419: Conformidade Socioeconómica 419				
Não conformidade com leis e regulamentos da área socioeconómica	419-1	Pág. 311		

QUADRO 93
Tabela Resumo GRI (V)

Absentismo
Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente
É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho
É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajetos de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking
Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Capacitação
Refere-se a todos os tipos de formação profissional e treinamentos, licença remunerada para estudos, fornecida pela organização para os seus colaboradores, capacitação ou educação, realizados externamente e pagos, total ou parcialmente, pela organização e capacitação de temas específicos.

Carruagens x km
Produto do número de circulações pelo número de carruagens de cada circulação e pelo percurso percorrido (serviço público).

Colaboradores
Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Compliance
Corresponde a uma atuação de acordo com determinadas regras ou diretrizes estabelecidas.

Desenvolvimento Sustentável
Conceito desenvolvido pela Comissão Brundtland, no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um "compromisso de solidariedade com as gerações do futuro", no sentido de assegurar a transmissão do "património" capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de "boa governação".

Eficácia
Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência
Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Eficiência energétic
Número de passageiros x km transportados por unidade energia consumida.

Emissões diretas
Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas
Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Entidade
Corresponde, normalmente, a uma Organização ou a uma operação, quer seja legalmente constituída ou não.

Estudo de Clima da Empresa
Questionário de Satisfação feito aos colaboradores da empresa, anualmente.

Fornecedores locais
Organização ou pessoa que fornece materiais, produtos e serviços localizados em Portugal.

Gases com efeito de estufa (GEE)
Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorcarbonos (HFC), perfluorcarbonos (PFC) e hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Global Reporting Initiative (GRI)
Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental
Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador
Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Índice de duração
Número médio de dias perdidos por acidente de trabalho

Índice de frequência
Número de acidentes com baixa ocorridos num ano, por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade
Número de dias úteis perdidos por ano, por cada mil horas x homem trabalhadas

Índice de incidência
Número de acidentes com baixa, por cada ano de trabalho e por cada mil trabalhadores

Lugares x km
Produto do número de carruagens x km pela capacidade média de cada carruagem.

Monitorização
Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001
Norma Internacional da "International Organization for Standardization" sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001
Norma da série ISO 14000, referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Óbito
A morte de um trabalhador ocorrida no período coberto pelo relatório atual, decorrente de uma lesão ou doença relacionada ao trabalho, sofrida ou contraída na condição de empregado da organização.

Ocorrências por milhão de passageiros transportados
Número de ocorrências de criminalidade envolvendo passageiros por cada milhão de passageiros transportados.

Organização
Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas
Normalmente designadas por *stakeholders*, são entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km
Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Passageiros transportados
Número de passageiros transportados, em modo metro, incluindo os passageiros fraudulentos.

Passageiros das validações
Número de passageiros transportados, em modo metro, possuidor de título válido, não inclui os passageiros fraudulentos.

Reciclagem
Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações
Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, correio, correio eletrónico ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos
Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço
Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão
Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade
Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização, no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental
Parte do sistema de gestão de uma organização, utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade
Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Taxa de absentismo
Percentagem obtida pelo quociente da divisão de horas de ausência pelo potencial de trabalho.

Taxa de rotatividade
É o movimento de entrada e saída de funcionários em uma empresa, demonstrado por meio de uma taxa de rotatividade.

Tramitação
Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização
Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).

Siglas/Acrónimos	Significado
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
AE I	Acordo de Empresa I
AE II	Acordo de Empresa II
AML	Área Metropolitana de Lisboa
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ATM	Multibanco
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionado
AVE	*Advertising Value Equivalent*
CBTC	*Communications Based Train Control*
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CITV	Circuiro Interno de TV
CLC	Certificação Legal de Contas
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
DPO	Encarregado de Proteção de Dados
EBIT	*Earnings Before Interests*
EBITDA	*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*
EGP	Estatuto do Gestor Público
Grupo Comet	*The Community of Metros*
GWh	Giga-Watt hora
I.P.	Instituto Público
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta
IDI	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
ILD	Infraestruturas de Longa Duração
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.
IP	Infraestruturas de Portugal

Siglas/Acrónimos	Significado
IPSS	Instituto Particular de Solidariedade Social
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
ISEL	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa
ISO 14001	Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos e Linhas de orientação para sua utilização
ISO 45001	Sistemas de Gestão e Segurança no Trabalho – Requisitios e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 5001	Sistemas de Gestão de Energia – Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização
ISO 9001	Sistemas de Gestão de Qualidade – Requisitos
LIOS	Linha Intermodal Sustentável
LKO	Lugares x km
MAVT	Máquina Automática de Vendas de Títulos
MKBF	*Mean Kilometers Between Failure* (Quilometragem média entre falhas)
ML	Metropolitano de Lisboa
ML90, ML95, ML97, ML99	As quatro séries de material circulante do ML
MLS	Metro Ligeiro de Superfície
MTBF	*Mean Time Between Failures* (Período Médio Entre Falhas)
MWh	Megawatt hora
n.d.	Não Disponível
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OTLIS	Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.
p.p.	Ponto Percentual
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PART	Programa de Apoio à Redução Tarifária
PESTAL	Análise de Contexto Política, Económica, Social, Tecnológica, Ambiental e Legal
PISA 2030	Plano Integrado de Sustentabilidade Ambiental 2030

Siglas/Acrónimos	Significado
Pkm	Passageiros x km
PKT	Passageiros x km Transportados
PMO	Parque de Material e Oficinas
PMO I	PMO de Sete Rios
PMO II	PMO de Calvanas
PMO III	PMO de Carnide
PMP	Prazo médio de Pagamento
PNPA	Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
ROC	Revisor Oficial de Contas
ROI	Return on Marketing Investment
s / n / n.a.	Sim / Não / Não Aplicável
S.A.	Sociedade Anónima
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SAP	Sistema Integrado de Gestão Empresarial (*Systems Applications and Products in Data Processing*)
SAP BPC	SAP Business Planning and Consolidation
SCIE	Segurança Contra Incêndios em Edfícios
SEAMB	Secretario de Estado do Ambiente
SEE	Setor Empresarial do Estado
SETF	Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SOE	Sistema do Orçamento de Estado
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*
TML	Transportes Metropolitanos de Lisboa
UA	Universidade de Aveiro

Siglas/Acrónimos	Significado
UE	União Europeia
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTE	Unidade da Tesouraria do Estado
V. Abs.	Valor Absoluto
Var.	Variação

Metropolitano de Lisboa

RELATÓRIO CONSOLIDADO 2022